Diário Oficial

Estado do Piauí

Edição nº 97/2024

TERESINA - PI, 20 de maio de 2024

DOE/PI - ANO XCIV - 135º DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

DECRETOS 01

NOMEAÇÕES E/OU EXONERAÇÕES 02

PORTARIAS 05

CONTRATOS 142

LICITAÇÕES 175

RESOLUÇÕES 176

ATOS 190

AVISOS 249

EXTRATOS 264

TERMOS DE RATIFICAÇÃO 334

ADITIVOS 339

TERMOS 346

ERRATAS 353

REGULARIDADES 357

TERMOS DE RECONHECIMENTO 407

TERMO DE CONVALIDAÇÃO 409

TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 410

EDITAIS 414

LICENÇAS AMBIENTAIS 421

DECRETOS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no AL-P-181, de 26 de setembro de 2023, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, registrado sob o Processo SEI nº 00010.010696/2023-68,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, e Lei nº 7.215, de 20 de maio de 2019, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, e alterações posteriores, autorizar a cessão da servidora **ROSÁLIA SANTANA NUNES**, Professor SE-I, 20h, Matrícula nº 209017-3, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Piauí – **SEDUC**, para a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – **ALEPI**, para prestar serviço junto ao Gabinete do Dep. Marden Menezes, com efeitos a partir de 26 de março de 2023, por prazo indeterminado, com ônus para o órgão de origem.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 17 de maio de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Governador do Estado do Piauí, Em Exercício

Marcelo Nunes Nolleto

Secretário de Governo

SEI nº 012578595

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no AL-P-181, de 26 de setembro de 2023, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, registrado sob o Processo SEI nº 00010.010696/2023-68,

R E S O L V E cessar os efeitos, a partir de 26 de setembro de 2023, da cessão do servidor **LUIZ GONZAGA DOS SANTOS FILHO**, Datilógrafo, Matrícula nº 078443-5, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Piauí – **SEDUC**, para a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – **ALEPI**, concedida através do Decreto S/Nº, publicado no DOE nº 056, de 25 de março de 2019.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 17 de maio de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Governador do Estado do Piauí, Em Exercício

Marcelo Nunes Nolleto

Secretário de Governo

SEI nº 012578776

(Transcrição da nota DECRETOS de Nº 13696, datada de 20 de maio de 2024.)

NOMEAÇÕES E/OU EXONERAÇÕES

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual,

R E S O L V E exonerar, de ofício, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **EDMILSON DE ALMEIDA**, CPF 498.***.***- 00, do Cargo em Comissão de Assessor Técnico I, símbolo DAS-2, da Secretaria dos Esportes, com efeitos a partir de 17/05/2024.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20/05/2024.

(Assinado digitalmente)

Rafael Tajra Fonteles

GOVERNADOR DO ESTADO

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SEI nº 012588057

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual,

R E S O L V E nomear, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **FRANCISCO DOS SANTOS DE SOUSA**, CPF 877.***.***-10, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Técnico I, símbolo DAS-2, da Secretaria dos Esportes, com efeitos a partir de 17/05/2024.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20/05/2024.

(Assinado digitalmente)

Rafael Tajra Fonteles

GOVERNADOR DO ESTADO

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SEI nº 012588191

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual,

R E S O L V E exonerar, de ofício, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **ANTONIO DE SOUSA VELOSO**, CPF 010.***.***-90, do Cargo em Comissão de Assessor Tecnico II, símbolo DAC-4, da Secretaria da Fazenda, com efeitos a partir de 20/05/2024.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20/05/2024.

(Assinado digitalmente)

Rafael Tajra Fonteles

GOVERNADOR DO ESTADO

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SEI nº 012605650

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual,

R E S O L V E designar de conformidade com o disposto no § 2º, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 275, de 15 de março de 2023, **DAVID KENNEDY SANTOS LOIOLA,** CPF 349.***.***-87, para exercer a Função de Direção, Assessoramento e Chefia, Assessor Tecnico II, símbolo DAC-4, da Secretaria da Fazenda, com efeitos a partir de 20/05/2024.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20/05/2024.

(Assinado digitalmente)

Rafael Tajra Fonteles

GOVERNADOR DO ESTADO

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SEI nº 012605739

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual,

R E S O L V E nomear, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **CLAUDINO ALVES DE LIMA FILHO,** CPF 048.***.***-80, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria da Saúde, com efeitos a partir de 20/05/2024.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20/05/2024.

(Assinado digitalmente)

Rafael Tajra Fonteles

GOVERNADOR DO ESTADO

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SEI nº 012605803

(Transcrição da nota NOMEAÇÕES E/OU EXONERAÇÕES de Nº 13698, datada de 20 de maio de 2024.)

PORTARIAS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria Normativa nº 20/2023/PC-PI

Institui indicadores de esforços no âmbito da Polícia Civil, que tem como escopo aferir a produtividade de todas as unidades policiais.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.159, §1º, da Constituição do Estado do Piauí, e pelo Art.7º, XI, da Lei Complementar Nº 037, de 09/03/2014 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí), e ainda;

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a relevante função pública da Polícia Civil do Estado do Piauí, que presta os serviços de polícia judiciária, indispensáveis a preservação da ordem pública;

CONSIDERANDO que é imprescindível a otimização dos serviços de Polícia Judiciária, implementado uma nova filosofia na atuação das unidades policiais, com o intuito de aperfeiçoamento das investigações;

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico da Polícia Civil 2020-2030, que tem como um de seus objetivos estratégicos contribuir para a redução da criminalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de aumento da produtividade das unidades policiais, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços de Polícia Judiciária e contribuir com a redução dos índices de criminalidade.

R E S O L V E:

Art. 1º INSTITUIR, no âmbito da Polícia Civil, indicadores de esforço que tem como escopo aferir a produtividade de todas as unidades policiais.

Art. 2º Serão considerados **indicadores** para aferição de produtividade:

I - A proporção do número de boletins de ocorrência despachados pelo número de boletins de ocorrência registrados;

II - O número de procedimentos policiais instaurados por portaria com remessa final;

III - O número de procedimentos policiais instaurados por auto de prisão em flagrante (APF) com remessa final;

IV - O número de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurados com remessa final;

V - O número de mandados de prisão cumpridos pela Polícia Civil;

VI - O número de mandados de busca e apreensão cumpridos;

VII - O número de objetos apreendidos (celulares e veículos);

VIII - O número de armas de fogo apreendidas;

Art. 3º Para efeito desta Portaria, a aferição dos indicadores referidos no artigo anterior será feita da forma a seguir:

I - Para aferição da proporção prevista no inciso I do artigo anterior, será considerado o número total de boletins de ocorrência despachados pela autoridade policial dividida pelo número total de boletins de ocorrência registrados na unidade policial;

II - Para o indicador previstos no inciso II será considerado o somatório de todos os Inquéritos Policiais, Auto de Investigação de Ato Infracional, instaurados por portaria, enviados ao Poder Judiciário e que tenham sido cadastrado no SINESP-PPE com remessa final;

III - No caso do indicador previstos no inciso III será considerado o somatório de todos os Procedimentos Policiais instaurados por APF, e Auto de Apreensão de Adolescente em Flagrante de Ato Infracional, enviados ao Poder Judiciário e que tenham sido cadastrado no SINESP-PPE com remessa final.

IV - A aferição do indicador de número de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) instaurados com remessa final será considerando o somatório de todos os TCO enviados aos Poder Judiciário e tenham sido cadastrado no SINESP-PPE como enviado com remessa final.

V - No caso dos indicadores previstos nos incisos V a VII, a unidade policial deverá registrar boletim de ocorrência específico, selecionando as naturezas atípicas de “Cumprimento de mandado – prisão”, “Cumprimento de mandado – busca e apreensão domiciliar” e “Cumprimento de mandado – busca e apreensão de adolescente autor” e “localização de objeto";

VI - O indicador previsto no inciso VIII será aferido a partir do devido cadastramento da arma de fogo apreendida no PPE, conforme disposto na Portaria Normativa nº 34/2023/PC-PI e seu anexo.

Parágrafo Único. Para efeitos dessa portaria, não serão considerados na aferição do indicador de cumprimento de mandados de prisão o cumprimento de mandado de **conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva**.

Art. 4º Os indicadores instituídos nesta Portaria irão compor Relatório de Produtividade, que visa realizar o acompanhamento e a avaliação contínua do trabalho desenvolvido pelas unidades policiais e dos servidores públicos ali lotados.

Art. 5º As unidades policiais receberão metas individualizadas de acordo com suas médias históricas de procedimentos e a demanda da circunscrição de atuação, as quais deverão ser alcançados pela delegacia ao longo do ano.

Art. 6º A meta estruturante do processo de aferição de produtividade no âmbito da Polícia Civil será a redução de Mortes Violentas Intencionais (MVIs), bem como a redução dos demais crimes violentos em todo o estado do Piauí.

Art. 7º A extração dos dados referente aos indicadores instituídos nesta Portaria será feita pela Gerência de Dados Cartográfico (GDC), e analisados pela Gerência de Análise Criminal e Estatística (GACE), ambos vinculados à Diretoria de Inteligência Estratégica da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí(SSP-PI), a partir dos dados disponíveis no relatório gerencial da unidade no SINESP-PPE no sétimo dia útil do mês seguinte ao mês em análise.

Art. 8º Será instituída comissão permanente para avaliação e acompanhamento dos indicadores de esforço, que será constituída na forma abaixo:

I - Delegado-Geral (presidente);

II - Diretor Diretoria de Polícia do Interior - DPI;

III - Diretor da Diretoria de Proteção à Mulher e aos Grupos Vulneráveis - DPGV;

IV - Diretor da Diretoria de Polícia Metropolitana - DPM;

V - Diretor da Diretoria de Operações Policiais - DEOP;

VI - Departamento de Correição e Inspeção da Corregedoria Geral da Polícia Civil - DCI;

VII - Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE;

VIII - Coordenador do Departamento de Planejamento;

IX - Assessoria Especial I.

Art. 9º A avaliação dos relatórios de produtividade das unidades policiais ficará a cargo da Diretoria a qual a unidade policial está vinculada e a Comissão Permanente referida no parágrafo anterior, que realizarão reuniões trimestrais para acompanhar a produtividade, bem como indicarão a necessidade de capacitações com o intuito de aperfeiçoamento profissional, bem como realocação de servidores, se assim apontar a análise da produtividade da unidade.

Parágrafo Único. A Comissão Permanente também poderá sugerir a inclusão ou exclusão de indicadores, bem como a alteração da metodologia de coleta dos dados, se assim a avaliação dos relatórios de produtividade indicar.

Art. 10 O Relatório de Produtividade das unidades policiais, após a análise da Comissão Permanente, será disponibilizado à Gestão Superior da Polícia Civil para fins de aferição de desempenho das unidades policiais.

Art. 11 Para fins de avaliação da produtividade, a unidade policial não poderá ter Boletins e Ocorrência em rascunho e nem Boletins de Ocorrência aguardando aceite no período de aferição, devendo as unidades policiais atentarem para os prazos estabelecidos na Portaria Normativa nº 076/2023/PC-PI, que disciplina o uso do PPE.

Art. 12 Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Publique-se em sua íntegra na página eletrônica da Polícia Civil (https://portal.pi.gov.br/pc/).

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 13 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 6945727

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria Normativa nº 18/2024/PC-PI

Constitui Comissão para Concurso de Remoção destinado aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Perito Criminal da Polícia Civil do Estado do Piauí.

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, IX e XI da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 01/2019 do CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 27/11/2020;

R E S O L V E:

Art. 1º CONSTITUIR Comissão para conduzir os trabalhos do VII CONCURSO DE REMOÇÃO DA POLÍCIA CIVIL, destinado aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Perito da Polícia Civil do Estado do Piauí, que será **presidida pelo Delegado Geral da Polícia Civil,** conforme disposição do Art. 9º da Resolução nº 01/2019 do Conselho Superior da Policia Civil, e será composta conforme relação abaixo:

I - Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí**, DPC Luccy Keiko Leal Paraíba**, tendo como secretária a **DPC Ana Luíza Marques dos Reis**, que será auxiliada pelo **APC Roberto Leonardo de Carvalho Albuquerque**;

II - Perito Geral do Departamento de Polícia Científica (DEPOC), **Perito Médico Legista Antônio Nunes Nunes Pereira**, tendo como secretário o Perito Criminal **José Itamar Soares Júnior;**

III - Diretor de Polícia Metropolitana, **DPC Marcelo Cruz Araújo Leal**, tendo como secretário o **APC Rodrigo Ulisses Pereira**;

IV- Diretor de Polícia do Interior, **DPC Francisco Célio Campos Gonçalves Benício**, tendo como secretário o **EPC Emerson Araujo Ferreira**;

Art. 2º Os trabalhos da presente Comissão serão fiscalizados pelos Delegados **Francisco de Assis Carvalho Neto e Bruna Verena de Brito do Rosário Fontenele**, representando o Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Estado do Piauí - SINDEPOL e pelos Agentes de Polícia **Thayses de Moura Aguiar Leite e José Renato Portela Lustosa**, representando o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Piauí - SINPOLPI.

Art.3º Publique-se em sua íntegra na página eletrônica da Polícia Civil (https://portal.pi.gov.br/pc/).

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, EM TERESINA-PI, 17 DE ABRIL DE 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012048426

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria Normativa nº 25/2024/PC-PI

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo SEI n° 00019.009620/2024-91.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER o afastamento, a título de desincompatibilização, ao servidor Odílio James Pereira Sena, para concorrer ao cargo eletivo de vereador nas eleições municipais - pleito 2024.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina/PI, 24 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012292363

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

EDITAL Nº 01/2024 - VII CONCURSO DE REMOÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Processo nº 00019.011083/2024-49

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe a Resolução nº 01/2019 do CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 27/11/2020, bem como o inciso IX do Art. 73 da Lei Complementar nº 37/2004, de 09 de março de 2004, e Decreto nº 15.549/2014, alterado pelo Decreto nº 19.840/2021, resolve tornar público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO**, destinado aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Perito Oficial de natureza Criminal da Polícia Civil do Estado do Piauí, observadas as disposições abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO observará o seguinte **cronograma:**

1.2 **As inscrições serão realizadas de 18/04/2024 a 28/04/2024**, sendo aceitas as inscrições previamente recebidas pela Comissão constituída pela Portaria nº 018/2024/PC-PI, até às 23h59 do dia 28/04/2024, na forma descrita no item 3.

1.3 A Divulgação do **Resultado Preliminar** ocorrerá até às 19 horas do **dia 30/04/2024**, no sítio eletrônico da Polícia Civil https://portal.pi.gov.br/pc/**.**

1.4 O **Prazo de Desistência e Recurso** será das 8 horas do dia **01/05/2024** até as 18 horas do dia **03/05/2021**, ou seja, 03(três) dias, contados da data de divulgação do Resultado Preliminar.

1.5 **A Divulgação do Resultado Final** ocorrerá no dia **06/05/2024**, no endereço eletrônico https://portal.pi.gov.br/pc/ e posteriormente será publicado no Diário Oficial do Estado.

2. DOS REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO

2.1 Poderão participar do certame os servidores ocupantes dos cargos de Perito Oficial de natureza Criminal da Polícia Civil do Estado do Piauí, nas especialidades descritas no quadro de vagas, desde que NÃO:

a) esteja cedido, requisitado ou colocado à disposição de outro órgão;

b) esteja afastado do exercício da atividade policial, exercendo mandato de natureza política;

c) tenha sido condenado em processo administrativo disciplinar ou ação penal nos últimos cinco anos;

d) tenha sido condenado em sindicância administrativa nos últimos três anos;

e) tenha sido afastado do exercício da função pública, em razão de procedimento administrativo disciplinar ou decisão judicial;

f) tenha sido removido há pelo menos 1 (um) ano, por meio de permuta, considerado a partir da publicação da portaria de remoção, observando-se o lapso temporal até a divulgação do Resultado

Final.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição para o Concurso de Remoção objetiva o preenchimento das vagas indicadas no item 4 do presente edital.

3.2 As vagas remanescentes decorrentes das remoções realizadas neste certame serão preenchidas com a nomeação dos aprovados no último concurso público.

3.3 A inscrição no concurso de remoção far-se-á mediante **preenchimento de formulário eletrônico de inscrição** disponível no sítio eletrônico da Polícia Civil, e apresentação dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos no Edital 01/2024, inclusive para critérios de desempate, além da **Certidão Funcional expedida pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil e Certidão da Corregedoria Geral da Polícia Civil,** os quais deverão ser anexados ao ato de inscrição ao Concurso de Remoção.

3.4 No formulário de inscrição, o candidato deverá indicar para qual(is) cidade(s) deseja concorrer, dentre aquelas constantes do Quadro de Vagas do Item 4 do presente edital, as quais deverão ser indicadas por ordem de preferência, sem limite de escolha.

3.5 Os Peritos Oficiais de natureza Criminal terão as vagas destinadas a áreas específicas de formação superior ou conforme experiência na área pericial específica, cursos de treinamento e pós-graduação conforme necessidade apresentada pela Direção do Departamento de Polícia Científica(DEPOC) à Delegacia Geral, as quais constam do Quadro de Vagas do item 4 do presente edital; nos casos em que o DEPOC entender que as vagas devem ser preenchidas por qualquer área de formação, poderão se inscrever quaisquer peritos da Polícia Civil do Piauí.

3.6 As informações constantes do formulário de inscrição serão de responsabilidade do candidato, que incorrerá, nos casos de falsidade, nas sanções penais e administrativas cabíveis.

3.7 A inscrição no certame implica a aceitação de remoção para qualquer das unidades pleiteadas no seu formulário de inscrição.

3.8 Será excluído do concurso de remoção o servidor que durante o processo for:

a) removido por qualquer outra modalidade;

b) cedido, requisitado ou colocado à disposição de outro órgão;

c) condenado em processo disciplinar, sindicância administrativa ou ação penal.

3.9 Não serão consideradas, para fins de participação deste certame, inscrições realizadas após o prazo estabelecido no item 1.2. deste Edital. Dessa forma, considerar-se-á como extemporânea e sem nenhuma validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.10 A participação no certame está condicionada à inscrição realizada pelo meio eletrônico indicado no item 3.3, sendo vedada qualquer outra forma de inscrição.

3.11 A constatação de má-fé nas declarações prestadas pelos candidatos acarretará nas cominações legais pertinentes, além da anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração.

4. DO QUADRO DE VAGAS PARA O CARGO DE PERITO OFICIAL DE NATUREZA

CRIMINAL

4.1 As vagas são distribuídas pelas cidades que possuem órgão do Departamento de Polícia Científica, e de acordo com áreas específicas de formação superior conforme necessidade apresentada pelo Perito Geral do DEPOC ao Delegado Geral:

Cidade/Sede do Órgão do DEPOC	Perito Médico Legista	Perito Médico Patologia	Perito Criminal Farmácia	Perito Criminal Física	Perito Criminal Biologia	Perito Criminal Eng. civil	Perito Criminal
TERESINA	01*	01	02	01	-	01	01
PIRIPIRI	02	-	-	-	01	-	01
CAMPO MAIOR	01	-	-	-	-	01	-
ESPERANTINA	01	-	-	-	-	-	-
PICOS	01	-	-	-	-	-	-

*vaga destinada a Perita Médica Legista do sexo feminino, conforme dispõe o Art.10-A da Lei nº 11.340/2006, incluído pela Lei nº 13.505, de 2017.

5. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

5.1 Se o número de interessados for maior que o das vagas oferecidas em cada cidade de lotação, terá preferência o candidato mais antigo na instituição. A apuração de tempo, para efeito desse concurso de remoção, dar-se-á em dias corridos, contados da data inicial da posse no cargo até a data da publicação do edital de abertura do concurso de remoção, conforme informação contida na Certidão Funcional do Servidor expedida pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil.

5.2 Ocorrendo empate na classificação por Antiguidade, observar-se-ão, sucessivamente, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, os seguintes critérios:

a) maior tempo de efetivo exercício no respectivo cargo da Polícia Civil do Piauí;

b) maior tempo de efetivo exercício na Polícia Civil do Piauí;

c) maior tempo de efetivo exercício no serviço público no Estado do Piauí;

d) maior tempo de efetivo exercício no serviço público;

e) maior idade.

5.3 O tempo de serviço especificado nas alíneas "a", "b", "c" e “d” do item 5.2 será apurado em dias corridos.

5.4 Na data prevista no item 1.3, a Delegacia Geral fará a divulgação do Resultado Preliminar contendo a lista de classificação provisória dos candidatos, conforme critérios definidos no item 5.1 e 5.2.

6. DOS RECURSOS E DA DESISTÊNCIA DO CONCURSO

6.1 Os candidatos terão o prazo previsto no item 1.4, para interpor recurso, enviando

requerimento devidamente instruído com as provas pertinentes à Comissão do Concurso de Remoção, exclusivamente através de endereço eletrônico: concurso.remocao@pc.pi.gov.br, o qual deverá conter:

a) indicação dos itens a serem retificados;

b) justificativa da impugnação.

6.2 Não serão conhecidos recursos intempestivos, encaminhados sem observância do previsto no item 6.1, ou os referentes à exclusão, inclusão ou alteração na ordem de preferência das unidades escolhidas pelo candidato.

6.3 Os recursos serão decididos pela Comissão no prazo de até 03 (três) dias úteis.

6.4 Os candidatos poderão no prazo previsto no item 1.4, solicitar a desistência do concurso de remoção, exclusivamente por meio de requerimento formal enviado a Comissão, através do endereço de e-mail: concurso.remocao@pc.pi.gov.br. A desistência prevista neste edital refere-se somente ao presente concurso de remoção. O pedido de desistência tempestivo é ato irrevogável e irretratável e implicará na exclusão do policial civil do certame.

6.5 Os pedidos de desistência intempestivos não serão conhecidos e não implicarão na exclusão do policial civil do certame.

6.6 No período de desistência de que trata o item 1.4, não será permitida a inserção de qualquer nova opção do servidor.

6.7 Findo o prazo definido no item 1.4, decai o direito de desistência à remoção, não sendo avaliados quaisquer pedidos extemporâneos.

6.8 Após decisão dos recursos referidos no item 6.1, será publicada a nova lista de classificação no sítio eletrônico: https://portal.pi.gov.br/pc/.

6.9 Não apresentados recursos ou decididos os que forem interpostos, a remoção far-se-á por ato do Delegado-Geral da Polícia Civil.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O servidor licenciado sem remuneração poderá participar do presente certame, ficando a licença consequentemente interrompida em caso de êxito.

7.2 O servidor removido deverá permanecer por, no mínimo, 1 (um) ano na nova sede, ressalvados os casos de remoção no interesse da Administração, excetuados os casos de novas nomeações e consequente abertura de novo concurso de remoção.

7.3 A unidade de destino deverá informar, imediatamente, por meio de ofício, à Diretoria a que estiver subordinada, a respectiva apresentação dos servidores removidos.

7.4 As despesas decorrentes da mudança para a nova unidade de lotação correrão integralmente por conta do servidor.

7.5 As desistências ocorridas no prazo de que trata o item 1.4 ensejarão o reprocessamento dos inscritos, respeitando-se os critérios de classificação estabelecidos nos itens 5.1 e 5.2.

7.6 **O período de trânsito será de 10 (dez) dias, devendo o deslocamento ser iniciado após decorridos 5 (cinco) dias úteis de exercício do novo servidor**, configurando falta grave para

fins disciplinares, sem prejuízo de outras penalidades administrativas, a permanência na unidade de origem após o início do prazo definido para o deslocamento.

7.7 Não é devido período de trânsito ao servidor que não altere efetivamente sua residência e em casos de remoção para municípios limítrofes, exceto se demonstrada a efetiva mudança de domicílio através de requerimento fundamento ao Delegado Geral da Polícia Civil.

7.8 O candidato poderá obter informações e sanar dúvidas referentes a este instrumento convocatório por meio do endereço eletrônico: concurso.remocao@pc.pi.gov.br.

7.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, EM TERESINA-PI, 17 DE ABRIL DE 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012053712

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

RESULTADO PRELIMINAR-CONCURSO DE REMOÇÃO DA POLÍCIA CIVIL
Edital nº 01/2024 – Processo nº 00019.011083/2024-49
PERITOS DE POLÍCIA CIVIL

PERITOCRIMINAL– FARMÁCIA -TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERV PUB PIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	7º	1ªopção	LUCIANO ANDRÉ ASSUNÇÃO BARROS	134	0	0	4004
Teresina	9º	1ªopção	HAMILTON CARVALHO FORTES JUNIOR	134	0	0	2917

PERITO CRIMINAL – BIOLOGIA-PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Piripiri	8º	1ªopção	ARIPEREIRA DEARAÚJO NETO	134	0	0	3046

PERITO CRIMINAL - FÍSICA-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	19º	1ªopção	ANACAMILADE SOUSAROCHA OLIVEIRA SOARES	134	0	0	0

PERITO CRIMINAL – ENGENHARIA CIVIL–TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	4º	1ª opção	DENISE REGINA ALVESDO REGO BARRADAS	1154	0	0	0

PERITO CRIMINAL – ENGENHARIA CIVIL–CAMPO MAIOR

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Campo Maior	18º	1ª opção	MARCELA MARIA PEREIRA SOARES	134	0	0	0

PERITO CRIMINAL – QUALQUER ÁREA – PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Piripiri	1º	1ª	FRANCISCO ALVESDE OLIVEIRA FILHO	6968	0	0	0

PERITO CRIMINAL – QUALQUER ÁREA – TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	2º	1ª	PAULO HENRIQUE PINHEIRODE VASCONCEL OS	4616	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – TERESINA*

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	5º	1ª opção	LAISA ALLEN GOMESDE SOUSA	793	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – CAMPO MAIOR

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Campo Maior	3º	1ª opção	REGIS CARLOSDE OLIVEIRA SOUSA	3859	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Piripiri	6º	1ª opção	RAFAEL BRITO DE CARVALHO	134	0	1330	3200
Piripiri	15º	4ª opção	ÉRICA NAZARÉ PINTO MELO	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – ESPERANTINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Esperantina	13º	1ª opção	RAFAEL FERREIRA PEREIRA DASILVA	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – PICOS

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Picos	17º	1ª opção	JONATAS DIASELIAS	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA

PATOLOGISTA – TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	14º	1ª opção	ALINE SÁTIRO BENTO	134	0	0	0

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

RESULTADO FINAL – CONCURSO DE REMOÇÃO DA POLÍCIA CIVIL
Edital nº 01/2024 – Processo nº 00019.011083/2024-49
PERITOS DE POLÍCIA CIVIL

PERITO CRIMINAL – FARMÁCIA-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERV PUB PIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	7º	1ªopção	LUCIANO ANDRÉ ASSUNÇÃO BARROS	134	0	0	4004
Teresina	9º	1ªopção	HAMILTON CARVALHO FORTES JUNIOR	134	0	0	2917

PERITO CRIMINAL – BIOLOGIA-PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Piripiri	8º	1ªopção	ARIPEREIRA DEARAÚJO NETO	134	0	0	3046

PERITO CRIMINAL - FÍSICA-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	19º	1ªopção	ANACAMILADE SOUSAROCHA OLIVEIRA SOARES	134	0	0	0

PERITO CRIMINAL – ENGENHARIA CIVIL-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	4º	1ª opção	DENISE REGINA ALVESDO REGO BARRADAS	1154	0	0	0

PERITO CRIMINAL – ENGENHARIA CIVIL-CAMPO MAIOR

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Campo Maior	18º	1ª opção	MARCELA MARIA PEREIRA SOARES	134	0	0	0

PERITO CRIMINAL – QUALQUER ÁREA-PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB

Piripiri	**1º**	**1ª**	**FRANCISCO ALVESDE OLIVEIRA FILHO**	**6968**	**0**	**0**	**0**

PERITO CRIMINAL – QUALQUER ÁREA-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	**2º**	**1ª**	**PAULO HENRIQUE PINHEIRODE VASCONCEL OS**	**4616**	**0**	**0**	**0**

PERITO MÉDICO LEGISTA-TERESINA*

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	**5º**	**1ª opção**	**LAISA ALLEN GOMESDE SOUSA**	**793**	**0**	**0**	**0**

PERITO MÉDICO LEGISTA-CAMPO MAIOR

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Campo Maior	**3º**	**1ª opção**	**REGIS CARLOSDE OLIVEIRA SOUSA**	**3859**	**0**	**0**	**0**

PERITO MÉDICO LEGISTA – PIRIPIRI

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Piripiri	6º	1ª opção	RAFAEL BRITO DE CARVALHO	134	0	1330	3200
Piripiri	15º	4ª opção	ÉRICA NAZARÉ PINTO MELO	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – ESPERANTINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Esperantina	13º	1ª opção	RAFAEL FERREIRA PEREIRA DASILVA	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA – PICOS

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Picos	17º	1ª opção	JONATAS DIASELIAS	134	0	0	0

PERITO MÉDICO LEGISTA PATOLOGISTA-TERESINA

CIDADE	POSIÇÃO	OPÇÃO	CANDIDATO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO CARGO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO PC	TEMPO EFETIVO SERVPUBPIAUI	TEMPO EFETIVO EXERC SERV PUB
Teresina	14º	1ª opção	ALINE SÁTIRO BENTO	134	0	0	0

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 168/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR a servidora **DANIELLA DINALI SILVA AGUIAR**, Delegada de Polícia Civil, Matrícula nº 269.968-X, oriunda da 4ª Delegacia Seccional de Teresina (AISP XXV), **para exercer suas funções na Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor - DSPM, com efeitos a partir de 11.03.2024**, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 07 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 011466788

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 269/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

Art. 1ª LOTAR o servidor **ANDRÉ DE ALMEIDA MORENO**, Delegado de Polícia Civil, Matrícula nº 353835-4, oriundo da Delegacia de Polícia Civil de José de Freitas-PI, **na Delegacia Seccional de Altos-PI**, onde deverá exercer suas funções em regime de expediente diário**,** até ulterior deliberação.

Art. 2ª Os efeitos da presente portaria iniciar-se-ão no dia 24.04.2024

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012159953

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 270/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

Art. 1ª LOTAR a servidora **ADRIANNE MELISSA RODRIGUES ARÊA LIMA AZEVEDO**, Delegada de Polícia Civil, Matrícula nº 353846-0, oriunda da Delegacia Seccional de Altos-PI, **na Delegacia de Polícia Civil de José de Freitas-PI**, onde deverá exercer suas funções em regime de expediente diário**,** até ulterior deliberação.

Art. 2ª Os efeitos da presente portaria iniciar-se-ão no dia 24.04.2024

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012159956

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 287/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 8720/2024, oriundo da Delegacia Seccional de União (id. 012254316).

R E S O L V E:

LOTAR o policial civil **HERNANI GUIMARÃES SOARES NETO, Agente** de Polícia Civil**, matrícula nº 355998-0**, oriundo da Delegacia Seccional de União-PI, **na 3ª DELEGACIA SECCIONAL DE TERESINA (AISP XXIV) - DIVISÃO 2** para exercer suas funções em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 29 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012261420

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 288/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o

alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 8724/2024, oriundo da 3ª Delegacia Seccional de Teresina-PI (id. 012255057).

R E S O L V E:

LOTAR o policial civil **CIRO GUSTAVO MELO E SILVA**, **Escrivão** de Polícia Civil, Matrícula nº 286.759-1, oriundo da 3ª DELEGACIA SECCIONAL DE TERESINA-PI (AISP XXIV) - DIVISÃO 2, em Teresina-PI, **na DELEGACIA SECCIONAL DE UNIÃO-PI (AISP XVIII)**, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 29 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012263308

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 289/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **ALBERTO ALVES DE SALES**, **Agente** de Polícia Civil, Matrícula nº 038149-7, oriundo da Delegacia Seccional de União-PI, **na DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MIGUEL ALVES-PI** para exercer em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 29 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012271609

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 290/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **THAÍS FÉLIX MORAIS**, **Agente** de Polícia Civil, Matrícula nº 353890-7, oriunda da Delegacia de Polícia Civil de Miguel Alves, **na DELEGACIA SECCIONAL DE UNIÃO-PI** para exercer em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO

PIAUÍ, em Teresina-PI, 29 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012271811

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 294/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

Art. 1º LOTAR o servidor **DAYWISON JARDEL PEREIRA FROTA**, **Agente** de Polícia Civil, Matrícula nº 353876-1, oriundo da Delegacia de Polícia Civil de Miguel Alves-PI**, na DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE JOSÉ DE FREITAS-PI,** onde deverá exercer suas funções em regime de expediente, até ulterior deliberação.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 291/2024/PC-PI (id. 012272029)

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 29 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012275709

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 299/2024/PC-PI

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar n.º 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que compete ao Delegado Geral de Polícia Civil promover a remoção de servidores da Polícia Civil, nos termos do art. 73, IX, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO Laudo Médico expedido por Junta Médica do CIASPI, e juntado ao **processo Sei nº 00019.004264/2024-19,** que é conclusivo quanto à necessidade da mudança temporária de domicílio do servidor pelo prazo de um ano, em virtude de problemas de saúde relacionados a genitora do servidor requerente.

R E S O L V E:

LOTAR TEMPORARIAMENTE o servidor **JOSÉ MAIKEL DE SOUSA LUZ, Matrícula nº 402363-3, Agente de Polícia**, oriundo da Divisão Especializada no Atendimento à Mulher e aos Grupos Vulneráveis da Delegacia Seccional de Corrente/PI, para exercer suas funções na **2ª Delegacia de Polícia Civil de Picos, vinculada a Delegacia Seccional de Picos/PI,** em regime de expediente diário, **com efeitos até 24/04/2025**.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 30 de Abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012296458

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 317/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o teor da solicitação contida no Ofício Nº: 8969/2024, referente ao processo SEI 00019.012928/2024-13.

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) **LAECIO OLIVEIRA LUZ**, **Agente** de Polícia Civil, Matrícula nº 356030-9, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Elesbão Veloso, para exercer a função de **Chefe de Cartório** junto à **mesma delegacia.**

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 03 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012349311

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 318/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a aprovação de **RENATA FONTINELE OLIVEIRA** no Concurso Público da Polícia Civil do Estado do Piauí para o cargo de Agente de Polícia Civil 3ª Classe, conforme edital nº 002/2018;

CONSIDERANDO o teor da Ata da Audiência Pública realizada no auditório da Academia de Policia Civil do Estado do Piauí no dia 06/12/2023, conforme Edital de Convocação nº 04 de 04 de dezembro de 2023.

CONSIDERANDO o ato de nomeação, publicado no DOE n.º 71/2024, de 12/04/2024, bem como o Termo de Posse de **RENATA FONTINELE OLIVEIRA** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Agente de Polícia Civil 3ª Classe;

R E S O L V E:

LOTAR a servidora **RENATA FONTINELE OLIVEIRA**, Agente de Polícia Civil, CPF nº 055.079.343-71, para exercer suas funções junto à **DEAMGV - Seccional Corrente**, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 06 de Maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012363320

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 319/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de

promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO que o teor da **Portaria Normativa nº 30/2021/PC-PI**, o qual dispõe sobre substituições automáticas dos Delegados de Polícia em caso de férias, ausências e impedimentos no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí.

CONSIDERANDO as férias do(a) servidor(a) **HALINE PAMELA LIMA DOS REIS LEAL, matrícula nº 740733**, **Delegada de Polícia Civil**, titular da Delegacia de Polícia Civil de Barro Duro, pelo período de 15/05/2024 a 29/05/2024, referente ao cronograma de férias 2024 e conforme processo SEI nº 00019.013331/2024-96.

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) **JAILZA GOMES PINHEIRO**, **Delegado(a)** de Polícia Civil, Matrícula nº 3538397, lotada na Delegacia Seccional de Polícia Civil de Demerval Lobão-PI, **para responder temporária e cumulativamente pela Delegacia de Polícia Civil de Barro Duro-PI, pelo período de 15/05/2024 a 29/05/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 06 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012365803

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 320/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de

promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO que o teor da **Portaria Normativa nº 30/2021/PC-PI**, o qual dispõe sobre substituições automáticas dos Delegados de Polícia em caso de férias, ausências e impedimentos no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí.

CONSIDERANDO as férias do(a) servidor(a) **BRUNO LUIZ DA COSTA, matrícula nº 353854-X**, **Delegado de Polícia**, titular da Delegacia Seccional de Polícia Civil de Água Branca-PI, para o período de **17/05/2024 a 31/05/2024**, referente ao cronograma de férias 2024 e conforme processo SEI nº 00019.011464/2024-28.

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) **RAVENA DE SOUSA RODRIGUES**, **Delegado(a)** de Polícia Civil, Matrícula nº 3562590, lotada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Água Branca - PI, **para responder temporária e cumulativamente pela Delegacia Seccional de Polícia Civil de Água Branca-PI, pelo período de 17/05/2024 a 31/05/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 06 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012366922

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 348/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO que o teor da **Portaria Normativa nº 30/2021/PC-PI**, o qual dispõe sobre substituições automáticas dos Delegados de Polícia em caso de férias, ausências e impedimentos no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí.

CONSIDERANDO o afastamento por motivos de nascimento do filho do servidor **LEANDRO DAMASCENO E SILVA**, Delegado de Polícia Civil, **matrícula nº 3156656**, titular da **Delegacia de Polícia Civil de Batalha - Seccional Esperantina** , pelo período de **04/05/2024 a 23/05/2024**.

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Antônio Alves de Sousa**, Delegado de Polícia Civil, **Matrícula nº 353844-3**, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Luzilândia - Seccional Esperantina, para responder temporária e cumulativamente pela Delegacia de Polícia Civil de Batalha - Seccional Esperantina, pelo período de **04/05/2024 a 23/05/2024,** sem prejuízo de suas atribuições junto a Delegacia de Polícia Civil de Luzilândia - Seccional Esperantina **.**

Art. 2º Os efeitos da presente portaria retroagem à data de **04/05/2024**.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 08 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012439374

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 358/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a criação da Unidade Gestora-UG nº 12.102-Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí;

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) **ROSA MEDAUAR OMMATI CHAIB RODRIGUES DE MOURA SANTOS CORDEIRO**, **Delegada de Polícia, MATRÍCULA 356951-1,** como **Tomador(a) de Suprimento de Fundos da UG nº 120.102-Delegacia Geral de Polícia Civil**, em conformidade com o art. 5º, § 2º do Decreto Estadual nº 16.226/2015, c/c os arts. 61 e 68 da Lei Federal nº 4.320/64, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 10 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012467940

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 359/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a alteração do período de férias do servidor Alfredo Cadena Júnior, Delegado de Polícia Civil, matrícula *266.149-7,* no período de 02/05/2024 a 16/05/2024, conforme o Despacho 425 SEI (012428579).

R E S O L V E:

ART.1º - DESIGNAR o servidor **FRANCISCO SEBASTIÃO COUTINHO ESCÓRCIO**, Delegado de Polícia Civil, Matrícula nº 194.577-7, para exercer a função de **Corregedor Geral de Polícia Civil**, pelo período de **02/05/2024 a 16/05/2024**, sem prejuízo de suas funções junto à Coordenação do Departamento de Processo Administrativo e Disciplinar - DPAD.

ART.2 º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 359/2024/PC-PI SEI (012287083).

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 13 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012475417

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE GERAL - PC-PI

Portaria nº 369/2024/PC-PI

O Del. **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Delegado Geral de Polícia Civil exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da Polícia Civil, na forma do art. 73, incisos I, III e XI, da Lei Complementar nº 37/2004;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise

estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o requerimento de férias impetrado pelo servidor ARTHUR BARROS LEAL, matrícula nº 0269847-1, Delegado de Polícia, lotado na 2ª Delegacia Seccional - Divisão 3, em Teresina-PI, conforme Ofício Nº: 9828/2024 (id.012491898).

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor **BRENO SALES CAMPOS HOLANDA**, **Delegado** de Polícia Civil, Matrícula nº 353856-7, lotado na 2ª Delegacia Seccional - Divisão 1, em Teresina-PI, **para responder temporária e cumulativamente pela 2ª Delegacia Seccional - Divisão 3, em Teresina-PI, no período de 15/05/2024 até o dia 13/06/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 15 de maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Luccy Keiko Leal Paraíba

Delegado Geral de Polícia Civil do Piauí

SEI nº 012524105

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13526, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ

PORTARIA Nº 144/2024/INVESTE

Dispõe sobre Designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ , no uso de suas atribuições legais consignadas na Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e Lei Estadual nº 6.021, de 05 de outubro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto contido na Lei Federal n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o CONTRATO Nº 062/2024, que celebram a **AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A**, e a empresa **VIEIRA E OLIVEIRA GRAFICA LTDA** visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais gráficos personalizados, tipo embalagens e etiquetas, conforme especificações, para atender as necessidades da Agência de Atração de Investimentos do Piauí – INVESTE PIAUÍ.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) assessor (a) **PATRÍCIA MARIA FREIRE MACÊDO DE OLIVEIRA**, CPF n.º XXX.534.973-XX, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima citado.

Art. 2º - Determinar que o (a) fiscal ora designado (a) deverá:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º. Dê-se ciência ao (a) servidor(a) designado(a), revogadas as disposições anteriores, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina (PI), 17 de maio de 2024.

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

Presidente da INVESTE PIAUÍ

AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ

PORTARIA Nº 145/2024/INVESTE

Dispõe sobre Designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ , no uso de suas atribuições legais consignadas na Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e Lei Estadual nº 6.021, de 05 de outubro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto contido na Lei Federal n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o CONTRATO Nº 055/2024, que celebram a **AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A**, e a empresa E**LTEK DISTRIB. DE INF. E ELETRONICOS, IMP. E EXP.LTDA** visando a contratação de empresa

para aquisição de equipamentos eletrônicos, destinados ao Hub de Inovação da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A Investe Piauí, conforme condições contidas na Ata de SRP Nº Nº 02-L/2023, Itens 21 E 22.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) assessor (a) **REINALDO LUIZ DO NASCIMENTO BASTOS JUNIOR**, CPF n.º XXX.183.833-XX, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima citado.

Art. 2º - Determinar que o (a) fiscal ora designado (a) deverá:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º. Dê-se ciência ao (a) servidor(a) designado(a), revogadas as disposições anteriores, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina (PI), 17 de maio de 2024.

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

Presidente da INVESTE PIAUÍ

AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ

PORTARIA Nº 146/2024/INVESTE

Dispõe sobre Designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ , no uso de suas atribuições legais consignadas na Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e Lei Estadual nº 6.021, de 05 de outubro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto contido na Lei Federal n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o CONTRATO Nº 056/2024, que celebram a **AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A**, e a empresa **GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA** visando a contratação de empresa especializada para aquisição de equipamento eletrônico, destinado ao Hub de Inovação da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A Investe Piauí, conforme ARP Nº 02- E/2023 - Item 13.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) assessor (a) **REINALDO LUIZ DO NASCIMENTO BASTOS JUNIOR**, CPF n.º XXX.183.833-XX, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima citado.

Art. 2º - Determinar que o (a) fiscal ora designado (a) deverá:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º. Dê-se ciência ao (a) servidor(a) designado(a), revogadas as disposições anteriores, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina (PI), 17 de maio de 2024.

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

Presidente da INVESTE PIAUÍ

AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ

PORTARIA Nº 147/2024/INVESTE

Dispõe sobre Designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ , no uso de suas atribuições legais consignadas na Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e Lei Estadual nº 6.021, de 05 de outubro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto contido na Lei Federal n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o CONTRATO Nº 057/2024, que celebram a **AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A**, e a empresa **CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA** Contratação de empresa especializada para aquisição de eletrosdomésticos, destinados ao Hub de Inovação da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí - Investe Piauí, conforme condições contidas na Ata de SRP Nº 02-H/2023/Investe-PI.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) assessor (a) **REINALDO LUIZ DO NASCIMENTO BASTOS JUNIOR**, CPF n.º XXX.183.833-XX, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima citado.

Art. 2º - Determinar que o (a) fiscal ora designado (a) deverá:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º. Dê-se ciência ao (a) servidor(a) designado(a), revogadas as disposições anteriores, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina (PI), 17 de maio de 2024.

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

Presidente da INVESTE PIAUÍ

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13529, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 45 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 12/2021, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 12/2021, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa LIMPSERV EIRELI (07.194.788/0001-63), tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação dos serviços de coleta e transporte com destinação final de resíduos sólidos, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Franciane Lustosa de Oliveira, matrícula nº 373491-9 - FISCAL DO CONTRATO

Rafael Mendes de Carvalho, matrícula nº 378379-X - SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 11, de 04 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 46 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 33/2022, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as

constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 33/2022, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **C S BRASIL FROTAS S.A.**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a Locação de 04 veículos tipo picape, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Rafael Mendes de Carvalho, matrícula nº 378379-X **- FISCAL DO CONTRATO**

Emanuel Wellington Brito de Oliveira Carvalho, matrícula nº 373618-X **- SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 24, de 05 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 47 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 03/2022, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 03/2022, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **L. PINHEIRO MENDES DE**

SOUSA., tendo como OBJETO DO CONTRATO a prestação de serviços de locação de espaços/auditórios com alimentação (coffee break e/ou almoço), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Nathálya Christina Vasconcelos Assunção, matrícula nº 380905-6 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafaela Costa Brandão dos Santos, matrícula nº 377925-4 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e

defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 12, de 04 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 48 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 16/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 16/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **TEIXEIRA E LEITE LTDA (00.557.774/0001-18).**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo plástico de 200 ml, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Nicollas Renato Costa Viana, matrícula nº 373524-9 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Bruno Barbosa do Carmo, matrícula nº 373486-2 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário,

independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 32, de 06 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 50 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 21/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 21/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **B. LIMA DA SILVA EIRELI**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação dos serviços de produção gráfica, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários (PAPEL COUCHÊ), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Nicollas Renato Costa Viana, matrícula nº 373524-9 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Bruno Barbosa do Carmo, matrícula nº 373486-2 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 27, de 06 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 51 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 22/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 22/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **GEORGE DOUGLAS FERREIRA DA SILVA LTDA (29.936.977/0001-05)**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de café e açúcar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Nicollas Renato Costa Viana, matrícula nº 373524-9 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Bruno Barbosa do Carmo, matrícula nº 373486-2 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 33, de 06 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 52 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 23/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 23/2023, firmado entre a SEGOV-PI e **FRANCISCO XAVIER RODRIGUES**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de pastas de couro artesanal, confeccionadas pelo artesão Francisco Xavier Rodrigues, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Bruno Barbosa do Carmo, matrícula nº 373486-2 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Luciane Trindade Pereira, matrícula nº 372051-9 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 09, de 06 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 53 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 25/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal

expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 25/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **ELETRICA LOCACOES E EVENTOS LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUI - SEGOV/PI:

Nathálya Christina Vasconcelos Assunção, matrícula nº 380905-6 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafaela Costa Brandão dos Santos, matrícula nº 377925-4 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 129, de 22 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 54 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 26/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o

acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 26/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS (LOCAÇÃO DE CLIMATIZADORES), PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUI - SEGOV/PI:

Nathálya Christina Vasconcelos Assunção, matrícula nº 380905-6 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafaela Costa Brandão dos Santos, matrícula nº 377925-4 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 130, de 22 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 55 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 31/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o

acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 31/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **CERÂMICA ARTESANAL SERRA DA CAPIVARA LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de 500 (quinhentos) KITS DE XÍCARA DE CAFÉ EM ARGILA ILUSTRADAS COM FIGURAS DA SERRA DA CAPIVARA, objeto artesanal, produto genuinamente piauiense, para atendimento das necessidades desta Secretaria de Governo do Estado:

Dirce Maria Magalhães dos Santos, matrícula nº 071611-1 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Andréia Eliane Costa e Silva, matrícula nº 372258-9 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 122, de 04 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 56 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 27/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 27/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **MM DOS S PORTELA & CIA LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS (LOCAÇÃO DE RADIOCOMUNICADORES), NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUI - SEGOV/PI:

Nathálya Christina Vasconcelos Assunção, matrícula nº 380905-6 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafaela Costa Brandão dos Santos, matrícula nº 377925-4 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 131, de 22 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 57 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 32/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 32/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **START TECNOLOGIA LTDA**,

tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de crachás para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ – SEGOV/PI:

Francelino Carvalho de Mesquita, matrícula nº 371695-3 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Marcone de Jesus Rodrigues, matrícula nº 083491-2 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 132, de 28 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 58 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 33/2023, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 33/2023, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **A. PEIREIRA MARTINS - ME**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de PRODUTOS DE FLORICULTURA (ARRANJOS DE FLORES E BUQUÊS), para eventos institucionais de responsabilidade da Secretaria de Governo do Piauí – SEGOV/PI ou unidades por esta autorizadas, além de coroas de flores para ocasiões fúnebres de interesse da SEGOV-PI e unidades expressamente autorizadas:

Nathálya Christina Vasconcelos Assunção, matrícula nº 380905-6 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Felipe Cordeiro Silva**,** matrícula nº 373476-5 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 37, de 25 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 59 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 02/2024, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 02/2024, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **EMANUELE DE SOUSA BATISTA 05169588364**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação da aquisição de 500 (quinhentas) Cestas com produtos regionais, de produção genuinamente piauiense, para atendimento das necessidades desta Secretaria de Governo do Estado, para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ - SEGOV/PI.

Dirce Maria Magalhães Dos Santos, matrícula nº 071.611-1 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Andreia Eliane Costa E Silva, matrícula nº 372.258-9 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do

Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 07, de 22 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 60 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 03/2024, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 03/2024, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **DISTRIBUICAO E SERVICOS EM GERAL DO NORDESTE LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO o fornecimento de ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS (CATMAT 445485 e 445484), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Nicollas Renato Costa Viana, matrícula nº 373524-9 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Bruno Barbosa do Carmo, matrícula nº 373486-2 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre

outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 13, de 04 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 61 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 04/2024, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 04/2024, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **S F DE OLIVEIRA - EPP**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos e morcegos), para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ - SEGOV/PI:

Franciane Lustosa de Oliveira, matrícula nº 373491-9 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafael Mendes de Carvalho, matrícula nº 378379-X – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 34, de 11 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 62 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 05/2024, vigente no

âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 05/2024, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **META COMERCIO DE MATERIAIS LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, para suprir as demandas da SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ – SEGOV/PI:

José Mascionílio de Carvalho Matos, matrícula nº 373490-X – **FISCAL DO CONTRATO.**

Rafael Mendes de Carvalho, matrícula nº 378379-X – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da

contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 14, de 05 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 63 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 06/2024, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 06/2024, firmado entre a SEGOV-PI e a empresa **AEROVIP VIAGENS E TURISMO LTDA**, tendo como OBJETO DO CONTRATO a contratação de empresa para prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, de emissão, de alteração, de marcação, de remarcação e de cancelamento de passagens aéreas nacionais e demais serviços correlatos, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Marcone de Jesus Rodrigues, matrícula nº 083491-2 – **FISCAL DO CONTRATO.**

Francelino Carvalho de Mesquita, matrícula nº 371695-3 – **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - GESTOR DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas,

após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 08, de 01 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 64 2024/SEGOV-PI/GAB Teresina/PI, 16 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 42/2020, vigente no âmbito da **Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV/PI**

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as

constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar abaixo os Servidores da SEGOV-PI para acompanharem e fiscalizarem a execução do CONTRATO N° 42/2020, firmado entre a **SEGOV-PI** e a empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A (03.506.307/0001-57),** tendo como **OBJETO** DO CONTRATO a Prestação de serviços de gerenciamento eletrônico com uso de tecnologia de cartões magnéticos individuais, através de rede de estabelecimentos credenciados no Estado para fornecimento de combustíveis e lubrificantes da frota de veículos e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV/PI:

Rafael Mendes de Carvalho, matrícula nº 378379-X - **FISCAL DO CONTRATO**

Emanuel Wellington Brito de Oliveira Carvalho, matrícula nº 373618-X - **SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO**

Lídia Rangel Pessoa e Silva, matrícula nº 410516-8 - **GESTOR DO CONTRATO.**

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - Registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas,

após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI - No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - Expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 30, de 06 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Estado Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13532, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 156, de 17 de maio de 2024

Dispensa e designa Oficiais das funções que especifica no âmbito da Polícia Militar, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO que a Organização Básica da Polícia Militar estabelecida pela Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, com suas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023 e a Lei nº 8.069, de 7 de junho de 2023, define os órgãos básicos existentes no âmbito da Polícia Militar do Piauí,

CONSIDERANDO ainda, o constante no § 1º, do artigo 45-C, e ainda o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10 de fevereiro de 2004, que versa sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Piauí, com a redação estabelecida pelas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023,

CONSIDERANDO por fim, o constante dos autos do processo nº 00028.019206/2024-81,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da função de Chefe da Divisão Administrativa do CPA, o MAJ QOPM PAULO SILAS BARROS DE BRITO, RGPM 10.11121-94.

Art. 2º Designar:

I - para a função de Chefe da Divisão Administrativa do CPA, o MAJ QOPM FREDSON ALVES DE ABREU, RGPM 10.11725-94;

II - para a função de Subcomandante do BPA, o MAJ QOPM PAULO SILAS BARROS DE BRITO, RGPM 10.11121-94.

Art. 3º Transferir, sem ônus para o Estado:I - do BPA para o QCG, a fim de servir no CPA,

o MAJ QOPM FREDSON ALVES DE ABREU, RGPM 10.11725-94;

II - do QCG para o BPA, o

MAJ QOPM PAULO SILAS BARROS DE BRITO, RGPM 10.11121-94.

Art. 4º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(assinado eletronicamente)

SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Cel PM

Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13537, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR- SAF

Portaria Nº 122, de 16 de maio de 2024.

Institui a Comissão de Avaliação Técnica - CAT, para dar suporte à Comissão Especial de Licitações – CEL/SEPLAN, referente ao processo de **contratação de 1 (uma) consultoria individual especializada no Monitoramento e Avaliação para informações estratégicas de monitoramento e avaliação,** para gestão por resultado e dar assistência nas questões relacionadas às áreas de monitoramento e avaliação (M&A), no âmbito do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – PSI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF/PI, Rejane Tavares da Silva, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 109, I e II da Constituição do Estado do Piauí, e considerando as disposições dos Contratos de Empréstimos nº 5611/OC-BR e 5612/OC-BR (BID) e 2000004360 (FIDA) e o Regulamento Operacional do Projeto PSI,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação Técnica – CAT, para dar suporte à Comissão Especial de Licitações da SEPLAN nos aspectos técnicos concernentes ao processo de contratação de 1 (uma) consultoria individual especializada no Monitoramento e Avaliação para informações estratégicas de monitoramento e avaliação, para gestão por resultado e dar assistência nas questões relacionadas às áreas de monitoramento e avaliação (M&A), no âmbito do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé – PSI.

§ 1º A Comissão a que se refere o caput deste artigo tem a seguinte composição:

I – Nome: **Jairo de Oliveira Chagas Júnior** – Função: Superintendente - Formação: Licenciatura em Geografia - Matrícula: 371740-2;

II- Nome: **Márcia Raquel de Sousa** - Função: Coordenadora - Formação: Economia e Matemática - Matricula: 373201-X;

III – Nome: **João Victor Lopes de Loiola** – Função: Diretor - Formação: Engenheiro - Matrícula: 401271-2.

§ 2º A Presidência da comissão compete à pessoa indicada no inciso I.

§ 3º. Todos os membros da Comissão devem firmar declaração atestando que não têm conflito de interesses no momento de iniciar a avaliação e que se comprometem a revelar e gerir qualquer conflito de interesses que possa surgir durante o processo de avaliação e classificação, bem como de confidencialidade do processo de avaliação e classificação que assegure que todas as informações relacionadas com o processo de avaliação das propostas serão mantidas em sigilo até a publicação da adjudicação do contrato.

§4º. Em caso de potencial conflito de interesse, de qualquer membro da Comissão, a qualquer momento, a autoridade máxima (unidade executora) deve ser comunicada.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação Técnica:

I - receber da Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN as propostas das empresas, avaliando quantos aos aspectos técnicos de acordo com sua adequação ao objeto da contratação almejada no Termo de Referência - TR;

II - subsidiar a Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN quanto aos pedidos de esclarecimentos dos concorrentes no que se refere às questões técnicas relacionadas ao Termo de Referência - TR;

III - Encaminhar à Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN o Relatório de habilitação das propostas técnicas.

IV - dirimir toda e qualquer dúvida relacionada aos aspectos técnicos do objeto a ser contratado, que venham a ser suscitada pela Coordenação de Aquisições da UCP/PSI, Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN e Unidade de Coordenação do Projeto – UCP/PSI.

VI - estabelecer ações visando à conclusão dos trabalhos nos prazos esperados.

Art. 3º Os membros da comissão poderão atuar em conjunto ou separadamente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

(*assinado e datado eletronicamente*)

Rejane Tavares da Silva

Secretária de Estado da Agricultura Familiar

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13545, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Teresina, 15 de maio de 2024.

Portaria Nº 121, de 16 de maio de 2024.

Institui a Comissão de Avaliação Técnica - CAT, para dar suporte à Comissão Especial de Licitações – CEL/SEPLAN, referente ao processo contratação de 1 (uma) consultoria individual especializada na Gestão em Associativismo e Cooperativismo para assessorar as atividades à apoio a temática de implementação de projetos de desenvolvimento rural no âmbito do Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo – PSI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF/PI, Rejane Tavares da Silva, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 109, I e II da Constituição do Estado do Piauí, e considerando as disposições dos Contratos de Empréstimos nº 5611/OC-BR e 5612/OC-BR (BID) e 2000004360 (FIDA) e o Regulamento Operacional do Projeto PSI;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação Técnica – CAT, para dar suporte à Comissão Especial de Licitações da SEPLAN nos aspectos técnicos concernentes ao processo contratação de 1 (uma) consultoria individual especializada na Gestão em Associativismo e Cooperativismo para assessorar as atividades à apoio a temática de implementação de projetos de desenvolvimento rural no âmbito do Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo – PSI.

§ 1º A Comissão a que se refere o caput deste artigo tem a seguinte composição:

I – Nome: Francisco das Chagas Ribeiro Filho – Função: Diretor - Formação: Engenheiro Agrônomo - Matrícula: 372421-2;

II - Nome: Janaina Barros Siqueira Mendes - Função: Gerente na diretoria de desenvolvimento de projetos do Meio Norte - Formação: Engenharia Agronômica e mestre em agronomia pela UFPI, especialista em agroecologia pelo IFPI - Matricula: 372494-8;

III – Nome: Wendel da Silva Rebouças – Função: Diretor de Articulação com Povos e Comunidades Tradicionais - Formação: Engenheiro Agrônomo - Matrícula: 376210-6.

§ 2º A Presidência da comissão compete à pessoa indicada no inciso I.

§ 3º Todos os membros da Comissão devem firmar declaração atestando que não têm conflito de interesses no momento de iniciar a avaliação e que se comprometem a revelar e gerir qualquer conflito de interesses que possa surgir durante o processo de avaliação e classificação, bem como de confidencialidade do processo de avaliação e classificação que assegure que todas as informações relacionadas com o processo de avaliação das propostas serão mantidas em sigilo até a publicação da adjudicação do contrato.

§4º. Em caso de potencial conflito de interesse, de qualquer membro da Comissão, a qualquer momento, a autoridade máxima (unidade executora) deve ser comunicada.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação Técnica:

I - receber da Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN as propostas das empresas, avaliando quantos aos aspectos técnicos de acordo com sua adequação ao objeto da contratação almejada no Termo de Referência - TR;

II - subsidiar a Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN quanto aos pedidos de esclarecimentos dos concorrentes no que se refere às questões técnicas relacionadas ao Termo de Referência - TR;

III - Encaminhar à Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN o Relatório de

habilitação das propostas técnicas.

IV - dirimir toda e qualquer dúvida relacionada aos aspectos técnicos do objeto a ser contratado, que venham a ser suscitada pela Coordenação de Aquisições da UCP/PSI, Comissão Especial de Licitação da SEPLAN – CEL/SEPLAN e Unidade de Coordenação do Projeto – UCP/PSI.

VI - estabelecer ações visando à conclusão dos trabalhos nos prazos esperados.

Art. 3º Os membros da comissão poderão atuar em conjunto ou separadamente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

(assinado e datado eletronicamente)

Rejane Tavares da Silva

Secretária de Estado da Agricultura Familiar

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13546, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Portaria Nº 352, de 16 de maio de 2024

O SECRETÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe confere com base no Inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que "estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais";

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Contrato nº 36/2024/CPL/SEJUS/PI, firmado com a Empresa ATHUS HOSPITALAR LTDA**,** cujo extrato procedeu-se à inclusão no DOEE nº 94/2024 Ref. (13077) dia 15/05/2024, tendo como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de insumos e de materiais médico-hospitalares para a assistência à saúde dos internos das Unidades Prisionais do Estado do Piauí.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores **JACKELENE DOS SANTOS LIMA DE MENEZES**, CPF Nº: XXX.625.823-XX; **ENIO DE ARAÚJO LUZ**, CPF N º: XXX.773.543-XX; **HILVA STELLA DE ARAÚJO BATISTA**, CPF N º: XXX.136.253-XX, para exercer a função em Comissão de Fiscais do Contrato nº 36/2024.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II- ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 36/2024/CPL/SEJUS/PI, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 36/2024/CPL/SEJUS/PI, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

Parágrafo único: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 36/2024/CPL/SEJUS/PI, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4°: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se

Publique-se

Cumpra-se.

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA

Secretário de Justiça do Estado do Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13549, datada de 20 de maio de 2024.)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS - CDTER

Portaria Nº 53, de 17 de maio de 2024

DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°043/2024, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PIAUÍ, POR MEIO DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA CONSTRUTORA TRILHO LTDA ME, CNPJ 25.233.820/0001-54.

O COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, e considerando que o contrato deve ser executado fielmente pela parte, de acordo com suas cláusulas e normas da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do Contrato Administrativo Nº 043/2024, oriundo do processo administrativo 00347.000203/2023-80, celebrado entre a CDTER e a empresa CONSTRUTORA TRILHO LTDA ME, que trata a obra de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVI ÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO BECO DA RAPOSA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI, sendo eles:

Gestor: Veruska Carvalho Pinto - CPF nº XXX.889.603-XX;

Fiscal: Ana Gabriela Lima Pacífico - Matrícula nº 403055-9 - CPF nº XXX.815.943-XX.

Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria produz efeitos a partir de 03 de maio de 2024, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO NONATO FONTENELE CARDOSO

COORDENADOR GERAL - CDTER/PI

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13550, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS - SASC

Portaria Nº 32, de 16 de maio de 2024

Dispõe sobre Nomeação para o cargo de Fiscal de contrato administrativo, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°.8.666/93 e nos Decretos Estaduais n°s. 14.483/2011 e 15.093/2013.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1° Designar como fiscal de contrato, a Servidora FRANCIMEIRE MARQUES PINHEIRO, matrícula nº 373034-4, representante da SASC para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato relacionado no ANEXO ÚNICO desta Portaria.

Art.2° O acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e nos Decretos Estaduais nº 14.483/2011 e 15.093/2013.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA GAB/SASC Nº 32 DE 16 DE MAIO DE 2024.

Nº	CONTRATO	EMPRESA
01	24/2023	R & R GOMES LTDA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2024	
Nº do processo SEI	00024000968/2023-62
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23003788
Modalidade de licitação (se for o caso)	DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fundamento legal	art. 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93
Contratante	Secretaria Estadual da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos
Codificação da UG no SIAFE	300102
Contratado	R & R GOMES LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	08.641.890/0001-22
Resumo do objeto do contrato	Contratação de empresa especializada na aquisição de acessórios para as caminhonetes modelo ranger cujas placas “SLM6D44” e “SLM6E73” do Programa Criança Feliz, quais sejam: adesivação com a logomarca, aplicação de fumê, colocação de capotas e revestimento das carrocerias.
Prazo de vigência	180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, contados a partir de sua assinatura.
Data de assinatura do contrato	15/05/2024
Valor global	R$ 13.950,00 (treze mil e novecentos cinquenta reais).
Dotação orçamentária	08.243.0104.6294
Fonte de Recursos	759
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00054

Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04414
Signatários do contrato	Pela Contratante: Maria Regina Sousa Pela Contratada: Ricardo Gomes de Morais

Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13551, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do Contrato nº 042/2024, celebrado entre a SEDUC e a empresa **JE ESQUADRIAS DE FERRRO E ALUMÍNIO LTDA** , que trata da EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ,A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO E AUDITÓRIO NO CETI FERDINAND FREITAS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS/PI , no bojo do RDC 50/2024.

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
Harley de Moura Leal	**FISCAL**	**353607-6**	**016.XX.943-XX**	**(86) XXX33-59XX**	**engharleymleal@gmail.com**
Thales Gualberto Carneiro	**FISCAL**	**828206-4**	**031.XXX.293-XX**	**(86) XXX27-19XX**	**thalescarneiro@seduc.pi.gov.br**
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	**GESTOR**	**402287-4**	**037.XXX.343-XX**	**(86) XXX07-11XX**	**luizcosta@seduc.pi.gov.br**

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as

sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina(PI), 26 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.024086/2024-12
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23004499
Modalidade de Licitação	RDC 50/2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	JE ESQUADRIAS DE FERRRO E ALUMÍNIO LTDA CNPJ: 00.255.269/0001-19
Objeto	Construção de ginásio poliesportivo e auditório no CETI Ferdinand Freitas, localizado no município de José de Freitas/PI
Prazo de Vigência	31/12/2024
Prazo de Execução	180 (cento e oitenta) dias
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	R$ 996.654,56 (novecentos e noventa e seis mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102 Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00929
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03935

Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário SRA.ELENA MORAIS DE SOUSA– Representante

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13563, datada de 20 de maio de 2024.)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 076/2024

O DIRETOR DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CONSIDERANDO o pedido de reprogramação de férias constante no Processo Eletrônico SEI nº 00303.002740/2024-51.

RESOLVE:

REPROGRAMAR o período de férias regulamentares da Defensora Pública, **DRA. ALYNNE PATRÍCIO DE ALMEIDA SANTOS**, titular junto à 8ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, concedidas anteriormente através da PORTARIA GDUC Nº 024/2023, datada de 26 de fevereiro de 2024, referente ao exercício aquisitivo de 2023, para serem gozadas nos seguintes períodos:

- **1º PERÍODO (15 dias): 03/06/2024 a 17/06/2024;**
- **2º PERÍODO (15 dias): 01/07/2024 a 15/07/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 02 de maio de 2024.

MARCELO MOITA PIEROT

DIRETOR CÍVEL

DEFENSOR PÚBLICO-PI

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 086/2024

O DIRETOR DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CONSIDERANDO o pedido de férias constante no Processo Eletrônico SEI Nº 00303.002200/2024-78.

RESOLVE:

CONCEDER ao Defensor Público, **DR. GERVÁSIO PIMENTEL FERNANDES**, titular junto à 11ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, férias regulamentares de 30 (trinta) dias referentes ao exercício aquisitivo de 2022, a serem gozadas em 02 (dois) períodos:

- **1º PERÍODO (15 dias): 17/06/2024 a 01/07/2024;**
- **2º PERÍODO (15 dias): 02/09/2024 a 16/09/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 08 de maio de 2024.

MARCELO MOITA PIEROT

DIRETOR CÍVEL

DEFENSOR PÚBLICO-PI

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 089/2024

O DIRETOR DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CONSIDERANDO o disposto no Processo Eletrônico SEI Nº 00303.003265/2024-31;

CONSIDERANDO a Resolução CSDPE/PI Nº 157/2023, em seu anexo I, determina que a 5ª Defensoria Pública de Família, Sucessões e Ausentes é a primeira substituta natural da 6ª Defensoria Pública de Família, Sucessões e Ausentes.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público, **DR. REGINALDO CORREIA MOREIRA**, para **SUBSTITUIR** o Defensor Público, **DR. GERIMAR DE BRITO VIEIRA**, que atua em regime de acumulação junto à 6ª Defensoria Pública de Família, Sucessões e Ausentes de Teresina-PI, no período de **10/05/2024 a 17/05/2024**, em razão de afastamento deste último, por motivo de Licença Nojo, de acordo com o art. 106, III, b, da Lei Complementar de nº 13 de 03 de janeiro de 1994 c/c art. 110 da LCE nº 059/20219, retroagindo os efeitos desta portaria a partir do dia 10 de maio de 2023, conforme concessão através da PORTARIA Nº 179/2024-CGP.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 15 de maio de 2024.

MARCELO MOITA PIEROT

DIRETOR CÍVEL

DEFENSOR PÚBLICO-PI

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 090/2024

O DIRETOR DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CONSIDERANDO o pedido de reprogramação de férias constante no Processo Eletrônico SEI nº 00303.002720/2024-81.

RESOLVE:

ALTERAR o período de férias regulamentares do Defensor Público, **DR. GERIMAR DE BRITO VIEIRA**, titular junto à 1ª Defensoria Pública Cível de Teresina-PI, concedidas

anteriormente através da PORTARIA GDUC Nº 247/2023, datada de 28 de setembro de 2023, referente ao exercício aquisitivo de 2023, para serem gozadas nos seguintes períodos:

- **1º PERÍODO (10 dias): 08/07/2024 a 17/07/2024;**
- **2º PERÍODO (20 dias): 02/12/2024 a 21/12/2024.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 16 de maio de 2024.

MARCELO MOITA PIEROT

DIRETOR CÍVEL

DEFENSOR PÚBLICO-PI

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 091/2024

O DIRETOR DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CONSIDERANDO o pedido de férias constante no Processo Eletrônico SEI Nº 00303.003007/2024-54.

RESOLVE:

CONCEDER ao Defensor Público, **DR. ALESSANDRO ANDRADE SPÍNDOLA**, titular junto à 3ª Defensoria Pública Cível de Teresina-PI, férias regulamentares de 30 (trinta) dias referentes ao período aquisitivo de 2023, a serem gozadas nas seguintes etapas:

1ª ETAPA (15 dias): 08/07/2024 a 22/07/2024;

2ª ETAPA (15 dias): 05/12/2024 a 19/12/2024.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DIRETOR DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 17 de maio de 2024.

MARCELO MOITA PIEROT

DIRETOR CÍVEL

DEFENSOR PÚBLICO-PI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13565, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEJUS

Portaria Nº 351, de 16 de maio de 2024

O SECRETÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe confere com base no Inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que "estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais";

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Contrato nº 32/2024/CPL/SEJUS/PI, firmado com a Empresa REMAC MAIS DISTRIBUIDORA LTDA**,** cujo extrato procedeu-se à inclusão no DOEE nº 92/2024 (REF.12729) do dia 13/05/2024, tendo como objeto a Aquisição em caráter de urgência pela falta de materiais odontológico para atendimentos as pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **JACKELENE DOS SANTOS LIMA DE MENEZES**, CPF Nº: XXX.625.823-XX, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 32/2024.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II- ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 32/2024/CPL/SEJUS/PI, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 32/2024/CPL/SEJUS/PI, informando-o eventualmente da possibilidade

de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

Parágrafo único: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 32/2024/CPL/SEJUS/PI, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4°: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se

Publique-se

Cumpra-se.

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA

Secretário de Justiça do Estado do Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13573, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

Portaria Nº 62, de 20 de maio de 2024

O Secretário de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência, no uso das atribuições legais que lhe confere, com fundamento previsto no inciso IV do artigo 109 da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública especificamente designado, por força do artigo 67 da Lei Federal 8.666/93.

RESOLVE

I - Designar o servidor FRANCISCO FERNANDES DA SILVA NETO, matrícula 180095-7, para atuar como Fiscal do Contrato n° 041/2024, celebrado entre esta Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência-SEID e a EMPRESA K J PORTELA SILVA - LTDA. Objeto do contrato: contratação de empresa especializada para o fornecimento de camisas sublimadas.

II – Cientificar que responderá solidariamente perante aos Órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

III - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE:

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13580, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 155, de 17 de maio de 2024

Dispensa e designa Oficiais das funções que especifica no âmbito da Polícia Militar, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO que a Organização Básica da Polícia Militar estabelecida pela Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, com suas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023 e a Lei nº 8.069, de 7 de junho de 2023, define os órgãos básicos existentes no âmbito da Polícia Militar do Piauí,

CONSIDERANDO ainda, o constante no § 1º, do artigo 45-C, e ainda o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10 de fevereiro de 2004, que versa sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Piauí, com a redação estabelecida pelas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023,

CONSIDERANDO por fim, o constante dos autos do processo nº 00028.018277/2024-66,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar:

I - da função de Chefe da Divisão Administrativa da Coordenadoria de Direitos Humanos e Mediação de conflitos, o MAJ QOPM MABIO CARDOSO DE GOIS, RGPM 10.12025-94;

II - da função de Chefe da Seção de Análise de Processos Administrativos Disciplinares da Corregedoria, a CAP QOPM KATHIANY QUEIROZ RIBEIRO SAMPAIO, RGPM 10.13503-09.

Art. 2º Designar:

I - para a função de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Direitos Humanos e Mediação de conflitos, o MAJ QOPM MABIO CARDOSO DE GOIS, RGPM 10.12025-94;

II - para a função de Chefe da Divisão Administrativa da Coordenadoria de Direitos Humanos e Mediação de conflitos, a CAP QOPM KATHIANY QUEIROZ RIBEIRO SAMPAIO, RGPM 10.13503-09.

Art. 3º Transferir, sem ônus para o Estado, da Corregedoria para o QCG, ambos sediados em Teresina, a fim de servir na CDHMC, a CAP QOPM KATHIANY QUEIROZ RIBEIRO SAMPAIO, RGPM 10.13503-09.

Art. 4º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(assinado eletronicamente)

SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Cel PM

Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13587, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 157, de 17 de maio de 2024

Dispensa Oficial da função que especifica no âmbito do 21º BPM, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO que a Organização Básica da Polícia Militar estabelecida pela Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, com suas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023 e a Lei nº 8.069, de 7 de junho de 2023, define os órgãos básicos existentes no âmbito da Polícia Militar do Piauí,

CONSIDERANDO ainda, o constante no § 1º, do artigo 45-C, e ainda o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10 de fevereiro de 2004, que versa sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Piauí, com a redação estabelecida pelas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023,

CONSIDERANDO por fim, o constante dos autos do processo nº 00028.016537/2024-69,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da função interina de Subcomandante da 1ª Companhia do 21º BPM, o 2º TEN QEOPM LUIS FERREIRA DA CUNHA, RGPM 10.8842-90.

Art. 2º Transferir, sem ônus para o Estado, do 21º BPM, sediado em Altos, para o 15º BPM, sediado em Campo Maior, o 2º TEN QEOPM LUIS FERREIRA DA CUNHA, RGPM 10.8842-90.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(assinado eletronicamente)

SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Cel PM

Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13593, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEJUS

Portaria Nº 354, de 17 de maio de 2024

O SECRETÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe confere, com fundamento previsto no inciso IV do artigo 109, da Constituição Estadual;

E, tendo em vista o disposto nos artigos 164, 165 e 169 da Lei Complementar

Estadual nº 013, de 03 de janeiro de 1994, com recepção da Lei Complementar Estadual nº 025, de 15 de agosto de 2001, em consonância com a Lei Ordinária Estadual nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.E. de 04/03/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar MARCELO MOURA LEMOS DE OLIVEIRA, policial penal, matrícula nº 285865-7, GUILHERME TELL DE ARAÚJO COSTA NETO, policial penal, matrícula nº 207221-1 e FRANCISCO MIGUEL SOARES DE ARAÚJO FILHO, policial penal, matricula nº 030276-7, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância Investigativa visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no processo SEI nº 00095.003578/2024-91, consoante despacho decisório nº 29/2024/ASTEC/GAB/SEJUS-PI/GAB/SEJUS-PI, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - Designar o servidor CÍCERO RIBEIRO DE ALMEIDA NETO, policial penal, matrícula nº 269938-9, como suplente, conforme regras do parágrafo 1º, do art.170 da Lei Complementar Estadual nº 13/94.

Art. 3º - Conceder à Comissão aludida o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Dispensar os membros da Comissão de suas atividades funcionais nos dias de coleta de provas em geral.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Cientifique-se. Publique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 17 de maio de 2024

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA

Secretário de Justiça do Estado do Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13601, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 386/2024 Teresina(PI), 26 de Abril de 2023

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 041/2024, referente ao RDC 56/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 041/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **ZTE ENGENHARIA ,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** ,**A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA U.E. AUREA FREIRE, EM TERESINA - PI** , no bojo do **RDC 56/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
Elvis Brito Carvalho	FISCAL	822311-4	066.XXX.123-XX	(86) XXX804-63XX	elvis_c4rvalho@hotmail.com
Enrico dos Reis e Freitas Dias	FISCAL	373009-3	017.XXX.71XXX	(86)XXX40-03XX	enrico_dias@hotmail.com
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	GESTOR	402287-4	037.XXX.343-XX	(86) X X X 907-11XX	luizcosta@seduc.pi.gov.br

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina(PI), 26 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.024089/2024-56
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23005194
Modalidade de Licitação	RDC 56/2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	**Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	**ZTE ENGENHARIA LTDA** CNPJ: 40.030.316/0001-40
Objeto	**Construção de quadra poliesportiva na U.E. Aurea Freire, em Teresina - PI**
Prazo de Vigência	**31/12/2024**
Prazo de Execução	120 (cento e vinte) dias
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	**R$ 292.181,99 (duzentos e noventa e dois mil cento e oitenta e um reais e noventa e nove centavos)**
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00928
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03932
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário **SRA. WANDA GOMES CORREIA LIMA- Representante**

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13602, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 368/2024 Teresina (PI), 17 de Abril de 2023

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 047/2024, referente ao RDC 60 /2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº047/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **R. GUIMARÃES DA SILVA CONSTRUÇÕES-EPP ,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO**

UNITÁRIO , A CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DA U E FRUTUOSO SILVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA – PI , no bojo do **RDC 60/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
Fillipi Soares Napoleão do Rego	**FISCAL**	**353616-5**	**009.XXX.613-XX**	**(86) 9XXX95-35XX**	**fillipi.snr@hotmail.com**
Thales Gualberto Carneiro	**FISCAL**	**828206-4**	**031.XXX.293-XX**	**(86) X X 427-19XX**	**thalescarneiro@seducpi.gov.br**
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	**GESTOR**	**402287-4**	**037.XXX.343-XX**	**(86) 9XX07-11XX**	**luizcosta@seduc.pi.gov.br**

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina (PI), 17 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2024

Processo Administrativo SEI	00011.023919/2024-28
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23005078
Modalidade de Licitação	RDC 60 /2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	**Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	**R. GUIMARÃES DA SILVA CONSTRUÇÕES-EPP.**CNPJ: 26.369.947/0001-68
Objeto	**A Construção de Quadra Coberta com vestiário da U E Frutuoso Silva, localizada no município de Antônio Almeida – PI.**
Prazo de Vigência	**31/12/2025**
Prazo de Execução	**240 (duzentos e quarenta) dias**
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	**R$ 876.220,60 (oitocentos e setenta e seis mil duzentos e vinte reais e sessenta centavos).**
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00946
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03952
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário **SRA.ROSANA GUIMARÃES DA SILVA – Representante**

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13608, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

Portaria Nº 63, de 20 de maio de 2024

Portaria de designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser expedida pela Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência-SEID

O Secretário de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência, no uso de suas atribuições e com fundamento pelo disposto na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto do Estado do Piauí n. 13.860, de 22 de setembro de 2009 e no Decreto do Estado do Piauí n. 17.083, de 03 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada entre esta Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência-SEID com a Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN (ASSOCIAÇÃO DOWN THE AMO), CNPJ 05.735.244/0001-36, AVENIDA JOÃO XXIII, 2309, CEP: 64051-010 TERESINA -PI que tem por objetivo cooperação financeira, em forma de subvenção social, para o custeio de Execução do Projeto Inclusão Down: "Projeto Incluir Down: Apoio Integral para o Desenvolvimento".

a) Lidiane Marques de Matos, matrícula nº 195015-X a qual presidirá esta Comissão;

b) Rochele Juliane Lima Firmeza Bernardes, matrícula nº 372057-8;

c) Bruna Laís Ferreira, matricula nº 372288-X .

Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Plano de Trabalho e Termo de Fomento nº 002/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13609, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

PORTARIA Nº 267/2024/GAB/SEAD

Portaria de recredenciamento de consignatária em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares do Estado do Piauí.

O Secretário da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEAD/PI**, inscrita no CNPJ Nº 06.553.481/0003-00, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Estadual Nº 22.415 de 15 de setembro de 2023;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, publicidade e outros correspondentes que devem reger a Administração Pública e, especialmente, a eficiência administrativa;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo Nº 00002.001673/2024-42;

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto no art. 14 do Decreto Estadual Nº 22.415/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o **RECREDENCIAMENTO** do **SINDICATO DOS SERVIDORES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ - SSASPI**, inscrita no CNPJ 41.263.708/0001-12, garantindo-lhe a condição de consignatária em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares do Estado do Piauí.

Art. 2º. A credenciada obriga-se de forma contínua a proceder com o cumprimento da legislação pertinente e das normatizações emanadas pelo Governo do Estado do Piauí.

Art. 3º. A consignatária realizará suas operações no código **6540 - SINDICATO DOS SERVIDORES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ - SSASPI.**

Art. 4º. O recredenciamento tem prazo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta portaria no Diário Oficial do Estado do Piauí (DOE-PI).

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

(*assinado eletronicamente*)

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13612, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS - SASC

Portaria Nº 33, de 16 de maio de 2024

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE PARCERIA

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar parceria decorrente de Termo de Colaboração/Fomento.

A Secretária, da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Estadual nº 17.083/2017.

Resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados, para acompanhar e fiscalizar a parceria decorrente de Termo de Colaboração/Fomento, celebrado com Organização da Sociedade Civil, em

conformidade com o Decreto Estadual nº 17.083/2017.

Instrumento	Vigência	Convenente	Valor Pactuado	Objeto	Município	Fiscal/Gestor (nome e matrícula	Parceria Voluntária 01/2021	15/10/2021 a 15/10/2023	Ação Social Esperantinense - ASESP. Emenda Dep. Francisco Limma.	R$ 50.000,00	Execução do Projeto "Energia Solar é Vida" a partir da implantação de energia solar na sede da Ação Social Esperantinense – ASESP	Esperantina	Regiano Aguiar Linhares - 371340-7
Parceria Voluntária 03/2021	01/12/2021 a 01/12/2023	Ação Social Esperantinense - ASESP. Emenda Dep. Francisco Limma.	R$ 50.000,00	O projeto tem foco principal na produção de tijolos ecológicos e na ocupação e formação técnica profissional dos detentos da Penitenciaria de Esperantina com o objetivo de poder contribuir com a ressocialização.	Esperantina	Regiano Aguiar Linhares - 371340-8							
Parceria Voluntária 04/2021	17/12/2021 a 17/12/2022	Centro Social De Juventude Independente Da Santa Maria Da Codipi - JISMAC	R$ 65.000,00	Aquisição de maquinários para o Projeto RECICLA CODIPI	Teresina	Regiano Aguiar Linhares - 371340-9							
Termo de Fomento 02.2022	29/06/2022 a 31/01/2023	AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA - ASA	R$ 100.000,00	Buscar apoio financeiro que possibilite Ofertar acolhimento institucional provisório, de qualidade, a pacientes oncológicos (maiores de 18 anos) e seus acompanhantes, que residem em outros municípios do Estado e/ou em outros Estados, que estejam em tratamento no município de Teresina-PI, ausentes de suas residências e sem condições de auto sustento e que, por uma série de fatores, não contam com a proteção e os cuidados à vida nas cidades onde residem, conforme preconizado pela Política de Assistência Social.	Teresina	Regiano Aguiar Linhares - 371340-10							

Termo de Fomento 03.2022	17/08/2022 a 17/08/2023	ASSOCIACAO FILANTROPICA SHALOM - FLORIANO	R$ 200.000,00	O projeto propõe a realização de atendimentos na área de pós-tratamento, prevenção de recaídas de pessoas, a partir de 18 anos de idade, que desenvolveram problemas associados ao uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, por um período de 05 (cinco) meses, através de acompanhamento multidisciplinar (atendimento psicossocial, assistencial, pedagógico), integração familiar, bem como a locação de imóvel, locação de veículos necessários para sua execução do projeto.	Floriano	Regiano Aguiar Linhares - 371340-11	
Termo de Fomento 04.2022	12/09/2022 a 12/09/2023	FAZENDA DA PAZ	R$ 200.000,00	Instalação de placas solares na Comunidade Terapêutica Luz e Vida da Fazenda da Paz	Teresina	Regiano Aguiar Linhares - 371340-12	
Termo de Fomento 05.2022	12/09/2022 a 12/09/2023	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	R$ 70.000,00	Aquisição de um veículos para apoiar na realização de visitas de monitoramento e acompanhamentos aos aos 445 idosos inscritos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo para Pessoa Idosa em Teresina, destacando aqueles que possuem maiores vulnerabilidade sociais e que estão em situação de isolamento social.	Teresina	Maria Teresa Freire - 72062-3	
Termo de Fomento 06.2022	22/09/2022 a 22/09/2023	ORGANIZAÇÃO ASSISTENCIAL PENIEL	R$ 300.000,00	Aquisição de veículo utilitário do tipo pick-up para viabilizar e suprir a necessidade de transporte de acolhidos e materiais de consumo utilizados na instituição, bem como promover a recuperação e reintegração social e familiar de pessoas do sexo masculino, maiores de 18 (dezoito) anos dependentes químicos, minimizando o impacto das drogas e promovendo a prevenção ao uso abusivo de substancias psicoativas.	Floriano	Maria Teresa Freire - 72062-3	

Termo de Fomento 07.2022	09/12/2022 a 09/12/2023	GRUPO DE AMIGOS DA VIDA	R$ 34.960,81	Aquisição de bens para estruturação do escritório do Grupo de Amigos da Vida e da Comunidade Terapêutica Casa de Ester, tornando mais eficiente as atividades desenvolvidas pela Instituição.	Teresina	Henrique Meneses Ribeiro - 372458-1	
Termo de Fomento 08.2022	21/12/2022 a 21/12/2023	GRUPO DE AMIGOS DA VIDA	R$ 14.899,70	Capacitar e qualificar gratuitamente 40 (quarenta) mulheres com competências para atuar na área de doces e salgados, objetivando a reinserção ao mercado do trabalho formal ou informal	Teresina	Henrique Meneses Ribeiro - 372458-2	
Termo de Fomento		FUNDAÇÃO DR. ROOSEVELT BASTOS	R$ 80.000,00	Realização de desenvolvimento e estimulo das habilidades de 200 (duzentas) mulheres empreendedoras, além de divulgar as pequenas produções de grupos e associações locais. O supracitado projeto será realizado por meio de aquisição de materiais de consumo e equipamentos, contratação de serviços de terceiros-pessoa jurídica, bem como a contratação de serviços de terceiro-pessoa física, necessários para sua execução do projeto, no período de 6 (seis) meses.	Teresina	Maria Teresa Freire - 72062-4	
Termo de Fomento		ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIENCIA DE MIGUEL ALVES (PI)	R$ 100.000,00	Realização de distribuição de alimento, para 200 (duzentas) pessoas em situação de vulnerabilidade social, no municipio de Miguel Alves-PI, no periodo de 9 meses, com intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida e segurança alimentar para essas pessoas.	Teresina	Maria Teresa Freire - 72062-4	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Teresina (PI), data da assinatura eletrônica

(assinado eletronicamente)

Maria Regina Sousa

Secretária da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13614, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ – SETUR

PORTARIA Nº 108 DE 20 DE MAIO DE 2024.

Fiscal de Contrato

O Secretário de Estado do Turismo do Piauí – SETUR, no uso da atribuição legal que o cargo lhe confere.

RESOLVE:

1 - Designar a servidora **YANNA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA**, **CPF – ***.074.983-**** e **MATRÍCULA Nº **6234-* para fiscalizar o contrato nº 099/2024/SETUR-PI** cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VISCINAL NO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE - PI.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Teresina, 20 de Maio de 2024.

JOSÉ ANTÔNIO MONTEIRO NETO

Secretário de Estado do Turismo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2024/SETUR	
Nº do Processo SEI	**00153.001235/2023-70**

Modalidade de Licitação	**TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2023 – SETUR/PI**
Fundamento Legal	Lei nº 8.666, de 21/06/93
Contratante	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR
Codificação da UG no SIAFE	47101
Contratado	**CONSTRUIR CONSTRUÇÃO, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA**
CNPJ do Contratado	10.525.283/0001-49
Resumo do Objeto do Contrato	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VISCINAL NO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE - PI.
Prazo de Vigência	12 Meses
Prazo de Execução	90 (noventa) dias
Data da Assinatura do Contrato	20 de maio de 2024
Valor Global	R$ 2.020.826,51 (Dois milhões, vinte mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos)
Dotação Orçamentaria	23.695.0106.6105
Fonte de Recurso	754
Natureza da Despesa	44.90.51

Nº Nota de Reserva do SIAFE	2024NR00274
Reserva Orçamentária RO	2024RO04933
Signatários do Contrato	Pela Contratante: José Antônio Monteiro Neto Pela Contratada: KENIO LIMA ARAUJO

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13621, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD

PORTARIA Nº 225/2024/GAB/SEAD

Institui e nomeia os membros do Comitê de Monitoramento e Gestão - CMOG/SUPARC/SEAD-PI- para fiscalização do Contrato n° 004/2021 cujo objetivo é a CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO, INTEGRADAS COM ENCARGOS DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL ZOOBOTÂNICO.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 17, inciso II da Lei 7.884 de 08 de Dezembro de 2022, e,

CONSIDERANDO o Contrato nº 004/2021, firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMAR e a Concessionária Bioparque Zoobotânico LTDA, cujo objetivo é a CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO, INTEGRADAS COM ENCARGOS DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL ZOOBOTÂNICO;

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Monitoramento e Gestão - CMOG, para fiscalização do Contrato de CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO, INTEGRADAS COM ENCARGOS DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL ZOOBOTÂNICO, em obediência ao disposto na Resolução nº 002, do Conselho Gestor de PPP do Estado do Piauí e o Manual de Gestão de Concessão e Parcerias Público Privadas do Estado do Piauí, publicada no Diário Oficial nº 197, do dia 22 de outubro de 2018.

Art. 2º O Comitê de Monitoramento e Gestão - CMOG terá caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador e executivo e será composto pelos membros dos seguintes órgãos:

I - Pela Superintendência de Parcerias e Concessões do Piauí - SUPARC, denominada de Coordenação do CMOG:

NOME	MATRÍCULA/CPF	ORGÃO	CARGO
Emmanuel Fernando de Assunção Saraiva	371596-5	SUPARC	Diretor
Justina Vale de Almeida	373383-1	SUPARC	Coordenadora
Eric Marinho do Nascimento	359840-3	SUPARC	Coordenador

II. Pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, denominada Poder Concedente:

NOME	MATRÍCULA	ORGÃO	CARGO
João Victor Miranda e Silva de Oliveira	371250-8	SEMARH	Superintendente do Meio Ambiente
João Henrique de Sousa Sampaio	371.460-8	SEMARH	Diretor Administrativo e Financeiro
Raphael Lima Sales	0378276-0	SEMARH	Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(assinado eletronicamente)

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13622, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 408/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispões o Art. 75, Inciso VIII, combinado com o Art. 94 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.1994 e o Art. 100 da Lei Complementar nº 71 de 26 de julho de 200

R E S O L V E:

Art.1º - RETORNAR, após Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida no período de 05/04/2022 a 04/04/2024, a servidora **IABITA FABIANA SOUSA AZEVEDO**, Professor(a) Classe SD, Nível I, matrícula nº 172491-6, lotada no CEEP Liceu Parnaibano - 1ª GRE -Parnaíba-PI, com 20 horas semanais, a partir de 08-04-2024, conforme relatório de lotação emitido pela Gerência de Lotação desta Secretaria, datado em 15.04.2024, devendo ser incluída em Folha de Pagamento, nos termos do processo SEI nº 00011021100/2024-26, de 27-03-2024.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, em 08 de Maio de 2024.

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13623, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA - PIAUIPREV

ATOS DO EXMO. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº: 0701/2024 – PIAUIPREV TERESINA, 16 DE MAIO DE 2024

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 2023.02.178952P.

RESOLVE, conforme o Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88, sem paridade e com o Decreto Estadual Nº 16.450/2016, CONCEDER benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculado conforme o valor do benefício médio individual, ao Segurado JOSÉ CAMPELO DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS, Classe II, Padrão A, matrícula nº 2055970, portador do CPF nº 066********, do quadro de pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com proventos de R$ 396,64 (Trezentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

De acordo com o Art. 7º, inciso VII da Constituição Federal, seus proventos serão fixados de conformidade com o salário mínimo nacional vigente.

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria por idade e tempo de contribuição - Proventos pela média, reajuste manter valor real	
(4.250 / 12.775 (33.2681%) DE R$ 1.192,25) DE ACORDO COM O ART. 1º DA LEI Nº 10.887/04 E ART. 62 DA O.N. Nº 02/09	R$ 396,64
PROVENTOS A ATRIBUIR	**R$ 396,64**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

FLÁVIO CHAIB

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº: 0693/2024 – PIAUIPREV TERESINA, 15 DE MAIO DE 2024.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 2023.04.177574P, RESOLVE:

1 - ANULAR a Portaria de Nº 1229/2023, datada de 06/05/2024, publicada no Diário Oficial Nº 91/2024 , datado de 10/05/2024, em razão de motivo de erro material.

2 - CONCEDER, de conformidade com o art. 49, § 1º c/c §2º, inciso I e §3º, inciso I, do ADCT da CE/89, acrescentado pela EC nº 54/2019, regra de pedágio, garantida a paridade, o benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, ao segurado(a) AUCIONEIDE LOPES SOARES, ocupante do cargo de PROFESSOR, 40 Horas, Classe SE, Nível III, matrícula nº 0878596, portador do CPF nº 372********, do quadro de pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com os proventos de R$ 4.893,41 (R$ Quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos) mensais.

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS		
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria de professor - Proventos com integralidade, revisão pela paridade		
VERBA	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR**
VENCIMENTO	LC Nº 71/06 C/C LEI 7.081/17 C/C ART. 1º DA LEI Nº 7.766/2022	R$4.850,04
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)		
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	ART. 127 DA LC Nº 71/06	R$43,37
PROVENTOS A ATRIBUIR		**R$4.893,41**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

FLÁVIO CHAIB

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº: 0678/2024 – PIAUIPREV TERESINA, 14 DE MAIO DE 2024.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016, e considerando o que consta no processo nº 2024.04.178010R1.

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria Nº. 1300/2023, datada de 30 DE ABRIL DE 2024, publicada no Diário Oficial Nº 91/2024, datado de 10 DE MAIO DE 2024, que concedeu REVISÃO SUB JUDICE, em favor de JOSELITO LOURENÇO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE POLÍCIA, Classe ESPECIAL, matrícula Nº 1084461, portador do CPF Nº 399********, do quadro de pessoal da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA para CORRIGIR a seguinte informação: onde se lê " PORTARIA Nº. 1300/2023", leia-se "PORTARIA nº 0677/2024, assim como para constar o número dos Processos SISPREV nº 2024.04.178010R1 e TC nº 001605/2024".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

FLÁVIO CHAIB

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº: 0681/2024 – PIAUIPREV TERESINA, 14 DE MAIO DE 2024.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016, e em cumprimento ao Mandado de Segurança de nº 0841521-76.2023.8.18.0140 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Ofício PGE nº 00003.003483/2024-50, e o que consta no Processo Nº 2018.04.1586P. RESOLVE:

CONCEDER, sub judice, de acordo com a decisão supracitada, condicionada à sua permanência e em conformidade com a regra de transição - Art. 3º, incisos I, II, III e § único da Emenda Constitucional nº 47/2005, garantida a paridade, o benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, garantida a paridade, ao Segurado FRANCISCO DE ASSIS GONCALVES, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS, Classe III , Padrão: E, matrícula nº 0578886, portador do CPF nº 012********, do quadro de pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com proventos de R$ 1.407,07 (Um mil e quatrocentos e sete reais e sete centavos) mensais.

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS		
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria por idade e tempo de contribuição - Proventos com integralidade, revisão pela paridade		
VERBA	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR**
VENCIMENTO	ART. 25 DA LC Nº 71/06, C/C LEI 5.589/06 C/C ART. 1º DA LEI Nº 7.766/2022 C/C LEI Nº 7.713/2021	R$1.363,87
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)		
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	ART. 65 DA LC Nº 13/94	R$43,20
PROVENTOS A ATRIBUIR		**R$1.407,07**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

FLÁVIO CHAIB

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13633, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONSELHOS

PORTARIA CONAPLAN 048/2024 TERESINA(PI), 15 DE MAIO DE 2024

O Presidente do Conselho de Administração e Planejamento – CONAPLAN/UESPI no uso das atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.010349/2024-11 e 00089.009162/2024-66;

Considerando MEMORANDO Nº: 3/2024/FUESPI-PI/GAB/BJS/LETRASPORT;

Considerando manifestação favorável do Colegiado do Curso de Letras Português do Campus Bom Jesus e do CEPEX presente no processo 00089.001396/2022-01;

Considerando inciso XXIV, art. 60 do Estatuto da UESPI;

Ad referendum do CONAPLAN;

R E S O L V E:

Art. 1º – ALTERAR o tipo de afastamento concedido na portaria **CONAPLAN 036/2024,** que autorizou a segunda renovação de AFASTAMENTO INTEGRAL do docente **MARCOS HELAM ALVES DA SILVA**, matrícula 332042-1, lotado no Campus da UESPI em Bom Jesus/PI, no período de 29/04/2024 a 29/04/2025, para cursar Doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, passando a vigorar com a seguinte alteração:

- ONDE SE LÊ: **AFASTAMENTO INTEGRAL**

- LEIA-SE: **AFASTAMENTO PARCIAL**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão, retroagindo seus efeitos a 29/04/2024.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CONAPLAN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONSELHOS

PORTARIA CONSUN 035/2024 TERESINA(PI), 15 DE MAIO DE 2024.

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí - CONSUN/UESPI no uso das atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.012137/2024-60;

Considerando o inciso IV, art. 68 do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CONSUN na 280ª reunião ordinária, em 10/05/2024,

R E S O L V E:

Art. 1º – Instituir a Comissão responsável pelo planejamento e operacionalização do Calendário Acadêmico de 2024.2 e 2025.1, com os seguintes membros:

- **ALLEN DA COSTA ARAÚJO;**
- **ARTEMARIA COELHO DE ANDRADE;**
- **CRISNEYMAICON DA VERA CRUZ LEITE;**
- **JOSEANE DE CARVALHO LEÃO;**
- **SIMONELLY VALÉRIA DOS SANTOS MELO.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CONSUN

PORTARIA CONSUN 036/2024 TERESINA(PI), 17 DE MAIO DE 2024.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí - CONSUN/UESPI no uso das atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.019001/2023-08;

Considerando o §1º, art. 8º da Resolução CONSUN 002/2019;

Considerando o inciso IV, art. 68 do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CONSUN na 280ª reunião ordinária, em 10/05/2024,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os membros, elencados abaixo, para compor a Comissão para selecionar 08 (oito) docentes da UESPI e seus respectivos suplentes para o Conselho Editorial da UESPI - 2023/2025, nos termos inciso II, artigo 8º da Resolução CONSUN 002/2019:

- **Marcelo de Sousa Neto - Presidente;**
- Alcir Rocha dos Santos - membro;
- Aldir Silva Sousa - membro;
- Fabrícia Gomes da Silva - membro;

- Marlei Rosa dos Santos - membro.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CONSUN

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13636, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ - DETRAN

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 36, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA JK EMPLACADORA LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa JK EMPLACADORA LTDA, inscrita nos CNPJ n° 36.340.074/0001-14 (matriz) e 36.340.074/0002-03 (filial), localizada na Avenida Higino Cunha, 883, Ilhotas, Teresina–PI, e Rua Felipe Neves, no 370, sala b, São Benedito, CEP 64202- 460,Parnaíba - PI, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, nos Lotes 1 e 5, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 37, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA ALLIANCE PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa ALLIANCE PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA, inscrita nos CNPJ n° 08.086.069/0001-91 (matriz), 08.086.069/0003-53 (filial), 08.086.069/0002-72 (filial), 08.086.069/0004-34 (filial), localizada na Rua desembargador Manoel Felicio Pinto, nº 1850, Tancredo Neves, cep: 64076-060, Teresina - PI (matriz), Filial: Rua Siqueira Campos, 634, Centro, 64280-000, Campo Maior-PI, Filial: Rua 1º de Maio, Nº914 D, Centro, Valença do Piauí-PI, Filial: Rua Jonas Cavalcante, s/nº, Bairro: Centro em Paulistana - PI, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina, Campo Maior, Piripiri e Parnaíba, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 38, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA NORTE PLACAS AUTOMOTIVAS.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa NORTE PLACAS AUTOMOTIVAS, inscrita nos CNPJ: 41.140.684/0001-04 (matriz), 41.140.684/0002-95 (filial), 41.140.684/0003-76 (filial), 41.140.684/0004-57(filial), localizada na R. Magalhães Filho, 2120, Aeroporto - TERESINA/PI (matriz), TV Amadeu Alves Rubem, 95, urbano, São Raimundo Nonato(filial), Av. Anderson Alves Ferreira, 2203, Prado, PIRIPIRI-PI (filial), Av. Ademar Diógenes,115, centro, Bom Jesus-PI (filial), para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina, São Raimundo Nonato, Piripiri e Bom Jesus-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 39, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA AMERICAN PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa AMERICAN PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA, CNPJ: 42.827.199/0001-76 (matriz), 42.827.199/0003-38 (filial), 42.827.199/0004-19 (filial), localizada na AV. João XXIII, 1563, São Cristóvão- Teresina (matriz), AV. Deputado Pinheiro Machado, 1187, Frei Higino- Parnaíba (filial), AV. Transamazônica, 993, Rodagem de Picos - Oeiras (filial), para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina, Paulistana, Bom Jesus-PI, Valença, Oeiras e São Raimundo Nonato-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 40, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA FF DE SOUZA AUTO PLACAS.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa FF DE SOUZA AUTO PLACAS, CNPJ: 53.211.576/0001-64, localizada na Casa 08, Quadra E 14, Mocambinho III, Teresina PI, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 42, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA LESTE PLACAS LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa LESTE PLACAS LTDA, CNPJ: 50.989.741/0001-15, localizada na RUA LEMOS CUNHA, 1932, TERESINA – PI, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 43, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA ANTONIO ELONEIDE GOMES PEREIRA LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa ANTONIO ELONEIDE GOMES PEREIRA LTDA, CNPJ: 52.743.413/0001-60 (matriz), 52.743.413/0002-40 (filial), localizada na Av. Bucar Neto, 989, Centro, Floriano Pi (matriz), R. Erotides Lima, 1061 Centro Uruçuí Pi (filial), para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, nos Lotes 9 e 4, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 44, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA EMPLACADORA MODELO LTDA.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa EMPLACADORA MODELO LTDA, CNPJ: 40.514.728/0001-56, localizada na Rodovia BR 316, Piaui Shopping 097, Bairro Belo Norte, Picos Pi, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Picos-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

DETRAN_PORTARIA_EXTERNA Nº 45, DE 17 DE MAIO DE 2024

CONCEDER CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA ESTAMPADORA F A B CARDOSO.

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais e tendo em vista do que consta do presente processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 98/2023 - DETRAN-PI que Aprova o Regulamento de Credenciamento de Fabricantes de Placas de Identificação Veicular e Estampadores de Placas de Identificação Veicular, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN/PI;

CONSIDERANDO, a análise documental quanto à habilitação jurídica e regularidade fiscal, com a aprovação da capacidade técnica, seguida de manifestação fundamentada da Comissão de Credenciamento (parecer técnico e publicação de Termo de Habilitação no Diário Oficial do Estado), assim como o Laudo de Vistoria Técnica;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CONTRAN nº 969/2022 que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder credenciamento para funcionamento como Estampadora de Placas à empresa F A B CARDOSO, CNPJ: 43.427.803/0001-30, localizada na Av. Pedro Freitas, s/n, 1903, Sala B, Bairro: São Pedro, Teresina PI, CEP 64.018-900, para estampagem de placas de identificação veicular, semiacabadas produzidas e fornecidas por Fabricante regularmente credenciado pelo DENATRAN, em Teresina-PI, nos termos deste Regulamento e dos regramentos previstos na legislação e nos normativos do CONTRAN e DENATRAN, em especial à Resolução CONTRAN n° 969/2022 e Portaria 98/2023 DETRAN-PI.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Luana Maria Machado Barradas

Diretora Geral - DETRAN/PI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13637, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 409/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispões o Art. 75, Inciso VIII, combinado com o Art. 94 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.1994 e o Art. 100 da Lei Complementar nº 71 de 26 de julho de 2006.

R E S O L V E

Art.1º - RETORNAR, após Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida no período de 21.02.2022 a 23.02.2024, o servidor FABRÍCIO JOSÉ DA SILVA QUEIROZ, Professor SE/II, matrícula nº 232730-9, lotado na U E Barão de Gurgueia - 4ªGRE - Teresina-PI, com 40 horas semanais, a partir de 09.04.2024, conforme relatório de lotação emitido pela Gerência de Lotação desta Secretaria, datado em 09.04.2024, devendo ser incluído em Folha de Pagamento, nos termos do processo SEI nº 00011.020529/2024-04, de 25 de março de 2024.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, em 08 de Maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13638, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 401/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispões o Art. 75, Inciso VIII, combinado com o Art. 94 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.1994 e o Art. 100 da Lei Complementar nº 71 de 26 de julho de 2006.

R E S O L V E

Art.1º - RETORNAR, após Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida no período de 01.06.2022 a 30.05.2024, a servidora **MARIA DE JESUS PEREIRA DE BRITO,** Agente Operacional de Serviço, matrícula nº 229912-7, lotada na U E DARCY RIBEIRO - Bom Princípio do Piauí - PI - 1ªGRE - Parnaíba-PI, com 40 horas semanais, a partir de 29.04.2024, conforme relatório de lotação emitido pela Gerência de Lotação desta Secretaria, datado em 29.04.2024, devendo ser incluída em Folha de Pagamento, nos termos do processo SEI nº 00011.028187/2024-62, de 25 de Abril de 2024.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, em 03 de Maio de 2024.

(assinado eletronicamente)

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13643, datada de 20 de maio de 2024.)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

GABINETE DA REITORIA

EXTRATO DE PORTARIAS

PORTARIA nº 300, de 17 de maio de 2024

Art. 1º Designar os membros para comporem a Banca Avaliadora das Provas Escritas Dissertativas do Concurso Público da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí - SEJUS, cargo Policial Penal, Edital Nº001/2024 - RETIFICADO, executado sob a responsabilidade da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, por meio do Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos - NUCEPE:

Algemira de Macêdo Mendes, CPF: 227.***.***-49, Presidente;

Clevisvaldo Pinheiro Lima, CPF: 015.***.***-00, Membro;

Diógenes Buenos Aires de Carvalho, CPF: 481.***.***-00, Membro;

Emanoel Pedro Martins Gomes, CPF: 006.***.***-84, Membro;

Emília Rafaelly Soares Silva, CPF: 024.***.***-04, Membro;

Francisca Joelma de Andrade Pereira Cordeiro, CPF: 796.***.***-91, Membro;

Francisca Neuza de Almeida Farias, CPF: 151.***.***-34, Membro;

Franklin de Oliveira Silva, CPF: 837.***.***-53, Membro;

Fúlvio de Oliveira Saraiva, CPF: 659.***.***-68, Membro;

José Wanderson Lima Torres, CPF: 746.***.***-34, Membro;

Jurema da Silva Araújo, CPF: 023.***.***-21, Membro;

Márcia Edlene Mauriz Viana Lima, CPF: 274.***.***-53, Membro;

Maria Gessi-Leila Medeiros, CPF: 346.***.***-53, Membro;

Nize da Rocha Santos Paraguassu Martins, CPF: 779.***.***-68, Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

Teresina, 20 de maio de 2024

Evandro Alberto de Sousa

Reitor

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13650, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ - AGRESPI

Portaria Nº 4, de 20 de maio de 2024

Disciplina sobre a designação de comissão responsável pela gestão e fiscalizaçãodo Contrato Nº 004/2024, firmado entre a AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ e a empresa ASTA MOBILI MOV LTDA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei 7049/2017

RESOLVE:

Art. 1° - Designar os servidores abaixo, para desempenharem as funções de Gestão e Fiscalização do Contrato Nº 004/2024, firmado entre a AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ e a empresa ASTA MOBILI MOV LTDA.

NOME	MATRÍCULA
Juçandra Maria Urtiga de Sá	085205-8
Marcela Jessica dos Santos Oliveira Fialho	371268-X
Rosineide Castro dos Santos	372043-8

Art. 2º - Determinar que os fiscais devem informar ao Gestor sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina-PI, 20 de maio de 2024.

Antonio Torres da Paz

Diretor Geral da AGRESPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13656, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

Portaria Nº 122, de 20 de maio de 2024

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, fundamentada na determinação constante da Portaria GR/UESPI/N° 0045, de 31 de janeiro de 2022, Portaria GR/UESPI Nº 0011/2016, de 05 de Janeiro de 2016, Portaria GR/UESPI/N° 0380/2016, de 15 de Junho de 2016, no Regimento Geral da UESPI e, considerando o Processo Administrativo Nº 00089.003171/2024-43,

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que "estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais";

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Contrato N°19/2024 firmado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a DENTECK LTDA; Contrato N°20/2024 firmado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a SUPERAR LTDA; Contrato N°21/2024 firmado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a NATAL COMPUTER LTDA e o Contrato N°22/2024 firmado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a empresa LIVRE INOVAÇÕES LTDA.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os Servidores SUZANE DA SILVA PEREIRA, matrícula nº 280140-0, CPF: 042.***.***-42, e-mail: su***@uespi.br, para exercer a função de Fiscal de Contrato e VERINEIDE OLIVEIRA BRITO, matrícula nº 365579-2, CPF: 628.***.***-00, e-mail: ve***@uespi.br, para exercer a função de Fiscal Substituto. Ademais, para compor a comissão de recebimento, além das pessoas acima citadas: MARIANO DIAS FILHO, matrícula nº 027314-7, CPF: 242.***.***-15, e-mail: ma***@uespi.br.

Art. 2º As atribuições de Fiscal do contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

1. fiscalizar a execução dos Contratos nº 19/2024, nº 20/2024, nº 21/2024, nº 22/2024 informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios e irregularidades verificados na

execução por parte da contratada;

2. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a reconhecer durante a fiscalização;

3. verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

4. atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

5. propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Parágrafo único. O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades cabíveis.

Cientifique-se

Publique-se

Cumpra-se.

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13665, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA - PIAUIPREV

Portaria Nº 84, de 15 de maio de 2024

Designa a servidora **ARACI CARMEM GONÇALVES SOARES**, para responder interinamente pela Coordenação de Cadastro da PIAUIPREV.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016, e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO Portaria Nº 1, de 03 de janeiro de 2024 publicada no DOE/PI nº 07, de 10 de janeiro de 2024, que designa os(as) substitutos(as) legais das Diretorias, Gerências e Coordenações da Fundação Piauí Previdência.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ARACI CARMEM GONÇALVES SOARES**, Matrícula: 0237736, para responder interinamente pela Coordenação de Cadastro da PIAUIPREV, na ausência, suspeição e impedimentos da servidora **MARIA VALDECIR BARBOSA FURTADO**, Matrícula: 0234745, substituta da titular **LILIAN VALÉRIA PIRES BARBOSA,** Matrícula: 376191-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Flávio Chaib

Presidente da Fundação Piauí Previdência

(assinado eletronicamente)

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13672, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 160, de 17 de maio de 2024

Dispensa e designa Gestor para o Contrato Administrativo nº 015/2024 - CLCA/PMPI, vigente no âmbito da Polícia Militar do Piauí e o orienta sobre o correto acompanhamento do mesmo.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º e o inciso II, do Art. 6º, da Lei nº 3.529/1977 (LOB), com o objetivo de dar cumprimento ao imperativo legal dos artigos 104, inciso III, c/c o 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013;

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, por força dos artigos 104, inciso III, c/c o 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Instrução Normativa CGE nº 01/2012, de 03 de março de 2012, e art. 2º, inciso VII, da Instrução Normativa Conjunta SEAD/CGE nº 01/2015, de 20 de maio de 2015;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00028.031700/2023-32,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instituição de representantes da Administração, denominados de fiscais de contrato, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar ao Diretor de Administração e Finanças (DAF) sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, nos termos do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais de

contrato devem proceder à efetiva fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução do contrato, bem como verificar o cumprimento deste por parte do contratado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 15.093/13, de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Dispensar o Ten. Cel. QOPM VALDENEY JOSE PACHECO, RGPM 105065063-7, da atuação como Gestor do Contrato nº 015/2024 - CLCA/PMPI, a ser celebrado com a PMPI e a empresa ALAMEDA DAS FRUTAS LTDA, CNPJ 03.312.785/0001-26, que tem por objeto aquisição de feno/forragem para o plantel de equinos da PMPI para atender a demanda de 55 (cinquenta e cinco) equinos como patrimônio vivo da Policia Militar do Piauí, sob os cuidados do RPMONT (Regimento de Polícia Montada da PMPI)**.**

Art. 3º Designar o Major QOPM WELINGTON DE SOUSA MARQUES, RGPM 10.11116-94, para atuar como Gestor do Contrato nº 015/2024 - CLCA/PMPI, a ser celebrado com a PMPI e a empresa ALAMEDA DAS FRUTAS LTDA, CNPJ 03.312.785/0001-26, que tem por objeto aquisição de feno/forragem para o plantel de equinos da PMPI para atender a demanda de 55 (cinquenta e cinco) equinos como patrimônio vivo da Policia Militar do Piauí, sob os cuidados do RPMONT (Regimento de Polícia Montada da PMPI)**.**

§1º Incumbe ao Gestor do Contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos da Lei n. 14.133/2021, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II- ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo firmado por tempo determinado, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual:

a) 90 (noventa) dias de antecedência, para os contratos de terceirização de mão de obra e de locação de veículos;

b) 60 (sessenta) dias, para os demais contratos de serviços ou de obras;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes.

§ 2º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

§ 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do contrato administrativo, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios e irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do

contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 4º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento de bens ou serviços em desacordo com especificado no contrato.

Art. 5º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Documento assinado eletronicamente)
SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Coronel QOPM
Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13674, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI

PORTARIA GAB N.º 078/2024

PROCESSO SEI: Nº 00119.000843/2023-83

Designar Engenheiro responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços/Obras Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que determina o Art. 67 da Lei n. º 8.666/93, no que é pertinente ao acompanhamento da execução dos contratos administrativos do Estado do Piauí, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Piauí –IDEPI.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a Engenheira: **KAMYLA CIBELE SARAIVA LUSTOSA**, Matrícula: 0360367-9, como Gestora e Fiscal do Contrato nº **031/2024**, que trata da execução dos serviços de

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO – TSD, COM BANHO DILUÍDO NA PISTA DE ROLAMENTOE TRATAMENTO SUPERFICIAL SIMPLES – TSS, COM BANHO DILUÍDO NOS ACOSTAMENTOS, 2° SUBTRECHODA ESTACA 3.247 À ESTACA 3772 + 12,22, COM 10,51 KM DA RODOVIA PI – 213, NO TRECHO: ESPERANTINA/ENTRONC. PI. 305 (VOLTA DA JUREMA), COM 75,60 KM DE EXTENSÃO, pela Empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SOMA LTDA., inscrita no CNPJ: n° 03.611.978/0001-88, para, a partir desta data e durante toda a vigência do ajuste, ou até que seja determinada sua substituição por outro servidor.

II - DETERMINAR que o (a) referido (a) servidor (a) adote todos os procedimentos necessários à fiscalização dos ajustes, observando em especial a Lei n. º 8.666/93, as instruções e normatizações estabelecidas por meio de portarias, circulares, instruções normativas, ordens de serviço, resoluções que regulem ou venham a regular a matéria, inclusive.

III - Esta portaria tem efeitos a partir de sua publicação.

Comunique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

FELIPE DE MELO EULÁLIO

Diretor Geral – IDEPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13679, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 158, de 17 de maio de 2024

Dispensa e designa policiais militares da função de Agente Suprido da DINT.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí e o art. 4º da Lei Estadual nº 3.529/77, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 16.226, de 13 de outubro de 2015, que estabelece normas para concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito do Poder Executivo Estadual e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00028.018907/2024-01,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da função de Agente Suprido da DINT, o TC QOPM TOMÉ SOARES DA COSTA NETO, RGPM 10.12139-98.

Art. 2º Designar para a função de Agente Suprido da DINT, o Major QOPM ÁLVARO

LEBRE NETO, RGPM 10.12127-98.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Documento assinado eletronicamente)

SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Coronel QOPM

Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13686, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ – INVESTE PIAUÍ

PORTARIA Nº 148/2024/INVESTE

Dispõe sobre as regras para constituição e funcionamento do **Laboratório de Inovação do Piauí – LIPI.**

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ – INVESTE PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela legislação em vigor, e ainda:

CONSIDERANDO os termos da Lei Estadual nº 7.511, de 04 de junho de 2021 que, em

conformidade com a Lei Federal nº 13.243/16, de 11 de janeiro de 2016, dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 que, institui o Marco Legal da Startups e do empreendedorismo inovador;

CONSIDERANDO os termos da Lei Estadual nº 8.171, de 02 de outubro de 2023 que, institui a Política Estadual de Incentivo ao Empreendedorismo, ao Desenvolvimento Industrial e às Novas Tecnologias;

CONSIDERANDO a necessidade de fomento contínuo a projetos e soluções de inovação que contribuam para o alcance das ações previstas nos Objetivos Estratégicos do Estado do Piauí;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Laboratório de Inovação do Piauí – LIPI no âmbito da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí – Investe Piauí.

Art. 2º O Laboratório de Inovação do Piauí (LIPI), tem como finalidade criar um ambiente de inovação aberta e colaborativa, com programas, projetos e ações voltadas para melhoria de processos, serviços e a solução de problemas e desafios da administração pública direta ou indireta do Estado do Piauí.

Parágrafo único. São objetivos do LIPI:

I - Possibilitar um ambiente colaborativo, propício ao desenvolvimento de práticas inovadoras, que contribuam com a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade piauiense;

II - Prover recursos técnicos e articulação entre os diversos órgãos da administração direta e indireta, as instituições de ensino, a sociedade e empreendedores, com vistas a estreitar laços e firmar parcerias viabilizando e incentivando práticas inovadoras no Governo do Estado do Piauí;

III - Fomentar no Estado do Piauí uma cultura de inovação por meio do fortalecimento da governança em rede, de projetos e programas de inovação e empreendedorismo, da participação popular e da construção coletiva de soluções criativas, inovadoras e tecnológicas para os desafios da gestão pública;

IV - Disseminar suas atividades, resultados e produtos por meio de notícias, relatórios e

organização de eventos, difundindo, interna e externamente, projetos, práticas e métodos inovadores.

V - Disseminar conceitos, métodos e práticas relacionados à inovação aberta na gestão pública.

Art. 3º Compete ao LIPI:

I – Implantar seu modelo de governança e regulamentar o funcionamento do laboratório, enquanto espaço físico e virtual com as melhores práticas de mercado;

II – Fomentar, identificar e captar oportunidades de inovação no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Piauí, que possam ser objeto de soluções criativas e práticas inovadoras ou tecnológicas;

III – Propiciar a construção de soluções inovadoras, através da pesquisa, desenvolvimento, inovação, exploração, ideação, realização de pilotos, prototipagem, conexão, interação, testes estruturados e provas de conceito;

IV – Propor, criar, gerir e/ou executar programas e projetos de inovação aberta ou fechada e educação empreendedora no âmbito da administração direta e indireta do Governo do Estado do Piauí;

V – Prospectar parcerias e promover a troca de experiências entre os diversos órgãos da

administração direta e indireta, instituições de ensino, sociedade e empreendedores.

VI - Conectar desafios públicos a iniciativa privada, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), associações, entidades de classe e demais pessoas e organizações de natureza jurídica diversas, que possam auxiliar na resolução de problemas e melhorias de processos e serviços do Estado do Piauí;

VII - Identificar oportunidades de inovação no ambiente interno e externo da esfera pública estadual que possam ser objeto de iniciativas e ações com abordagens criativas e propósitos inovadores de impacto social, ambiental, cultural e econômicos para a população do Estado do Piauí.

VIII - Propor, promover, auxiliar, gerir, executar e apoiar programas e projetos que gerem

impactos diretos ou indiretos de melhoria e inovação na esfera da administração pública direta ou indireta e no ecossistema de inovação do Estado do Piauí.

IX - Prospectar parcerias, fomento, sociedades que promovam a troca de experiências,

transferência de tecnologias, conhecimentos e metodologias criativas e inovadoras entre

pessoas, setores internos e externos, outros órgãos da administração direta ou indireta,

academia, ICTs, IES, entidades, fundações, institutos e associações sem fins lucrativos e a sociedade civil;

X - Estimular as melhores práticas e conceitos de inovação, a criatividade, o empreendedorismo, a melhoria e a geração de novos serviços e soluções de impacto e socialmente referenciadas.

Parágrafo único. O LIPI deverá pautar sua atuação de forma que esteja alinhada aos projetos e programas do Governo do Estado do Piauí e suas pautas estratégicas, focado nas resoluções de problemas e melhorias de processos e de gestão no âmbito da administração pública estadual direta e indireta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Teresina - PI, 20 de maio de 2024.

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA

DIRETOR-PRESIDENTE INVESTE PIAUÍ

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13687, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ-PM

Portaria Nº 152, de 16 de maio de 2024

Designa Gestor, Fiscal e Suplente para os Contratos Administrativos vigentes no âmbito da Polícia Militar do Piauí e os orienta sobre o correto acompanhamento dos mesmos.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º e o inciso II, do Art. 6º, da Lei nº 3.529/1977 (LOB), com o objetivo de dar cumprimento ao imperativo legal dos artigos 104, inciso III, c/c o 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013;

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, por força dos artigos 104, inciso III, c/c o 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Instrução Normativa CGE nº 01/2012, de 03 de março de 2012, e art. 2º, inciso VII, da Instrução Normativa Conjunta SEAD/CGE nº 01/2015, de 20 de maio de 2015;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00028.026607/2023-14,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instituição de representantes da Administração, denominados de fiscais de contrato, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar ao Diretor de Administração e Finanças (DAF) sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, nos termos do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais de contrato devem proceder à efetiva fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução do contrato, bem como verificar o cumprimento deste por parte do contratado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 15.093/13, de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Designar o Major QOPM WELINGTON DE SOUSA MARQUES, RGPM 10.11116-94, o Cap. QOPM MIGUEL WELDITON PEREIRA DA SILVA, RGPM 10.12661-00, e o 3º SGT PM LEONARDO LEAL MOURA, RG 10.13909-09, para atuarem como Gestor, Fiscal e Suplente, respectivamente, do Contrato nº 18/2024 - CLCA/PMPI, a ser celebrado com a PMPI e a empresa ANDRE V S MORAIS, CNPJ: 27.487.710/0001-44, e do Contrato nº 19/2024-CLCA/PMPI, a ser celebrado com a PMPI e a empresa LICITAO AGRONEGOCIO LTDA, CNPJ: 51.785.959/0001-10, os quais tem por objeto a aquisição de ração para o plantel de equinos da PMPI.

§1º Incumbe ao Gestor do Contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos da Lei n. 14.133/2021, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II- ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo,

bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo firmado por tempo determinado, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual:

a) 90 (noventa) dias de antecedência, para os contratos de terceirização de mão de obra e de locação de veículos;

b) 60 (sessenta) dias, para os demais contratos de serviços ou de obras;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes.

§ 2º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

§ 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do contrato administrativo, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios e irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento de bens ou serviços em desacordo com especificado no contrato.

Art. 4º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Documento assinado eletronicamente)
SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Coronel QOPM
Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13691, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM

Portaria Nº 159, de 17 de maio de 2024

Designa Oficial para função que especifica no âmbito do RPMONT.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO que a Organização Básica da Polícia Militar estabelecida pela Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, com suas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023 e a Lei nº 8.069, de 7 de junho de 2023, define os órgãos básicos existentes no âmbito da Polícia Militar do Piauí,

CONSIDERANDO ainda, o constante no § 1º, do artigo 45-C, e ainda o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10 de fevereiro de 2004, que versa sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Piauí, com a redação estabelecida pelas alterações posteriores, em especial a Lei nº 8.034, de 04 de maio de 2023,

CONSIDERANDO por fim, o constante dos autos do processo nº 00028.019250/2024-91,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para a função de Comandante da 2ª Companhia do RPMONT, o Capitão QOPM SERGIO LUIS OLIVEIRA DA SILVA, RGPM 10.12659-00.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(assinado eletronicamente)

SCHEIWANN SCHELEIDEN LOPES DA SILVA - Cel PM

Comandante-Geral da PMPI

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 13694, datada de 20 de maio de 2024.)

CONTRATOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

EXTRATO DO CONTRATO N° 032/2024	
Nº do processo SEI	00027.000910/2024-70
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	24001122
Modalidade de licitação	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023/SEAD (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01)
Fundamento legal	LEI Nº 8.666/93
Contratante	SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ
Codificação da UG no Siafe	120101
Contratado	AEROVIP VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ do Contratado	07.079.129/0001-86
Resumo do objeto do contrato	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, DE EMISSÃO, DE ALTERAÇÃO, DE MARCAÇÃO, DE REMARCAÇÃO E DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ
Prazo de vigência	12 (DOZE) MESES
Data de assinatura do contrato	17/05/2024
Valor global	R$ 153.437,54 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)
Programa de Trabalho	06.122.0109.2000
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339033
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00195
Nº Autorização de Reserva Orçamentária	2024RO04887
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO Pela Contratada: Lenita Siqueira de Carvalho Medeiros

(assinado eletronicamente)

Francisco Lucas Costa Veloso

Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

Portaria Nº 112/2024

Designa Comissão de Fiscalização de Contrato Administrativo, no âmbito desta Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e dá outras providências.

O Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e cumprindo exigência legal prevista no Artigo 57, II § 2º, 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 14.483/2011;

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, por força dos Artigos 57, II, § 2º, 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei nº 8.666/93, Decreto Estadual nº 14.483/2011 e Decreto Estadual nº 15.093/2013;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instituição de representantes da Administração, para exercerem o acompanhamento e a fiscalização da execução de Contratos.

Artigo 2º - Designar a Comissão de Fiscalização para o **Contrato 032/2024,** firmado com a empresa Aerovip Viagens e Turismo Ltda, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, DE EMISSÃO, DE ALTERAÇÃO, DE MARCAÇÃO, DE REMARCAÇÃO E DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, os seguintes servidores:

1. **Dinamara Anjos Pereira**, CPF nº ***.130.073-**, Matrícula nº 371550-7 - Gestor de Contrato;

2. **Luiz Rodrigues de Sousa**, CPF nº ***.874.423-**, Matrícula nº 371563-9 - Fiscal de Contrato;

3. **Odorica Pereira da Silva**, CPF nº ***.525.903-**, Matrícula nº 3734811 - Fiscal de

Contrato;

4. **Karla Rhamyra Alves Costa dos Santos**, CPF nº ***.328.713-**, Matrícula nº 130321-0 - Suplente;

Artigo 3º - Determinar que os fiscais devem informar ao Gestor do Contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais do contrato deverão proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução do contrato, conforme dispõe o decreto nº 15.093/2013.

Artigo 4º - Cientificar que os fiscais do contrato responderão, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Segurança do Piauí, em Teresina – PI (*datado eletronicamente*).

(assinado eletronicamente)

Francisco Lucas Costa Veloso

Secretário de Estado da Segurança Pública

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13535, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2024	
N° do processo SEI	00314.000246/2024-23
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	24007874
Modalidade de licitação	Adesão a ARP.

Fundamento legal	Trata-se de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, visando a contratação de empresa para a subsidiar as contratações de empresas especializadas na prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, por meio de Adesão/Liberação a Ata de Registro de Preço, Modalidade: EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO Nº 12 / 2023 / SEAD REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00002.001539/2020-18.
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Codificação da UG no Siafe	900003
CNPJ do Contratante	05.735.244/0001-36
Nome do Contratado	EMPRESA NUTRIBRASIL EIRELI
CNPJ do Contratado	69.626.349/0001-30
Resumo do objeto	Fornecimento de Almoço e/ou Jantar com materiais e pessoal de apoio. Tipo 3.
Prazo de vigência	18/05/2024 - 18/05/2025
Data de assinatura do Contrato	17/05/2024
Valor Total	R$ 23.500,00 (Vinte e Três mil, quinhentos reais).
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Dotação orçamentária	Unidade orçamentária: 380101 Programa de trabalho: 14.242. 0104. 5077
N° nota de Reserva no SIAFE	2024NR00123
N° nota de Autorização de Reserva Orçamentária	2024RO04656
Signatários do aditivo	Pelo Contratante: MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA Pela Contratada: RUBENS DA SILVA BEZERRA

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID-PI

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13576, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.023994/2024-99
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23004044
Modalidade de Licitação	RDC 42/2023

Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	ZTE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 40.030.316.0001-40
Objeto	Construção de quadra poliesportiva com vestiário do CEJA Maria Rodrigues das Mercedes, localizada no município de Teresina-PI.
Prazo de Vigência	31/12/2024
Prazo de Execução	120 (cento e vinte) dias
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	R$ 665.064,20 (seiscentos e sessenta e cinco mil sessenta e quatro reais e vinte centavos)
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102 Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00957
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03936
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário SR. WANDA GOMES CORREIA LIMA– Representante

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 366/2024

Teresina (PI), 26 de Abril de 2023

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 045/2024, referente ao RDC 42/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE: **Art. 1º** - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 045/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **ZTE ENGENHARIA** , que trata da **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO GLOBAL, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM**

VESTIÁRIO DO CEJA MARIA RODRIGUES DAS MERCEDES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI , no bojo do **RDC 42/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
Sandro Almeida Ramos Lima	**FISCAL**	**369635-9**	xxx.**974.xxx-73**	**(86) xxx81x-7381**	**sandroalmeida1996@gmail.com**
Enrico dos Reis e Freitas Dias	**FISCAL**	**373009-3**	**xxx.984.xxx-96**	**(86) xxx40-xxx79**	**enrico_dias@hotmail.com**
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	**GESTOR**	**402287-4**	**xxx.427.xxx-00**	**(86) xxx9xx-1104**	**luizcosta@seduc.pi.gov.br**

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina(PI), 26 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13578, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

EXTRATO DO CONTRATO Nº Rescisão Contratual 57-2022	
Nº do processo SEI	00314.000376/2024-66
Fundamento legal	Solicita-se a rescisão do contrato supramencionado, nos termos da presente justificativa e da legislação em vigor. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a motivação para a extinção do contrato se baseia inicialmente no fato de que não há mais interesse da Administração Pública de seguir com a avença contratual, caso que é enumerado art. 78, inciso XII, do referido diploma legal.
Contratante	SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SEID
CNPJ do Contratante	05.735.244/0001-36
Contratado	ARAUJO E ARAUJO EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ/CPF do Contratado	07.721.678/0001-02
Resumo do objeto do contrato	Contratação de empresa para prestação do Serviço de Locação de 01 (um) Veículo - Tipo SUV Utilitário (Sem Motorista, Sem Combustível, Km Livre), com capacidade para 7 (sete) passageiros - para atender as demandas desta SEID.
Data de assinatura do Termo de Rescisão	20/05/2024
Signatários do contrato	Pela Contratante: MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA Pela Contratada: MATHEUS BOTELHO DE ARAUJO

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13581, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº056 /2024	
Processo Administrativo SEI	00011.026425/2024-03
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23004125
Modalidade de Licitação	RDC 55 /2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	CCR CONSTRUÇÕES LTDA**.** CNPJ: 63.336.572/0001-66
Objeto	A execução da obra de reforma da quadra no CETI Dr. Fontes Ibiapina, localizada no município de Teresina – PI
Prazo de Vigência	31/12/2024

Prazo de Execução	30 (trinta dias)
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	R$ 78.785,14 (setenta e oito mil setecentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102 Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR01098
Reserva Orçamentária	2024RO03954
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário SR. CONCEIÇÃO DE MARIA CARDOSO CALAND MORAIS, – Representante

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 374/2024 Teresina (PI), 24 de Abril de 2023

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 056/2024, referente ao RDC 55/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 056/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **CCR CONSTRUÇÕES LTDA,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** , **A EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA QUADRA NO CETI DR. FONTES IBIAPINA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PI** , no bojo do **RDC 55/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
José Henrique Macêdo de Santiago	**FISCAL**	**502648**	*****.335.624-****	**(86) 99945-8646**	**riquemacedo19@gmail.com**

Enrico dos Reis e Freitas Dias	**FISCAL**	**373009-3**	*****.984.713-****	**(8699940-03979**	**enrico_dias@hotmail.com**
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	**GESTOR**	**402287-4**	*****.427.343-****	**(86) 99907-1104**	**luizcosta@seduc.pi.gov.br**

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina(PI), 24 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13589, datada de 20 de maio de 2024.)

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER – CENDFOL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2024	
Nº DO PROCESSO SEI:	**00132.000854/2024-76**
Nº AUTOMÁTICO DO CONTRATO NO SIAFE-PI:	24008576
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL:	Art. 72 e 74, *caput,* inciso II, da Lei nº 14.133 de 01/04/2021, bem como o Decreto Estadual nº 16.266/2015.
CONTRATANTE:	COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER – CENDFOL
CNPJ DO CONTRATANTE:	15.029.783/0001-03
CODIFICAÇÃO DA UG NO SIAFE-PI:	10114 – CENDFOL/PI
CONTRATADA:	LIGA FLORIANENSE DE FUTEBOL
CNPJ DA CONTRATADA:	05.520.671/0001-05
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO:	''Festa em Homenagem ao dia do Trabalhador – Edição 2024''.
PRAZO DE VIGÊNCIA:	1 ano
PRAZO DE EXECUÇÃO:	18 de maio de 2024
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:	16/05/2024
VALOR GLOBAL:	R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), oriundos de recursos do tesouro.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	04.122.0007.2036
FONTE DE RECURSOS:	Fonte: 500
NATUREZA DA DESPESA:	339039
Nº DA NOTA DE RESERVA NO SIAFE:	2024NR00401
Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA NO SIAFE:	2024RO04876
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:	**CONTRATANTE: TIAGO MENDES VASCONCELOS** **CONTRATADA: LOURENÇO INÁCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR**

TIAGO MENDES VASCONCELOS

COORDENADOR GERAL – CENDFOL-PI

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER – CENDFOL

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 212 /2024	
Nº DO PROCESSO SEI:	00132.000854/2024-76
FUNDAMENTO LEGAL:	ART. 72 E 74, *CAPUT,* INCISO II, DA LEI Nº 14.133 DE 01/04/2021, BEM COMO O DECRETO ESTADUAL Nº 16.266/2015.
CONTRATANTE:	COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÁS DROGAS E FOMENTO AO LAZER - CENDFOL
CNPJ DO CONTRATANTE:	15.029.783/0001-03
CODIFICAÇÃO DA UG NO SIAFE-PI:	10114 – CENDFOL/PI

CONTRATADA:	LIGA FLORIANENSE DE FUTEBOL
CNPJ DA CONTRATADA:	05.520.671/0001-05
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO:	''Festa em Homenagem ao dia do Trabalhador – Edição 2024''.
PRAZO DE VIGÊNCIA:	1 (ANO)
PRAZO DE EXECUÇÃO:	8 de maio de 2024, no município de Floriano.
VALOR GLOBAL:	R$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), oriundos de recursos do tesouro.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	04.122.0007.2036
FONTE DE RECURSOS:	Fonte: 500
NATUREZA DA DESPESA:	339039
Nº DA NOTA DE RESERVA NO SIAFE:	2024NR00401
Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA NO SIAFE:	2024RO04876
Nº CONTRATO NO SIAFE	

TIAGO MENDES VASCONCELOS

COORDENADOR GERAL – CENDFOL-PI

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13591, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - ADAPI

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO N° 014/2024	
N° PROCESSO SEI	00309.000623/2024-01
N° AUTOMÁTICO DO CONTRATO NO SIAFE-PI	24001357
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	Adesão Pregão Eletrônico nº. 17/2023/SEAD e Ata de Registro de Preços nº. 01/2023.
FUNDAMENTO LEGAL	Parecer PGE/PLC nº. 83
CONTRATANTE	ADAPI
CODIFICAÇÃO DA UG NO SIAFE	520201
CONTRATADA	LIMPSERV LTDA
CNPJ/CPF DO CONTRATADO	07.194.788/0001-63
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO	O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos – tipo Classe II e subtipo II A, para atender demanda da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí.
PRAZO DE VIGÊNCIA	12 meses
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	14 maio de 2024
VALOR GLOBAL	R$ 13.170,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	52201
FONTE DE RECURSOS	500
NATUREZA DA DESPESA	339039
PROGRAMA DE TRABALHO	20.122.0109.2000
N° NOTA DE RESERVA NO SIAFE	2024NR00109
N° AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA	2024RO03921
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	Pela Contratante: João Rodrigues Filho
	Pela Contratada: Sebastião Wryas Silva Moura

JOÃO RODRIGUES FILHO

DIRETOR GERAL

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13606, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2024

Processo Administrativo SEI	00011.027149/2024-92
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23003708
Modalidade de Licitação	RDC 45/2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	**Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	**MARATHOAN CONSTRUTORA LTDA.** CNPJ: 03.981.182/0001-17
Objeto	**Construção de quadra Poliesportiva com Vestiários na U.E. Pedro Machado de Cerqueira, no município de São José do Divino-PI**
Prazo de Vigência	**31/12/2024**
Prazo de Execução	180 (cento e oitenta) dias
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	**R$ 805.975,83 (oitocentos e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos)**
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR01199
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04313

Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário **SR. ADRIANA CASTELO BRANCO BEZERRA- Representante**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 394/2024 Teresina (PI), 25 de Abril de 2024

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 066/2024, referente ao RDC 45/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 66/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **MARATHOAN CONSTRUTORA LTDA ,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, **para a Construção de quadra Poliesportiva com Vestiários na U.E. Pedro Machado de Cerqueira, no município de São José do Divino-PI,** no bojo do **RDC 45/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
RONDINELLE MARINHO MONTE	**FISCAL**	360314-8	xxx.038.xxx-90	(86) xxx23-44xx	rondinellemarinho@gmail.com
ENRICO DOS REIS E FREITAS DIAS	**FISCAL**	373009-3	xxx.984.xxx-96	(86) xxx940-039xx	enrico_dias@hotmail.com
LUIZ FERNANDO SEIXAS CURY DA COSTA	**GESTOR**	402287-4	xxx.427.xxx-00	(86) xxx907-11xx	luizcosta@seduc.pi.gov.br

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina (PI), 25 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13607, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ - FUNART

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO TEMPORÁRIO nº 069/2011 – CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ E MARCIO GLEU DA SILVA VASCONCELOS, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE SEGUEM.

A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ, CNPJ nº. 05.787.268/0001-39, com sede na Av. Walter Alencar, nº 2021, Bairro Monte Castelo, Teresina-PI, neste ato representado por seu Diretor Presidente, MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado em Teresina-PI, vem com o substrato no artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014 RESCINDIR O CONTRATO TEMPORÁRIO, firmado no âmbito da doravante denominada CONTRATANTE, com MARCIO GLEU DA SILVA VASCONCELOS, brasileiro, CPF nº XXX.389.XXX-10, doravante simplesmente CONTRATADO, nos termos seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA:– Fica rescindido o contrato temporário nº 069/2011, a pedido da contratante firmado entre as partes, contados os efeitos da data da assinatura deste termo, conforme dispõe artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO – O extrato deste termo de rescisão será publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, pelo CONTRATANTE, na forma da Lei nº 8.666/1993.

Ajustadas as partes em rescindir o contrato na forma exposta, subscrevem este instrumento contratual, juntamente com 02 (duas) testemunhas

Teresina (PI), 17 de maio de 2024.

_____

MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA

Diretor Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí

CONTRATANTE

_____

MARCIO GLEU DA SILVA VASCONCELOS

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

_____

CPF:

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13617, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2024

PROCESSO SEI: nº 00016.002413/2023-54.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24007785.

MODALIDADE: Concorrência nº 111/2023.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: ANCAL CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ: 26.912.948/0001-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE AMARANTE – PI, COM OS SEGUINTES TRECHOS, TRECHO 01: BR - 343 A PRAINHA DO RIO CANIDÉ (6,10 KM); TRECHO 02: BR - 230 AO POVOADO CONCEIÇÃO (34,46 KM); TRECHO 03: BR - 343 AO POVOADO MALHADINHA (8,40 KM); TRECHO 04: BR - 343 AO POVOADO SALOBRO 2 (23,24 KM); TRECHO 05: SALOBRO 2 A LAGOA DE BAIXO (14,90 KM); TRECHO 06: BR -

343 AO POVOADO ELISIO (16,00 KM); TRECHO 07: BR343 AO CEMITÉRIO DE NOVA OLINDA (4,65 KM). COM EXTENSÃO TOTAL DE 107,75 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 4.902.380,66 (quatro milhões, novecentos e dois mil, trezentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00276.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04914.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e ALAÍDE DOS SANTOS LOBÃO (Representante Legal/ ANCAL CONSTRUÇÕES LTDA.).

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13619, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2024

PROCESSO SEI: nº 00016.002143/2023-81.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 23005355.

MODALIDADE: Concorrência nº 008/2024.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: TRATORCENTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 63.341.770/0001-18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NAZÁRIA A DEMERVAL LOBÃO – PI, COM EXTENSÃO TOTAL DE 16,9 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 908.483,66 (novecentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00272.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04917

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e THIAGO SALMITO FREIRE (Representante Legal/TRATORCENTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.).

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13620, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2024

PROCESSO SEI: n° 00016.002232/2023-28.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24008635.

MODALIDADE: Concorrência nº 112/2023.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: CERRO CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÃO LTDA., CNPJ: 32.405.756/0001-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI NOS TRECHOS: TRECHO 01: LOC. CAIÇARA / LOC. FURNAS (4,83KM); TRECHO 02: LOC. FURNAS / ENTRONC. PI-111 (4,2KM); TRECHO 03: ENTRONC. PI-111 / LOC. MATÕES / LOC. ESTRADA DO POÇO (3,36KM); TRECHO 04: ENTRONC. BR-222 / POV. SERTÃO DE DENTRO / POV. FORMOSA (11,48KM); TRECHO 05: LOC. SERTÃO DE DENTRO / LOC.

CHAN DE BAIXO / LOC. NOVA BRASÍLIA / LOC. CALDEIRÃO (7,64KM); TRECHO 06: LOC. AÇUDE DA BAIXA / LOC. FURNAS (4,25KM); TRECHO 07: LOC. FURNAS/ LOC. POÇO (13,04KM), COM EXTENSÃO TOTAL DE: 48,8 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 2.295.150,90 (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta reais e noventa centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00282.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04921

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e JOSÉ BEZERRA VERAS JUNIOR (Representante Legal/CERRO CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÃO LTDA.).

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13628, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2024

PROCESSO SEI: nº 00016.002414/2023-07.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24007788.

MODALIDADE: Concorrência nº 110/2023.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: TERRA PROJETOS LTDA, CNPJ: 16.642.835/0001-81.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE COCAL, NOS SEGUINTES TRECHOS: TRECHO 01: PEDRA

GRANDE AO POÇO PRETO (17,20KM), TRECHO 02: SANTANA À PI 309 (5,35 KM), TRECHO 03: SANTANA A CARETAS (3,55 KM); TRECHO 04: CARETA A SANTA LUZIA (3,35 KM); TRECHO 05: PI 213 AO MESTRE PEDRO PI BOM PRINCIPIO (20,7 KM); TRECHO 06: BELA VISTA A SANTA LUZIA (3,70KM); TRECHO 07: SANTA LUZIA AO BOQUEIRÃO (2,00 KM); TRECHO 08: BOQUEIRÃO (0,20KM); TRECHO 09: BOQUEIRÃO (0,35KM); TRECHO 10: SANTA LUZIA A DONA LAIDE (0,4 KM); TRECHO 11: SANTA LUZIA (0,85 KM); TRECHO 12: BELA VISTA AO CARIMBÓ (0,5 KM); TRECHO 13: BOA VISTA AO CHICO ERNESTO (0,30 KM); TRECHO 14: BOA VISTA AO PACOTI (1,0 KM); TRECHO 15: BOA VISTA AO ANTÔNIO LIBÓRIO (0,35 KM); TRECHO 16: MASSALINA A CASA DO SANTANA (0,8 KM); TRECHO 17: MASSALINA A VEREDA GRANDE (1,1 KM); TRECHO 18: TINGUIS A PEDRA GRANDE (1,0 KM); TRECHO 19: PEDRA GRANDE A SANTA LUZIA (0,9 KM); TRECHO 20: PEDRA GRANDE (0,55 KM); TRECHO 21: TINGUIS AO CEMITÉRIO (0,35 KM); TRECHO 22: TINGUIS AO CASA DA RAÍNHA (0,150 KM); TRECHO 23: TINGUIS AO FORRO PESADO (0,43 KM); TRECHO 24: MORRINHOS AO CEMITÉRIO (0,55KM); TRECHO 25: JABUTI A MASSALINA (4,45 KM); TRECHO 26: FLECHEIRO, SÃO PEDRO AO ASSENTAMENTO (2,1KM); TRECHO 27: PI 213 AO SÃO BENEDITO (2,60 KM); TRECHO 28: SÃO BENEDITO AO SILVANO (0,45KM); TRECHO 29: SÃO CARLOS AO SÃO GERALDO (0,60 KM); TRECHO 30: ZÉ FILHO AO ASSENTAMENTO SÃO CARLOS (1,70 KM); TRECHO 31: SÃO CARLOS AO SÃO BENEDITO (2,75 KM); TRECHO 32: PI 213 AO TANQUE VELHO (1,70 KM); TRECHO 33: PI 213 AO LAGO SECO (5,75 KM); TRECHO 34: LOCALIDADE SEVERO AO ZÉ MENDONÇA (1,45 KM); TRECHO 35: CALDEIRÃO A MATA FRIA (2,90 KM); TRECHO 36: CALDEIRÃO AO ASSENTAMENTO CALDEIRÃO (2,35KM); TRECHO 37: ASSENTAMENTO AO ASSENTAMENTO CALDEIRÃO (1,35KM); TRECHO 38: BOIBA AO FIGUEIRA (5,0KM); TRECHO 39: PI 213 A BR 343 (22,00 KM); TRECHO 40: ANGICAL A BR-343 (7,20KM); TRECHO 41: ANGICAL AO GRUTILHÃO (4,00KM); TRECHO 42: GRUTILHÃO AO OLHO D'ÁGUA (5,00KM); TRECHO 43: GRUTILHÃO AO LAGOA SECA (3,00KM); TRECHO 44: SÃO GERÔNIMO AO JARDINS COCAL (3,3KM); TRECHO 45: ESTRADA ASSENTAMENTO SÃO GERÔNIMO A ESTRADA ASSENTAMENTO LAGOA SECA (3,7KM); TRECHO 46: ANEL A ESTRADA ANGICAL (4,8KM); TRECHO 47: SAPUCAIA CEMITÉRIO A FAVEIRA (0,71KM); TRECHO 48- FAVEIRA (0,8KM); TRECHO 49- LAGOA DO PEIXE A CAPITÃO DE CAMPOS (1,90KM); TRECHO 50- CAPITÃO DE CAMPOS AO CHICO DOMINGO - (0,6KM); TRECHO 51- LAGO SECA AO SÃO GERÔNIMO - (1,9KM); TRECHO 52- VIDEL A PI 309 (5,0KM); TRECHO 53- PI 309 AO BERIDIBINHA - (2,9KM); TRECHO 54- BOA VISTA AO VIDEL - (1,8KM); TRECHO 55- FIDEL AO DUVIDOSA - (8,50KM); TRECHO 56- BOA VISTA AO CIPUEIRO - (3,00KM); TRECHO 57- CIPUEIRO- (0,6KM); TRECHO 58- BOA VISTA AO JUAZEIRO - (4,95KM); TRECHO 59-CAMPESTRE DOS TUNICOS AO BARROCA - (2,2KM); TRECHO 60- SEGUNDO CAMPO A PI 213- (3,70KM); TRECHO 61- PI 213 AO SEGUNDO CAMPO (VALMIR) - (2,2KM); TRECHO 62- CEMITÉRIO AO SEGUNDO CAMPO - (1,3 KM); TRECHO 63- SEGUNDO CAMPO AO SOSSEGO - (3,5 KM); TRECHO 64- CASA DO MEL AO GAMELEIRA - (2,4 KM); TRECHO 65- GAMELEIRA AO JACARÉ - (2,5 KM); TRECHO 66- CAMPESTRE AO CAMPESTRE DE BAIXO - (0,85 KM); TRECHO 67- CAMPESTRE AO FRANQUEZA - (3,20 KM); TRECHO 68- FRAQUEZA A ESTRADA PALMEIRINHA - (2,1KM); TRECHO 69- PALMEIRINHA AO CAMPESTRE- (5,35 KM); TRECHO 70- CAMPESTRE AO CAMPESTRE DE BAIXO- (0,95 KM); TRECHO 71- CAMPESTRE AO CAMPESTRE DE BAIXO- (0,970 KM); TRECHO 72- CAMPESTRE AO CANELEIRA- (0,580 KM); TRECHO 73- CAMPESTRE AO CARRAPETA- (0,7 KM); TRECHO 74- GAMELEIRA AO FRANCO- (2,4 KM); TRECHO 75- PI 213 AOS PELONHA- (3,6 KM); TRECHO 76- BAIXÃO AO GADO BRABO- (2,9 KM); TRECHO 77- CAXIPITA AO CAJAZEIRAS- (3,4 KM); TRECHO 78- BAIXÃO SEGUNDO CAMPO A MARIA VITÓRIA - (3,7 KM); TRECHO 79- PI 301

AO JOAQUIM ANTÔNIO (PI-301) - (2,3KM); TRECHO 80- CARPINA AO CANTO DO BURRO - (5,0KM); TRECHO 81- BR 343 AO PALMEIRA - (2,5KM), COM EXTENSÃO TOTAL DE 242,32 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 9.787.633,74 (nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00277.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04923.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e FRANCISCO IRANILDO BEZERRA JUNIOR (Representante Legal/ TERRA PROJETOS LTDA).

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13632, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2024

PROCESSO SEI: n° 00016.002153/2023-17.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 23005370.

MODALIDADE: Concorrência nº 095/2023.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: FF ENGENHARIA LTDA., CNPJ: 00.800.651/0001-66.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO PIAUÍ-PI, COM SEGUINTES TRECHOS, TRECHO 01: BR 316 A LOCALIDADE CANTO (3,40 KM), TRECHO 02 – ESTRADA DA LOCALIDADE

TAPERA DOS MACHADOS A SEDE DO MUNICÍPIO (13,50 KM), TRECHO 03 – ESTRADA DA LOCALIDADE VEREDÃO AO POVOADO BREJO (4,50 KM), TRECHO 04 – ESTRADA DO POVOADO FURTA-LHE À VOLTA DO POVOADO JARDIM (8,60 KM), TRECHO 05 – ESTRADA DO POVOADO JARDIM À LOCALIDADE SAMBITO (8,50 KM), TRECHO 06 – POVOADO BREJO À PI - ASSIS CARVALHO (7,50 KM), TRECHO 07 - POVOADO FURTA-LHE À VOLTA DA ESTRADA DO POVOADO BREJO (6,00 KM) E TRECHO 08 - SEDE DO MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 3.589.277,98 (Três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00280.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04922

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e MARCOS ANTONIO DA SILVA PEREIRA (Representante Legal/ FF ENGENHARIA LTDA.).

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13641, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ - AGRESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2024	
Nº do processo SEI	00237.000018/2024-13
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	24008296
Modalidade de licitação (se for o caso)	Adesão de Ata
Codificação da UG no SIAFE	110201
Contratado	ASTA MOBILI MOV LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	47.531.706/0001-43
Resumo do objeto do contrato	Aquisição de mobiliários para atender as necessidades da AGRESPI/PI
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	12meses
Data de assinatura do contrato	08/05/2024
Valor global	R$ 243.586,00 (duzentos e quarenta e três mil e quinhentos e oitenta e seis reais)

Dotação orçamentária	11201
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	339039
Signatários do contrato	Pela Contratante: Antonio Torres da Paz Pela Contratada: Cláudio Maurício Marcon Bertazzo

Antonio Torres da Paz
Diretor Geral da AGRESPI

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13663, datada de 20 de maio de 2024.)

Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI	
EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.012297/2024-11
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	24007467
Modalidade de Licitação	**Contratação Direta por Inexigibilidade nº 08/2024**
Fundamento Legal	Artigo 74, I, da Lei Federal n. 14.1433/2021.
Contratante	**Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**
Cod. da UG no SIAFE-PI	14102
Contratado/CNPJ	**Editora Digital Brasil Sudeste Ltda.** CNPJ nº 28.321.190/0001-68
Objeto	Aquisição de material, **Projetos ETC.** – Educação, Tecnologia e Construção, aderentes e integradores dos componentes curriculares e temas contemporâneos, desenvolvidos em plataforma digital com: softwares de aprendizagem, videoaulas, livros e e-book, recursos pedagógicos, web conferência, para atender aos alunos do 1º, 2º e 3ª série do Ensino Médio do Tempo Integral da rede estadual de ensino do Piauí.
Prazo de Vigência	**12 (doze) meses**
Prazo de Execução	**12 (doze) meses**
Data de Assinatura	16/05/2024
Valor Global	**R$ 7.242.966,72** (sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)
Dotação Orçamentária	14102 - Recursos para o desenvolvimento da Educação Básica 12.368. 0102. 6258 - Melhoria da aprendizagem na Educação Básica
Fonte de Recursos	500 - Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza das Despesas	339032 - Material de Distribuição Gratuita
Nota de Reserva do SIAFE	2024NR01236
Signatários do Contrato	**Francisco Washington Bandeira Santos Filho** Phábulo Damm Lourenço

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação – SEDUC/PI

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2024	
Processo Administrativo SEI	**00011.012297/2024-11**
Modalidade de Licitação	**Inexigibilidade de Licitação nº 08/2024**
Fundamento Legal	Art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021,
Contratante	**Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**
Codificação da UG no SIAFE-PI	14102
Contratado/CNPJ	**Editora Digital Brasil Sudeste Ltda.** CNPJ nº 28.321.190/0001-68
Objeto	*Aquisição do material* ***Projetos*** **ETC.** *– Educação, Tecnologia e Construção, aderentes e integradores dos componentes curriculares e temas contemporâneos, desenvolvidos em plataforma digital com: softwares de aprendizagem, videoaulas, livros e e-book, recursos pedagógicos, web conferência, para atender aos alunos do 1º, 2º e 3ª série do Ensino Médio do Tempo Integral da rede estadual de ensino do Piauí.*
Prazo de Vigência	**12 (doze) meses**
Prazo de Execução	**12 (doze) meses**
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	**R$ 7.242.966,72** (sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos).
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR01236

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 421/2024

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato n° 68/2024, Inexigibilidade n° 08/2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art.1º Designar como gestor e fiscal do Contrato nº **68/2024** celebrado por esta Secretaria, qual seja, Inexigibilidade nº 08/2024**,** base no artigo 74, I, da Lei Federal n.

14.1433/2021, Aquisição de material, **Projetos ETC** - Educação, Tecnologia e Construção, aderentes e integradores dos componentes curriculares e temas contemporâneos, desenvolvidos em plataforma digital com: softwares de aprendizagem, videoaulas, livros e e-book, recursos pedagógicos, web conferência, para atender aos alunos do 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio do Tempo Integral da rede estadual de ensino do Piauí**,** os seguintes servidores:

	GESTOR	**FISCAL**
Nome	Viviane Fernandes Faria	Francicleitonde Pinho Cardoso
Matrícula	311153-9	374554-6
Email Institucional	vivianefaria@seduc.pi.gov.br	francicleitoncardoso@seduc.pi.gov.br

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante os órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina (PI), 15 de maio 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13667, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2024	
Nº do processo SEI	00010.002041/2024-05

Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	24008634
Modalidade de licitação (se for o caso)	Pregão Eletrônico SEAD-PI nº. 12/2023 e ARP nº. 001/2023
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV
Codificação da UG no SIAFE	110110
Contratado	G.M DE MOURA BARROS - EPP
CNPJ/CPF do Contratado	04.453.760/0001-05
Resumo do objeto do contrato	Prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	Tendo em vista que se trata de serviço continuado, não se aplica ao caso a definição de prazo de execução.
Data de assinatura do contrato	18 de Maio de 2024
Valor global	**R$ 763.816,15** (setecentos e sessenta e três mil e oitocentos e dezesseis reais quinze centavos)
Dotação orçamentária	11110
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00181
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04909
Signatários do contrato	**Pela Contratante:** Representante do órgão – Secretaria de Governo, o Sr. **Marcelo Nunes Nolleto.** **Pela Contratada:** Representante legal da empresa G.M DE MOURA BARROS - EPP, a Srª. **Gildete Maria de Moura Barros.**

(assinado eletronicamente)

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2024	
Nº do processo SEI	00010.002041/2024-05

Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	24008632
Modalidade de licitação (se for o caso)	Pregão Eletrônico SEAD-PI nº. 12/2023 e ARP nº. 001/2023
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV
Codificação da UG no SIAFE	110110
Contratado	NUTRI BRASIL LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	69.626.349/0001-30
Resumo do objeto do contrato	Prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	Tendo em vista que se trata de serviço continuado, não se aplica ao caso a definição de prazo de execução.
Data de assinatura do contrato	18 de Maio de 2024
Valor global	R$ 1.393.485,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)
Dotação orçamentária	11110
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00180
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04909
Signatários do contrato	**Pela Contratante:** Representante do órgão – Secretaria de Governo, o Sr. **Marcelo Nunes Nolleto.** **Pela Contratada:** Representante legal da empresa NUTRI BRASIL LTDA, o Sr. **Rubens da Silva Bezerra.**

(assinado eletronicamente)

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2024	
Nº do processo SEI	00010.002041/2024-05
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	24008611

Modalidade de licitação (se for o caso)	Pregão Eletrônico SEAD-PI nº. 12/2023 e ARP nº. 001/2023
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV
Codificação da UG no SIAFE	110110
Contratado	L H L DE ASSIS & CIA LTDA - SERVI FOOD
CNPJ/CPF do Contratado	26.752.483/0001-74
Resumo do objeto do contrato	Prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	Tendo em vista que se trata de serviço continuado, não se aplica ao caso a definição de prazo de execução.
Data de assinatura do contrato	20 de Maio de 2024
Valor global	**R$ 4.662.461,50** (quatro milhões e seiscentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)
Dotação orçamentária	11110
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00179
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04909
Signatários do contrato	**Pela Contratante:** Representante do órgão – Secretaria de Governo, o Sr. **Marcelo Nunes Nolleto.** **Pela Contratada:** Representante legal da empresa L H L DE ASSIS & CIA LTDA - SERVI FOOD, o Sr. **Luiz Henrique Leite de Assis.**

(assinado eletronicamente)

Marcelo Nunes Nolleto

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 66 2024/SEGOV-PI/GAB

Teresina/PI, 20 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 18/2024, vigente no âmbito da SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEGOV/PI.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de Fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de Março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores da SEGOV-PI abaixo para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO 18/2024, firmado entre a SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ - SEGOV-PI e a empresa G.M DE MOURA BARROS - EPP, tendo como OBJETO DO CONTRATO a prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.

NATHÁLYA CHRISTINA VASCONCELOS ASSUNÇÃO, Matrícula nº 380905-6 – FISCAL DO CONTRATO.
RAFAELA COSTA BRANDÃO DOS SANTOS, Matrícula nº 377925-4 – SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.
LÍDIA RANGEL PESSOA E SILVA, Matrícula nº 381070-4 – GESTORA DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:
I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;
II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.
Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;
II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;
III - registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;
IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;
V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;
VI – No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;
VII - expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;
VIII - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.
§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.
§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)
MARCELO NUNES NOLLETO
Secretário de Governo do Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 67 2024/SEGOV-PI/GAB

Teresina/PI, 20 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 19/2024, vigente no âmbito da **SECRETARIA DE**

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEGOV/PI.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de Fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de Março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores da SEGOV-PI abaixo para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO 19/2024, firmado entre a SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ - SEGOV-PI e a empresa NUTRI BRASIL LTDA, tendo como OBJETO DO CONTRATO a prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.

NATHÁLYA CHRISTINA VASCONCELOS ASSUNÇÃO, Matrícula nº 380905-6 – FISCAL DO CONTRATO.

RAFAELA COSTA BRANDÃO DOS SANTOS, Matrícula nº 377925-4 – SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.

LÍDIA RANGEL PESSOA E SILVA, Matrícula nº 381070-4 – GESTORA DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI – No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Piauí

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV

Portaria Nº 68 2024/SEGOV-PI/GAB

Teresina/PI, 20 de maio de 2024.

Designa o Gestor e o Fiscal do CONTRATO Nº 20/2024, vigente no âmbito da **SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEGOV/PI.**

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV do Art. 109 da Constituição Estadual e tendo em vista o dever legal expresso no art. 1º, do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de Fevereiro de 2013, bem como:

CONSIDERANDO as recomendações vigentes relativas aos procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais, sobretudo as constantes no Decreto Estadual Nº 15.093/2013 e nos artigos 65 e 66 do Decreto Estadual Nº 21.872, de 07 de Março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores da SEGOV-PI abaixo para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO 20/2024, firmado entre a SECRETARIA DE GOVERNO DO PIAUÍ - SEGOV-PI e a empresa L H L DE ASSIS & CIA LTDA - SERVI FOOD, tendo como OBJETO DO CONTRATO a prestação de serviços, sob demanda, de locação de espaços com e sem alimentação, mobiliário adequados e serviços correlatos, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Governo do Estado do Piauí - SEGOV.

NATHÁLYA CHRISTINA VASCONCELOS ASSUNÇÃO, Matrícula nº 380905-6 – FISCAL DO CONTRATO.

RAFAELA COSTA BRANDÃO DOS SANTOS, Matrícula nº 377925-4 – SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO.

LÍDIA RANGEL PESSOA E SILVA, Matrícula nº 381070-4 – GESTORA DO CONTRATO.

Art. 2º Incumbe ao GESTOR do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 65 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa da execução contratual;

II - Coordenar os atos preparatórios de instrução processual necessários ao encaminhamento e à formalização dos procedimentos administrativos de pagamento, aplicação de sanções, rescisão, prorrogação, reajustamento, alteração e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, dentre outros.

Parágrafo Único: é vedada a substituição do Fiscal Titular pelo Gestor do Contrato, devendo ser exercidos pelo Suplente do Fiscal os atos de sua competência, na impossibilidade do titular.

Art. 3º As atribuições do FISCAL do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013 e no art. 66 do Decreto nº 21.872/2023, especialmente as seguintes:

I - Exercer o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual;

II - Ter devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - registrar formalmente todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação e determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos eventualmente observados, informando ao gestor, em tempo hábil, se necessário;

IV - Atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - Alertar o servidor ou órgão responsável quanto aproximação do termo final do contrato, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

VI – No caso de necessárias alterações quantitativas ou qualitativas, apresentar em Nota Técnica as razões que as justificam;

VII - expedir relatório destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

VIII - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

§1 º O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final para os contratos de locação e 60 (sessenta) dias para os demais contratos de serviços ou obras.

§ 2º O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

(assinado eletronicamente)

MARCELO NUNES NOLLETO

Secretário de Governo do Piauí

(Transcrição da nota CONTRATOS de Nº 13684, datada de 20 de maio de 2024.)

LICITAÇÕES

SECRETARIA DA IRRIGAÇÃO E INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SEFIR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº TP 23.2024/2024	
Nº do processo SEI	00224.000417/2023-42
Modalidade de Licitação	TOMADA DE PREÇOS
Tipo de licitação	MENOR PREÇO
Identificação do Licitante: nome do órgão/entidade pública estadual	SECRETARIA DA IRRIGAÇÃO E INFRAESTRUTURA HÍDRICACNPJ sob nº 22.911.207/0001-50.
Resumo do objeto da licitação	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PAVUSSU – PI, COM EXTENSÃO TOTAL DE 18,40 KM.
Local em que os interessados poderão ter acesso ao texto integral do edital	COMISSÃO PERMANENTE LICITAÇÕES DA SEFIRhttps://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/
Data de abertura e entrega das propostas	06/06/2024 às 11:00 (onze) horas
Valor global estimado	R$ 773.788,82 (setecentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos)
Dotação orçamentária	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 56 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 56101; PROGRAMA DE TRABALHO: 20.451.0105.6067
Fonte de recursos	500
Natureza da despesa	449051

Gustavo Sousa e Sousa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(Transcrição da nota LICITAÇÕES de Nº 13534, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 005/2024	
Nº do processo SEI	00119.001960/2023-64
Modalidade de Licitação	Concorrência
†ipo de licitação	Menor Preço

Identificação do Licitante:	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI-PI.
Objeto da Licitação	Execução dos Serviços da Implantação da Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na pista principal e Tratamento Superficial Simples – TSS nos acostamentos na Rodovia trecho: Sebastião Barros à Divisa PI / BA (Santa Rita de Cássia) com extensão de 10,94 km.
Local em que os interessados poderão ter acesso ao texto integral do Edital.	As empresas interessadas poderão obter o Edital e demais elementos e informações, bem como consultar os documentos da licitação junto à Comissão Permanente de Licitação do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI/PI, no Edifício Sede, situado na Rua Altos, Nº 3541, Água Mineral, em Teresina, Piauí, telefones: (86) 3225-2956; (86) 3225-2293 e fax: (86) 3225-2100, durante o horário de expediente do Órgão (7:30 às 13:30 horas) e no site do TCE/PI. No ato de obtenção dos documentos acima referidos, os interessados deverão apresentar o comprovante de depósito no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), junto ao Banco do Brasil S/A, em favor do IDEPI/PI, agência nº 3791-5, conta corrente nº 7296-6, para custeio exclusivo da reprodução gráfica do edital e aquisição do CD do Projeto de Engenharia e Especificações Técnicas, coleta de dados da empresa interessada em participar do certame e comunicação dos esclarecimentos referente as questões atinentes a licitação. Não serão aceitos comprovantes de depósitos bancários realizados através de envelopes de auto-atendimento, bem como depósitos com data anterior à publicação do Edital.
Data de abertura	24/06/2024, às 10:00 (dez) horas.
Valor global estimado	R$ 21.270.296,61 (vinte e um milhões duzentos e setenta mil duzentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos).
Dotação orçamentária	15.782.0105.5071
Fonte de recursos	500/501-Recursos do Tesouro Estadual 754 - Recursos de Operações de Crédito
Natureza da Despesa	44.90.51

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos

Presidente da COPEL/IDEPI/PI

Engº Felipe de Melo Eulálio

Diretor Geral do IDEPI/PI

(Transcrição da nota LICITAÇÕES de Nº 13677, datada de 20 de maio de 2024.)

RESOLUÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

RESOLUÇÃO CONJUNTA CERH/CONSEMA Nº 001/2024.

Dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes tratados em solo ou área verde, oriundos de Estações de Tratamento de Esgotos.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em conjunto com o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 40 da Lei nº. 5.165, de 17 de agosto de 2000;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a contaminação do subsolo e das águas subterrâneas que são bens públicos e reservas estratégicas para o abastecimento público e o desenvolvimento ambientalmente sustentável;

CONSIDERANDO o potencial impacto do lançamento de efluentes no solo e águas superficiais e subterrâneas; e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os padrões de lançamento em solo ou área verde para os efluentes tratados oriundos de Estações de Tratamento de Efluentes Compactas de conjuntos habitacionais, para fins de emissão de Outorga ou dispensa da mesma;

RESOLVE:

Art. 1º. Dispor sobre as condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes tratados oriundos de Estações de Tratamento de Esgotos, em atendimento aos princípios e respectivos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente (Arts.2º e 3º da Lei nº 6938/1981), bem como, em consonância com a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, e com a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.

Art. 2º. Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta e em outras Normas aplicáveis.

Art. 3º. Para efeito desta Resolução, adotam-se as seguintes definições:**I -** Acreditação Laboratorial: reconhecimento formal por um organismo independente especializado em normas técnicas daquele setor de que uma instituição atende a requisitos previamente definidos e demonstra ser competente para realizar suas atividades com segurança;

II - Água de lavagem: água usada pela indústria nas lavagens de máquinas, tubulações e pisos, não sendo incorporada aos produtos;

III - Água de abastecimento público: água destinada ao consumo humano, sujeita a processos de tratamentos, de forma a torná-la potável;

IV - Água de reuso: efluente que se encontra dentro dos padrões exigidos para sua utilização nas modalidades pretendidas;

V - Áreas Verdes: são assim consideradas as áreas que contém predominantemente, vegetação arbórea, arbustos, gramados, matas ciliares, entre outras espécies de vegetação nativa;

VI - Automonitoramento: realização sistemática de medições ou observações de indicadores ou parâmetros especificados por tipo de fonte potencial ou efetivamente poluidora do meio ambiente, bem como de indicadores ou parâmetros inerentes aos compartimentos ambientais afetados - ar, água ou solo - cuja execução é de responsabilidade do empreendedor, com a finalidade de avaliar o desempenho dos sistemas de controle adotados e a eficácia das medidas mitigadoras dos impactos ambientais inerentes à atividade;

VII - Corpo hídrico perene: são corpos hídricos que contém água o tempo todo, durante o ano todo. Eles são alimentados por escoamento superficial e subsuperficial;

VIII - Corpo hídrico de baixa vazão: são corpos hídricos perenes, porém, com baixa vazão;

IX - Corpo hídrico efêmero: são corpos hídricos que se formam somente por ocasião das chuvas ou logo após sua ocorrência. São alimentados exclusivamente pela água de escoamento superficial, pois estão acima do nível do lençol freático;

X - Corpo hídrico intermitente: são corpos hídricos cujos leitos secam durante algum período do ano;

XI - Disposição de efluentes tratados em solo ou área verde: tipo de disposição de efluentes tratados localizados em áreas não dotadas de corpo hídrico receptor perene, bem como provenientes de tratamentos alternativos;

XII - Efluentes sanitários: denominação genérica para despejos líquidos residenciais, comerciais, águas de infiltração na rede coletora, os quais podem conter parcela de efluentes industriais e efluentes não domésticos;

XIII - Efluentes tratados: efluentes submetidos a um tratamento parcial ou completo, com a finalidade de conseguir a remoção de substâncias indesejáveis e a estabilização da matéria orgânica;

XIV - Estação de Tratamento de Efluentes - ETE: conjunto de unidades de tratamento, equipamentos, órgãos auxiliares, acessórios e sistemas de utilidades, cuja finalidade é a redução das cargas poluidoras do esgoto e condicionamento da matéria residual proveniente do tratamento;

XV - Fontes poluidoras: matéria ou energia que quando lançados no ambiente possam comprometer a sua qualidade;

XVI - Monitoramento do efluente líquido: determinação periódica e sistemática das características qualitativas e quantitativas do efluente líquido;

XVII - Operadoras de serviços de esgoto: empresa pública ou privada que detém a concessão dos

serviços de saneamento da localidade ou região;

XVIII - Padrão de lançamento: valor máximo permitido, atribuído a cada parâmetro passível de controle, para lançamento de efluentes líquidos, a qualquer momento, direta ou indiretamente, em corpo receptor;

Art. 4º. O órgão ambiental competente poderá autorizar o lançamento de efluentes tratados em solo ou área verde, nos casos de utilidade pública e/ou interesse social, ou ainda para a implantação em áreas de baixo impacto ambiental.

Parágrafo único. Para o lançamento do efluente tratado em solo ou área verde, deverá ser apresentado projeto específico de acordo com a área a ser disponibilizada. **Art. 5º.** Os efluentes sanitários tratados somente poderão ser lançados em solo ou área verde desde que obedeçam, resguardadas outras exigências cabíveis, as seguintes condições e padrões específicos:**I -** pH: entre 5 e 9;

II - temperatura: inferior a 40ºC;

III - materiais sedimentáveis: até 1 ml/L em teste de 1 hora em cone Inmhoff;

IV - Demanda Bioquímica de Oxigênio-DBO 5 dias, 20°C: máximo de 90 mg/L, sendo que este limite somente poderá ser ultrapassado no caso de efluente de sistema de tratamento com eficiência de remoção mínima de 70% de DBO.

V - Substâncias solúveis em hexano (óleos e graxas): até 100 mg/L;

VI - Ausência de materiais flutuantes;

Parágrafo único. Os padrões estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser alterados mediante aprovação do órgão ambiental competente, desde que os resultados dos estudos solicitados justifiquem a adoção de novos valores.**Art. 6º.** O órgão ambiental competente poderá, a qualquer momento, mediante fundamentação técnica:

I - Acrescentar outras condições e padrões para o lançamento de efluentes em solo ou área verde, tendo em vista as condições locais;

II - Exigir tecnologia ambientalmente adequada e economicamente viável para o tratamento dos efluentes, compatível com as condições do solo.

Art. 7º. Os responsáveis pelos efluentes de qualquer fonte potencialmente ou efetivamente poluidora de que trata esta Resolução deverão realizar o automonitoramento, com base em amostragem representativa dos mesmos, para controle e acompanhamento periódico anual dos padrões dos efluentes tratados e lançados.

Art. 8º. As coletas de amostras e as análises de efluentes líquidos e do solo receptor, para fins de automonitoramento, deverão ser realizadas por laboratórios acreditados.

Art. 9º. As estações de tratamento de efluentes (ETEs) existentes deverão adequar-se para atender ao disposto nesta Resolução. Nos casos em que se verifiquem limitações de ordem técnica ou estrutural, o(s) responsável(eis) pela(s) ETE(s), deverá(ão) apresentar ao órgão ambiental competente estudo técnico justificando a impossibilidade de modificação da(s) unidade(s) de tratamento de efluentes

I - Os responsáveis terão o prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para apresentar ao órgão ambiental competente o projeto técnico de adequação de suas ETEs, para atendimento do disposto nesta Resolução.

III - No caso específico das operadoras de serviços públicos de esgotamento sanitário, o prazo será de até 5 anos, para adequação a esta Resolução vinculado a termo de cooperação específico ou instrumento similar.

(**I -** Os responsáveis terão o prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para apresentar ao órgão ambiental competente o projeto técnico de adequação de suas ETEs, para atendimento do disposto nesta Resolução.

II - O prazo para implementação do projeto deverá ser estipulado pelo órgão ambiental competente logo após a apresentação do projeto.

III - No caso específico das operadoras de serviços públicos de esgotamento sanitário, o prazo será de até 5 anos, para adequação a esta Resolução vinculado a termo de cooperação específico ou instrumento similar.

Art. 10. Outros usos não previstos nesta Resolução deverão ser apresentados os projetos de lançamento do efluente tratado em solo ou área verde para adequação técnica e aprovação prévia do órgão ambiental competente.

Art. 11. O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores, entre outras, às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em seu regulamento.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina-PI, 17 de Maio de 2024.

Daniel Carvalho Oliveira Valente

Presidente do CERH/CONSEMA

ANEXO I

PARÂMETROS ESPECÍFICOS PARA LANÇAMENTO DE EFLUENTES TRATADOS EM SOLO OU ÁREA VERDE

PARÂMETROS INORGÂNICOS	VALORES MÁXIMOS

Arsênio Total	0,5 mg As/L
Bário	5,0 mg Ba/L
Boro	5,0 mg B/L
Cádmio	0,2 mg Cd/L
Chumbo	0,5 mg Pb/L
Cianeto Total	1 mg CN/L
Cobre dissolvido	1 mg Cu/L
Cromo hexavalente	0,1 mg Cr/L
Estanho	4,0 mg Sn/L
Ferro solúvel	15,0 mg Fe/L
Fluoretos	10,0 mg F/L
Manganês solúvel	1,0 mg Mn/L
Mercúrio	0,01 mg Hg/L
Níquel	2,0 mg Ni/L
Nitrogênio Amoniacal Total	20,0 mg/L
Prata	0,1 mg Ag/L
Selênio	0,30 mg Se/L
Zinco	5,0 mg Zn/L
Benzeno	1,2 mg/L
Clorofórmio	1,0 mg/L
Dicloroeteno	1,0 mg/L
Estireno	0,07 mg/L
Etilbenzeno	0,84 mg/L
Fenóis Totais	0,5 mg/L C6H5OH
Tetracloreto de carbono	1,0 mg/L
Tricloroeteno	1,0 mg/L
Tolueno	1,2 mg/L
Xileno	1,6 mg/L

(Transcrição da nota RESOLUÇÕES de Nº 13527, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ-SEAD

MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

RESOLUÇÃO CMRAE Nº 002, DE 15 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação e fiscalização da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí – MRAE.

O COLEGIADO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO PIAUÍ – CMRAE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 262, de 30

de março de 2022, e tendo em vista

1. o caráter transitório da regra prescrita no art. 18 da Lei Complementar Estadual nº 262, de 30 de março de 2022;

2. o disposto no art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 11.445/2007, de 05 de janeiro de 2007, bem como as normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e as disposições da Lei Complementar Estadual nº 7.049, de 16 de outubro de 2017; e

3. a deliberação e aprovação realizadas na 2ª Assembleia Extraordinária do CMRAE em 15 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1ºAs funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito da MRAE serão desempenhadas pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI.

Art. 2ºA delegação prevista no art. 1º dar-se-á pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da vigência da presente Resolução.

Art. 3ºAs funções regulatórias e fiscalizatórias delegadas pela MRAE à AGRESPI serão aquelas estabelecidas na Minuta de Convênio de Cooperação, disposto no Anexo Único da presente Resolução.

Art. 4ºEsta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Teresina, 15 de maio de 2024.

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Presidente da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí

Governador do Estado do Piauí, em exercício

MINUTA DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº [●]/2024

Convênio de Cooperação que celebram a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI e a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE para delegação das funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ – AGRESPI, autarquia sob regime especial, criada nos termos da Lei Complementar Estadual nº 7.049, de 16 de outubro de 2017, inscrita no CNPJ/MF nº 30.128.386/0001-82, com sede à Av. João XXIII, 5.335, Santa Isabel, CEP 64.053-010, Teresina, Piauí, neste ato representada por seu Presidente [●], [qualificação], doravante denominada AGÊNCIA REGULADORA, e a MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ – MRAE, autarquia intergovernamental de regime especial, inscrita no CNPJ/MF nº 44.855.475/0001-35, com sede [●], no Município de Teresina, Piauí, neste ato representada por seu Secretário-Geral, Samuel Pontes do Nascimento,

[qualificação], doravante denominada MRAE, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação, com fundamento no art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 262, de 30 de março de 2022, e de acordo com o art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, as disposições da Lei Complementar Estadual nº 7.049, de 16 de outubro de 2017, e diretrizes determinadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação a delegação das funções de fiscalização e regulação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a serem exercidas no âmbito da MRAE para a AGÊNCIA REGULADORA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA MRAE

2.1 São atribuições da MRAE:

I - celebrar, informar aos Municípios e dar publicidade ao presente Convênio;

II - fornecer as informações solicitadas pela AGÊNCIA REGULADORA;

III - colaborar com a AGÊNCIA REGULADORA no acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas previstas na Lei nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, inseridas pela Lei nº 14.026/2020, de 15 de julho de 2020, e do plano regional de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, aprovado por [●]; e

IV - colaborar com a AGÊNCIA REGULADORA no estabelecimento e revisão de normas regulamentares e metas previstas visando a eficiência na fiscalização eregulação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

3.1 São atribuições de regulação da AGÊNCIA REGULADORA:

I - editar regulamentos relativos às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o que referem o art. 23 da Lei nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, e as normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;

II - definir tarifas e propor taxas, quando for o caso, e elaborar estudos referentes aos custos dos serviços, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das prestações e a modicidade tarifária;

III - analisar, deliberar e homologar os reajustes tarifários e revisões ordinárias e extraordinárias;

IV - garantir o cumprimento de condições estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e o atendimento do que estabelecido nos planos municipais de saneamento básico;

V - apoiar a implantação de procedimentos contábeis, administrativos e demais práticas

operacionais em temas regulatórios; e

VI - promover campanhas educativas, publicação de materiais, estudos, artigos técnicos e informativos, impressos ou em mídias eletrônicas, para divulgação de atividades da AGÊNCIA REGULADORA e da MRAE.

3.2 A AGÊNCIA REGULADORA poderá editar normativos conjuntos com outros reguladores e órgãos governamentais que interajam com a sua atividade regulatória.

3.3 A AGÊNCIA REGULADORA poderá celebrar convênios e acordos para a padronização de exigências e procedimentos e para a busca de maior eficiência regulatória.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

4.1 São atribuições de fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA:

I - verificar o cumprimento das metas estabelecidas na legislação federal, nos planos de saneamento e nos contratos de prestação destes serviços públicos;

II - instituir procedimentos e instrumentos para aferição do cumprimento de obrigações pelo prestador do serviço regulado e pela MRAE;

III - monitorar quantitativa e qualitativamente a prestação dos serviços públicos de saneamento;

IV - exercer o poder de polícia relativo aos serviços públicos de saneamento, inclusive nos contratos de delegação assinados pela MRAE;

V - receber, apurar, encaminhar e acompanhar, por meio de sua ouvidoria, as queixas e reclamações endereçadas pelos usuários, que serão cientificados acerca das providências tomadas;

VI - prevenir e reprimir os fatos que possam configurar infração à ordem econômica, ao meio ambiente e aos direitos do consumidor, comunicando aos órgãos competentes;

VII - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre os agentes setoriais, bem como entre estes e os usuários, com o apoio, quando for o caso, de peritos especificamente designados e contratados pela AGÊNCIA REGULADORA; e

VIII - divulgar anualmente relatório detalhado das atividades realizadas, indicando os objetivos e resultados alcançados.

4.2 A AGÊNCIA REGULADORA deverá articular-se com outros reguladores e órgãos governamentais que interajam com sua atividade.

CLAUSULA QUINTA – DA TAXA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

5.1 A AGÊNCIA REGULADORA fará jus ao recebimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGRESPI instituída pela Lei nº 7.763, de 30 de março de 2022, cobrada dos operadores de serviços de saneamento atuantes no âmbito da MRAE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

6.1 A área urbana de Teresina estará excluída da área de atuação da AGRESPI enquanto vigorar o contrato de subconcessão firmado entre a Águas e Esgotos do Piauí – AGESPISA e a Águas de Teresina Saneamento SPE S/A.

6.2 Fica a AGÊNCIA REGULADORA encarregada da elaboração de relatório anual de prestação de contas, do qual deverá constar:

I - reajustes tarifários concedidos;

II - sumário das atividades de regulação;

III - resultado das ações de fiscalização;

IV - diagnóstico quantitativo e qualitativo das reclamações feitas pelos usuários; e

V - demonstração da aplicação dos recursos relacionados à taxa de regulação dos serviços.

6.2.1 O referido relatório de prestação de contas será público e de livre acesso a qualquer interessado, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

6.3 O presente Convênio de Cooperação terá vigência de 35 (trinta e cinco) anos, com início em [●], sem prejuízo de sua eventual prorrogação.

6.4 A MRAE poderá substituir a AGÊNCIA REGULADORA, indicando novo órgão independente, se a AGÊNCIA REGULADORA deixar de adotar as normas de referência da ANA ou se estabelecido de acordo com o convenente.

6.5 Fica eleito o foro da Comarca do Município de Teresina, Estado do Piauí, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste Convênio de Cooperação.

E, por estarem de acordo, os participes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

RESOLUÇÃO CMRAE Nº 003, DE 15 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre as normas para a gestão pública do contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE.

O COLEGIADO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO PIAUÍ – CMRAE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual nº 262, de 30 de março de 2022, e considerando

1. as competências dos órgãos de governança da MRAE dispostas na Lei Complementar Estadual nº 262, de 30 de março de 2022, e no Regimento Interno da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí – RIMRAE, instituído pela Resolução CMRAE nº 001, de 5 de dezembro de 2023;

2. a aprovação da delegação da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CMRAE em 5 de dezembro de 2023;

3. os procedimentos para a estruturação de projeto de delegação regionalizada instaurados em 16 de janeiro de 2024;

4. a necessidade de disciplina sobre a gestão pública do contrato de concessão regionalizada e das relações entre a MRAE, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI e a Concessionária dos serviços;

5. a aprovação da Resolução nº 002, de 15 de maio de 2024, que delega as funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito da MRAE à AGRESPI;

6. a aprovação do Colegiado da MRAE na 2ª Assembleia Geral Extraordinária da minuta desta Resolução que trata da disciplina a gestão do contrato de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como procedimentos da MRAE relacionados,

RESOLVE:

Capítulo I – Definições

Art. 1º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - Contrato de concessão: o contrato firmado entre a MRAE e a concessionária para a delegação da prestação e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II - Concessionária: a Sociedade de Propósito Específico (SPE), autorizada pelas leis que regem a concessão regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da MRAE, delegatária dos serviços;

III - Usuários: as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive usuários públicos, que utilizam os serviços prestados pela concessionária, mediante o pagamento de tarifa;

IV - Plano de investimentos: plano a ser elaborado pela concessionária, em conformidade com o que estabelecido no contrato de concessão, contendo os investimentos e o cronograma de sua execução no âmbito da MRAE; e

V - Verificador independente: a empresa contratada para avaliar o atendimento de indicadores de desempenho e cumprimento de metas pela concessionária e assessorar técnica e economicamente a AGRESPI.

Parágrafo único. Os demais termos utilizados nessa Resolução devem ser interpretados conforme definições e disposições do contrato de concessão.

Capítulo II – Das Competências dos integrantes da estrutura de governança da MRAE

Art. 2º São atribuições do Colegiado Microrregional em relação ao contrato de concessão:

I - deliberar sobre as matérias que envolvam o planejamento, organização e execução das funções públicas de interesse comum;

II - deliberar sobre alterações contratuais que afetem o número de municípios atendidos pela concessionária ou o objeto dos serviços concedidos;

III - deliberar sobre a decretação de intervenção no contrato de concessão; e

IV - deliberar sobre outras matérias atinentes às políticas públicas, metas, planos financeiros executivos e prestação de contas que lhe sejam encaminhadas pelo Secretário-Geral.

Art. 3º Fica delegado ao Secretário-Geral a representação legal da MRAE nos temas relacionados ao contrato de concessão.

§1º O Secretário-Geral deverá assessorar o Presidente da MRAE na realização de suas atribuições perante o Colegiado Microrregional.

§2º Dentre as funções de assessoria indicadas no § 1º, o Secretário geral deverá:

I - convocar reunião do Colegiado Microrregional sobre a prestação anual de contas referentes à execução do contrato a qual deverá ser convocada em até 2 (dois) meses contados do aniversário do contrato de concessão; e

II - disponibilizar em portal de acesso público os documentos elaborados pelo verificador independente ou pela agência reguladora que tenham sido apurados pelo Comitê Técnico nos termos do art. 4º, inciso IV.

Art. 4º São atribuições do Comitê Técnico em relação ao contrato de concessão:

I - assessorar o Secretário-Geral no exercício de suas atribuições;

II - opinar previamente sobre as matérias indicadas no art. 1º;

III - receber, apurar e opinar sobre representações que sejam encaminhadas à MRAE, notadamente, as subscritas pelo Conselho Participativo;

IV - receber, analisar e relatar ao Secretário-Geral documentos elaborados pelo verificador independente ou pela agência reguladora;

V - receber as garantias e seguros, se for o caso, disponibilizados pela concessionária e encaminhados pela AGRESPI;

VI - assessorar o Secretário-Geral nas providências necessárias ao inventário dos bens afetos à concessão;

VII - receber, analisar e consolidar os relatórios envolvendo a prestação e execução dos serviços previstos no contrato de concessão;

VIII - providenciar estudos técnicos que fundamentem seus pareceres;

IX - contratar consultoria técnica especializada para apoio e instrução das matérias sob sua responsabilidade;

X - assessorar o Secretário Geral na apresentação ao Colegiado da Microrregião da prestação

anual de contas referentes à execução do contrato;

XI - deliberar sobre os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, bem como sobre os processos de revisão ordinária e extraordinária, após parecer conclusivo da AGRESPI, exceto no que se refira ao reajuste e à revisão tarifária; e

XII - participar, quando solicitado pelo Secretário-Geral, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado Microrregional.

Art. 5º São prerrogativas do Conselho Participativo em relação ao contrato de concessão:

I - solicitar informações à concessionária;

II - acompanhar o atendimento aos usuários;

III - elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da MRAE sobre as matérias contratuais, incluindo os casos de omissão e controvérsias; e

IV - propor alterações da política tarifária.

Capítulo III – Do Procedimento à Aprovação do Plano de Investimentos

Art. 6º O plano de investimentos observará o seguinte procedimento de aprovação:

I - a concessionária apresentará à AGRESPI plano de investimentos, que o apreciará e externará seu parecer, remetendo-o ao Comitê Técnico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II - o Comitê Técnico receberá o plano de investimentos e elaborará seu parecer, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do referido documento;

III - o parecer elaborado pelo Comitê Técnico deverá ser submetido ao Secretário-Geral e remetido ao Colegiado Microrregional para deliberação no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Os prazos indicados neste artigo poderão ser prorrogados, a pedido ou de ofício, por decisão motivada do Secretário-Geral.

§ 2º Caso esgotados os prazos sem que haja prorrogação e sem que haja deliberação do Colegiado Microrregional, o Secretário-Geral decidirá sobre a matéria ad referendum do Colegiado.

§ 3º A deliberação do Colegiado Microrregional a que alude o inciso III, ou a decisão do Secretário-Geral a que alude o § 2º, deverá ser encaminhada à AGRESPI para fins de cientificação e registro.

Capítulo IV – Dos Investimentos de responsabilidade do Poder Público

Art. 7º O Contrato de concessão enumerará os bens cujos investimentos são de responsabilidade dos entes públicos integrantes da MRAE.

Art. 8º A MRAE poderá a qualquer tempo indicar novos bens sob sua responsabilidade direta ou dos entes que a compõem.

§ 1º O Secretário-Geral solicitará anuência da concessionária sobre a inclusão dos investimentos

referidos neste artigo, fixando-lhe prazo de resposta.

§ 2º O pedido de inclusão referido neste artigo deverá ser instruído com os projetos, informações e demais documentos relacionados ao investimento e a sua execução.

§ 3º O Secretário-Geral cientificará a AGRESPI sobre o pedido enviado à concessionária.

§ 4º A AGRESPI, após concluída a consulta, providenciará o que lhe compete para eventualmente modificar o contrato de concessão.

Capítulo V – Dos bens afetados aos serviços públicos concedidos

Art. 9º O Comitê Técnico inventariará os bens afetados aos serviços públicos concedidos, realizando os esforços necessários para a regularização de seu domínio e de seu uso pela MRAE e pela concessionária.

Parágrafo único. A relação dos bens inventariados deverá ser encaminhada à AGRESPI para fins de cientificação e registro.

Capítulo VI – Dos Procedimentos de Desapropriação, Servidões e Limitações Administrativas

Art. 10º Em relação aos bens necessários à execução dos serviços concedidos, ficam delegados ao Estado do Piauí os poderes para que:

I - inicie o processo de desapropriação ou servidão administrativa, conforme o caso, realizando todos os atos necessários para a declaração de utilidade pública dos referidos bens; e

II - institua limitação administrativa.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração do Piauí – SEAD, por meio da Superintendência de Patrimônio Imobiliário, é o órgão incumbido dos atos indicados neste artigo.

Art. 11º A Concessionária, em obediência às normas e cronogramas contratuais, remeterá a lista dos bens referidos no artigo anterior, à apreciação da AGRESPI, que, após análise, encaminhará a relação aprovada à Superintendência de Patrimônio Imobiliário.

Capítulo VII – Do procedimento de Intervenção no Contrato de Concessão

Art. 12º A decisão sobre intervenção no contrato concessão deverá ser deliberada pelo Colegiado Microrregional, com manifestações prévias do Secretário-Geral, do Comitê Técnico e da AGRESPI.

Capítulo VIII – Do procedimento de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão

Art. 13º Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão iniciados pela concessionária, após seu processamento, nos termos legais e contratuais, deverão:

I - ser decididos pela AGRESPI, quando importem em revisão tarifária;

II - contar com parecer da AGRESPI, que será remetido para decisão do Comitê Técnico, sempre que outras medidas, além da revisão tarifária, sejam sugeridas como forma de reequilíbrio.

Art. 14º Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de concessão iniciados pelo Poder Concedente, após instruídos pelo Comitê Técnico, deverão ser encaminhados pelo Secretário-Geral para a apreciação e deliberação da AGRESPI.

Capítulo VIII – Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 15º Considera-se nesta Resolução que as atribuições gerais de gestão administrativa da MRAE e, assim, de seus órgãos, inclusive do Comitê Técnico, serão exercidas pela Secretaria de Estado da Administração – SEAD, nos termos do art. 73, caput, do RIMRAE.

Art. 16º Esta Resolução vigorará a partir da data de sua publicação e enquanto o contrato de concessão produzir efeitos.

Teresina, 15 de maio de 2024.

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Presidente da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí

Governador do Estado do Piauí, em exercício

(Transcrição da nota RESOLUÇÕES de Nº 13688, datada de 20 de maio de 2024.)

ATOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMARH Nº 23, DE 17 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre as autorizações florestais, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí- SEMARH e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso, com fulcro no art. 9º da Lei Estadual nº 4.797, de 24 de outubro de 1995, e

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 4.797, de 24 de outubro de 1995, criou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, consoante com o disposto no art. 225 da Constituição Federal, nas Leis Federais nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem como na Instrução Normativa nº 06/2006 do IBAMA;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 7.193 de 08/04/2019, que dispõe sobre o consumo de matéria-prima florestal e as modalidades de cumprimento da reposição florestal obrigatória no Estado do Piauí, previstos no art. 33, § 1º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal em

matéria ambiental e que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, mas que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária, consoante teor do art. 24 e parágrafos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é competência comum e obrigação dos entes da Federação preservar as florestas, a fauna e a flora, conforme os arts. 23, VII, e 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que as normas estaduais e ações institucionais da SEMARH devem estar em consonância com a normatização federal que rege a matéria, evitando conflitos e gerando segurança para a administração pública e para os administrados;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir procedimentos e normas relativos às autorizações florestais e todos os temas correlatos, respeitando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economia processual e da eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer as diretrizes técnicas e os procedimentos administrativos relativos às autorizações florestais emitidas no Estado do Piauí, de competência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/PI).

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Para fins desta Instrução Normativa entende-se por:

I – Amostra: trata-se de uma porção de dada população que é examinada, permitindo, a partir daí, que se façam inferências sobre a população em questão.

II - Arborização urbana: compreende o conjunto de árvores localizadas no perímetro urbano de uma cidade.

III – Área abandonada: área em que houve a supressão de vegetação nativa, com ou sem a devida autorização florestal, em cujo espaço convertido para o uso alternativo do solo não há nenhuma exploração produtiva há mais de 03 (três) anos, e que não pode ser caracterizada como área rural consolidada, nem como em pousio, conforme preconizado por esta Instrução Normativa.

IV – Área rural consolidada: a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividade agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

V - Área subutilizada: área em que houve a supressão de vegetação nativa, com a devida autorização florestal, mas que não foi convertida para uso alternativo do solo há, no máximo, 03 (três) anos.

VI - Autorizações florestais: são permissões concedidas por autoridade competente para atividades relacionadas à exploração, manejo e conservação de recursos da flora, com base na legislação específica vigente.

VII - Ciclo de corte: definido como o período de tempo decorrido entre o plantio da muda e o corte

raso final da floresta, podendo compreender uma ou mais rotações.

VIII - Concessão de crédito de reposição florestal: instituição de crédito de reposição florestal por meio de certificado da SEMARH, ao responsável pelo plantio, após comprovação e vinculação do plantio.

IX - Créditos de Floresta (CF): Títulos e/ou Certificados Públicos ou Privados de Crédito de Floresta produzidos em áreas de vegetação nativa, preservadas e conservadas, conforme definido no artigo 2º da Lei Estadual nº 7.033, de 28 de agosto de 2017, que corresponderá a uma Unidade de Créditos de Sustentabilidade – UCS, obtida através da Plataforma Tesouro Verde.

X - Créditos de reposição florestal: estimativa, em metros cúbicos, do volume de matéria-prima florestal resultante de plantio florestal, devidamente comprovado perante a SEMARH;

XI - Débito de reposição florestal: volume, em metros cúbicos, de matéria-prima florestal a ser reposto na supressão de vegetação nativa autorizada ou em exploração ilegal de vegetação nativa;

XII - Geração de crédito de reposição florestal: geração da expectativa de direito à concessão de crédito, mediante o plantio de floresta nativa ou exótica, em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa;

XIII - Espécies ameaçadas de extinção: aquelas cujas populações e/ou habitats estão desaparecendo rapidamente, de forma a colocá-las em risco de tornarem-se extintas, que estão incluídas em lista oficial publicada pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do Sisnama.

XIV - Espécies da flora objeto de proteção especial: espécies que possuem proteção legal prevista em norma federal, estadual ou municipal, mas que não necessariamente estejam incluídas em lista oficial de espécies ameaçadas de extinção.

XV - Estágio inicial de regeneração: estágio que ocorre logo após a degradação ou abandono do solo, durando um tempo variável a depender de fatores físicos, biológicos e antrópicos atuantes, caracterizado pelo solo exposto e/ou pela presença abundante de espécies rasteiras e pioneiras, com baixa diversidade, crescimento rápido e algumas dominantes.

XVI – Floresta plantada com espécie exótica: cobertura vegetal introduzida artificialmente, na qual se utilizam técnicas silviculturais apropriadas, e cuja composição restringe-se a poucas ou a uma espécie não nativas, com fins comerciais e com enfoque econômico.

XVII – Floresta plantada com espécie nativa: área originada de plantio composto por uma ou mais espécie (s) lenhosa (s) nativa (s), implantado com o uso de técnicas silviculturais apropriadas, que apresenta características equiâneas e com padrões relativamente homogêneos quanto a variáveis dendrométricas e de distribuição, e cultivado com fins comerciais e com enfoque econômico.

XVIII - Limpeza de área: prática realizada em imóveis rurais que envolve a remoção de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração visando a instalação de atividades econômicas ou a continuidade de atividades previamente existentes, observadas as possibilidades admitidas nesta IN.

XIX - Plantio consolidado: plantio florestal estabelecido com espécies florestais adequadas considerando aspectos técnicos relativos à implantação e à manutenção do povoamento, cuja comprovação se dará mediante vistoria técnica para comprovar o efetivo plantio e para aprovação do Diagnóstico de Plantio.

XX - Pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, em áreas devidamente licenciadas, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;

XXI - Reposição florestal: compensação do volume de matéria-prima extraído de vegetação nativa pelo volume de matéria-prima resultante de plantio florestal para geração de estoque ou recuperação de cobertura florestal.

XXII - Responsável pelo plantio: pessoa física ou jurídica que realiza ou fomenta o plantio e executa todos os atos necessários à obtenção do crédito.

XXIII - Rotação: compreende o período de tempo decorrido entre o crescimento inicial de muda, ou da brotação, e o corte raso de uma floresta, ou seja, o tempo médio em que esta atinge o tamanho final escolhido para o corte.

XXIV - Reforma de culturas agrícolas ou de pastagens: refere-se ao conjunto de práticas e técnicas empregadas para restaurar, renovar ou melhorar a produtividade de terras agrícolas ou áreas de pastagem que tenham se degradado ou se tornado menos produtivas ao longo do tempo.

XXV - Unidades de Amostra: consistem nas unidades em que serão realizadas as avaliações quantitativas e qualitativas sobre as feições de uma população florestal.

XXVI - Uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.

Art. 3º. A SEMARH expedirá as seguintes autorizações florestais:

I - Autorização para Supressão Vegetal (ASV): autoriza a supressão de vegetação nativa ou formações sucessoras, com a consequente substituição por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana, conforme art. 3º, inciso VI da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;

II - Autorização para Supressão Vegetal Simplificada (ASV-S): autoriza a supressão de vegetação nativa ou formações sucessoras, com a consequente substituição por outras coberturas do solo, e é destinada àqueles que praticam atividades no meio rural na condição de Agricultor Familiar ou Empreendedor Rural Familiar, nos termos do inciso V, art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e atendem, simultaneamente, aos requisitos estabelecidos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

III - Autorização para Corte de Árvores Isoladas Nativas (ACAIN): autoriza o corte de um número limitado de indivíduos arbóreos nativos, para os casos previstos nesta Instrução Normativa;

IV - Autorização para Limpeza de Áreas (ALIA): autoriza a supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, para os casos previstos nesta Instrução Normativa;

V - Declaração de Regularidade de Áreas Desmatadas Sem Autorização (DERADSA): regulariza, de forma excepcional, a supressão de vegetação nativa ocorrida após 22 de julho de 2008 sem a prévia autorização ou em desacordo com a autorização válida do órgão ambiental competente.

CAPÍTULO II

DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO

SEÇÃO I – DA AUTORIZAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 4°. A implantação de atividades e/ou empreendimentos que causem a supressão da cobertura vegetal nativa ou sucessora dependerá de prévia Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para uso alternativo do solo, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

Art. 5º. A solicitação de ASV deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 1.1 desta IN;

II - Documentos do interessado, conforme Anexo A, da IN SEMARH n° 007/2021;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área que se pretende realizar a supressão, conforme Anexo A, da IN SEMARH n° 007/2021;

IV - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições área total do imóvel, área objeto de supressão inicial, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

V - Recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

VI - Croqui de acesso ao imóvel e à área de supressão, constando a rota e as distâncias, a partir da zona urbana do município mais próximo;

VII - Comprovante de pagamento de preço público, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015;

VIII - Cópia da licença de instalação ou outro ato autorizativo (DBIA, Autorização Ambiental, etc.), em validade;

IX – Estudo de Caracterização da Flora, em arquivo legível e formato .pdf, acompanhado de ART;

X - Proposta de Reposição Florestal, conforme modelo constante do Anexo I, da IN SEMARH nº 20/2024;

XI – Certidão de Regularidade Dominial (CRD) emitida pelo Instituto da Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Piauí (INTERPI), para os casos previstos no Art. 2º do Decreto Estadual nº 19.490, de 02 de março de 2021.

§1º. O pagamento da taxa prevista no Inciso VII é dispensado para áreas de supressão de até 20 (vinte) hectares, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015.

§2º. O tipo de Estudo de Caracterização da Flora de que trata o Inciso IX deste artigo dependerá da área a ser suprimida, sendo definido da seguinte forma:

a. Inventário Florestal Simplificado: quando a área de supressão for de até 20 (vinte) hectares, contendo resultados de pelo menos 05 (cinco) unidades amostrais, sem exigência de precisão mínima, e cujo conteúdo mínimo deve atender às diretrizes do Termo de Referência constante do Anexo 2;

b. Inventário Florestal: quando a área de supressão for maior que 20 (vinte) hectares, cujo conteúdo mínimo deve atender às diretrizes do Termo de Referência constante do Anexo 3.

§3°. O Estudo de Caracterização da Flora das áreas solicitadas para supressão vegetal deverá ser realizado exclusivamente nos limites da área a ser suprimida.

§4°. A precisão dos Inventários Florestais deve atender a um nível de probabilidade mínimo de 90% e um erro admissível de 20% em torno da média da variável do volume total.

§5°. O Inventário Florestal em áreas de supressão vegetal deverá atender aos critérios mínimos de amostragem, conforme constante do Quadro 1, visando amostrar a riqueza, a diversidade da flora, além dos demais parâmetros quantitativos e qualitativos necessários à sua caracterização adequada:

Quadro 1 - Critérios mínimos para inventários florestais a serem submetidos à SEMARH.

Área Solicitada (ha)	N° de Unidades Amostrais (UA)	Amostra (ha)	Precisão requerida/ Limite de erro (%)
De 20,01 a 700,00	-	-	20
De 700,01 a 1500,00	≥ 25	≥ 1,00	20
De 1500,01 a 3000,00	≥ 35	≥ 1,40	20
De 3000,01 a 7000,00	≥ 45	≥ 1,80	20
Acima de 7000,00	≥ 50	≥ 2,00	20

§6º. As exigências contidas no §5º só serão obrigatórias para os Inventários Florestais, cujos processos forem protocolados após 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação desta IN.

§7º. A emissão da ASV ficará condicionada ao pagamento de 30% (trinta por cento) da reposição florestal devida, obrigatoriamente, pela modalidade de recolhimento ao Fundo Estadual de Unidade de Conservação (FEUC), regulamentada pela Instrução Normativa nº 20, de 07 de fevereiro de 2024, e suas alterações.

§8º. A Proposta de Reposição Florestal, a que se refere o inciso X, deste artigo, deverá contemplar os 70% (setenta por cento) restante da reposição florestal devida, a qual poderá ser cumprida por quaisquer das modalidades previstas na Lei Estadual nº 7.193, de 08 de abril de 2019.

§9º. Na solicitação de ASV para empreendimentos considerados de utilidade pública ou interesse social deve ser apresentado o ato legal que institui tais condições pelo ente ou órgão competente, constituindo requisito para a dispensa da apresentação de documentos fundiários dos imóveis afetados.

§10º. A ASV não autorizará a captura, coleta e/ou transporte de fauna, para o que deverão ser observados os planos/programas aprovados no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, ou de outras autorizações específicas, conforme regulamento da SEMARH.

Art. 6º. O prazo de validade da ASV inicial será de um (01) ano, contado a partir de sua concessão, podendo ser renovado por igual período, até o limite máximo de 6 (seis) anos.

§1º. A solicitação de renovação de ASV dar-se-á, preferencialmente, 30 (dias) antes do seu

vencimento, não podendo ser realizada após 30 (trinta) dias da expiração de sua validade.

§2º. A renovação de que trata o parágrafo anterior se aplicará para os casos em que não houve nenhuma supressão na área contemplada pela ASV inicial, ou que a supressão tenha ocorrido de forma parcial, apenas em parte da área contemplada, até a data de expiração do prazo;

§3º. Nas ocasiões em que a supressão tenha ocorrido de forma parcial, a renovação contemplará a área de intervenção total englobada na ASV inicial, e indicará expressamente o valor da área que será efetivamente suprimida a partir do deferimento da renovação;

§4º. Para os casos previstos no §3º, a partir da segunda solicitação, o deferimento das renovações dependerá da utilização efetiva das áreas já convertidas, progressivamente.

§5º. Entende-se por utilização efetiva das áreas já convertidas a instalação da(s) atividade(s) econômica(s) que consolidam o uso alternativo do solo, com o devido licenciamento.

§6º. Quando houver a utilização do volume de matéria-prima florestal para aproveitamento externo ao imóvel, a renovação deverá contemplar apenas o volume proporcional à área a ser renovada, salvo casos excepcionais devidamente justificados.

§7º. A solicitação de renovação de ASV (R-ASV) deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 1.2 desta IN;

II - Cópia da ASV objeto de renovação;

III - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições atuais de área total do imóvel, área objeto de supressão inicial, área já suprimida (conforme autorização anterior), área remanescente objeto da solicitação de renovação, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

IV - Comprovante de pagamento de preço público, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015, calculado sobre a área remanescente objeto da solicitação de renovação;

V - Cópia da licença de instalação ou outro ato autorizativo (DBIA, Autorização Ambiental, etc.), em validade;

VI - Relatório Técnico de Atividades Florestais, cujo conteúdo mínimo deve atender às diretrizes do Termo de Referência constante do Anexo 4;

VII - Comprovante de cumprimento da reposição florestal obrigatória, a qual será proporcional ao valor da área efetivamente suprimida, nos casos de supressão parcial da área de intervenção contemplada na ASV inicial.

§8º. Nos casos de supressão parcial em que a área efetivamente suprimida corresponda a um valor menor ou igual a 30% da área de intervenção contemplada na ASV inicial, é dispensada a apresentação do comprovante de cumprimento da reposição florestal, aludido no inciso VII, do parágrafo anterior.

SEÇÃO II – DA SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 7º. A supressão total ou parcial de vegetação para o uso alternativo do solo não é permitida em Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal, bem como em outras áreas definidas

pelo Poder Público como de proteção especial, ressalvadas as exceções legais.

§ 1º. A supressão de vegetação nativa em APP somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

§2º. A análise e decisão sobre a supressão de vegetação nativa em APP serão feitas no âmbito do procedimento de ASV, regulamentado na Seção I, deste Capítulo, cujo ato autorizativo deixará expresso o valor e a localização da área afetada.

Art. 8º. Nos casos em que a solicitação de ASV envolva a supressão de vegetação nativa em APP, além dos documentos previstos no Art. 5º, desta IN, o interessado deverá apresentar uma Proposta de Compensação por Supressão Vegetal em APP, preenchendo o campo específico do Requerimento, cujo modelo consta no Anexo 1.1, desta IN.

§1º. A compensação de que trata o caput deste artigo deverá ser cumprida mediante a manutenção/recuperação de ecossistema semelhante, em área mínima de 02 (duas) vezes a área suprimida, o que poderá ser feita por uma das seguintes formas:

I – recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios;

II – recuperação de área degradada no interior de Unidade de Conservação de domínio público Federal, Estadual ou Municipal, localizada no Estado do Piauí;

III – destinação ao Poder Público de área no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, desde que localizada na mesma bacia hidrográfica, no Estado do Piauí e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica.

§ 2º. A proposta referente às medidas compensatórias a que se referem os incisos I e II do parágrafo anterior será instruída obrigatoriamente com:

I - Projeto Técnico de Recuperação da Flora elaborado por profissional habilitado acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), observando minimamente as metodologias de recuperação de Áreas de Preservação Permanente - APPs dispostas na Resolução Conama n° 429, de 28 de fevereiro de 2011.

II – Declaração de ciência e aceite do proprietário ou posseiro, acompanhada de documentação comprobatória da propriedade ou posse do imóvel, nos casos de compensação em propriedade de terceiros.

§3º. Quando a proposta de compensação indicar regularização fundiária ou recuperação de área em Unidade de Conservação, sua análise deverá incluir o órgão gestor da mesma.

Art. 9º. A emissão da Licença de Operação (LO) em favor do empreendimento implantado sobre a área objeto de ASV que autorize a supressão vegetal em APP ficará condicionada à demonstração de cumprimento da Proposta de Compensação de que trata o Art. 8º, desta IN.

SEÇÃO III – DA SUPRESSÃO DE ESPÉCIES DA FLORA OBJETO DE PROTEÇÃO ESPECIAL E/OU AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Art. 10. Para fins de aplicação desta IN, serão consideradas espécies da flora objeto de proteção especial aquelas constantes do Quadro 2:

Quadro 2 - Espécies da flora objetos de proteção especial

ESPÉCIE		NORMA LEGAL
Nome Popular	**Nome Científico**	
Babaçu[1]	*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983
Carnaúba[2]	*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E.Moore	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983
Buriti[3]	*Mauritia flexuosa* L.f.	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983
Pequi[4]	*Caryocar coriaceum* Wittm. *Caryocar brasiliense* Cambess.	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983
Bacuri	*Platonia insignis* Mart.	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983
Faveira	*Parkia platycephala* Benth.	Lei Estadual Nº 3.888, de 26 de setembro de 1983 / Constituição do Estado do Piauí
Aroeira[5]	*Astronium urundeuva* (M.Allemão) Engl.	Constituição do Estado do Piauí
Pau d'arco	*Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos *Handroanthus ochraceus* (Cham.) Mattos *Handroanthus serratifolius* (Vahl) S.Grose	Constituição do Estado do Piauí
Cedro	*Cedrela odorata* *Cedrela fissilis*	Constituição do Estado do Piauí

[1] Sinônimos, mas incorretos: *Orbignya matiana* Barb.Rodr.; *Orbignya speciosa* (Mart.) Barb.Rodr.
[2] Sinônimo, mas incorreto: *Copernicia cerifera* (Arruda) Mart.
[3] Sinônimo: *Mauritia vinifera* Mart.
[4] Portaria MMA Nº 32, de 23 de janeiro de 2019, proíbe o corte de Pequizeiro (*Caryocar spp.*).
[5] Sinônimo, mas incorreto: *Myracrodruon urundeuva* M. Allemão.

Art. 11. Nos casos em que forem previstos o corte ou a supressão de espécies da flora objeto de proteção especial, além dos documentos previstos no Art. 5º, desta IN, o interessado deverá apresentar uma Proposta de Medidas Compensatórias para Conservação das Espécies, preenchendo o campo específico do Requerimento, cujo modelo consta no Anexo 1.1, desta IN.

§1º. Será considerada equivalente à medida compensatória, aludida no caput, a comprovação técnica da ocorrência da(s) espécie(s) objeto de proteção especial na Reserva Legal do(s) imóvel(is) rural(is) afetado(s) pela supressão.

§2º. A comprovação técnica de que trata o parágrafo anterior deverá estar contida no Estudo de

Caracterização da Flora, o qual deverá apresentar informações mínimas acerca da densidade e da distribuição dessas espécies na Reserva Legal, de modo a assegurar a sua conservação.

§3º. Para efeito de aplicação desta IN, a conservação das espécies objeto de proteção especial será assegurada quando a comprovação técnica aludida nos parágrafos anteriores demonstrar, alternativamente, que:

I - a densidade da espécie de proteção especial na Reserva Legal é igual ou superior a 2 (dois) indivíduos por hectare, ou;

II - a densidade da espécie de proteção especial na Reserva Legal é, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) em relação a sua densidade encontrada na área destinada à supressão de vegetação.

§4°. Caso a SEMARH julgue que a comprovação técnica, a que se refere o §1º, não é suficiente para comprovar a conservação das espécies objetos de proteção especial, a medida compensatória deverá ser realizada mediante o plantio de mudas da espécie suprimida considerando uma das seguintes proporções:

I - plantio de 02 (duas) mudas da espécie suprimida para cada exemplar estimado no inventário florestal; ou

II - plantio da quantidade de mudas resultante da proporção de 05 (cinco) mudas para cada unidade de hectare suprimido.

§5º. A compensação prevista no §4º deverá ocorrer, prioritariamente, mediante o plantio de mudas da espécie suprimida, em APP, em Reserva Legal ou em corredores de vegetação para estabelecer conectividade a outro fragmento vegetacional, na área do empreendimento ou em outras áreas de ocorrência natural.

Art. 12. Nos casos em que forem previstos o corte ou a supressão de espécies da flora ameaçadas de extinção, além dos documentos previstos no Art. 5º, desta IN, o interessado deverá apresentar uma Proposta de Medidas Compensatórias para Conservação das Espécies, preenchendo o campo específico do Requerimento, cujo modelo consta no Anexo 1.1, desta IN.

§1º. A medida compensatória aplicável ao caso previsto no caput será a realização do plantio de mudas da espécie suprimida.

§2º. A quantidade de mudas a ser plantada dependerá do grau de ameaça atribuído à espécie bem como o seu nível de ocorrência na área de influência direta do empreendimento, observando o mínimo de 2 (duas) mudas por indivíduo suprimido e o máximo de 5 (cinco) mudas por indivíduo suprimido.

§3º. O plantio de mudas aludido nos parágrafos anteriores deverá ocorrer, prioritariamente, em APP, em Reserva Legal ou em corredores de vegetação para estabelecer conectividade a outro fragmento vegetacional, na área do empreendimento ou em outras áreas de ocorrência natural.

Art. 13. A emissão da Licença de Operação (LO) em favor do empreendimento implantado sobre a área objeto de ASV que autorize o corte ou a supressão de espécies da flora objeto de proteção especial e/ou ameaçadas de extinção, e cuja medida compensatória seja o plantio de mudas dessas espécies, ficará condicionada à comprovação técnica do efetivo plantio.

Art. 14. A compensação estabelecida nesta seção não se aplica às espécies objeto de proteção

especial, cuja norma de proteção defina compensação específica.

CAPÍTULO III

DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PARA AGRICULTURA FAMILIAR OU EMPREENDIMENTO RURAL FAMILIAR

Art. 15. A implantação de atividades e/ou empreendimentos que causem a supressão da cobertura vegetal nativa para Agricultura Familiar ou Empreendimento Rural Familiar dependerá de prévia Autorização de Supressão Vegetal Simplificada (ASV-S), desde que:

I - a supressão não contenha espécies da flora objeto de proteção especial e/ou ameaçadas de extinção;

II - a área objeto da supressão esteja localizada fora de Área de Preservação Permanente - APP e Área de Reserva Legal - ARL;

Parágrafo único. O não atendimento a pelo menos um dos requisitos acima estabelecidos sujeitará o interessado à adoção do procedimento de ASV regulamentado no Capítulo II, desta IN.

Art. 16. A solicitação de ASV-S deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 1.3 desta IN;

II - Documentos do interessado, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área que se pretende realizar a supressão, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

IV - Recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

V - Cópia da licença de instalação ou outro ato autorizativo (DBIA, Autorização Ambiental, etc.), em validade, quando for o caso;

VI - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) ou comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Parágrafo único. É obrigatória a apresentação do Estudo de Caracterização da Flora, nos casos em que houver o aproveitamento externo do produto florestal.

Art. 17. Após a emissão da ASV-S, a SEMARH emitirá a Autorização Simplificada junto ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor+).

Art. 18. Em caso de aproveitamento externo do produto florestal por meio do sistema Documento de Origem Florestal Rastreabilidade (DOF+), o beneficiário da ASV-S deverá acessar o Sinaflor+ e realizar a etapa de Registro de Exploração, nos termos dos arts. 20-A e 20-B da Instrução Normativa Ibama nº 21/2014.

Parágrafo único. O acesso ao Sinaflor+ será disponibilizado ao usuário cadastrado na categoria pertinente junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e em situação regular perante o Ibama.

CAPÍTULO IV

DO CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS

Art. 19. A Autorização para Corte de Árvores Isoladas Nativas (ACAIN) será aplicada quando:

I – se tratar de espécies da flora objeto de proteção especial e/ou ameaçadas de extinção;

II – os indivíduos a serem suprimidos estiverem localizados em APP ou Reserva Legal;

§1º. Para os casos não previstos no caput deste artigo, o corte de árvores isoladas nativas será sujeito à emissão de Autodeclaração de Corte de Árvores Isoladas Nativas (ADCAIN), na qual deverão constar as coordenadas geográficas dos indivíduos a serem suprimidos, a identificação da(s) espécie(s), suas informações dendrométricas, bem como a identificação do imóvel onde ocorrerá o corte.

§2º. Não se aplicará o disposto no parágrafo anterior, caso o interessado pretenda realizar o aproveitamento externo do material lenhoso, para o que se aplicará a ACAIN.

Art. 20. Não será objeto de ACAIN nem de ADCAIN os casos em que:

I - se observe, no mínimo, 15 (quinze) indivíduos por hectare, em relação à área passível de supressão, ou seja, excluindo área de reserva legal e APP; ou

II - os indivíduos a serem suprimidos apresentarem mais de 2 m (dois metros) de altura e diâmetro do caule à altura do peito – DAP maior ou igual a 5,0 cm (cinco centímetros), e cujas copas ou partes aéreas estejam em contato entre si ou, se agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas ultrapassem 0,2 hectares;

Parágrafo único. Para as situações previstas no caput, será aplicável o procedimento de ASV, regulamentado no Capítulo II, desta IN.

Art. 21. A solicitação de ACAIN deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 1.4 desta IN;

II - Documentos do interessado, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área que se pretende realizar o corte das árvores, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

IV - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições de área total do imóvel, coordenadas das árvores que serão suprimidas, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

V - Recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

VI - Croqui de acesso ao imóvel e à área de supressão, constando a rota e as distâncias, a partir da zona urbana do município mais próximo;

VII - Cópia da licença de instalação ou outro ato autorizativo (DBIA, Autorização Ambiental, etc.), em validade, quando for o caso;

VIII - Proposta de medida compensatória, observando o disposto na Seção III, do Capítulo II, desta IN.

Art. 22. Não será exigida ACAIN ou ADCAIN para os casos de arborização urbana ou que envolvam risco à vida ou ao patrimônio.

Parágrafo único. A dispensa de autorização de que trata o caput não exime o interessado de observar as legislações municipais vigentes, especialmente, no que concerne ao corte ou podas de árvores em áreas urbanas.

CAPÍTULO V

DA LIMPEZA DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. A limpeza de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração dependerá de prévia Autorização para Limpeza de Área (ALIA), a qual será aplicada às limpezas nos seguintes casos:

I - em área subutilizada;

II - para reforma de culturas agrícolas ou de pastagens;

III - em área em pousio.

Art. 24. A solicitação de ALIA deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 5 desta IN;

II - Documentos do interessado, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área que se pretende realizar a limpeza, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

IV - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições de área total do imóvel, área objeto de supressão inicial, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

V - Recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

VI - Relatório fotográfico com pelo menos 04 (quatro) fotografias da área objeto da limpeza que permitam uma visão ampla das suas condições, com legenda escrita, data e coordenadas geográficas em cada foto.

Art. 25. O prazo de validade da ALIA será de 01 (um) ano, contado a partir de sua concessão, podendo ser prorrogado por igual período, por uma só vez.

§1º. Para a solicitação de prorrogação da ALIA (P-ALIA) serão exigidos os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo constante do Anexo 5.4 desta IN;

II - Cópia da ALIA objeto de prorrogação;

III - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições atuais de área total do imóvel, área objeto de supressão inicial, área já limpa (conforme autorização anterior), área remanescente objeto da solicitação de prorrogação, área de reserva legal, área de preservação

permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

IV - Comprovante de pagamento de preço público, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015, calculado sobre a área remanescente objeto da solicitação de prorrogação, tomando por base o valor aplicável ao procedimento de ASV;

Parágrafo único. Não será admitida a prorrogação para a área de intervenção total contemplada na ALIA inicial, sendo admitida apenas quando houver a limpeza e a utilização efetiva de pelo menos uma parte dessa área de intervenção.

Art. 26. Não será exigida nova reposição florestal para emissão da ALIA.

Art. 27. Excepcionalmente, podem ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária dentro dos mosaicos de vegetação secundária.

SEÇÃO II – DA LIMPEZA DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ÁREAS SUBUTILIZADAS

Art. 28. A ALIA se aplicará à limpeza de vegetação secundária em área subutilizada, desde que sejam observados os seguintes critérios:

I - a supressão da vegetação nativa deve ter sido devidamente autorizada pelo órgão competente, conforme legislação vigente;

II - a supressão da vegetação nativa tenha ocorrido há, no máximo, 03 (três) anos, contados da data de vencimento do ato autorizativo.

Parágrafo único. Nos casos em que não for observado, pelo menos, um dos critérios estabelecidos no caput, a área em questão será considerada área abandonada, o que ensejará o indeferimento do pedido da ALIA, e abertura do procedimento apropriado, conforme preconizado por esta IN.

Art. 29. Para a solicitação de ALIA, nos casos previstos no artigo anterior, além dos documentos constantes do art. 24, desta IN, o interessado deverá apresentar os seguintes:

I - autorização florestal que autorizou a supressão inicial;

II - comprovação de cumprimento da reposição florestal relativa à área para qual se requer a ALIA;

III - LI ou DBIA, em validade, englobando a área para a qual se requer a ALIA.

SEÇÃO III – DA REFORMA DE CULTURAS AGRÍCOLAS OU DE PASTAGENS

Art. 30. Para a solicitação de ALIA, nos casos de limpeza de vegetação para reforma de culturas agrícolas ou de pastagens, além dos documentos constantes do art. 24, desta IN, o interessado deverá apresentar a licença de operação, ou outro ato similar, em validade, que contemple a atividade desenvolvida na área objeto da ALIA.

Parágrafo único. Quando a limpeza de que trata o caput tiver como objetivo a substituição de uma tipologia de atividade por outra diferente, ao invés da licença de operação, será exigida a LI ou DBIA, expedida em favor da nova atividade que se pretende implantar na área objeto da ALIA.

SEÇÃO IV – DA LIMPEZA DE VEGETAÇÃO EM ÁREA EM POUSIO

Art. 31. O proprietário ou possuidor que pretenda implementar a prática de pousio em área convertida para uso alternativo do solo, inclusive em área rural consolidada, deverá declarar a feição de pousio no Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel.

Art. 32. A limpeza de vegetação secundária regenerada em área em pousio deverá ser precedida por uma ALIA.

§1º. Antes da emissão da ALIA aludida no caput, o setor de geoprocessamento da SEMARH deverá confirmar a configuração do estado de pousio da área objeto da solicitação.

§2º. Caso não seja confirmado o estado de pousio na área com vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, ela passará a ser considerada abandonada e, consequentemente, a solicitação de ALIA será indeferida, devendo o interessado proceder com a retificação do CAR, retirando a feição de pousio do imóvel, e ingressar com a solicitação de ASV, conforme preconizado no Capítulo II desta IN.

Art. 33. Para a solicitação de ALIA, nos casos previstos no caput do artigo anterior, além dos documentos constantes do art. 24, desta IN, o interessado deverá apresentar a licença de operação, ou equivalente, que englobe a área objeto do requerimento.

CAPÍTULO VI

DA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DESMATADAS SEM AUTORIZAÇÃO

Art. 34. Excepcionalmente, a SEMARH poderá expedir Declaração de Regularidade de Áreas Desmatadas Sem Autorização (DERADSA), diante da solicitação espontânea de empreendedores que tenham interesse em regularizar atividades onde tenha ocorrido a supressão de vegetação nativa após 22 de julho de 2008, sem a prévia autorização ou em desacordo com a autorização válida do órgão ambiental competente.

§ 1º. A apresentação da DERADSA é condição fundamental para emissão de Licença de Operação de Regularização (LO-R), Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA) ou Licença de Instalação (LI) de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, em cuja Área Diretamente Afetada (ADA) tenha ocorrido, no todo ou em parte, supressão vegetal sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º. Diante da solicitação de que trata o caput, o auditor fiscal ambiental deverá lavrar auto de infração e termo de embargo, caso isso não tenha ocorrido previamente à solicitação de DERADSA, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 12.651/12, para apuração de eventual responsabilidade do interessado referente à infração prevista no art. 52 do Decreto Federal n° 6.514/2008.

§ 3º. A emissão da DERADSA somente será possível quando inexistir restrição legal ao uso alternativo do solo na área desmatada.

§ 4º. Ao fim do processo, caso a SEMARH conclua, de forma fundamentada na legislação vigente,

mormente a Lei Federal n° 12.651/2012 e outras aplicáveis, que não é possível a regularização da área requerida, especialmente quando se tratar de APP ou área de reserva legal, determinar-se-á a recuperação da própria área, mediante celebração de Termo de Compromisso, firmado pelo interessado perante a SEMARH.

§ 5º. Nos casos em que a área desmatada tenha sido previamente embargada, a autoridade julgadora poderá decidir pelo desembargo da área, no âmbito de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde que o interessado apresente protocolo de solicitação da DERADSA.

§6º. Deverá ser incluída como uma das cláusulas do TAC, mencionado no §5º, a apresentação da DERADSA, em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 35. As solicitações de DERADSA deverão ser instruídas com a apresentação de, no mínimo, os seguintes documentos:

I - Requerimento, conforme modelo acrescentado como Anexo 6 desta IN;

II - Documentos do interessado, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área que se pretende a regularização do desmatamento, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

IV - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições de área total do imóvel, área objeto de regularização do desmatamento, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, dentre outras informações de uso das áreas remanescentes;

V - Recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

VI - Croqui de acesso ao imóvel e à área de supressão, constando a rota e as distâncias, a partir da zona urbana do município mais próximo;

VII - Comprovante de pagamento de preço público, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015, equivalente ao aplicável para procedimentos de ASV;

VIII - Proposta de cumprimento da reposição florestal obrigatória;

IX – Certidão de Regularidade Dominial (CRD) emitida pelo Instituto da Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Piauí (INTERPI), para os casos previstos no Art. 2º do Decreto Estadual nº 19.490, de 02 de março de 2021.

Art. 36. Além dos documentos elencados no artigo anterior, o interessado poderá apresentar um Estudo de Caracterização da Flora aplicável, conforme Art. 5º, §2º, desta IN, que demonstre uma estimativa do volume de matéria-prima florestal desmatado, sobre a qual será calculado o volume devido de reposição florestal.

§1º. O cumprimento da reposição florestal decorrente de áreas desmatadas sem autorização, para efeito de emissão de DERADSA, obedecerá a proporção de 02 (duas) vezes o débito, em termos de área ou volume devido, a depender da modalidade proposta pelo empreendedor.

§2º. Em caso de proposta de reposição florestal direta por meio do plantio de mudas, o requerente deve apresentar o projeto técnico de plantio (Anexo 7), em nível executivo, com cronograma de execução, sendo a sua aprovação pela SEMARH suficiente para emissão da DERADSA.

§3º. A não execução do plantio no prazo fixado no cronograma representa o não cumprimento da reposição florestal obrigatória e a consequente aplicação de sanções administrativas previstas no

parágrafo único do Art. 53 do Decreto Federal n° 6.514/2008, além da obrigatoriedade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), junto ao Secretário de Meio Ambiente, o qual definirá um novo prazo e a forma de cumprimento da obrigação legal.

§4º. Em caso de proposta de reposição florestal pelas modalidades indiretas, a emissão da DERADSA ficará condicionada à comprovação do cumprimento da proposta validada pela SEMARH.

§5º. O Estudo de Caracterização da Flora a que se refere o caput, deverá ter como objeto uma vegetação testemunha em área adjacente à área objeto da DERADSA ou de inventário florestal da própria área, elaborado antes do desmatamento, acompanhado da respectiva ART.

§6º. Caso não seja apresentado o Estudo de Caracterização da Flora, considerar-se-á, para fins de definição do volume suprimido a ser reposto, a proporção de 162,79 m^3/ha, para áreas situadas no Cerrado, e 91,6 m^3/ha, para áreas situadas na Caatinga.

Art. 37. O interessado deverá adotar medidas compensatórias, mediante o plantio, na proporção de 05 (cinco) mudas por cada exemplar suprimido de espécies de proteção especial ou constantes de lista oficial de espécies ameaçadas de extinção, conforme resultados do Estudo de Caracterização da Flora.

§1°. Caso o interessado não apresente o Estudo de Caracterização da Flora, deverá realizar a compensação a que se refere o caput na proporção de 100 (cem) mudas por hectare desmatado ilegalmente.

§2°. A definição das espécies a serem plantadas considerará as espécies de proteção especial e as espécies ameaçadas de extinção de ocorrência no Piauí, bem como outras espécies comuns das fitofisionomias ocorrentes no imóvel, observando sempre a ecologia das populações e os fatores ambientais predominantes na área de plantio.

CAPÍTULO VII DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. A reposição florestal, nos termos do art. 33, § 1º da Lei Federal nº 12.651/12, é obrigatória à pessoa física ou jurídica que:

I - utiliza matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa;

II - detenha a autorização de supressão de vegetação nativa.

§ 1º O responsável por explorar vegetação em terras públicas, bem como o proprietário ou possuidor de área com exploração de vegetação, sob qualquer regime, sem autorização ou em desacordo com essa autorização, fica também obrigado a efetuar a reposição florestal.

§ 2º O detentor da autorização de supressão de vegetação nativa fica desonerado do cumprimento da reposição florestal quando esta for efetuada por aquele que utiliza a matéria-prima florestal.

§ 3º A comprovação do cumprimento da reposição por quem utiliza a matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural, não processada ou em estado bruto, deverá ser realizada dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação e ser prévia à utilização efetiva da matéria-prima suprimida.

§ 4º Fica desobrigado da reposição o pequeno proprietário rural ou possuidor familiar, assim definidos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, incluindo o integrante de assentamentos e projetos de reforma agrária, detentor da autorização de supressão de vegetação nativa, que não utilizar a matéria-prima florestal ou que utilizá-la para consumo no próprio imóvel.

§ 5º A reposição florestal incide sobre a vegetação nativa de origem do Estado do Piauí.

Art. 39. O procedimento administrativo referente à reposição florestal obrigatória observará o que preconiza a Instrução Normativa nº 20, de 07 de fevereiro de 2024, e suas alterações.

Art. 40. O não cumprimento da reposição florestal obrigatória configura infração ambiental prevista no art. 53, parágrafo único, do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 41. Nos termos do art. 33, § 2º, da Lei Federal nº 12.651 de 2012, é isento da obrigatoriedade da reposição florestal aquele que utilize:

I - costaneiras, aparas, cavacos ou outros resíduos provenientes da atividade industrial;

II - matéria-prima florestal:

a) oriunda de PMFS;

b) oriunda de floresta plantada;

c) não madeireira;

Parágrafo único. A isenção da obrigatoriedade da reposição florestal não desobriga o interessado da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado.

Art. 42. A recuperação ambiental imposta como condicionante para o licenciamento ambiental da atividade poderá ser considerada reposição florestal para os fins do disposto nesta Instrução Normativa, desde que aprovada para este fim pela SEMARH.

Art. 43. A exploração de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, fibras de palmáceas, óleos essenciais, mudas, raízes, bulbos, cipós, cascas e folhas de origem nativa, que não implicar na eliminação ou coleta do indivíduo, não gerará obrigatoriedade de reposição florestal.

Art. 44. O volume de reposição florestal devido será determinado com base no Estudo de Caracterização da Flora ou, na impossibilidade devidamente justificada de realização deste, considerar-se-ão os valores de referência constantes do Quadro 3:

QUADRO 3 - VOLUME MÉDIO POR HECTARE POR BIOMAS E FITOFISIONOMIAS BRASILEIRAS

Bioma (Fitofisionomia)	**m³/ha***
Cerrado	
Floresta Estacional (Sazonal) Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia)	162,79
Savana Florestada (Cerradão)	114,4
Savana Arborizada (Campo Cerrado, Cerrado Ralo, Cerrado Típico e Cerrado Denso)	20,12
Savana Parque (Campo-Sujo-de-Cerrado, Cerrado-de-Pantanal, Campo de Murunduns ou Covoal e Campo Rupestre)	7,88

Savana Gramíneo-Lenhosa (Campo-Limpo-de-Cerrado)	7,88
Caatinga	
Savana Estépica Florestada	91,6
Savana Estépica Arborizada	43,01
Savana Estépica Gramíneo-lenhosa	28,99
Savana Estépica Parque	30,28

* Valores estimados de volume médio por hectare, por biomas e fitofisionomias brasileiras. Fonte: Serviço Florestal Brasileiro - SFB. **Estoques das florestas**. Disponível em:<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/estoques-das-florestas>. Acesso em: 02 Abr. 2020.

SEÇÃO II - DAS MODALIDADES DE CUMPRIMENTO DA REPOSIÇÃO FLORESTAL

Art. 45. A reposição florestal obrigatória no Estado do Piauí poderá ser cumprida conforme as seguintes modalidades:

I - Reposição Florestal Direta:

a) plantio florestal destinado à geração de estoques comerciais;

b) plantio destinado à recuperação e/ou ao enriquecimento da vegetação em áreas de reserva legal e/ou de APPs degradadas/antropizadas;

c) plantio florestal em área abandonada e/ou em área rural consolidada, com fins de recuperação/recomposição;

d) servidão ambiental perpétua;

e) doação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de Domínio Público pendente de regularização fundiária.

II - Reposição Florestal Indireta:

a) pela participação em associações, cooperativas ou empresas relacionadas à produção florestal, conforme regulamentação da SEMARH;

b) pela aquisição de créditos de Reposição Florestal gerados de forma direta por terceiros, seja com espécies nativas e/ou exóticas;

c) mediante a aquisição de Créditos de Florestas, na Plataforma Tesouro Verde, de que trata a Lei Estadual nº 7.193/19.

d) pelo recolhimento ao Fundo Estadual de Unidades de Conservação (FEUC) de que trata o art. 25, da Lei Estadual nº 7.044, de 09 de outubro de 2017, do valor pecuniário equivalente aos custos de implantação e efetiva manutenção da reposição florestal, conforme IN SEMARH nº 20/2024

§ 1º A reposição florestal de que trata a alínea *b*, inciso I, quando se tratar de APP, somente será aceita mediante o plantio com espécies nativas e deverá seguir as orientações contidas na legislação vigente e em demais instruções técnicas elaboradas pela SEMARH.

§2° As modalidades previstas nas alíneas *d* e *e*, inciso I, e na alínea *d*, inciso II, deste artigo seguirão as disposições da IN SEMARH n° 20/2024.

§3° O cumprimento da reposição pela aquisição de Créditos de Florestas, na Plataforma Tesouro Verde, previsto na alínea *c*, inciso II, somente será admitida quando houver sua devida regulamentação e operacionalização pelo Estado do Piauí.

SEÇÃO III - DA REPOSIÇÃO FLORESTAL DIRETA PELO PLANTIO FLORESTAL DESTINADO À GERAÇÃO DE ESTOQUES COMERCIAIS

Subseção III.1 - Do procedimento de Declaração de Plantio Florestal (DPF)

Art. 46. Os plantios florestais de espécies nativas e/ou exóticas em áreas convertidas para uso alternativo do solo visando à geração de estoques comerciais serão permitidos somente fora da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente - APP e seu licenciamento ambiental obedecerá aos termos da legislação vigente.

Art. 47. O detentor de plantio florestal destinado à geração de estoque comercial poderá solicitar à SEMARH a geração do crédito de reposição florestal.

§1°. A geração do crédito de reposição florestal será solicitada pelo detentor do plantio por meio do procedimento de Declaração de Plantio Florestal (DPF).

§2°. A geração do crédito de reposição florestal dar-se-á somente após a comprovação da existência de plantio consolidado com espécies florestais adequadas, caracterizada pela aprovação do Diagnóstico de Plantio e de vistoria técnica, que culminará na emissão do Certificado de Concessão de Crédito de Reposição Florestal (CreFlo).

Art. 48. Os plantios de florestas integradas às atividades agropastoris poderão gerar créditos de reposição florestal.

Art. 49. O procedimento de Declaração de Plantio Florestal (DPF) será instruído com os seguintes documentos:

I - Termo de Vinculação de Floresta Plantada à Reposição Florestal, assinado pelo responsável pelo plantio, conforme modelo constante do Anexo 8, desta IN.

II - Documentos do responsável pelo plantio, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/202;

III - Documentos do(s) imóvel(is) onde se situa a área do plantio florestal, conforme Anexo A, da IN SEMAR n° 007/2021;

IV - Recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

V - Planta de uso do solo com dados georreferenciados, contendo as feições de área total do imóvel, área do plantio florestal e a delimitação dos talhões, área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso consolidado, e outras informações de uso das áreas remanescentes, em arquivo .pdf;

VI - Arquivo vetorial em extensão .shp ou .kml da área de efetivo plantio (perímetro e delimitação dos talhões);

VII - Croqui de acesso ao imóvel e à área de supressão, constando a rota e as distâncias, a partir da zona urbana do município mais próximo;

VIII - Licença de Operação (LO) ou Licença de Operação de Regularização (LO-R) da atividade de silvicultura;

IX - Comprovante de pagamento de preço público, conforme Lei Estadual nº 6.742/2015;

X - Diagnóstico de Plantio, conforme Anexo 9, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de responsável técnico habilitado.

Art. 50. A aprovação do plantio florestal considerará aspectos técnicos de povoamento, tais como:

I – Espécies;

II – Espaçamentos;

III – Percentual de falha;

IV – Aspectos fitossanitários;

V – Combate a pragas;

VI – Aceiros e estradas;

VII – Prevenção e combate a incêndios;

VIII – Divisão e identificação dos talhões;

IX – Coordenadas geográficas do perímetro e dos talhões;

§ 1º Cada plantio florestal poderá ser utilizado para a geração de créditos uma única vez.

§ 2º As espécies florestais que possuam mais de uma rotação após o primeiro corte poderão gerar novo crédito de reposição florestal se, comprovadamente, houver brotação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento), do plantio anterior.

Art. 51. Em casos excepcionais de aproveitamento externo do material lenhoso resultante de ASV que tenha como uso alternativo do solo o plantio florestal destinado à geração de estoque comercial (silvicultura), o empreendedor poderá requerer a antecipação dos créditos de reposição florestal a que terá direito, após a assinatura de Termo de Compromisso de Execução de Plantio Florestal – TCEPF, conforme Anexo 10 desta IN, visando subsidiar a emissão do Documento de Origem Florestal – DOF.

§1º Em caso de inviabilidade técnica do projeto implantado, no todo ou em parte, inclusive por motivo de força maior ou caso fortuito, o crédito concedido em virtude da reposição será estornado, total ou parcialmente, obrigando o devedor a repor o valor proporcional correspondente à reposição florestal mediante replantio ou outra modalidade prevista na legislação aplicável, compensando desta forma o débito de reposição florestal.

§2º O cumprimento do disposto no §1º deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, ou na impossibilidade, apresentar as devidas justificativas com novo cronograma de execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis previstas no art. 53, parágrafo único, do Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

Subseção III.2 - Da vinculação de créditos de reposição florestal ao plantio florestal

Art. 52. A vinculação de créditos de reposição florestal ao plantio florestal se dará após análise e conclusão do procedimento de DPF, e a concomitante aprovação do Diagnóstico de Plantio, bem como do Termo de Vinculação de Floresta Plantada à Reposição Florestal, com a emissão do CreFlo.

§ 1º O prazo de vinculação do uso da terra à reposição florestal deverá ser compatível com a primeira rotação, o ciclo de corte da floresta e o objetivo do projeto.

§ 2º O plantio em propriedade de terceiros deve preceder de instrumento legal firmado entre as partes, o qual deve possuir prazo de vigência compatível com a rotação e o ciclo de desenvolvimento florestal.

§ 3º Em caso de transferência do imóvel para pessoa física ou jurídica, onde exista área vinculada à reposição florestal, o novo detentor do imóvel passará a ser o responsável pelo plantio e consequentemente responsável pela reposição florestal.

Subseção III.3 - Da concessão de créditos de reposição florestal

Art. 53. O crédito de reposição florestal será concedido ao responsável pelo plantio florestal e será comprovado por meio da emissão do Certificado de Concessão de Créditos de Reposição Florestal (CreFlo) pela SEMARH.

Art. 54. O CreFlo oficializará a área do plantio vinculada à reposição florestal, os créditos de reposição florestal concedidos e o prazo mínimo da rotação a ser respeitado.

Art. 55. O crédito de reposição florestal será concedido com base na expectativa de produção da floresta.

§ 1º O volume máximo para concessão inicial do crédito de reposição florestal será de:

I - 150m³/ha (cento e cinquenta metros cúbicos por hectare) para plantios florestais monoespecíficos;

II - 200m³/ha (duzentos metros cúbicos por hectare) para plantios com espécies nativas com o objetivo de promover a recuperação de cobertura florestal.

§ 2º Os plantios com espécies nativas de que trata o inciso II, §1º, deste artigo, deverão contemplar espécies de ocorrência regional.

§ 3º Admitir-se-á o percentual máximo de 5% (cinco por cento) de falhas da área de floresta plantada para a concessão integral do teto de crédito de reposição florestal.

§ 4º O volume para a aprovação de crédito de reposição florestal poderá ser reduzido, desde que fundamentado por laudo técnico, quando o percentual de falhas superar o limite previsto no § 3º deste artigo ou ocorrer outro fato que o justifique.

§ 5º Os plantios adensados, destinados à produção de biomassa, com corte previsto a período inferior a 3 (três) anos de idade, não serão objeto de geração de crédito de reposição florestal.

§ 6º. Os volumes previstos no § 1º deste artigo poderão ser ajustados após análise, pelo órgão ambiental competente, de inventários florestais apresentados anteriormente ao corte, com a devida ART, que comprovem alterações do volume.

§ 7º. Os plantios florestais, cujas espécies comprovadamente possuam mais de uma rotação, poderão gerar novos créditos de reposição florestal se, comprovadamente, houver brotação e manejo satisfatórios à sustentabilidade da floresta, observando-se:

I - para a segundo rotação da floresta, o volume para concessão de créditos será baseado na brotação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos indivíduos do plantio inicial;

II - para a terceira rotação da floresta, o volume para concessão de créditos será baseado na brotação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos indivíduos sobreviventes em relação ao corte anterior.

Art. 56. No caso de redução do volume florestal esperado já creditado, decorrente da não realização de tratos silviculturais adequados, de escolha inapropriada da essência florestal ou de área imprópria para plantio, o detentor da floresta plantada será obrigado à reposição florestal proporcional aos créditos concedidos.

Art. 57. Os créditos de reposição florestal concedidos serão registrados no Sistema DOF – Documento de Origem Florestal, onde serão controlados.

Parágrafo único. O saldo de reposição florestal poderá ser ajustado a qualquer tempo pela SEMARH, mediante auditagem ou levantamento de controle, quando apurado saldo diferente do indicado.

Seção IV - Da reposição florestal direta pelo plantio em áreas de reserva legal, de APPs degradadas/antropizadas e em área abandonada e/ou área rural consolidada

Art. 58. A reposição florestal direta por meio de plantio destinado à recuperação, à recomposição e/ou ao enriquecimento das áreas a que se referem as alíneas *b* e *c*, inciso I, do art. 45 desta IN, será devida em número de mudas e obedecerá a relação de 03 (três) mudas por 1 m³ (um metro cúbico) de débito.

§1°. A proposta de reposição florestal aludida no caput deste artigo deve ser acompanhada do projeto técnico de plantio, contendo informações da área de plantio e o cronograma físico e financeiro de implantação, observando o termo de referência constante do Anexo 7 desta IN.

§2º O projeto técnico de plantio deverá ser apresentado no processo da autorização de supressão vegetação nativa, para análise do órgão ambiental, e a emissão do ato autorizativo dependerá de sua aprovação.

§ 3º. O projeto técnico de plantio a que se refere o §2º, deste artigo, deverá considerar as condições ambientais da área, as características ecológicas das espécies indicadas e demais fatores essenciais ao estabelecimento das mudas.

Art. 59. O proprietário rural poderá efetuar plantio com espécies exóticas e nativas em área de Reserva Legal, para fins de recomposição, conforme o estabelecido no artigo 66 da Lei Federal 12.651/2012.

Parágrafo único. Somente será permitida a exploração em Área de Reserva Legal recuperada, mediante o Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, aprovado pela SEMARH.

Art. 60. O início da execução do cronograma apresentado no projeto técnico de plantio, para fins de

cumprimento da reposição florestal, deve ocorrer no mesmo ano agrícola ou no ano agrícola subsequente ao ano da supressão de vegetação nativa, ficando vedada qualquer prorrogação de prazo.

Parágrafo único. A implantação do projeto poderá ser fiscalizada, a qualquer tempo e pelos meios cabíveis, a partir da data de protocolo do projeto, tendo como base o cronograma apresentado.

Art. 61. A pessoa física ou jurídica que optar pela reposição florestal direta mediante as formas previstas nesta seção somente terá direito à quitação do débito de reposição florestal, após atender os procedimentos para aprovação do diagnóstico de plantio, comprovando a sua consolidação.

Seção V - Da reposição florestal indireta pela aquisição de créditos de reposição florestal gerados de forma direta por terceiros

Art. 62. O crédito de reposição florestal gerado de plantios vinculados poderá ser utilizado por seu detentor ou transferido uma única vez para outras pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao cumprimento da reposição florestal.

§1º A transferência do crédito de reposição florestal, mencionada no caput deste artigo, poderá se dar integralmente ou em partes.

§2º O detentor dos créditos poderá converter e transferir seus créditos para si mesmo caso necessite utilizá-la na forma de unidade de medida (ex.: m³, mdc), através de procedimento realizado via Sistema DOF.

Art. 63. As pessoas físicas ou jurídicas que optarem pela aquisição de créditos gerados de forma direta por terceiros deverão firmar o Contrato de Cessão de Créditos de Reposição Florestal com detentores de plantios florestais vinculados à reposição florestal perante a SEMARH.

§1° O Contrato de Cessão de Créditos de Reposição Florestal deve ser oficializado à SEMARH em módulo específico no Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA, denominado Cadastramento de Contrato de Cessão de Créditos de Reposição Florestal (CCCRF), acompanhado de requerimento e de Termo de Vinculação da Floresta à Reposição Florestal.

§2° Após análise e aprovação do contrato a que se refere o parágrafo anterior, a SEMARH realizará o registro das operações de concessão e transferência de créditos de reposição florestal, de apuração de débitos de reposição florestal e a compensação entre créditos e débitos no Sistema DOF.

Art. 64. As operações realizadas no Sistema DOF obedecerão aos coeficientes de conversão previstos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para conversão dos créditos de reposição florestal, adotar-se-ão os fatores de conversão relacionados no Quadro 4:

Quadro 4: Fatores de conversão produto/unidade/matéria prima

PRODUTO	UNIDADE	MATÉRIA-PRIMA
	Metro Cúbico (M³)	**Estéreo (ST)**
Lenha	1 m³	1,2 st (Eucalipto)
	1m³	2,65st (Lenha Nativa - Nordeste)
Carvão Vegetal	**Metro de Carvão (MDC)**	**Estéreo (ST)**
	1 mdc	2,1 st (Eucalipto)
	1 mdc	3,0 st (Lenha Nativa – Nordeste)
Carvão Vegetal	**Metro de Carvão (MDC)**	**Metro Cúbico (M³)**
	1 mdc	1,2 m³ (Eucalipto)
	1 mdc	2,0 m³ (Lenha Nativa - Nordeste)

Art. 65. A unidade padrão para cálculo do cumprimento de créditos de reposição florestal ou créditos de floresta será o m^3(metro cúbico) e, quando necessário, serão utilizados os fatores de conversão presentes no Quadro 4, parágrafo único do Art. 64.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Seção I - Das Disposições complementares

Art. 66. Serão isentos de qualquer autorização florestal regulamentada por esta IN:

I - atividades de manutenção das faixas de servidão e estradas de acesso a linhas de transmissão e distribuição suficientes para permitir a sua adequada operação e manutenção, desde que ocorra durante a vigência da respectiva licença de operação, e sejam observados os critérios e condicionantes estabelecidos nestas licenças;

II - abertura e manutenção de aceiros, desde que a atividade seja contemplada por Autorização Ambiental (AA);

III - o corte e a exploração de florestas plantadas com espécies exóticas não vinculadas à reposição florestal, devendo o interessado observar o período de validade da licença de operação.

§1º. O corte ou a exploração de plantio florestal vinculado à reposição florestal deverá observar o prazo de vinculação e ser comunicado previamente à SEMARH mediante apresentação do Comunicado de Corte, conforme modelo constante do Anexo 11, desta IN.

§2º. O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos, independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado na SEMARH e, quando da necessidade de emissão de DOF, a exploração ser previamente declarada para fins de controle de origem por meio do módulo de exploração de florestas plantadas no Sinaflor, contendo o Comunicado de Corte, conforme Anexo 11, desta IN.

Art. 67. A Autorização Especial (Autesp), prevista no parágrafo único, art. 17 da Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24 de dezembro de 2014, será aplicada na hipótese de necessidade de reconhecimento de estoques de produtos florestais que não podem ser enquadrados como os tipos autorizativos vigentes, e abrange os seguintes casos:

I - aproveitamento de madeira morta ou derrubada por fenômeno da natureza: material lenhoso desvitalizado, derrubado em consequência de eventos naturais como enxurradas, enchentes, vendavais, marés e situações afins;

II - destruição: remessa de material lenhoso destinado ao descarte em outro local;

III - doação ou cessão de posse: produto florestal oriundo de apreensão ou cessão de posse;

IV - leilão: produto apreendido e submetido à venda por meio desta ou outra modalidade de licitação por parte de administração pública;

V - exploração eventual isenta de autorização por lei e sem propósito comercial: produto não sujeito à obrigatoriedade de autorização de exploração florestal e nem destinado ao aproveitamento econômico, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e arts. 23 e 56 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e seus regulamentos;

VI - reaproveitamento de madeira sujeita ao controle do DOF: partes de móveis, casas, cercas ou outros cujo transporte dependa da emissão do Documento de Origem Florestal (DOF);

VII - uso pela administração pública: bens apreendidos e sujeitos ao transporte, por órgão da administração pública, entre diferentes locais de depósito ou com a finalidade de uso final;

VIII - recusa de carga: devolução de produto em desacordo comercial e sujeito à emissão de novo DOF a partir do ponto onde se encontra;

Parágrafo único. A Autesp será emitida no Sinaflor+ e o procedimento para sua emissão deverá observar o que preconiza a Instrução Normativa IBAMA nº 002, de 22 de janeiro de 2024.

Art. 68. Todos os procedimentos de autorizações florestais regulamentados por esta IN deverão ser instruídos com o polígono georreferenciado, em meio digital, da área objeto da supressão ou limpeza, bem como do imóvel afetado pelo empreendimento.

SEÇÃO II - DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DAS AUTORIZAÇÕES FLORESTAIS

Art. 69. Todos os procedimentos referentes às autorizações florestais regulamentadas nesta IN tramitarão junto ao Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA).

Art. 70. Até que seja efetivada a integração total do SIGA com o Sinaflor, todas as ASV’s emitidas no SIGA deverão ser vinculadas a uma respectiva ASV emitida no Sinaflor, em respeito ao que preconiza o art. 35, da Lei Federal nº 12.651/2012, observando-se os procedimentos estabelecidos neste artigo.

§1º. O início da análise dos pedidos de ASV no SIGA dependerá do cadastro prévio do respectivo empreendimento no Sinaflor.

§2º. Após a análise do processo no âmbito do SIGA, diante da aprovação do Estudo de

Caracterização da Flora e não havendo óbices quanto à Área de Intervenção, o interessado deverá inserir no Sinaflor, no âmbito do processo vinculado, os mesmos dados e informações aprovados, mediante o preenchimento das seguintes abas:

I - Vincular Imóvel Rural;

II - Vincular de Responsável Técnico;

III - Informações Técnicas da Atividade;

IV - Arquivos georreferenciados da Área de Intervenção e da Área do Imóvel/Empreendimento, no Perfil Ambiental;

V - Inventário Florestal Amostral

§3°. O cadastro do processo no Sinaflor dar-se-á preferencialmente no Tipo de Atividade Uso Alternativo do Solo.

§4º. A SEMARH não emitirá a ASV enquanto houver divergências entre os dados contidos no SIGA e aqueles inseridos no Sinaflor.

§5º. Em sede de conclusão do processo, ao constatar a convergência de dados e informações relacionados ao objeto da análise, no SIGA e no Sinaflor, a SEMARH emitirá a ASV em ambos os sistemas.

§6º. O atendimento de condicionantes ocorrerá exclusivamente no âmbito do SIGA.

§7º. O interessado que solicitar a Autorização de Corte de Árvores Isoladas Nativas (ACAIN) e que pretenda realizar o aproveitamento externo do material lenhoso deverá cadastrar o processo no SIGA e no Sinaflor.

Art. 71. A emissão de renovação de ASV será feita exclusivamente no SIGA, devendo a SEMARH renovar também o prazo da respectiva ASV no Sinaflor+.

Art. 72. Os procedimentos relacionados à autorização de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Plano Operativo Anual (POA) permanecerão tramitando junto ao Sinaflor.

Art. 73. Aqueles processos que estejam em tramitação no Sinaflor antes do início da operacionalização do módulo específico no SIGA serão concluídos naquele sistema, salvo renúncia expressa pelo interessado.

SEÇÃO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74. Os projetos de silvicultura, planos de recuperação de áreas degradadas, os Inventários Florestais e Diagnósticos de Florestas Plantadas deverão ser elaborados, executados e acompanhados por profissionais habilitados junto ao respectivo Conselho de Classe, e com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com finalidade específica para o serviço, conforme legislação vigente.

Art. 75. As irregularidades nas solicitações e projetos técnicos, apuradas em procedimentos administrativos próprios, sujeitarão o técnico responsável às sanções previstas no Decreto Federal nº 6.514/08, sem prejuízo das demais sanções civis e penais aplicáveis.

Art. 76. Quando da análise de qualquer procedimento preconizado por esta IN, for identificada, seja na área objeto da solicitação, ou fora dela, área desmatada, supostamente, sem a devida autorização, será exigido esclarecimento, sob pena de não emissão da autorização pleiteada.

Art. 77. O Art. 3º, da Instrução Normativa nº 20, de 07 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 3º. A Reposição Florestal Indireta, pela modalidade de recolhimento ao Fundo Estadual de Unidades de Conservação (FEUC) do valor pecuniário equivalente aos custos de implantação e efetiva manutenção da reposição florestal devida, dependerá da fitofisionomia encontrada na Área de Intervenção objeto da autorização florestal, conforme mapa oficial do IBGE, e obedecerá às seguintes relações:

I – Formações Florestais: R$ 8,00 (oito reais) para cada 01 (uma) unidade de m³ (metro cúbico) devido;

I – Formações Savânicas ou de Contato (Ecótono/Encrave): R$ 10,00 (dez reais) para cada 01 (uma) unidade de m³ (metro cúbico) devido;

I – Formações Estépicas: R$ 12,00 (doze reais) para cada 01 (uma) unidade de m³ (metro cúbico) devido;

§1°. O valor de reposição florestal devido pelo detentor da ASV poderá ser parcelado, sob decisão do Secretário de Meio Ambiente, mediante a celebração de Termo de Compromisso de Reposição Florestal (TCRF).

§2°. Será adotada a maior relação, dentre aquelas descritas no caput deste artigo, quando a Área de Intervenção afetar duas ou mais fitofisionomias."

Art. 78. São anexos desta Instrução Normativa:

I - Anexo 1 - Modelos de Requerimento para Autorização de Supressão Vegetal:

a) Anexo 1.1: Requerimento para Autorização de Supressão Vegetal (ASV);

b) Anexo 1.2: Requerimento para Renovação da Autorização de Supressão Vegetal (R-ASV);

c) Anexo 1.3: Requerimento para Autorização para Supressão Vegetal Simplificada (ASV-S);

d) Anexo 1.4: Requerimento para Autorização de Corte De Árvores Isoladas Nativas (ACAIN);

II - Anexo 2: Termo de Referência para o Estudo de Caracterização da Flora - Inventário Florestal Simplificado.

III - Anexo 3: Termo de Referência para o Estudo de Caracterização da Flora - Inventário Florestal.

IV - Anexo 4: Termo de Referência para Relatório Técnico de Atividades Florestais.

V - Anexo 5: Modelos de Requerimento para Autorização de Limpeza de Áreas:

a) Anexo 5.1: Requerimento para Autorização de Limpeza de Área (ALIA) – Em Áreas Subutilizadas;

b) Anexo 5.2: Requerimento para Autorização de Limpeza de Área (ALIA) – Em Área da Reforma de Culturas Agrícolas ou de Pastagens;

c) Anexo 5.3: Requerimento para Autorização de Limpeza de Área (ALIA) – Em Área em Pousio;

d) Anexo 5.4: Requerimento para Prorrogação de Autorização de Limpeza (P-ALIA)

VI - Anexo 6: Modelo de Requerimento de Regularização de Áreas Desmatadas Sem Autorização (DERADSA).

VII - Anexo 7: Termo de Referência para Apresentação do Projeto Técnico de Plantio.

VIII - Anexo 8: Termo de Vinculação de Floresta Plantada à Reposição Florestal.

IX - Anexo 9: Termo de Referência para Elaboração do Diagnóstico de Plantio.

X - Anexo 10: Termo de Compromisso de Execução de Plantio Florestal – TCEPF

XI - Anexo 11: Comunicado de Corte.

Art. 79. Revogam-se as Instruções Normativas nº 005/2020, nº 006/2020 e nº 007/2022.

Art. 80. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE

Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

ANEXO 1.1 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL (ASV)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL (ASV)

1. REQUERENTE:	
2. CNPJ/CPF:	
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:	
4. MUNICÍPIO:	
5. N° RECIBO DO CAR:	
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):	
7. ÁREA SOLICITADA PARA SUPRESSÃO (ha):	
8. BIOMA:	
9. FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO:	
10. VOLUME ESTIMADO:	
10.1. Volume/ha (m^3/ha):	**10.2.** Volume Total (m^3):
11. DESTINAÇÃO DO MATERIAL LENHOSO:	
12. RESPONSÁVEL TÉCNICO:	

12.1. Nº Registro de Classe:		
13. SUPRESSÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)[1]	Sim ( )	Não ( )
13.1. Sendo SIM, para o tópico anterior – Opta por qual Proposta de Compensação? *(Atenção aos subitens de cada proposta)*:		
13.1.1. Recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios. Deve apresentar:		
13.1.1.a – Projeto Técnico de Recuperação da Flora elaborado por profissional técnico habilitado, acompanhada de ART. (*Deve observar Resolução Conama nº 429, de 28 de fevereiro de 2011*).		
13.1.1.b – Declaração de ciência e aceite do proprietário ou posseiro, acompanhada de documentação comprobatória da propriedade ou posse do imóvel, nos casos de compensação em propriedade de terceiros.		
13.1.2. Recuperação de área degradada no interior de Unidade de Conservação de domínio público Federal, Estadual ou Municipal, localizada no Estado do Piauí. Deve apresentar:		
13.1.2.a – Projeto Técnico de Recuperação da Flora elaborado por profissional técnico habilitado, acompanhada de ART.		
13.1.2.b – Declaração de ciência e aceite do proprietário ou posseiro, acompanhada de documentação comprobatória da propriedade ou posse do imóvel, nos casos de compensação em propriedade de terceiros.		
13.1.3. Destinação do Poder Público de área no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, desde que localizada na mesma bacia hidrográfica, no Estado do Piauí e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica.		
14. SERÁ SUPRIMIDO INDIVÍDUO DA FLORA OBJETO DE PROTEÇÃO ESPECIAL[2]	Sim ( )	Não ( )
14.1. Espécie (s) identificada (s) e densidade absoluta (DA):		
	Aroeira	DA:
	Babaçu	DA:
	Bacuri	DA:
	Buriti	DA:
	Carnaúba	DA:
	Cedro	DA:
	Faveira	DA:
	Pau d’arco	DA:
	Pequi	DA:
14.2. Medida compensatória para supressão de indivíduos de proteção especial.		

14.2.1. Comprovação técnica da ocorrência da(s) espécie(s) objeto de proteção especial nos espaços especialmente protegidos existentes na Reserva legal do imóvel rural			
14.2.2. Quando a comprovação técnica do item anterior não assegurar a conservação das espécies deverá considerar uma das seguintes proporções			
14.2.2.1. Plantio de 02 (duas) mudas da espécie suprimida para cada exemplar estimado no inventário florestal. (*Apresentar projeto técnico de plantio*).			
14.2.2.2. Plantio da quantidade de mudas resultante da proporção de 05 (cinco) mudas para cada unidade de hectare suprimido (*Apresentar projeto técnico de plantio*).			
15. SERÁ SUPRIMIDO INDIVÍDUO DA FLORA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO	Sim ( )	Não ( )	
15.1. Espécie (s):			
1. Nome Popular: Nome Científico:	DA:	Grau de Ameaça:	
15.1.1. Medida compensatória. Plantio de mudas.			
15.1.1.1. Proposta de medida compensatória com as devidas proporções (*Plantio entre 2 a 5 mudas por indivíduos suprimidos*): • Proposta para a espécie_____, plantio de _____mudas.			
15. 2. Apresentou projeto técnico de plantio?			
[1] Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. [2] Art. 10, desta IN.			

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 1.2 - REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL (R-ASV)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL (ASV)

1. REQUERENTE:						
2. CNPJ/CPF:						
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:						
4. MUNICÍPIO:						
5. N° RECIBO DO CAR:						
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):						
7. ÁREA SOLICITADA PARA SUPRESSÃO (ha):						
8. BIOMA:						
9. FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO:						
10. RENOVAÇÃO, POIS:						
10.1. Não houve supressão na área contemplada pela ASV inicial.						
10.2. Houve supressão parcial na área contemplada pela ASV inicial.						
11. NÚMERO DA RENOVAÇÃO						
1ª ( )	2ª ( )	3ª ( )	4ª ( )	5ª ( )	6ª ( )	

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 1.3 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL SIMPLIFICADA - (ASV-S)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social],* inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL SIMPLIFICADA (ASV-S)

1. REQUERENTE:		
2. CNPJ/CPF:		
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:		
4. MUNICÍPIO:		
5. N° RECIBO DO CAR:		
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):		
7. ÁREA SOLICITADA PARA SUPRESSÃO (ha):		
8. BIOMA:		
9. FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO:		
10. AFIRMA QUE (*deve atender aos dois itens*):		
10.1. Não serão suprimidos indivíduos de espécies de proteção especial e/ou ameaçadas de extinção.		
10.2. Área objeto de supressão fora de APP e Reserva Legal.		
11. DOCUMENTO APRESENTADO (*deve apresentar um dos seguintes documentos*):		
11.1. Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP).		
11.2. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).		
12. HAVERÁ APROVEITAMENTO EXTERNO DO PRODUTO FLORESTAL	Sim ( )	Não ( )
12.1. Tendo marcado “Sim” para o tópico anterior. Foi apresentado Estudo de Caracterização da Flora?		

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e

que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

Declaro, sob as penas da Lei, enquadrar-me na condição de Agricultor Familiar ou de Empreendedor Rural Familiar, nos termos do inciso V, art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Também estou ciente de que, se a Autorização for requerida para uma propriedade rural familiar, esta deverá possuir inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, nos termos do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651/2012.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 1.4 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS (ACAIN)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS (ACAIN)

1. REQUERENTE:
2. CNPJ/CPF:
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:
4. MUNICÍPIO:
5. N° RECIBO DO CAR:
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):
7. QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS POR HECTARES (Ind./ha):

8. BIOMA:		
9. FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO:		
10. DESTINAÇÃO DO MATERIAL LENHOSO:		
11. RESPONSÁVEL TÉCNICO (*se for o caso*):		
11.1 Nº Registro de Classe:		
12. SE TRATA DE ESPÉCIE DA FLORA OBJETO DE PROTEÇÃO ESPECIAL.	Sim ( )	Não ( )
	Aroeira	Quant. Ind.:
	Babaçu	Quant. Ind.:
	Bacuri	Quant. Ind.:
	Buriti	Quant. Ind.:
	Carnaúba	Quant. Ind.:
	Cedro	Quant. Ind.:
	Faveira	Quant. Ind.:
	Pau d’arco	Quant. Ind.:
	Pequi	Quant. Ind.:
13.1. Medida compensatória para supressão de indivíduos de proteção especial.		
13.1.1 Comprovação técnica da ocorrência da(s) espécie(s) objeto de proteção especial nos espaços especialmente protegidos existentes na Reserva legal do imóvel rural.		
13.1.2. Quando a comprovação técnica do item anterior não assegurar a conservação das espécies deverá considerar uma das seguintes proporções.		
13.1.2.1. Plantio de 02 (duas) mudas da espécie suprimida para cada exemplar estimado no inventário florestal. (*Apresentar projeto técnico de plantio*).		
13.1.2.2. Plantio da quantidade de mudas resultante da proporção de 05 (cinco) mudas para cada unidade de hectare suprimido (*Apresentar projeto técnico de plantio*).		
14. SE TRATA DE ESPÉCIE DA FLORA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO.	Sim ( )	Não ( )
14.1. Espécie (s):		
1. Nome Popular: Nome Científico:	Quant. Ind.:	Grau de Ameaça:
14.1.1. Medida compensatória. Plantio de mudas		
14.1.1.1. Proposta de medida compensatória com as devidas proporções (*Plantio entre 2 a 5 mudas por indivíduos suprimidos*): • Proposta para a espécie_____, plantio de _____mudas.		
14.2. Apresentou projeto técnico de plantio		

15. INDIVÍDUOS A SEREM SUPRIMIDOS ESTÃO LOCALIZADOS EM APP OU RESERVA LEGAL.	Sim ( )	Não ( )

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA FLORA - INVENTÁRIO FLORESTAL SIMPLIFICADO

O presente termo de referência estabelece um roteiro contendo o conteúdo e as exigências mínimas do Inventário Florestal Simplificado a ser apresentado no âmbito dos processos de Autorização de Supressão de Vegetação visando o uso alternativo do solo de áreas de até 20 ha.

O conteúdo deverá abordar, no mínimo, os seguintes aspectos e na ordem abaixo relacionados:

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Identificação do Requerente (Empreendedor):

- Nome completo;

- CNPJ ou CPF;

- Endereço completo para correspondência e e-mail;

- Nome e número de telefone para contato, inclusive para fins de agendamento de vistorias e outras informações consideradas relevantes.

b) Identificação do Responsável Técnico:

- Nome (s) completo (s);

- CPF;

- Endereço completo para correspondência e telefone e e-mail para contato;

- Profissão e número do registro no CREA ou outro órgão de classe correspondente;

- Número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo de Caracterização da Flora.

c) Informações sobre o(s) Imóvel(is):

- Denominação;

- Município;

- Descrição do documento de titularidade ou posse (Cartório, número da matrícula ou

transcrição, livros, folhas)

- Área total (ha);

- Área solicitada para supressão visando o uso alternativo do solo (ha);

- Descrição do uso atual do solo: área de uso antrópico (pastagens, culturas etc.) com a identificação dos processos de licenciamento ambiental (se houver), área solicitada para supressão da vegetação (ha), área de Reserva Legal (ha), Área de Preservação Permanente (ha), entre outras;

- Descrição das vias de acesso e condições de tráfego: Descrição detalhada da rota de acesso à propriedade tomando como referência a sede (zona urbana) do município mais próximo.

DA CARACTERIZAÇÃO DA FLORA:

Aspectos gerais

1. Objetivo da supressão de vegetação, indicando o uso alternativo da área a ser desmatada/suprimida e informar o número do processo do licenciamento.

2. Caracterização sucinta dos fatores abióticos: clima, solo, relevo, com ênfase para a área de supressão;

3. Biomas ocorrentes: Caatinga, Cerrado, área sob aplicação da Lei de Proteção da Mata Atlântica, em caso de áreas nos limites de aplicação da Lei Federal n° 11.428/2006 etc. (ha);

4. Descrição das tipologias vegetais existentes no imóvel e na área de supressão, com informações do histórico de uso e o estágio de regeneração/sucessão em que se encontram.

5. Quando a área solicitada para supressão estiver nos limites do mapa da Lei de Proteção do Bioma Mata Atlântica, o estudo de caracterização da flora deve observar as disposições da Resolução CONAMA n° 26, de 7 de dezembro de 1994, a fim de definir vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

Metodologia

6. Descrever a metodologia utilizada para caracterizar a flora e estimar o rendimento lenhoso da

área objeto da supressão. É solicitado que se realize um levantamento florístico e a coleta de dados dendrométricos que possibilite a estimativa do volume de material lenhoso, observando as seguintes exigências mínimas:

6.1. O tamanho das unidades amostrais/parcelas deverá ser maior ou igual a 100 (cem) metros quadrados.

6.2. Medição de pelo menos 05 (cinco) unidades amostrais distribuídas obedecendo a critérios técnicos do processo de amostragem definido.

6.3. O critério de inclusão de indivíduos na amostragem deverá observar as peculiaridades da vegetação a ser caracterizada, como a tipologia vegetal, o histórico de uso da área, bioma etc. No entanto, o diâmetro à altura de 1,30 m do solo (DAP) estabelecido como critério de inclusão deve observar o intervalo de 2 (dois) cm a 6 (seis) cm, salvo se houver resolução específica que indique o contrário.

6.4. Os dados da variável altura devem conter obrigatoriamente a altura total dos indivíduos mensurados, sendo facultativa a apresentação de dados adicionais de altura comercial.

6.5. O volume deve ser calculado a partir da altura total, visto que a supressão de vegetação resulta na retirada total da vegetação.

7. Informar a forma e as dimensões das unidades amostrais/parcelas, bem como os critérios de alocação e suas coordenadas geográficas.

7.1. A distribuição das unidades amostrais/parcelas deve ser representada por meio de mapa locacional, de modo a representar fielmente a localização destas na área objeto de supressão.

8. Descrição da coleta de dados: variáveis obtidas em campo, critério de inclusão adotado (diâmetro mínimo), outras especificidades.

9. Métodos utilizados para a identificação botânica das espécies levantadas.

10. Método utilizado em campo para mensurar o DAP dos indivíduos vegetais com a presença de mais de um fuste (bifurcados), visto que é uma situação comum nas plantas da Caatinga e do Cerrado.

11. Método utilizado para calcular as estimativas de volume (informar a equação volumétrica e referência bibliográfica).

Resultados

12. Dados estatísticos da variável resposta volume, no mínimo: Média, Variância, Desvio Padrão, Coeficiente de Variação (%), Variância da Média e Erro Padrão da Média.

13. Composição florística: lista de espécies com identificação taxonômica em nível de família e espécie (nome científico e popular).

13.1. Na tabela com a composição florística, será essencial informar sobre o grau de classificação de risco de extinção, considerando as listas oficiais vigentes.

13.2. Existindo espécies endêmicas/ameaçadas de extinção, deve ser apresentado tabela com lista de

espécies (nome científico e popular), com dados dendrométricos, volume a ser suprimido, comprovar a inexistência de alternativa locacional; apresentar considerações sobre o risco de extinção *in situ* da espécie; indicar medidas mitigatórias e de compensação que serão adotadas, conforme normas vigentes.

14. Tabela-resumo das unidades amostrais/parcelas com: número total de indivíduos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos (m^3) e área basal (m^2), para cada unidade amostral.

15. Tabela-resumo geral do levantamento por espécie e total, incluindo o nome das espécies que serão suprimidas, número total de indivíduos a serem suprimidos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos por hectare (m^3/ha) e por área total (m^3). Quando um dos produtos obtidos for lenha, acrescentar resultados do volume em estéreos (st).

16. Informar sobre a destinação do material lenhoso resultante da atividade de supressão.

16.1. Indicar as espécies florestais a serem aproveitadas e as respectivas volumetrias por espécie, de acordo com os produtos e subprodutos obtidos com a supressão (lenha, estaca, tora, etc.).

17. Descrever os procedimentos técnicos da supressão vegetal (formas de supressão), indicando a metodologia de corte/supressão.

18. Detalhar a forma de compensação ambiental pela supressão em APP, quando for o caso, comprovando a inexistência de alternativa locacional.

19. Deverá ser anexada, no âmbito do processo, a planilha eletrônica contendo a descrição de todos os indivíduos levantados nas parcelas com identificação de espécies e dados de diâmetro, altura, área basal e volume.

Cronograma

20. Apresentar cronograma com a descrição das atividades que compreendem a execução da supressão vegetal na área de interesse.

Referências

21. Para garantir a integridade e qualidade dos dados apresentados, as referências que embasaram o profissional técnico devem ser apresentadas no final deste estudo de caracterização da flora.

22. Data e assinatura do profissional responsável.

22.1. A data apresentada neste estudo de caracterização da flora deve ser atualizada em caso de complementação das informações.

ANEXO 3 - TERMO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA FLORA - INVENTÁRIO FLORESTAL

O presente termo de referência estabelece um roteiro contendo o conteúdo e as exigências mínimas do inventário florestal a ser apresentado no âmbito dos processos de Autorização de Supressão de Vegetação visando o uso alternativo do solo de áreas superiores a 20 ha.

O conteúdo deverá abordar, no mínimo, os seguintes aspectos e na ordem abaixo relacionadas:

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Identificação do Requerente (Empreendedor):

- Nome completo;

- CNPJ ou CPF;

- Endereço completo para correspondência e e-mail;

- Nome e número de telefone para contato, inclusive para fins de agendamento de vistorias e outras informações consideradas relevantes.

b) Identificação do Responsável Técnico:

- Nome (s) completo (s);

- CPF;

- Endereço completo para correspondência e telefone e e-mail para contato;

- Profissão e número do registro no CREA ou outro órgão de classe correspondente;

- Número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo de Caracterização da Flora.

c) Informações sobre o(s) Imóvel(is):

- Denominação;

- Município;

- Descrição do documento de titularidade ou posse (Cartório, número da matrícula ou

transcrição, livros, folhas)

- Área total (ha);

- Área solicitada para supressão visando o uso alternativo do solo (ha);

- Descrição do uso atual do solo: área de uso antrópico (pastagens, culturas etc.) com a identificação dos processos de licenciamento ambiental (se houver), área solicitada para supressão da vegetação (ha), área de Reserva Legal (ha), Área de Preservação Permanente (ha), entre outras;

- Descrição das vias de acesso e condições de tráfego: Descrição detalhada da rota de acesso à propriedade tomando como referência a sede (zona urbana) do município mais próximo.

DA CARACTERIZAÇÃO DA FLORA:

Aspectos gerais

1. Objetivo da supressão de vegetação, indicando o uso alternativo da área a ser desmatada/suprimida e informar o número do processo do licenciamento.

2. Caracterização sucinta dos fatores abióticos: clima, solo, relevo, com ênfase para a área de

supressão;

3. Biomas ocorrentes: Caatinga, Cerrado, área sob aplicação da Lei de Proteção da Mata Atlântica, em caso de áreas nos limites de aplicação da Lei Federal n° 11.428/2006 etc. (ha);

4. Descrição das tipologias vegetais existentes no imóvel e na área de supressão, com informações do histórico de uso e o estágio de regeneração/sucessão em que se encontram.

5. Quando a área solicitada para supressão estiver nos limites do mapa da Lei de Proteção do Bioma Mata Atlântica, o estudo de caracterização da flora deve observar as disposições da Resolução CONAMA n° 26, de 7 de dezembro de 1994, a fim de definir vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

Metodologia

6. Descrever o processo de amostragem utilizado, observando as seguintes exigências mínimas:

6.1. A quantidade mínima de unidades amostrais/parcelas e área da amostra deverá considerar o tamanho da área solicitada para supressão, conforme exposto no §5º, do art. 5º, desta IN.

6.2. A precisão deve atender a um nível de probabilidade mínima de 90% e erro admissível de 20% em torno da média da variável volume total.

6.3. As unidades amostrais/parcelas devem ter seus vértices identificados e seus limites demarcados em campo, para possibilitar eventual conferência em vistoria técnica.

6.4. O critério de inclusão de indivíduos na amostragem deverá observar as peculiaridades da vegetação a ser caracterizada, como a tipologia vegetal, o histórico de uso da área, bioma etc. No entanto, o diâmetro à altura de 1,30 m do solo (DAP) estabelecido como critério de inclusão deve observar o intervalo de 2 (dois) cm a 6 (seis) cm, salvo se houver resolução específica que indique o contrário.

6.5. Os dados da variável altura devem conter obrigatoriamente a altura total dos indivíduos mensurados, sendo facultativa a apresentação de dados adicionais de altura comercial.

6.6. O volume deve ser calculado a partir da altura total, visto que a supressão de vegetação resulta na retirada total da vegetação.

7. Informar a forma e as dimensões das unidades amostrais/parcelas, bem como os critérios de alocação (sorteio, software com função randomize etc.) e suas coordenadas geográficas.

7.1. A distribuição das unidades amostrais/parcelas deve ser representada por meio de mapa locacional, de modo a representar fielmente a localização destas na área objeto de supressão.

8. Descrição da coleta de dados: variáveis obtidas em campo, critério de inclusão adotado (diâmetro mínimo), outras especificidades.

9. Descrever a metodologia utilizada para mensurar o DAP dos indivíduos vegetais com a presença de mais de um fuste (bifurcados), visto que é uma situação comum nas plantas da Caatinga e do Cerrado.

10. Métodos utilizados para a identificação botânica das espécies levantadas.

11. Método utilizado para calcular as estimativas de volume (informar a equação volumétrica e referência bibliográfica).

Resultados

12. Análise estatística da variável resposta volume (m^3): Média, Variância, Desvio Padrão, Coeficiente de Variação (%), Variância da Média, Erro Padrão da Média, Valor de t tabelado (90%), Erro de Amostragem Absoluto, Erro de Amostragem Relativo (%), Intervalo de Confiança para a média.

13. Composição florística: lista de espécies com identificação taxonômica em nível de família e espécie (nome científico e popular).

13.1. Na tabela com a composição florística, será essencial informar sobre o grau de classificação de risco de extinção, considerando as listas oficiais vigentes.

13.2. Existindo espécies endêmicas/ameaçadas de extinção, deve ser apresentado tabela com lista de espécies (nome científico e popular), com dados dendrométricos, volume a ser suprimido, comprovar a inexistência de alternativa locacional; apresentar considerações sobre o risco de extinção *in situ* da espécie; indicar medidas mitigatórias e de compensação que serão adotadas, conforme normas vigentes.

14. Parâmetros fitossociológicos: densidade, frequência, dominância e valor de importância (absoluto e relativo).

15. Caso haja indivíduos arbóreos mortos no interior das unidades amostrais/parcelas, coletar os dados relacionados a estes e indicar no estudo.

16. Tabela-resumo das unidades amostrais/parcelas com: número total de indivíduos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos (m^3) e área basal (m^2), para cada unidade amostral.

17. Tabela-resumo geral do levantamento por espécie e total, incluindo o nome das espécies que serão suprimidas, número total de indivíduos a serem suprimidos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos por hectare (m^3/ha) e por área total (m^3). Quando um dos produtos obtidos for lenha, acrescentar resultados do volume em estéreos (st).

18. Informar sobre a destinação do material lenhoso resultante da atividade de supressão.

18.1. Indicar as espécies florestais a serem aproveitadas e as respectivas volumetrias por espécie, de acordo com os produtos e subprodutos obtidos com a supressão (lenha, estaca, tora, etc.).

19. Descrever os procedimentos técnicos da supressão vegetal (formas de supressão), indicando a metodologia de corte/supressão.

20. Detalhar a forma de compensação ambiental pela supressão em APP, quando for o caso, comprovando a inexistência de alternativa locacional.

21. Proposta de medidas compensatórias pela supressão de espécie(s) objeto(s) de proteção especial, conforme diretrizes do Capítulo II, Seção III desta IN.

22. Proposta de medidas compensatórias pela supressão de espécie(s) ameaçada(s) de extinção, conforme diretrizes do Capítulo II, Seção III desta IN.

23. Deverá ser anexada, no âmbito do processo, a planilha eletrônica contendo a descrição de todos

os indivíduos levantados nas parcelas com identificação de espécies e dados de diâmetro, altura, área basal e volume.

Cronograma

24. Apresentar cronograma com a descrição das atividades que compreendem a execução da supressão vegetal na área de interesse.

Referências

25. Para garantir a integridade e qualidade dos dados apresentados as referências que embasaram o profissional técnico devem ser apresentadas no final deste estudo de caracterização da flora.

26. Data e assinatura do profissional responsável.

26.1. A data apresentada neste estudo de caracterização da flora deve ser atualizada em caso de complementação das informações.

Anexo

27. Relatório fotográfico com fotografias de pelo menos 25% (trinta por cento) das unidades amostrais/parcelas do inventário florestal que permitam uma visão ampla das condições da vegetação e da realização da coleta de dados nas parcelas, com legenda escrita, data e coordenadas geográficas em cada foto.

ANEXO 4 - TERMO DE REFERÊNCIA PARA RELATÓRIO TÉCNICO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

Este relatório deverá ser apresentado de acordo com o roteiro a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS:

a. **Identificação do Requerente:**

- nome completo:
- CNPJ ou CPF:
- endereço completo para correspondência:
- nome e número de telefone para contato:
- atividade econômica, entre outras informações consideradas relevantes:

b) Responsável pela Elaboração do Relatório:

- nome completo:

- CNPJ ou CPF:
- endereço completo para correspondência:
- número de telefone para contato:
- formação profissional:
- número do registro no CREA:

c)Identificação do Imóvel (por matrícula):

- Denominação:
- Município:
- Área total (ha):
- Área total do projeto: informar o quantitativo já suprimido e a área remanescente objeto de renovação da autorização (ha):
- Área antrópica (pastagem, culturas) (ha):
- Área remanescente de vegetação natural (cerrado, caatinga, etc.) (ha):
- Área de Reserva Legal (ha):
- Área de Preservação Permanente (ha):
- Descrição das vias de acesso e condições de tráfego: descrição detalhada do roteiro de acesso à propriedade e indicação da distância tomando como referência a sede (zona urbana) do município mais próximo.

d. **Descrição sucinta da atividade**:

- descrever o objetivo da supressão de vegetação (uso alternativo da área) e as atividades e serviços executados e a serem executados**.**

CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO, VOLUME E DESTINO DO MATERIAL LENHOSO:

- Caracterizar a(s) tipologia(s) florestal(is) existente(s) no imóvel e na área do projeto.
- Informar o volume de material lenhoso estimado no levantamento florestal, enfatizando o quantitativo obtido na área já suprimida e o volume remanescente na área objeto da renovação da supressão.
- Para a área remanescente, indicar as espécies florestais a serem aproveitadas e as respectivas

volumetrias por espécie e total, de acordo com os produtos e subprodutos obtidos com a supressão (lenha, estacas, toras, etc.).

- Acrescentar informações atualizadas sobre os procedimentos adotados na supressão executada, o material lenhoso obtido e suas formas de destino e aproveitamento, bem como, quanto ao cumprimento da reposição florestal obrigatória.

- Informar o status de atendimento das condicionantes da ASV, apresentando as devidas comprovações.

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

- Apresentar o cronograma referente à execução das atividades de supressão.
- O relatório deverá estar assinado pelo responsável técnico, acompanhado da ART. Caso o responsável técnico do projeto em execução seja diferente do elaborador, apresentar nova Anotação de Responsabilidade Técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. A área onde se pretende desenvolver a atividade não deverá ser alterada de suas condições originais até a emissão da Autorização pela SEMARH;

b. Toda a documentação técnica apresentada para o licenciamento ambiental deverá conter o nome legível do responsável técnico e estar por ele assinada;

A qualquer momento da análise, a SEMARH poderá solicitar outras informações ou documentos, caso julgue necessário.

ANEXO 5.1 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREA (ALIA) – EM ÁREAS SUBUTILIZADAS

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREAS (ALIA) – EM ÁREAS SUBUTILIZADAS

1. REQUERENTE:	
2. CNPJ/CPF:	
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:	
4. MUNICÍPIO:	
5. N° RECIBO DO CAR:	
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):	
7. ÁREA SOLICITADA PARA LIMPEZA (ha):	
8. BIOMA:	
9. FINALIDADE DA LIMPEZA:	
10. A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA FOI AUTORIZADA PELO ÓRGÃO COMPETENTE?	
11. A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA OCORREU HÁ NO MÁXIMO, 3 (TRÊS) ANOS?	

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 5.2 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREA (ALIA) – EM ÁREA DA REFORMA DE CULTURAS AGRÍCOLAS OU DE PASTAGENS

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREAS (ALIA) – EM ÁREA DA

REFORMA DE CULTURAS AGRÍCOLAS OU PASTAGENS

1. REQUERENTE:		
2. CNPJ/CPF:		
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:		
4. MUNICÍPIO:		
5. N° RECIBO DO CAR:		
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):		
7. ÁREA SOLICITADA PARA LIMPEZA (ha):		
8. BIOMA:		
9. FINALIDADE DA LIMPEZA:		
10. HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE ATIVIDADE POR OUTRA?	Sim ( )	Não ( )

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal.

ANEXO 5.3 - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREA (ALIA) – EM ÁREA EM POUSIO

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREAS (ALIA) – EM ÁREA EM POUSIO

1. REQUERENTE:	
2. CNPJ/CPF:	
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:	
4. MUNICÍPIO:	
5. N° RECIBO DO CAR:	
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):	
7. ÁREA SOLICITADA PARA LIMPEZA (ha):	
8. BIOMA:	
9. FINALIDADE DA LIMPEZA:	
10. FOI DECLARADA ESTA FEIÇÃO NO CAR DO IMÓVEL?	
11. TRATA-SE DE POUSIO SOBRE ÁREA RURAL CONSOLIDADA?	
12. DATA ESTIMADA DO INÍCIO DO POUSIO (*Mês/Ano*):	

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 5.4 - REQUERIMENTO PARA PRORROGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREAS (P-ALIA)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO PARA PRORROGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREAS (ALIA)

1. REQUERENTE:	
2. CNPJ/CPF:	
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:	
4. MUNICÍPIO:	
5. N° RECIBO DO CAR:	
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):	
7. ÁREA CONTEMPLADA PELA ALIA INICIAL (ha):	
8. ÁREA REMANESCENTE PARA LIMPEZA (ha):	
9. BIOMA:	
10. FINALIDADE DA LIMPEZA:	
11. ENQUADRAMENTO	
11.1. Em área subutilizada.	
11.2. Em área de reforma de culturas agrícolas ou de pastagens.	
11.3. Em área em pousio.	

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 6 - REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DESMATADAS SEM AUTORIZAÇÃO (DERADSA)

Ilustríssima (o) Secretária (o) Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

_____ *[Nome/Razão Social]*, inscrito sob o CPF/CNPJ _____, vem apresentar junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ – SEMARH, a solicitação para a seguinte autorização florestal:

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DESMATADAS SEM AUTORIZAÇÃO (DERADSA)

1. REQUERENTE:							
2. CNPJ/CPF:							
3. NOME DO EMPREENDIMENTO:							
4. MUNICÍPIO:							
5. N° RECIBO DO CAR:							
6. ÁREA DO IMÓVEL (ha):							
7. ÁREA SOLICITADA PARA REGULARIZAÇÃO (ha):							
8. BIOMA:							
9. FITOFISIONOMIA DA VEGETAÇÃO SUPRIMIDA:							
10. ESTÁGIO SUCESSIONAL DA VEGETAÇÃO SUPRIMIDA:							
11. INDIQUE A COBERTURA DO SOLO ATUAL, NA ÁREA DESMATADA: (*vegetação nativa em regeneração; cultura agrícola; pastagem; solo exposto; etc.*) _____							
12. INEXISTE RESTRIÇÃO LEGAL AO USO ALTERNATIVO DO SOLO NA ÁREA DESMATADA?			Sim ( )			Não ( )	
13. HOUVE AUTUAÇÃO POR ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE DO SISNAMA?			SIM ( )			NÃO ( )	
IBAMA ( )	SEMARH-PI ( )	MUNICÍPIO ( )	OUTRO:_____				
14. HOUVE EMBARGO DA ÁREA POR ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE DO SISNAMA?			SIM ( )			NÃO ( )	
IBAMA ( )	SEMARH-PI ( )	MUNICÍPIO ( )	OUTRO:_____				
15. HÁ PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ANDAMENTO DA(S) ATIVIDADE(S) IMPLANTADA(S) NA ÁREA DESMATADA?			SIM ( )			NÃO ( )	
15.1. Sendo SIM, para o tópico anterior, informe o número do processo: _____							

Declara conhecer a legislação ambiental e demais normas pertinentes à solicitação apresentada e que as informações prestadas são a expressão da verdade, sujeitando-se às penas da Lei.

Declara estar ciente de que a omissão das informações obrigatórias para a expedição desta autorização florestal e de que eventuais divergências de informações apresentadas neste requerimento, no projeto e estudo ambiental ensejarão na rejeição do documento e o processo ficará pendente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____ (PI), _____ de _____ de _____.

Assinatura Legível do Empreendedor/Responsável Legal

ANEXO 7 - TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE PLANTIO

Este documento visa estabelecer o conteúdo mínimo a ser contemplado no projeto técnico de plantio que deve ser apresentado nos casos em que o requerente da autorização de supressão de vegetação nativa optar pelo cumprimento da reposição florestal direta pelo plantio de mudas prevista nesta instrução normativa.

O projeto técnico de plantio deverá ser elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pela sua elaboração e pelo acompanhamento do plantio. O projeto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

INFORMAÇÕES GERAIS

- Do empreendedor: nome, endereço para correspondência, contato.
- Nº do processo da autorização de supressão vegetal.
- Volume de matéria-prima florestal a ser cumprido no projeto.
- Finalidade do plantio proposto: plantio comercial, plantio para recuperação/enriquecimento de área antropizada/degradada).

1. Identificar a propriedade informando o nome, o município, as coordenadas geográficas, o acesso, a bacia hidrográfica onde está inserida, a atividade principal exercida na área e a condição do requerente da reposição florestal em relação a titularidade da área (proprietário, arrendatário, parceiro, etc.).

2. Definir a poligonal da área de plantio (em hectares) e sua localização dentro do perímetro da propriedade. Ilustrar com informações/dados georreferenciadas;

3. Caracterizar os fatores ambientais na área proposta para o projeto, tais como: condições do solo, relevo, variáveis climáticas e as formações florestais da área e/ou do entorno. Indicar o histórico de uso da área.

4. Informar a (s) espécie (s) plantada (s) contemplando: nome popular, nome científico, densidade/número de mudas por hectare, ocorrência de espécies imunes ao corte e ameaçadas de extinção que constem em listas oficiais. Indicar os fatores considerados na escolha das espécies. Deve-se levar em consideração a sua ecologia e sua adaptabilidade às condições da área.

5. Descrever as atividades inerentes ao preparo e ao plantio da área, como: isolamento da área, retirada de fatores de degradação (se houver), sistema de plantio utilizado, preparo do solo e ações necessárias ao efetivo plantio - abertura de covas, correção do solo e adubação, distribuição/espaçamento das mudas em campo.

6. Descrever as ações de manutenção e a metodologia de avaliação do plantio: tratos culturais, medidas de prevenção a incêndios, ações de monitoramento.

7. Informar a previsão quanto à realização de irrigação e a respectiva fonte de captação.

8. Cronograma físico de execução das atividades propostas.

9. Literatura consultada.

10. Data de elaboração e assinatura do profissional responsável.

ANEXO 8 - TERMO DE VINCULAÇÃO DE FLORESTA PLANTADA À REPOSIÇÃO FLORESTAL

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, o legítimo responsável pelo plantio florestal, abaixo identificado:

NOME:

CPF/CNPJ:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: UF:

DECLARA perante a SEMARH-PI que fica vinculada ao crédito de reposição florestal a fração do plantio florestal abaixo discriminada:

Denominação do Imóvel: _____

Município: _____

Proprietário ou legítimo possuidor:_____

Matrícula Nº: _____ Livro: _____ Folha: _____

Volume (m^3) vinculado:_____

Área vinculada: _____ hectares.

DISCRIMINAÇÃO DOS TALHÕES

N° TALHÃO	ÁREA (ha)	ESPÉCIE(S)

- Coordenadas geográficas: (quantas forem necessárias para fechar o polígono)

Declara ainda, o abaixo assinado, ser responsável pela condução/manutenção do empreendimento descrito acima até o corte, assumindo a responsabilidade pela condução e manutenção do plantio florestal pelo prazo mínimo de ___ (n° de anos por extenso) anos, equivalente à primeira rotação da espécie _____, conforme o especificado no Diagnóstico de Plantio apresentado, bem como, pela promoção de tratos silviculturais durante todo o ciclo de desenvolvimento da floresta e pela apresentação do Comunicado de Corte, quando será cientificada previamente a exploração ao Órgão Ambiental competente.

_____

Assinatura do Responsável pelo Plantio

ANEXO 9 - TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE PLANTIO

_____, entidade (ou pessoa física), com finalidade de comprovar plantio para geração de crédito de reposição florestal, vem por meio desta apresentar as seguintes informações:

1. DADOS DO REQUERENTE

1.1. Nome:

1.2. Endereço:

1.3. CNPJ/CPF:

1.4. Registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA/categoria:

2. DADOS DO ELABORADOR/RESPONSÁVEL TÉCNICO

2.1. Nome:

2.2. Endereço:

2.3. CNPJ/CPF:

2.4. Formação profissional:

2.4. Registro no Conselho de Classe:

2.5. Registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA (CTF/AIDA):

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE/IMÓVEL

3.1. Proprietário:

3.2. Título de domínio ou posse:

3.3. Denominação:

3.4. Número da Matrícula:

3.5. Cartório/lvs/fls:

3.6. Localidade:

3.7. Município:

3.8. Inscrição de cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (nº):

3.9. Área total da propriedade (ha), Área de reserva legal (ha), Área de preservação permanente (ha) por categoria, Área total do empreendimento florestal (ha), etc.

4. INFORMAÇÕES/DIAGNÓSTICO DO PLANTIO

4.1. Área total do Plantio (Indicar a área de efetivo plantio em ha com o perímetro da área plantada, ano de plantio, estradas, aceiros e caminhos.)

4.2. Área a ser vinculada para geração de créditos de reposição florestal

4.3. Área de efetivo plantio (sem aceiros, caminhos, pátios e estradas)

4.4. Finalidade da floresta plantada

4.5. Ano de plantio dos talhões, idade atual, rotação e ciclos de corte propostos

4.6. Memorial descritivo da área do plantio com identificação dos talhões.

4.7. Espécie (s) plantada (s) com justificativa dos fatores considerados para a escolha

4.8. Espaçamento adotado, especificando os fatores definidores para a escolha

4.9. Técnica de implantação da floresta (preparo do solo, tipos de adubação, técnicas de plantio de mudas, quantidade, procedência, realização de replantio etc.)

4.10. Tratos silviculturais (resumir as intervenções previstas até a colheita – capina, desbates previstos, desrama, combate a pragas e doenças etc.)

4.11. Inventário florestal com descrição da metodologia de coleta de dados e resultados obtidos

sobre a Altura média, Diâmetro médio à Altura do Peito – DAP, percentual de falhas, volume médio atual (m^3 por parcela e por hectare).

4.12. Manejo da Floresta (descrever outros critérios para o planejamento e administração da floresta, como: a rotação, ciclo (s) de corte, volume médio previsto ao final da rotação de acordo com dados da espécie, Incremento Médio Anual – IMA etc.)

4.13. Cronograma Físico

4.14. Certificado de procedência e sanidade vegetal das mudas

5. DATA E ASSINATURA DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

ANEXO 10 - TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE PLANTIO FLORESTAL

Termo de Compromisso que entre si celebram a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMARH/PI e a Empresa/Pessoa Física_____, visando o cumprimento da REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA, estabelecida no § 1º, Art. 33, da Lei nº 12.651/2012 e Art. 8º, da Lei Estadual nº 7.193/2019.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito:

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

– SEMARH/PI, órgão da administração direta do Estado do Piauí, criada pela Lei nº 4.797, de 24 de outubro de 1995, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.176.046/0001-45, com sede na Avenida Odilon Araújo, 1035 – Bairro Piçarra, na cidade de Teresina – PI - CEP 64017-280, representada neste ato por seu(ua) Secretária(a) de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, (NOME E QUALIFICAÇÃO ……, nomeado(a) de conformidade com o disposto no Inciso II, do Art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, doravante denominada COMPROMITENTE, e de outro lado (DADOS DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), doravante denominada COMPROMISSÁRIA, nos autos do Procedimento Administrativo nº ……, referente ao pedido de concessão de créditos de reposição florestal obrigatória vinculado ao recibo Sinaflor nº XXXX, para cumprimento do art. 8º, da Lei Estadual nº 7.193/2019;

CONSIDERANDO que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a vedação do emprego do fogo nas florestas e demais formas de vegetação para a queima pura e simples, assim entendida aquela não carbonizável, de material lenhoso, quando seu

aproveitamento for economicamente viável (Art. 1º, inciso II, alínea “b”, do Decreto nº 2.661, de 08 de julho de 1998);

CONSIDERANDO a existência de material lenhoso oriunda de supressão autorizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/PI por meio da Autorização de Supressão de Vegetação nº ....., válida até ...., para fins de uso

alternativo do solo e visando o aproveitamento econômico do material lenhoso;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 7.193/2019 obriga à reposição florestal a pessoa física ou jurídica que explore, utilize, transforme ou consuma matéria-prima florestal, dentre outras formas, mediante a modalidade de cumprimento da reposição florestal direta, sendo que a quitação do débito de reposição florestal obrigatória somente poderá ser concedida após a comprovação do plantio;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/PI o processo nº_____ que trata de Projeto Técnico de Plantio de uma área efetiva de _____ hectares ou de _____mudas a ser implantado no imóvel rural _____, município de _____, objetivando o cumprimento da reposição florestal obrigatória;

CONSIDERANDO que a aprovação dos projetos de plantio e a sua implantação demandam tempo em decorrência da análise, vistoria e da dependência de condições climáticas favoráveis ao plantio;

CONSIDERANDO que o material lenhoso a ser consumido por empresas consumidoras deverá será extraído da área a ser desmatada mediante autorização expedida por esta SEMARH sob nº ....., dependendo para seu transporte até o destino final, da liberação do crédito de reposição florestal que somente é concedido após comprovação do plantio da floresta objeto do processo em trâmite na SEMAR/PI;

CONSIDERANDO que tal estado de coisas inviabiliza o aproveitamento do material lenhoso a que se refere o Decreto nº 2.661, de 08 de julho de 1998;

CELEBRAM o presente

TERMO DE COMPROMISSO DE PLANTIO FLORESTAL

Título executivo extrajudicial, conforme os art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, c/c art. 585, do Código de processo Civil, nos termos constantes das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A COMPROMISSÁRIA reconhece, de forma irrevogável e irretratável, a obrigação de proceder ao plantio de florestas conforme estabelecido no código florestal.

CLÁUSULA SEGUNDA – A COMPROMISSÁRIA se obriga a iniciar, no prazo referente ao mesmo ano agrícola ou no ano agrícola subsequente ao ano da supressão de vegetação nativa, a contar da assinatura deste compromisso, a execução do plantio florestal correspondente a ..... hectares ou a .... mudas, de acordo com o cronograma previsto em projeto técnico de plantio apresentado e aprovado pela SEMARH/PI.

Parágrafo primeiro - O volume do crédito de reposição florestal a ser considerado para concessão antecipada corresponde ao volume devido para o cumprimento da reposição florestal obrigatória, definido pelo volume lenhoso autorizado na supressão, totalizando o valor de ..... metros cúbicos.

Parágrafo segundo - O Projeto Técnico de Plantio a que se refere o caput da presente cláusula será avaliado pela SEMARH devendo conter informações específicas tais como: dados da propriedade, área de plantio, espécies a serem plantadas, espaçamento, bem como cronograma físico de execução de todas as etapas.

Parágrafo terceiro – A COMPROMISSÁRIA se obriga a cumprir o cronograma físico de execução do Projeto Técnico de Plantio, cumprindo rigorosamente os prazos previstos para execução de suas etapas.

CLÁUSULA TERCEIRA – A COMPROMISSÁRIA se obriga a não alterar a destinação da área comprometida com o projeto técnico de plantio, mesmo no caso de transmissão, obedecendo fielmente à legislação florestal em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – A COMPROMISSÁRIA se obriga a recolher os valores correspondentes à realização de vistorias técnicas necessárias ao acompanhamento da execução/implementação do projeto técnico de plantio.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de descumprimento dos prazos, obrigações, deveres e ônus assumidos neste compromisso, além do pagamento de uma multa de R$ 500,00 (quinhentos) reais por dia de atraso, a COMPROMISSÁRIA ficará impossibilitada de comercializar ou consumir quaisquer matérias primas de origem florestal.

Parágrafo único – Sem prejuízo da execução específica e das sanções administrativas e penais cabíveis, os valores das multas reverterão em benefício do Fundo Estadual de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA – Este compromisso produzirá efeitos legais a partir da sua celebração.

E, por estarem as partes de acordo, firmam o presente.

Teresina-PI,_____ de_____de_____

Secretário (a) de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Responsável pelo Cumprimento da Reposição Florestal

Testemunha
Nome:
RG:
CPF:
Endereço:

Testemunha
Nome:
RG:
CPF:
Endereço:

ANEXO 11 - COMUNICADO DE CORTE

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR:

- Nome do Proprietário:
- Número do Processo DPF:
- Nome do Imóvel:
- Município:
- Detentor da Floresta/Responsável pelo Plantio:
- Área do Plantio:

- Tipo e Nº da Licença:
- Data da Vinculação à Reposição Florestal:

2. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO PLANTIO

Espécie Plantada		Área (ha)	
Espécie Plantada		Área (ha)	
Espécie Plantada		Área (ha)	
Espécie Plantada		Área (ha)	
Espaçamento(s)		Nº Árvores/ha	
Altura Média (m)		Diâmetro Médio cm	
Área de Corte ha		Volume Total estimado (m³/s)t:	
Área Talhão Nº	Vol. Estimado m³/st	Área Talhão Nº	Vol. Estimado m³/st
Área Talhão Nº	Vol. Estimado m³/st	Área Talhão Nº	Vol. Estimado m³/st

3. RENDIMENTO DA FLORESTA PLANTADA

DESTINAÇÃO E USO DOS PRODUTOS EXPLORADOS			
Tipo de Produto	Volume	Tipo de Produto	Volume
Madeira para Serraria	m³	Lenha	St
Carvão	mdc	Madeira para Celulose	Ton
Madeira Indústria moveleira	m³	Mourões	m³
Madeira Indústria de MDF	Ton	Madeira para briquetes	Ton
Estacas	m³	Biomassa	Ton
Mourões	m³	Outros	
Outros		Outros	

4. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE ESTIMATIVA DE VOLUME E DESTINAÇÃO DE MATERIAL.

5. RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES

- Proprietário:
- Técnico Responsável:
- Nº do Registro no Conselho de Classe:

Nº da ART:

Observações

1 - Metodologia Empírica caso o informante seja o proprietário ou Produtor Florestal

2 - Metodologia Técnica caso o informante seja o Responsável Técnico

Local,_____ de_____de_____

Proprietário

Responsável Técnico

(Transcrição da nota ATOS de Nº 13531, datada de 20 de maio de 2024.)

AVISOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ-PI

AVISO DE CONTINUIDADE

Ref. **Concorrência nº 001/2024** - Prestação de serviços de roço manual de estradas.O município de Massapê do Piauí – PI, através do Agente de Contratação, torna pública a convocação das empresas habilitadas na Concorrência 001-2024, para continuidade ao certame epigrafado, a ocorrer em 23.05.2024, às 08h: 20min.

Massapê do Piauí-PI, 20 de maio de 2024.

Austriberto de Carvalho Veloso

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO n° 009-2024. Tipo: menor preço e adjudicação por Lote. Objeto: A prestação de serviços de locação de estruturas para eventos. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08h00min do dia 07/06/2024. Data e horário do início da disputa: 08h30min do dia 07/06/2024. Valor global estimado: R$ 640.900,00. Recurso: Orçamento Geral/outros. Edital: https://novobbmnet.com.br/. Informações: Tel.: 89-3473-0034 ou e-mail: massapecpl2015@gmail.com.

Massapê do Piauí-PI, 20 de maio de 2024

Austriberto de Carvalho Veloso

Pregoeiro

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13533, datada de 20 de maio de 2024.)

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM-PI

AVISO DE INTENÇÃO DE OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS

12º BATALHÃO POLICIAL MILITAR DO PIAUÍ, CNPJ nº 07.444.159/0010-35, localizado na Avenida Aderson Alves Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri-PI, CEP 64.260-000, através do seu Ordenador de Despesas, Ten Cel PM Valter da Costa Pinto, Matrícula 0085314-3, torna público a intenção de obter propostas adicionais no processo de Contratação Direta por Dispensa de Licitação, em virtude do baixo valor, para aquisição de material de construção para manutenção/reforma de bens imóveis:

PROCESSO SEI: 00028.014243-2024-01

BASE LEGAL PARA O AVISO DE INTENÇÃO DE OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS

§ 3º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021

BASE LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Será pelo critério do menor preço global, levando-se também em conta a qualidade dos bens;

Sendo apresentada proposta de igual valor, prevalecerá a que for apresentada primeiro; e

proposta enviada fora do prazo não será válida.

LOCAL DE ENTREAGA DO OBJETO

Na sede do 12ºBPM, localizado na Avenida Aderson Alves Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri-PI, CEP 64.260-000; e será de inteira responsabilidade do fornecedor e deverá ser realizada no horário de 08:00h às 12:00h, de segunda a sexta-feira.

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
1	SACO CIMENTO PORTALND 50KG	UN	30		0,00
2	BLOCO CERÂMICO (9X14X19)cm	UN	300		0,00
3	AREIA FINA LAVADA/JAZIDA	M3	2		0,00
4	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSAS	UN	8		0,00
5	ARGAMASSA COLANTE PARA APLICAÇAÇÃO DE REVESTIMENTOS 20kg	UN	60		0,00
6	MANTA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE PARA ÁREAS MOLHADAS	UN	2		0,00
7	REVESTIMENTO CERÂMICO P/ PARADES E PISOS (BANHEIRO)	M2	176		0,00
8	MASSA VEDA TRINCAS	UN	1		0,00
9	SELADOR ACRILICO 18L	UN	2		0,00
10	MASSA LÁTEX P/ PAREDES E FORROS 25KG	UN	4		0,00
11	TINTA VERBAS/CORAL/SUVINIL 25KG	UN	6		0,00
12	VERNIZ P/ MADEIRAS PORTAS E JANELAS 3,6L	UM	1		0,00
13	PLACA GESSO/SISAL/PÓ DE GESSO/ARAME.	M2	78		0,00
14	CANO PVC 25MM/CONEXÕES - ÁGUA FRIA	M	35		0,00
15	CANO PVC 50MM/CONEXÕES - ESGOTO	M	23		0,00
16	CANO PVC 100MM/CONEXÕES - ESGOTO	M	10		0,00
17	KIT CHUVEIRO	UN	4		0,00
18	KIT VASO SANITÁRIO	UN	3		0,00
19	PIA EM MÁRMORE	M2	3		0,00
20	PORTÃO FERRO	UN	1		0,00
21	KIT PORTA EM MADEIRA/ALUMINIO/FERRO	UN	3		0,00
23	TELHA COLONIAL	UN	100		0,00
24	MADEIRAMENTO PARA FINS DE SUBISTUIÇÃO EM REPAROS	M	150		0,00
VALOR ORÇAMENTO:					**0,00**

Considerando o exposto, eventuais interessados devem enviar ofício

com manifestação de interesse no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação para o e-mail: dispensalicitacaoug260110@gmail.com.

Após o recebimento da manifestação de interesse, será enviado ofício de formalização da pesquisa de preços, contendo todas as informações pertinentes ao processo.

A manifestação de interesse deve conter no mínimo:

Razão Social, Nome de Fantasia, CNPJ, endereço completo, e-mail, telefone para contato e nome da pessoa legalmente responsável pela empresa.

Quartel em Piripiri-PI, 20 de maio de 2024.

GESTOR: **VALTER DA COSTA PINTO**

CARGO: TENENTE CEL QOPM

FUNÇÃO: ORDENADOR DE DESPESAS DO 12ºBPM

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13567, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES DO PIAUÍ - SECEPI

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 014/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° **00337.001819/2023-97**. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 014/2024 - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO – MENOR PREÇO. OBJETO: contratação de empresa de engenharia para CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO SOCIETY NO MUNICÍPIO DE TERESINA – PI (ESTACA ZERO), conforme edital e seus anexos. Valor Previsto: R$ 499.820,48. Abertura da licitação: 11/06/2024 as 09:00h. Realizado de forma presencial na sala de reunião da Secretaria dos Esportes do Piauí (Av. Pedro Freitas, S/N, São Pedro, Teresina-PI). Disponibilização do Edital completo: Site do TCE. Para informações, e-mail: cplsecepi@gmail.com.

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

Dayvid de Oliveira Santos

PRESIDENTE DA LICITAÇÃO DA SECEPI

Matrícula: 374421-3

Josiene Marques Campelo

SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESPORTES DO PIAUÍ (SECEPI)

Matricula: 371269-9

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13572, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2024

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí - SETRANS/PI, constituída pela Portaria nº 05/2024, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de habilitação da licitação em tela, na forma exposta no Relatório de Julgamento de Habilitação, cuja classificação após a análise dos documentos de Habilitação é a seguinte:As empresas CONSTRUTORA SOLUÇÃO LTDA, CONSTRUTORA PINHEIROS, BS CONSTRUTORA LTDA , CONSTRUTORA VIDEIRA, TECNIC CONSTRUTORA LTDA, CONSTRUTORA PIAUIENSE LTDA, ALIANÇA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, JRS CONSTRUÇÕES, R ALMEIDA CONSTRUTORA LTDA, COSTA E CARVALHO LTDA, TOTAL CONSTRUÇÕES, MONTE CLARO CONSTRUÇÕES, SAGA ENGENHARIA E PARTICIPÁÇÕES LTDA, FC LEITE MELO E CIA LTDA E MP ENGENHARIA LTDA foram consideradas habilitadas, por terem atendido no todo ao exigido no edital.A empresa ALTOS ENGENHARIA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não atendeu ao item 8.4., apresentou documentos em cópia simples.A empresa HIGILAR CONSTRUÇÕES LTDA foi desqualificada, em face do não atendimento ao item 8.4., apresentou documentos autenticados via DOUTIN, Documentos autenticados via Dautin blockchain, que se trata de banco de dados online, não possui validade jurídica, bem como, não apresentou não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3. A empresa PAVCON CONSTRUTORA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou declaração de anuência do profissional responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.A empresa VM VELOSO CERQUEIRA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou declaração de anuência do profissional responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.A empresa CONSTRUTORA MOURÃO LEITE LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não contem no objeto social da empresa o CNAE para execução do objeto, não atendendo ao item.A empresa CONSTRUROTA MÁXIMA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, apresentou contrato do responsável técnico em cópia simples, não atendendo ao item 8.4, bem como, não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.,bem como, a sócia IRISNEIDE LOPES DE SANTANA SILVA é servidora pública estadual, contrariando norma do art.138,X, da Lei Complementar nº.13/1994.A empresa CONSTRUTORA E ENGENHARIA ALMEIDA E CIA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou comprovante atualizado de que está cadastrada na Secretaria de Administração do Estado do Piauí no Cadastro Único de Fornecedores - CADUF/PI dentro do prazo de validade, não atendendo ao item 8.2, apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de Direito Privado sem informações suficientes para atestar a veracidade das informações, não atendendo ao item 8.3.3.3.2., bem como,

apresentou balanço patrimonial com capital social divergente do Aditivo de Contrato Social CONSOLIDADO e demais documentos, não atendendo ao item 8.3.4.A empresa R. ALMEIDA CONSTRUTORA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou declaração de anuência do técnico responsável pela execução da obra, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.A empresa JOSIEL RIBEIRO DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não atendeu ao item 8.4., apresentou documentos em cópia simples.Documentos autenticados via Dautin blockchain, que se trata de banco de dados online, não possui validade jurídica, bem como, não apresentou não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3. A empresa MV DE CARVALHO- foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, apresentou Atestados de Capacidade Técnica sem informações suficientes para atestar a veracidade das informações, não atendendo ao item 8.3.3.3.2, bem como, não apresentou não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3, ainda, não apresentou termos de abertura e encerramento do Livro Diário, não atendendo ao item 8.3.4.1.6. , apresentou também, contrato de prestação de serviço sem reconhecimento de firma, não atendendo ao item 8.3.3.3.3, d). Os documentos de habilitação apresentados pelos licitantes e o Relatório de Julgamento que consubstanciaram a decisão acima prolatada, encontram-se à disposição dos interessados, no horário normal de expediente deste órgão.

CAROLINE LACERDA MARQUES

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CPL/SETRANS-PI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13584, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2024

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí - SETRANS/PI, constituída pela Portaria nº 05/2024, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de habilitação da licitação em tela, na forma exposta no Relatório de Julgamento de Habilitação, cuja classificação após a análise dos documentos de Habilitação é a seguinte:As empresas CONSERVE EMPREENDIMENTOS LTDA, CONSTRUTORA SOLUÇÃO LTDA, CONSTRUTORA PINHEIROS, CONSTRUTORA VIDEIRA, TECNIC CONSTRUTORA LTDA, CONSTRUTORA PIAUIENSE LTDA, JRS CONSTRUÇÕES, COSTA E CARVALHO LTDA, TOTAL CONSTRUÇÕES, MONTE CLARO CONSTRUÇÕES, MP ENGENHARIA LTDA, VM VELOSO CERQUEIRA LTDA, ALPHACON CONSTRUTORA LTDA, RM CONSTRUÇÃO foram consideradas habilitadas, por terem atendido no todo ao exigido no edital.A empresa ALTOS ENGENHARIA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não atendeu ao item 8.4., apresentou documentos em cópia simples.A empresa PAVCON CONSTRUTORA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos

requisitos da licitação, não apresentou declaração de anuência do profissional responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.A empresa CONSTRUTORA MOURÃO LEITE LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não contem no objeto social da empresa o CNAE para execução do objeto, não atendendo ao item 2.2.3.A empresa CONSTRUROTA MÁXIMA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, apresentou contrato do responsável técnico em cópia simples, não atendendo ao item 8.4, bem como, não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.,bem como, a sócia IRISNEIDE LOPES DE SANTANA SILVA é servidora pública estadual, contrariando norma do art.138,X, da Lei Complementar nº.13/1994.A empresa CONSTRUTORA E ENGENHARIA ALMEIDA E CIA LTDA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou comprovante atualizado de que está cadastrada na Secretaria de Administração do Estado do Piauí no Cadastro Único de Fornecedores - CADUF/PI dentro do prazo de validade, não atendendo ao item 8.2, apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de Direito Privado sem informações suficientes para atestar a veracidade das informações, não atendendo ao item 8.3.3.3.2., bem como, apresentou balanço patrimonial com capital social divergente do Aditivo de Contrato Social CONSOLIDADO e demais documentos, não atendendo ao item 8.3.4.A empresa R. ALMEIDA CONSTRUTORA foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não apresentou declaração de anuência do técnico responsável pela execução da obra, não atendendo ao item 8.3.3.3.3.A empresa JOSIEL RIBEIRO DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, não atendeu ao item 8.4., apresentou documentos em cópia simples.Documentos autenticados via Dautin blockchain, que se trata de banco de dados online, não possui validade jurídica, bem como, não apresentou não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3. A empresa MV DE CARVALHO- foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, apresentou Atestados de Capacidade Técnica sem informações suficientes para atestar a veracidade das informações, não atendendo ao item 8.3.3.3.2, bem como, não apresentou não apresentou declaração de anuência do responsável técnico, não atendendo ao item 8.3.3.3.3, ainda, não apresentou termos de abertura e encerramento do Livro Diário, não atendendo ao item 8.3.4.1.6. , apresentou também, contrato de prestação de serviço sem reconhecimento de firma, não atendendo ao item 8.3.3.3.3, d).A empresa CONSTRUTORA JN foi desqualificada, assim desclassificada, em face do não cumprimento dos requisitos da licitação, apresentou Declaração de elaboração de proposta independente fazendo referencia à Licitação diversa, bem como, apresentou seguro garantia sem código para aferir a seguridade.. Os documentos de habilitação apresentados pelos licitantes e o Relatório de Julgamento que consubstanciaram a decisão acima prolatada, encontram-se à disposição dos interessados, no horário normal de expediente deste órgão.

CAROLINE LACERDA MARQUES

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CPL/SETRANS-PI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13603, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE RESULTADO DE RECURSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 19/2023

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí - SETRANS/PI, constituída pela Portaria nº 07, de 30 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de decisão de Recurso interposto pelas licitantes: GRUPO SFTB CONSTRUÇÕES LTDA e TRATORCENTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, INDEFERIMENTO do recurso, mantendo as empresas recorrentes INABILITADAS. A decisão na integra que consubstanciou o resultado acima prolatado, encontra-se à disposição dos interessados, no horário normal de expediente deste órgão, contando a partir da data da publicação deste Aviso, o prazo para a interposição de eventual pedido de reconsideração da decisão do recurso administrativo, na forma da Lei 8.666/93.

CAROLINE LACERDA MARQUES

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CPL/SETRANS-PI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13626, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC

RESULTADO DO JUGALMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS N°006/2024- CPL/SEDEC

PROCESSO SEI N°: 00013.001112/2023-79

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, vem apresentar o resultado do julgamento da PROPOSTAS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS do certame licitatório, Modalidade TOMADA DE PREÇOS N°020/2023–CPL/SEDEC, após ANÁLISE e PARECER do setor de engenharia desta SEDEC, declaramos a seguinte CLASSIFICAÇÃO: 1º COLOCADA E VENCEDORA: SPITI ENGENHARIA - CNPJ: 37.939.109/0001-07, que apresentou proposta de preços no valor de R$ 505.219,86 (quinhentos e cinco mil e duzentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos);2º COLOCADA: PAVCON CONSTRUTORA — CNPJ: 15.747.692/0001-03 que apresentou proposta de preço no valor de R$ 507.102,00 (quinhentos e sete mil e cento e dois reais);3º COLOCADA :PANORAMA EMPREENDIMENTOS - CNPJ: 10.915.057/0001-74 que apresentou a proposta de preço no valor de R$ 509.330,93 (quinhentos e nove mil e trezentos e trinta e três reais e noventa e três centavos);4º COLOCADA: MOURAO LEITE CONSTRUTORA - CNPJ: 44.085.594/0001.56 que apresentou a proposta de preço no valor de R$ 510.185,52 (quinhentos e dez mil e cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); 5º COLOCADA: MRA CONSTRUÇÕES - CNPJ: 18.393.656/0001-87 que apresentou a proposta de preço no valor de R$ 510.272,70 (quinhentos e

dez mil e duzentos e dois reais e setenta centavos) O inteiro teor da ata pode ser analisado pelos interessados na sede da SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC, sito a RUA JAICÓS N° 1435 – BAIRRO ILHOTAS – TERESINA - Capital do Estado do Piauí.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

PEDRO HENRIQUE VIANA PIRES

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSÉ ICEMAR LAVOR NERI.

SECRETÁRIO SEDEC

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 006/2024 – CPL/SEDEC

PROCESSO SEI N°: 00013.001112/2023-79

O Secretário da Defesa Civil do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta no PROCESSO SEI N°: 00013.001112/2023-79, ADJUDICAR o objeto licitado em favor da empresa SPITI ENGENHARIA - CNPJ: 37.939.109/0001-07que apresentou proposta de preços mais vantajosas no valor de R$ 505.219,86 (quinhentos e cinco mil e duzentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos) e HOMOLOGAR o procedimento licitatório na TOMADA DE PREÇOS N° 006/2024 – CPL/SEDEC, tipo menor preço, cujo objeto EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE 3.480,00M² NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO PIAUÍ – PI.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

JOSÉ ICEMAR LAVOR NERI

SECRETARIO DEFESA CIVIL-SEDEC

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13634, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE RESULTADO DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2024

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí -

SETRANS/PI, constituída pela Portaria nº 05/2024, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de PROPOSTA DE PREÇOS da licitação em tela, na forma exposta na Ata de Abertura de Proposta de Preços, cuja classificação após a análise das Propostas é a seguinte: Ato contínuo, a comissão de licitação analisou as propostas e classificou as empresas TOTAL CONSTRUÇÕES E CONSTRUTORA PIAUIENSE por terem apresentado propostas e planilhas orçamentárias de acordo com o exigido no edital. A empresa MRA CONSTRUÇÕES EIRELI foi desclassificada por ter não ter apresentado na sua proposta composições auxiliares, não atendendo ao item 9.2.4.1, bem como, apresentou declarações apócrifas (sem assinaturas), não atendendo aos itens 9.3.3 e 9.3.4.A empresa TECNIC CONSTRUTORA LTDA foi desclassificada por ter não ter apresentado na sua proposta especificações técnicas, conforme exige o item 13.3.3.A empresa SOLUÇÃO CONSTRUTORA LTDA foi desclassificada por ter não ter apresentado na sua proposta as declarações exigidas nos itens 9.3.3 e 9.3.4, também não apresentou especificações técnicas, conforme exige o item 13.3.3. A comissão de licitação declara VENCEDORA a empresa TOTAL CONSTRUÇÕES por ter apresentado proposta de menor valor e atendendo aos critérios exigidos pela Legislação, com o valor de R$ 2.243.653,03 (Dois milhões, duzentos e quarenta e tres mil, seiscentos e cinquenta e três reais e três centavos). Os documentos apresentados pelos licitantes e o relatório de Envelopes de Propostas de Preços que consubstanciaram a decisão acima prolatada, encontram-se à disposição dos interessados, no horário normal de expediente deste órgão.

CAROLINE LACERDA MARQUES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CPL/SETRANS-PI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13639, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2024

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO IDEPI/PI, constituída pela Portaria DGE Nº 006/2024, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 109 da Lei Nº 8.666/93, comunica que empresa participante interpôs recurso administrativo contra a decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação, consoante da Ata de Julgamento da Fase de Habilitação do certame referenciado, realizada na data de 29 de abril de 2024 e publicada em 30 de abril de 2024 no DOE/PI. A peça recursal e demais documentos pertinentes ao certame em comento encontram-se à disposição dos interessados para exame, cópias e querendo, apresentação de impugnação ou contra-razões de recurso.

Teresina (PI), 09 de maio de 2024.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos

Presidente da COPEL/IDEPI/PI

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMNISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 027 / 2024

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI, através da Comissão Permanente de Licitação do IDEPI, nomeada através da Portaria Nº 006, de 01 de fevereiro de 2024, torna público o Resultado de Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa participante VEGAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, nos autos da Tomada de Preços nº 027/2024, cuja decisão, após a Ratificação do Senhor Diretor Geral, foi pela manutenção da inabilitação da empresa recorrente, negado, com efeito, provimento ao recurso interposto e mantendo-se, assim, o resultado proferido e constante na Ata datada de 29 (vinte e nove) de abril de 2024 e publicado no DOE/PI em 30 (trinta) de abril de 2024, com vistas do processo aos interessados, na forma do art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/93, no horário de expediente deste Instituto, ao tempo em que comunicamos, também, que não havendo impedimento de ordem legal, será procedida a abertura dos envelopes das empresas habilitadas relativo à proposta de preço constante dos Envelopes Nº 02, às 09:00 (nove) horas do dia 22/05/2024, na sala de reunião da Comissão de Permanente de Licitação do IDEPI.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos

Presidente da COPEL/IDEPI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13647, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

AVISO DE REABERTURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2024 – SEINFRA

PROCESSO SEI Nº 00114.001082/2023-27

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a Execução dos Serviços Implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água no Conjunto Por do Sol, no Município de Parnaíba-PI, serviço a ser executado na zona urbana do município de Parnaíba – PI.

A Comissão de Licitação da SEINFRA vem CONVOCAR os interessados para realização da reabertura da Sessão Pública, para proceder à abertura do Envelope nº 02 (Proposta). Para tanto, comunica que a reabertura da Sessão Pública da referida licitação ocorrerá no dia 24 de maio de 2024 (sexta-feira) às 11:00 (onze horas).

Local dos eventos e informações: Sala de Licitações da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí, Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

Déborah Renata E. Soares

Presidente da Comissão de Licitação - SEINFRA

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13661, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

AVISO DE CONVOCAÇÃO

CONCORRÊNCIAS SRP N° 080, 081, 082, 084, 086, 087, 088/2023

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, através da Comissão Permanente de Licitação – COPEL, tendo em vista a expiração dos prazos de vigência e eficácia dos propostas de preços das concorrências acima referenciadas, convoca a todos os licitantes habilitados para apresentarem, dentro do prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contados da publicação deste aviso no DOE/PI, manifestação a respeito da manutenção das condições, valores e prazos indicados em suas respectivas propostas, sob pena de desclassificação nos citados certames.

Comunicamos, ainda, que as eventuais manifestações deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, no protocolo geral do DER, no horário de expediente indicados nos respectivos avisos de licitação.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

Procurador Autárquico Clóvis Portela Veloso

Presidente da COPEL/DER/PI

Leonardo Sobral Santos

Diretor Geral do DER

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13666, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2024-CPL/SAF

Processo Administrativo nº 00323.003806/2023-10

A SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR por meio de sua Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 037/2024-GS/SAF de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado em 16.04.2024, Ed. nº 73, pg. 52/53, através de sua Presidente, torna público e para conhecimento dos interessados que foi proferido julgamento de habilitação conforme ata de reunião do dia 15.05.2024 referente a Tomada de Preços nº 005/2024 que tem por objeto a: **Contratação de empresa de engenharia para execução de 5.782,10 m² de pavimentação poliédrica no povoado Cajueiro, na zona rural do município de Patos do Piauí - PI**, cujo resultado é o que se segue, a Presidente da Comissão de Contratação deu início a sessão de julgamento, após análise conjunta com a coordenação de engenharia quanto ao acervo mínimo solicitado a comissão por unanimidade proferiu o seguinte julgamento: considerando HABILITADAS as empresas: **Construtora Brata Eireli; Saga Engenharia e Participações LTDA - ME, Construtora Padrão LTDA, A Costa de Almeida Eireli, Construtora Moraes Santos, VM Pessoa Feitosa Monteiro LTDA, Rio Brasil Construções LTDA, RM Engenharia (Spiti Engenharia), Efex Construtora LTDA, Facilita Construtora, Viga Construções e Empreendimentos**; **INABILITADAS** a empresa **Construtora L S Ramos** descumpriu o item 8.3.3.3 do edital, não apresentou acervo técnico nos quantitativos mínimos solicitados para o item "sarjeta"; **Brilho Construções** apresentou balanço patrimonial de 2022 fora da validade, desrespeitando o item 8.3.4.1 do edital e **Tecnic Construtora** por descumprir o item 8.3.2.4 apresentou certidão negativa de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço vencida em 03.05.24; como a regularidade junto ao INSS não enquadra-se como regularidade fiscal nem trabalhista e sim social, a empresa não goza do benefício previstos no §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006; **Construtora LM** descumpriu o item 8.3.3.3 do edital apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Poty Construtora, referente a licitação realizada pela Secretaria das Cidades, ocorre que após consulta junto ao TCE/PI constatou-se que o edital da referida licitação Concorrência nº 001/2020 (LW-006307/20 (ID 386071) não permitia subcontratação, conforte item 16 do edital; Faculta-se a interposição de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí, com base no art. 109, inciso I, alínea “b”, da lei 8.666/93. Data: 20 de maio de 2024.

(*assinado e datado eletronicamente*)

Lívia Maria Lima de Carvalho

Presidente da Comissão de Contratação

Visto:

Rejane Tavares da Silva

Secretária de Estado da Agricultura Familiar

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13671, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2024 – SEINFRA

PROCESSO SEI Nº 00114.000985/2023-91

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação de vias públicas em paralelepípedo na zona urbana e rural do município de Canto do Buriti - Piauí.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA/PI, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), torna público o resultado da análise e julgamento da documentação de habilitação da licitação acima referenciada. A CPL decidiu pela habilitação das empresas: J L DOS S NERES MUNDIAL ENGENHARIA; POTY CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; FORTI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; TECNIC CONSTRUTORA LTDA; AAN ENGENHARIA LTDA; MATRINXÃ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA; R M CONSTRUÇÕES; LIMA BARROS EMPREENDIMENTOS LTDA; CONSTRUIR CONSTRUÇÃO, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA e E. RAMOS BENTO CONSTRUÇÕES, por entender que estas atendem às exigências do ato convocatório. E pela inabilitação das empresas: CONSTRUTORA JN - (JOAO NILTON DE SOUSA LTDA) por descumprimento ao item 8.3.4.1.

Os autos encontram-se com vista franqueada aos interessados a partir da data desta publicação. Abre-se prazo recursal, conforme Art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93. Damos ciência de que interposto recurso este será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo conforme previsto no Art. 109 § 3º da Lei 8.666/93.

Teresina - PI, 20 de maio de 2024.

Déborah Renata E. Soares

Presidente da Comisão de Licitação - SEINFRA

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13673, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

AVISO DE REABERTURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2024 – SEINFRA

PROCESSO SEI Nº 00114.001081/2023-82

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade Alto Batista, no município de Parnaíba – PI, através do Orçamento Participativo – OPA.

A Comissão de Licitação da SEINFRA vem CONVOCAR os interessados para realização da

reabertura da Sessão Pública, para proceder à abertura do Envelope nº 02 (Proposta). Para tanto, comunica que a reabertura da Sessão Pública da referida licitação ocorrerá no dia 24 de maio de 2024 (sexta-feira) às 10:00 (dez horas).

Local dos eventos e informações: Sala de Licitações da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí, Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar.

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

Déborah Renata E. Soares

Presidente da Comissão de Licitação - SEINFRA

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13676, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PREÇOS TOMA DA DE PREÇOS Nº. 02/2024

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí - SETRANS/PI, constituída pela Portaria nº 05/2024, torna público para conhecimento dos interessados, tendo em vista o término do prazo recursal da licitação em tela, dando prosseguimento e reabrindo o procedimento licitatório, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas, que ocorrerá no dia 22 de Maio de 2024, às 10:30h na sala de licitações da SETRANS-PI.

CAROLINE LACERDA MARQUES

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CPL/SETRANS-PI

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13678, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO PIAUÍ - SECID

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2024 – SECID/PI.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação de vias públicas no Município de União - PI, para atender ao objeto do Contrato de Repasse n° 945921/2023/MCIDADES/CAIXA.

Critério de Julgamento: Menor preço global.

Valor estimado: R$ 4.237.381,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais).

Classificação Orçamentária: 45.101.15.782.0105.5035.

Fonte de Recursos: 500/700.

Natureza: 44.90.51.

Abertura das Propostas: 07 de junho de 2024, às 08h30min.

Local em que os interessados poderão ter acesso ao texto integral do edital: Secretaria de Estado das Cidades do Piauí – SECID/PI, com sede no Edifício Antônio Portela Barbosa, Salas 209 e 210, Rua Acésio do Rêgo Monteiro, n° 1515, Bairro Ininga, CEP n° 64.049-610, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, no horário de 07:30 às 13:30, no mural de licitações do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (https://www.tcepi.tc.br), no Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado do Piauí (https://portal.pi.gov.br), no sítio oficial da SECID/PI (https://portal.pi.gov.br/secid), no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

Publique-se.

Alexandre de Almeida Martins Lima

Agente de Contratação

(Transcrição da nota AVISOS de Nº 13697, datada de 20 de maio de 2024.)

EXTRATOS

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO- SETUR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 288/2023	
Nº do Processo SEI	00153.000180/2023-81
Modalidade de Licitação	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2022 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SESPORT - ES
Fundamento Legal	Lei n° 8.666/93
Contratante	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR
Contratado	BR CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ do Contratado	08.192.659/0001-07
Resumo do Objeto do Contrato	O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da fonte de recurso da cláusula 9º do contrato original, **passando da fonte 500 para a fonte 754**
Data da Assinatura do Termo de Apostilamento	15 de MAIO de 2024.
Signatários do Contrato	Pela Contratante: JOSÉ ANTÔNIO MONTEIRO NETO SECRETÁRIO DE TURISMO Pela Contratada: ANDRÉ ZUCCON BETINI BR CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13535, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO, MINERAÇÃO E ENERGIAS RENOVÁVEIS - SEDRAMER-PI

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 048– 2024

PROCESSO: 00299.000148/2024-21

CONCEDENTE: Estado do Piauí por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis.

CNPJ DA CONCEDENTE: 14.862.788.0001-50

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí – PI.

CNPJ DA CONVENENTE: 41.522.194/0001-72

OBJETO: Construção e Urbanização do canteiro central da Avenida 29 de abril - no município de Bom Princípio do Piauí - PI.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 02/05/2024.

SIGNATARIOS: Paula Jeanne Rosa de Lima Sampaio pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis e Lucas Silva Morais, pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí – PI.

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13536, datada de 20 de maio de 2024.)

GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ - GAMIL

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/2018-GAMIL

Nº do Processo SEI: 00015.000461/2023-18-GAMIL

Nº Automático do Contrato no SIAFE-PI: 18002667

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico Nº 27/2017

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Estadual n° 15.093/2013.

Contratante: Gabinete Militar da Governadoria

Codificação da UG no SIAFE: 110103

Contratada: RFC Carvalho EIRELE

CNPJ da Contratada: 13.912.374/0001-25

Resumo do objeto: Alteração contratual 25%.

Prazo de Vigência: até 15/08/2024

Data de Assinatura do Aditivo: 16/05/2024

Valor Mensal por Veículo: R$ 4.625,53 (Quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos)

Dotação Orçamentária: 04.122.0109.2000

Fonte de Recursos: 500

Natureza da Despesa: 33.90.39

Nº Nota de Reserva no SIAFE: 2024NR00024

N° Reserva Orçamentária no SIAFE: 2024RO04605

Signatários do Contrato: João Ricardo Pinto Sousa-Maj. QOPM - Contratante e Rômulo Falcão Costa Carvalho - Contratada.

João Ricardo Pinto Sousa – Maj. QOPM

Chefe do GAMIL

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13538, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

EXTRATO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 043/2024-SETUR.	
Nº do Processo SEI	00153.001373/2023-59.
Modalidade de Licitação	TOMADA DE PREÇOS.
Tipo de Licitação	MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário.
Fundamento Legal	Lei n° 8.666/93.
Nome do Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR.
Resumo do resultado do Julgamento da Habilitação.	A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR, por sua Comissão Permanente de Licitação, no uso de sua competência após o relatório de análise e julgamento dos documentos de habilitação das empresas participantes da Tomada de Preços nº 043/2024-SETUR, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução de obras e serviços de reforma dos boxes internos do Mercado Municipal de Santo Antônio de Lisboa-PI, **torna público, no presente meio oficial de divulgação, que DECIDIU:** 1. Pela HABILITAÇÃO das empresas CONSTRUTORA MORAES SANTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.214.439/0001-10; J L DOS S NERES MUNDIAL ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.694.095/0001-41., pelos motivos destacados no Relatório de Análise e Julgamento de Documentação de Habilitação, tendo atendido a todas as exigências e condições do Edital. Os autos se encontram com vista franqueada aos interessados por meio do Processo SEI nº 00153.001373/2023-59 e ainda na CPL/SETUR, situada à Avenida Marechal Castelo Branco nº 1275, Centro de Convenções, Bairro Cabral, CEP 64.002-830.A partir da data desta publicação abre-se prazo recursal, conforme item 12 do Edital, observando o disposto no Art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

Teresina-PI, 20 de maio de 2024.

João Angeline da Silva Júnior

Diretor de Licitações/SETUR

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13539, datada de 20 de maio de 2024.)

GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ - GAMIL

EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

PROCESSO SEI Nº: 00015.000296/2024-85

ADMINISTRAÇÃO: Gabinete Militar da Governadoria

CNPJ: 06.553.481/0002-20

CONTRATADA: 1ª Classe Viagens e Turismo LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA: 00.702.030.0001-40.

OBJETO: Versa sobre a decisão lavrada pelo Chefe do Gabinete Militar da Governadoria, com base nos Pareceres Referenciais CGE n° 7/2021 e PGE/PLC n° 006/2021, visando compor dívida oriunda da prestação de serviços de agenciamento de hospedagens (nacional, nacional local e internacional), para atender as demandas da ADMINISTRAÇÃO, no período de novembro do ano de 2023 a dezembro do ano de 2024. Reconhece a ADMINISTRAÇÃO seu dever de indenizar a CONTRATADA no valor de **R$ 311.664,28 (trezentos e onze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos),** sendo o valor de **R$ 282.989,24 (duzentos e oitenta e dois mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos)** relativo à execução do serviço no ano de 2023 e o valor de **R$ 28.675,04 (vinte e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e quatro centavos)** relativo à execução do serviço no ano de 2024**.**

PROGRAMA DE TRABALHO: **04.122. 0109. 2000**

NATUREZA DA DESPESA: **339039** e **339092**

FONTE DE RECURSO**: 500**

DATA ASSINATURA: **17/05/2024**

SIGNATÁRIOS: Pela Administração: JOÃO RICARDO PINTO SOUSA - Chefe do Gabinete Militar da Governadoria;

Pela Contratada: ELDON TAJRA EVANGELISTA DE SOUSA – 1ª CLASSE VIAGENS E TURISMO LTDA

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13540, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTE AO CONTRATO n.º 228/2021	
N.º DO PROCESSO SEI	00011.067959/2023-09

N.º AUTOMÁTICO DE CONTRATO NO SIAFE-PI	21006106
FUNDAMENTO LEGAL	Inciso II, alínea "d" e parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei 8.666/1993
CONTRATANTE	Secretaria de Estado da Educação do Estado do Piauí, CNPJ n.º 06.554.729./0001-96.
CODIFICAÇÃO DA UG NO SIAFE	140102
CONTRATADOS	J E SILVA LIMA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.162.704/0001-11.
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO	Reajustar o valor global inicialmente contratado, isto é, de R$ 5.132.763,60 (cinco milhões, cento e trinta e dois mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), para R$ 5.389.401,78 (cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil quatrocentos e um reais e setenta e oito centavos) com efeito, aplicável a partir de SETEMBRO DE 2022.
DATA DA ASSINATURA DO APOSTILAMENTO	Assinatura eletronicamente
VALOR GLOBAL	R$ 5.389.401,78 (cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil quatrocentos e um reais e setenta e oito centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Unid. Orçamentária: 140102 / Plano de Trabalho: 12.368. 0102. 6165 / Elemento de Despesa: 3.3.90.92 / Fonte de Recursos: 544
FONTE DE RECURSOS	544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF
NATUREZA DA DESPESA	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
N.º NOTA DE RESERVA NO SIAFE	2024NR00880
N.º NOTA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA	2024RO03490
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	**FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO**, **Secretário de Estado da Educação do Piauí - Contratante.**

(*assinado eletronicamente*)
FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO
Secretário de Estado da Educação do Piauí

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13543, datada de 20 de maio de 2024.)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ -SEJUS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2024	
Nº do processo SEI	00095.000133/2024-50

Nº Automático de Contrato noSIAFE-PI	24007447
Modalidade de licitação (se for o caso)	PREGÃO ELETRÔNICO
Fundamento legal	Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93
Contratante	Secretaria de Justiça do Estado do Piauí - SEJUS/PI
Codificação da UG no SIAFE	220201
Contratado	LIMPSERV LTDA - EPP
CNPJ/CPF do Contratado	07.194.788/0001-63
Resumo do objeto do contrato	Serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos tipo ClasseII e subtipo II A
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Data de assinatura do contrato	20 de maio de 2024
Valor global	R$ 27.393,60 (vinte e sete mil trezentos e noventa e três reais e sessentacentavos)
Dotação orçamentária	06.122. 0109. 2000
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00153
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03476
Signatários do contrato	Pela Contratante: CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA Pela Contratada: CARLOS ANTONIO DE MOURA FILHO

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA
Secretário de Justiça do Estado do Piauí

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13547, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2024	
N° do processo SEI	00314.000225/2024-16
Modalidade de licitação	Dispensa de Licitação.
Fundamento legal	Lei nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual nº 20.110/2021

Nome do Contratante	SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CNPJ do Contratante	05.735.244/0001-36
Nome do Contratado	INFORMOVEIS DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E ESCRITORIO LTDA
CNPJ do Contratado	13.015.273/0001-51
Resumo do objeto	TELEVISAO LED SMART FULL HD 43” ROKU WI-FI, 3HDMI, USB
Prazo de vigência	03 meses.
Data de assinatura do Contrato	20/05/2024
Valor Total	2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais)
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	449052
Dotação orçamentária	Unidade orçamentária: 900003Programa de trabalho: 14.242. 0104. 6281
N°nota de Autorização de Reserva Orçamentária	2024NR00132 - 380101
Signatários do aditivo	Pelo Contratante: MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA Pela Contratada: EMANUEL DE ARAÚJO PEREIRA

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID-PI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13553, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI

EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024 - CPL/SESAPI

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI - Nº 00012.015823/2022-14

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (um) VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO..

Pregoeiro: **Eliane Cardoso**

Data da Adjudicação: 13/05/2024.

Data da Homologação: 14/05/2024.

Autoridade Superior: **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS** - Secretário de Estado da Saúde do Piauí.

Presidente CPL/SESAPI: **Paula Andrea Dantas Avelino Madeira Campos**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QNT	EMPRESA VENCEDORA	MARCA FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$

1	VEICULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO COM COMPARTIMENTO DE CARGA REFRIGERADO E COM ISOLAMENTO ISOTÉRMICO na cor branca, sem logotipo ou pintura decorativa , zero quilometro, fabricação nacional , porta traseira; Porta corrediça na lateral , cabine com capacidade para 03 pessoas (incluindo motorista), com encosto de cabeça e cinto de segurança para os três pessoas, conforme exigência dos órgãos reguladores; Cabine equipada com ar-condicionado de fábrica , compartimento de carga separado da cabine; Garantia de fábrica no minimo 1 ano, sem limite de quilometragem dotado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo denatran , altura do veículo de 2700mm a 2800mm , motor com 4 cilindros, com 6 marchas , combustível: diesel , freio a disco dianteiro e traseiro , suspensão dianteira e traseira; Vidros e travas elétricas de fábrica , sirene de ré , gps de fábrica , alarme de fábrica , jogos de tapetes originais; Capacidade de carga útil minima de 2000 quilos , direção hidráulica , airbag na cabine total; Volume do compartimento de carga minimo 13m³ , demais itens obrigatórios de série não especificados e exigidos pelos órgãos reguladores , assistência técnica autorizada em todo o território nacional; Compartimento de carga refrigerado com isolamento isotérmico , compartimento de carga isotermico com graduação de 0º à 10º celsius; piso aluminio corrugado , piso protegido contra corrosão; Teto e lateral do veículo revestido com poliuretano e acabamento em fibra ou gel antimicrobiano, cor branca; Atender norma abnt, material liso, atoxico, resistente, impermeável e de fácil limpeza; ,caixa de rodas em fibra reforçada com poliuretano interno , portas fibra reforçada com poliuretano interno; Iluminação em led , drenos; Assistência técnica autorizada em todo o território nacional. carga refrigerado com isolamento isotérmico , compartimento de carga isotermico com graduação de 0º à 10º celsius; piso aluminio corrugado , piso protegido contra corrosão; Teto e lateral do veículo revestido com poliuretano e acabamento em fibra ou gel antimicrobiano, cor branca; Atender norma abnt, material liso, atoxico, resistente, impermeável e de fácil limpeza; ,caixa de rodas em fibra reforçada com poliuretano interno , portas fibra reforçada com poliuretano interno; Iluminação em led Und 01 R$ 407.500,00 R$ 407.500,00 08/03/2024 12:26 SEI/GOV-PI - 011487093 - Edital https://sei.pi.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12872116&infra_sist... 21/48 , drenos; Assistência técnica autorizada em todo o território nacional.(Renault/ máster l3h2)	Und	01	NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	RENAULT	RS 404.900,00	RS 404.900,00

IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DA (S) EMPRESA (S) VENCEDORA (S)

DETENTORA	NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ:	51.552.005/0001-68
INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL	2006050-70
ENDEREÇO:	AV. PORTUGAL, N°1148, SALA C 2501/55 - EDIFÍCIO ÓRION BUSINESS & HEALTH COMPLEX, SETOR MARISTA, GOIÂNIA-GO, CEP: 74.150-030

CONTATOS:	(62) 32286752 - **admnovohorizontecomercio@gmail.com nhcomercio.vendas02@gmail.com**
REPRESENTANTE:	ADRIANO DE PAULA MENDES

Antônio Luis Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13556, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2024	
N° do processo SEI	00314.000225/2024-16
Modalidade de licitação	Dispensa de Licitação.
Fundamento legal	Lei nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual nº 20.110/2021
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CNPJ do Contratante	05.735.244/0001-36
Nome do Contratado	INFORMOVEIS DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E ESCRITORIO LTDA
CNPJ do Contratado	13.015.273/0001-51
Resumo do objeto	TELEVISAO LED SMART FULL HD 43” ROKU WI-FI, 3HDMI, USB
Prazo de vigência	03 meses.
Data de assinatura do Contrato	20/05/2024
Valor Total	2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais)
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	449052
Dotação orçamentária	Unidade orçamentária: 900003Programa de trabalho: 14.242. 0104. 6281
N°nota de Autorização de Reserva Orçamentária	2024NR00132 - 380101
Signatários do aditivo	Pelo Contratante: MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA Pela Contratada: EMANUEL DE ARAÚJO PEREIRA

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID-PI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13557, datada de 20 de maio de 2024.)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017-B/2024 REPUBLICADO *	
Nº do processo SEI	00347.000013/2023-62
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23002869
Modalidade de licitação (se for o caso)	Tomada de Preços
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Territórios - CDTER
Codificação da UG no SIAFE	110121
Contratado	LGF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	34.219.868/0001-07
Resumo do objeto do contrato	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MELHORAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE COCAL
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	90 (noventa) dias
Data de assinatura do contrato	19 de março de 2024
Valor global	R$ 955.040,82 (novecentos e cinquenta e cinco mil quarenta reais e oitenta e dois centavos)
Dotação orçamentária	04.122. 0106. 5033
Fonte de Recursos	754 - Recursos de Operações de Crédito
Natureza da Despesa	449051 - Obras e Instalações
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00061
Nº de Reserva de Orçamentária	2024RO04111
Signatários do contrato	Pela Contratante: Raimundo Nonato Fontenele Cardoso Pela Contratada: Lucas Rodrigues Gayoso Freitas

(*) Republicado por incorreção - Publicação anterior DOE/PI, Ed. nº 84, de 30/04/2024, pág. 158.

Raimundo Nonato Fontenele Cardoso

Coordenador Geral da CDTER

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13559, datada de 20 de maio de 2024.)

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA-PI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2024-SUPLI/GEGCO/AGESPISA REFERENTE AO

PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2024-SUPLI

CONTRATANTE: ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA

CONTRATADA: RIO BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 09.040.575/0001-02

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR EXPANSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO JULIÃO, NO ESTADO DO PIAUÍ.

VALOR TOTAL: R$ 156.101,56 (cento e cinquenta e seis mil, cento e um reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EXECUÇÃO: 03 (três) meses.

PROCESSO Nº 00100.004655/2024-12

DATA DE ASSINATURA: 16/05/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 13.303/2016

JOSÉ RIBAMAR NOLETO DE SANTANA

Diretor Presidente

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13560, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS AO CONTRATO 310/2022

OBJETO: Obra de Reforma e Ampliação da Unidade Escolar Profª Isabel Ribeiro de Jesus, no município de Lagoa do Barro - PI.

PROCESSOS SEDUC/PI Nº: 00011.046561/2021-69 e 00011.003401/2024-78.

CONTRATADA: CONSTRUTORA F M LTDA, CNPJ nº 04.521.201/0001-95.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação do Piauí - 06.554.729/0001-96.

LICITAÇÃO: RDC ELETRÔNICO 133/2022.

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí, no uso de suas atribuições legais e em

conformidade com o Artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/1993, e Artigos 45 a 48 do Decreto Estadual 14.483/2011 em respeito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro e acolhendo o acordado na CLÁUSULA SÉTIMA, SUBCLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato 310/2022, do referido Instrumento em decorrência da repactuação concedida por despacho do Controlador do Estado do Piauí, cujo objeto é Empreitada por Preço Unitário, a obra de Reforma e Ampliação da Unidade Escolar Profª Isabel Ribeiro de Jesus, no município de Lagoa do Barro-PI, RESOLVE acrescentar o Valor Contratual de R$ 7.364,05 (sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), sendo a Reforma de R$ 1.310,02 (um mil, trezentos e dez reais e dois centavos) e o saldo contratual referente à Ampliação é de R$ 6.054,03 (seis mil, cinquenta e quatro reais e três centavos), correspondente a 3,32% (três inteiros e trinta e dois centésimos por cento) do valor do saldo do contrato, referente ao reajuste/atualização dos serviços, do RDC Eletrônico nº 113/2022-CPL/SEDUC, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 00011.046561/2021-69 e 00011.003401/2024-78, gerador do Contrato nº 310/2022. NR2024NR01213. NR2024NR01214. RO2024RO04723.

Sendo que as despesas decorrentes desse reajuste serão divididas de acordo com a da dotação orçamentária: Fonte 544, Natureza 339039, Unidade Orçamentária 140102, Programa de Trabalho 12.368. 0102. 5110, Plano Orçamentário 103, referente à reforma.

A segunda parte de tais despesas decorrentes desse reajuste ocorrerão da seguinte forma: Fonte 544, Natureza 449051, Unidade Orçamentária 140102, Programa de Trabalho 12.368. 0102. 5110, Plano Orçamentário 103, referente à ampliação.

Teresina (PI), 13 de maio de 2024

Francisco Washington Bandeira Santo Filho

Secretário Estadual de Educação

CONSTRUTORA F M LTDA

Leonardo Saker Monteiro Rosa

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13564, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DEAUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240507.00019.A.A.007 (171/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.020606/2024-16

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF da Contratada: 11.229.270/0001-95

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 16 de maio de 2024

Valor: R$ 13.011,00 (treze mil onze reais)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Luis Sebastiao de Carvalho (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13569, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DEAUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240507.00019.A.A.008 (172/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.020607/2024-52

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: 3A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF da Contratada: 12.973.088/0001-07

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 16 de maio de 2024

Valor: R$ 18.449,39 (dezoito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Mozar Soares Cavalcante Segundo (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13571, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.024076/2024-87

N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23005079
Modalidade de Licitação	RDC 59/2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	ZTE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 40.030.316/0001-40
Objeto	A construção de quadra coberta e paisagismo da U. E. Senador Chagas Rodrigues, localizada no município de Parnaíba-PI.
Prazo de Vigência	31/12/2025
Prazo de Execução	240 (Duzentos e Quarenta) dias
Data de Assinatura	17/05/2024
Valor Global	R$ 1.001.612,53 (um milhão, um mil seiscentos e doze reais e cinquenta e três centavos)
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102 Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110

Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00937
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO03940
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário SRA. Wanda Gomes Correia Lima – Representante

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 367/2024

Teresina (PI), 26 de Abril de 2023

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 046/2024, referente ao RDC 59/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 046/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **ZTE ENGENHARIA ,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO , A CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA E PAISAGISMO DA U. E. SENADOR CHAGAS RODRIGUES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI** , no bojo do **RDC 59 /2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
Rondinelle Marinho Monte	FISCAL	360314-8	***.038.853.**	(86) 98823-4404	rondinellemarinho@gmail.com
Enrico Dos Reis e Freitas Dias	FISCAL	373009-3	***.984.713.**	(86) 99940-03979	enrico_dias@hotmail.com
Luiz Fernando Seixas Cury da Costa	GESTOR	402287-4	***.427.343.**	(86) 99907-1104	luizcosta@seduc.pi.gov.br

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Teresina (PI), 26 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13582, datada de 20 de maio de 2024.)

GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ - GAMIL

EXTRATO DO CONTRATO N° 10/2024-GAMIL

Nº do Processo SEI: 00015.000548/2024-76-GAMIL

Nº Automático do Contrato no SIAFE-PI: 24008119

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico Nº 023/2023-SEAD-PI

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Estadual n° 15.093/2013.

Contratante: Gabinete Militar da Governadoria

Codificação da UG no SIAFE: 110103

Contratada: RL Empreendimentos e Serviços

CNPJ da Contratada: 15.183027/0001-34

Resumo do objeto: Serviços com Locação de Veículos SUV.

Prazo de Vigência: 12(doze) meses.

Data de Assinatura do Contrato: 15/05/2024

Valor Mensal Estimado: R$ 72.018,48 (Setenta e dois mil, dezoito reais e quarenta e oito centavos)

Dotação Orçamentária: 04.122.0109.2000

Fonte de Recursos: 500

Natureza da Despesa: 33.90.39

Nº Nota de Reserva no SIAFE: 2024NR00093

N° Reserva Orçamentária no SIAFE: 2024RO04615

Signatários do Contrato: João Ricardo Pinto Sousa-Maj. QOPM - Contratante e Renato Ferreira de Assunção Farias -Contratada.

João Ricardo Pinto Sousa – Maj. QOPM

Chefe do GAMIL

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13583, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 039/2024 E 040/2024

ESPÉCIE: Termo de Rescisão Unilateral dos Contratos nº 039/2024 e 040/2024, celebrado entre a SEDUC-PI e a Empresa C S BRASIL FROTAS S.A, com sede e foro na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, estabelecida à Av. Saraiva n.400,sala 08, Vila Cintra, CEP.: 08745-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.595.780/0001-16, aqui representado por João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Paulo Roberto Teixeira, tendo por objeto a prestação de serviços de Locação de Veículos para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI, cuja rescisão ocorre por ato unilateral da Administração, amparada no art. 78, I, II, III, V, e VII e art. 79, I ambos da Lei nº 8.666/93 c/c a Cláusula Décima Terceira, dos Contratos Administrativos n.º 039/2024 e 040/2024. Justificativa: Justifica-se a rescisão em face da inexecução do objeto do contrato por parte da empresa contratada, notadamente, no que tange ao prazo/projeto avençado para a execução da obra em epígrafe. Inobstante tenha sido notificada para apresentar suas razões, não apresentou justificativa plausível para a não execução da obra, bem como não demonstrou interesse em solucionar a problemática apresentada na notificação. Portanto, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, ante a injustificada inexecução do objeto pactuado, resta cabível a rescisão unilateral do presente contrato. Revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas nos Contratos nº 039/2024 e 040/2024, assegurando-se à Contratada o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea “e” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, a contar da sua publicação no Diário Oficial. PROCESSO SEI 00011.008315/2024-51. **OBJETO**: Rescisão unilateral dos Contratos Administrativos nº 039/2024 e 040/2024, referente à Locação de Veículos para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI.	
Data de Assinatura do TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL	Registrada eletronicamente no sistema.
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho - Secretário de Educação João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Paulo Roberto Teixeira - Representante da Empresa

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13585, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A.-BADESPI

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A BADESPI E O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ - PIAUÍ

OBJETO: Este instrumento tem por objeto mútua colaboração entre os partícipes com o propósito de induzir o desenvolvimento do município de São João do Piauí, contribuindo para o fortalecimento da economia local, ao oferecer, diretamente aos empreendedores da região,financiamentos para investimento na atividade produtiva, mediante identificação de acordo com as regras e parâmetros desse instrumento c/c as normas operacionais da BADESPI.

CONTRATANTE: Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.

CNPJ DA CONTRATANTE: 11.836.226/0001-43

CONTRATADO: Município de São João do Piauí - Piauí

CNPJ DA CONTRATADA: 06.553.655/0001-73

RECURSO: O presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, de quaisquer espécies.

DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2024.

VIGÊNCIA: O presente Termo terá vigência de 01 (um) ano (s), contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, prorrogável, de comum acordo, mediante a lavratura de Termo Aditivo, em respeito ao limite de 05 (cinco) anos, contados a partir da sua celebração, em conformidade com o artigo 71, caput da Lei n. 13.303/2016.

FUNDAMENTAÇÃO: Inciso I, §2º do art. 8º e art. 27 ambos da Lei 13.303/2016 e §3º do art. 5º do Estatuto Social da PIAUI FOMENTO.

Teresina - PI, 17 de maio de 2024.

Publique-se.

Francisco Feliphe da Luz Araújo

Diretor Presidente

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13604, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2024

PROCESSO SEI: n° 00016.00023/2024-21.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24008608

MODALIDADE: Concorrência nº 011/2024.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: A. K. R. PRADO, CNPJ: 19.074.597/0001-47.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE PISTA DE COOPER NA SEDE DO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO DO PIAUÍ - PI, NO SEGUINTE TRECHO: PAU D'ARCO DO PIAUÍ, COM EXTENSÃO TOTAL DE: 1,00 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$782.049,59 (setecentos e oitenta e dois mil quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00270.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04920.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5083; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e ANA KAROLINE RABELO PRADO (Representante Legal/ A. K. R. PRADO).

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13605, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Processo SEI Nº: 00119.001579/2023-03

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços nº 029/2024

Objeto: Execução dos Serviços de Recuperação de Estrada Vicinal em diversos trechos com extensão total de 34,63 km e Construção de Passagem Molhada com extensão total de 24,00 m na Zona Rural do Município de Belém do Piauí / PI.

Empresa Vencedora: J DE CARVALHO NORONHA LTDA

Valor da Proposta: R$ 2.002.076,58 (dois milhões, dois mil, setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Data da Homologação/Adjudicação: 20 de maio de 2024.

Signatário: Felipe de Melo Eulálio – Diretor Geral do IDEPI/PI.

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13611, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ - SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 162/2022

Nº do Processo SEI: 00152.000097/2022-31.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: VTR Engenharia Ltda.

CNPJ da Contratada: 41.929.182/0001-67.

Resumo do objeto do aditivo: Alteração quantitativa, destinada a execução de serviços extras com acréscimo ao valor contratual, no valor de R$ 91.679,52 (noventa e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), relativo a serviços extras, passando o valor do contrato a ser de R$ 546.486,08 (quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oito centavos), referente ao Contrato nº 162/2022, destinado à execução dos serviços de Construção de Praça Pública no Município de Dirceu Arcoverde-PI, conforme Art. 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 17 de maio de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Vitório Dias de Sousa.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13615, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS REAJUSTE DE CONTRATO Nº 097/2022

OBJETO: Empreitada por Preço Unitário, a obra de reforma geral e ampliação da Unidade Escolar Fontes Ibiapina, localizada no município de Teresina-PI.

PROCESSO SEDUC/PI NS: 00011.020591/2020-64 e 00011.040954/2023-21.

CONTRATADA: CWC Construtora EIRELI, com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº 03.936.360/0001-98.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação do Piauí - 06.554.729/0001-96.

LICITAÇÃO: RDC Eletrônico nº 130/2021 - CPL/SEDUC.

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/1993, e Artigos 45 a 48 do Decreto Estadual 14.483/2011 em respeito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro e acolhendo o acordado na CLÁUSULA SÉTIMA, SUBCLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato SEDUC nº 097/2022, do referido Instrumento em decorrência da repactuação concedida por concedida por JUSTIFICATIVA DE REAJUSTE DE PREÇOS (id 010232396), PARECER TÉCNICO (id 011228826), PARECER /CGE-PI nº 94/2024 (010947175) e PARECER PGE-PI nº 20/2024 (id 011380750), tendo por objeto à Empreitada por Preço Unitário, a obra de reforma geral e ampliação da Unidade Escolar Fontes Ibiapina, localizada no município de Teresina-PI, integrante da Rede Estadual de Ensino, através do Contrato nº 097/2022, RESOLVE acrescentar o Valor Contratual de R$ 54.489,96 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), referente ao reajuste/atualização das medições requeridas no processo, conforme despacho exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00011.040954/2023-21, sendo R$ 4.780,16 (quatro mil e setecentos e oitenta reais e dezesseis centavos) referente a Reforma, R$ 29.645,25 (vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) referente a Ampliação, R$ 2.799,01 (dois mil e setecentos e noventa e nove reais e um centavo) referente a Reforma, R$ 17.265,54 (dezessete mil e duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) referente a Ampliação, conforme despacho exarado no bojo do Processo SEI: 00011.040954/2023-21. N2024NR01200, N2024NR01201, N2024NR01202, N2024NR01203 e R2024RO04714, sendo que as despesas decorrentes desse reajuste serão divididas de acordo com a da dotação orçamentária: 140102 - EDUBASICA, Unidade Orçamentária 14102, Plano de Trabalho 12.368.0102.5110, Plano Orçamentário 000103, Fonte de Recurso 544-com detalhamento PRECATÓRIOS FUNDEF, Elemento de Despesa 4.4.90.51, 3.3.90.39, referente aos serviços de reforma e ampliação.

Teresina (PI), 16 de maio de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santo Filho

Secretário Estadual de Educação

Contratante.

CWC CONSTRUTORA EIRELI.

JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA MELO

CONTRATADA

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13624, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XVII/2024 - SESAPI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024-SESAPI

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI-PI Nº 00012.034058/2022-31

ID LICITAÇÕES-E: 1036838

OBJETO: Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento para aquisição de Eletrodomésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

PREGOEIRA: Janayna Daniel Nery Rêgo

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 29/04/2024

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2024

AUTORIDADE SUPERIOR: Antonio Luiz Soares Santos – Secretário de Estado da Saúde do Piauí

PRESIDENTE CAC/SESAPI: Paula Andréa Dantas Avelino Madeira Campos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	FORNO COMBINADO C/ 10 ENTRADAS INDUSTRIAL INOX: FORNO COMBINADO: Central de cocção pré-programada para 10 GN’s 1/1x65mm (compatível com GN’s de demais profundidades e grelhas); temperatura de câmara entre 30ºC - 250ºC; suporte interno removível para GN’s; comando em painel com tela sensível ao toque (touch screen); funções diversas no menu inicial: esfriar, higienização, refrigeração, etc.; sistema de cocção inteligente composto por um conjunto de oito categorias de alimentos selecionáveis; com base no resultado desejado e na temperatura interna do alimento, o equipamento estabelece tempos, temperaturas e níveis de vapor em várias fases; geração de vapor por caldeira com sistema automático de drenagem, com controle de saturação de vapor na câmara de 0 a 100%; também pode operar como um forno combinado programável com as funções ar quente, vapor, vapor combinado, delta t, cocção noturna, cocção múltipla e steamer; capacidade de programação de até 1000 receitas com 10 passos cada; a cada fase é possível controlar temperatura da câmara, nível de vapor, tempo ou temperatura de sonda; dotado de sensor de núcleo multiponto para controle da temperatura interna dos alimentos; integralmente construído em aço inoxidável; possui autodiagnóstico de defeitos; amplo visor frontal com vidro duplo/temperado; iluminação interna com comando no painel; possui programa para auto limpeza com 6 níveis de intensidade além de cantos arredondados e dreno para facilitar a higienização; possui interface para microcomputador e controle HACCP; turbina de convecção movida por motor elétrico com reversão de giro; isolamento através de lã de rocha mineral; capacidade 10 GN’s; 350 refeições; dimensões aproximadas: 1040 x 1020 x 740mm; tensão de 380v trifásico. Acompanha a base para forno combinado, desmontável, capacidade para 14GN’s 1/1 65mm, construída em aço inoxidável; dotado de pés com regulagem de altura; dimensões aproximadas 550 x 905 x 650 mm (p x l x a). Garantia mínima 12 meses. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.(95%).**	UND	19	FABRICANTE: HUX METALURGICA MARCA: WICTORY MODELO: WCPR-11 GNS ELÉTRICO	23.943,43	454.925,17

2	FORNO COMBINADO C/ 10 ENTRADAS INDUSTRIAL INOX: FORNO COMBINADO: Central de cocção pré-programada para 10 GN’s 1/1x65mm (compatível com GN’s de demais profundidades e grelhas); temperatura de câmara entre 30ºC - 250ºC; suporte interno removível para GN’s; comando em painel com tela sensível ao toque (touch screen); funções diversas no menu inicial: esfriar, higienização, refrigeração, etc.; sistema de cocção inteligente composto por um conjunto de oito categorias de alimentos selecionáveis; com base no resultado desejado e na temperatura interna do alimento, o equipamento estabelece tempos, temperaturas e níveis de vapor em várias fases; geração de vapor por caldeira com sistema automático de drenagem, com controle de saturação de vapor na câmara de 0 a 100%; também pode operar como um forno combinado programável com as funções ar quente, vapor, vapor combinado, delta t, cocção noturna, cocção múltipla e steamer; capacidade de programação de até 1000 receitas com 10 passos cada; a cada fase é possível controlar temperatura da câmara, nível de vapor, tempo ou temperatura de sonda; dotado de sensor de núcleo multiponto para controle da temperatura interna dos alimentos; integralmente construído em aço inoxidável; possui autodiagnóstico de defeitos; amplo visor frontal com vidro duplo/temperado; iluminação interna com comando no painel; possui programa para auto limpeza com 6 níveis de intensidade além de cantos arredondados e dreno para facilitar a higienização; possui interface para microcomputador e controle HACCP; turbinade convecção movida por motor elétrico com reversão de giro; isolamento através de lã de rocha mineral; capacidade 10 GN’s; 350 refeições; dimensões aproximadas: 1040 x 1020 x 740 mm; tensão de 380v trifásico. Acompanha a base para forno combinado, desmontável, capacidade para 14 GN’s 1/1 65mm, construída em aço inoxidável; dotado de pés com regulagem de altura; dimensões aproximadas 550 x 905 x 650 mm (p x l x a). Garantia mínima 12 meses. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	FABRICANTE: HUX METALURGICA MARCA: WICTORY MODELO: WCPR-11 GNS ELÉTRICO	23.943,43	23.943,43
Empresa: B10 Licita LTDA CNPJ: 24.375.213/0001-66						

3	BALANÇA DE PRECISÃO: Capacidade (15kg); divisão (5g); display duplo (operador e cliente) cristal líquido; 3 indicadores (peso, preço/kg, preço total) com 6 dígitos de 13 milímetros cada indicador; prato (l x p) sistema de auto diagnóstico com indicação de eventuais anormalidades; peso líquido 340 x 270 mm; peso bruto 6,500 kg; dimensões (a x l x p) 7,580 kg; dimensões (embalagem) 108 x 344 x 366 mm; alimentação tensão 206 x 418 x 438 mm; alimentação frequ.ência 110 - 220 vca com variação máxima de -15% a +10%; consumo 50 - 60 hz; temperatura de operação carga máxima: 12va; operação na tomada: 0,4 va, -10ºc à +40ºc umidade relativa do ar máxima 85% (sem condensação); interface de comunicação serial rs232; interface de comunicação paralela centronics; teclado de alta resistência em policarbonato com 16 teclas; acessórios inclusos fonte 110 - 220 vca / 13vcc, 700 ma. Tolerância de 5% para todas as medidas. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	MARCA: LIDER FABRICANTE: LIDER BALANÇAS MODELO: LD230 PLUS PROCEDÊNCIA: NACIONAL CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/ INMETRO	650,00	26.000,00
Empresa: M. K. R. Comércio de Equipamentos LTDA CNPJ: 31.499.939/0001-76						
4	BALCÃO TÉRMICO 06 CUBAS: Balcão Térmico fabricado em Aço Inox 304 liga 18/8, com capacidade para 06 cubas gastronômica 1/1 profundidade 200 milímetros. Dimensões 760 milímetros Largura, 910 milímetros de Altura, 2550 milímetros de comprimento. Sistema de aquecimento por banho-maria, controlado através de termostato de 20ºC até 120ºC e conta com dreno para água. Corrediça para apoio de bandejas em aço inox AISI 304 18/8 em ambos os lados que do balcão, 2550milímetros comprimento, 310 milímetros Largura, 105 milímetros altura. Protetor salivar com vidro curvo dos dois lados Dimensões: 2550 milímetros de comprimento, 600 milímetros altura, 467 de largura. Voltagem 220V. Equipado com rodízios de 3" com trava. Módulo revestido por chapas de aço inox 304 até a altura dos rodízios. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	20	MARCA: MODELO MÓVEIS MODELO: BSS – 06 PROCEDÊNCIA: NACIONAL	2.760,00	55.200,00
Empresa: E. Dantas Brandão LTDA CNPJ: 14.222.220/0001-74						

5	Buffet TÉRMICO elétrico com gabinete - 8 CUBAS. Fabricado totalmente em aço inox 430. Dimensões aproximadas: altura sem o protetor salivar (AxCxP): 85 x 2.80x 60 cm. Balcão inferior com (4 ou 6) portas corrediças, e 1 (um) passador de bandejas liso no lado contrario a abertura das portas, em chapa de 1.0mm (minimo) de espessura. Sistema de aquecimento por banho maria fabricado em aço inox 430. Com protetor salivar em vidro curvo temperado 5 mm ou inox. Resistências elétricas de imersão e dreno para saída de água. Termostato de 20º a 120ºC e lâmpada piloto para controle do aquecimento. Capacidade para oito cubas GN 1/1 de aço inoxidável com alça e tampa posicionadas na sequencia e réguas com divisórias em aço inoxidável para apoio de Gns. Com rodízios com regulagem de altura e trava. Parte inferior do balcão com afastamento do solo na altura de 250 mm Voltagem: 220v 60 Hz e Potencia mínima 2000W. As cubas devem acompanhar o Buffet. Apresentar catálogo em português e garantia de 12 meses. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	20	FRACASSADO		
6	BATEDEIRAS INDUSTRIAL INOX: corpo confeccionado em aço sae 1010/ 1020 com pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Tacho em aço inoxidável 304 com capacidade de 18 litros, equipado com sensor magnético que somente habilitará o funcionamento da máquina com o mesmo na posição de trabalho. Motor monofásico com tensão 220 v. Três batedores em alumínio especiais para cada função (garfo, raquete e globo). Seis velocidades. Proteção móvel intertravada, que impede o acesso à área do batedor e que, ao ser aberta, efetua a parada imediata. Equipamentos de acordo com a portaria 371/09 do INMETRO, com selo de conformidade expedido pelo mesmo. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	38	MARCA: MANÁ MODELO: BPM-18 PLUS	4.590,00	174.420,00
7	BATEDEIRAS INDUSTRIAL INOX: corpo confeccionado em aço sae 1010/ 1020 com pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Tacho em aço inoxidável 304 com capacidade de 18 litros, equipado com sensor magnético que somente habilitará o funcionamento da máquina com o mesmo na posição de trabalho. Motor monofásico com tensão 220 v. Três batedores em alumínio especiais para cada função (garfo, raquete e globo). Seis velocidades. Proteção móvel intertravada, que impede o acesso à área do batedor e que, ao ser aberta, efetua a parada imediata. Equipamentos de acordo com a portaria 371/09 do INMETRO, com selo de conformidade expedido pelo mesmo. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	2	MARCA: MANÁ MODELO: BPM-18 PLUS	4.590,00	9.180,00
Empresa: VMLX Eletrônicos LTDA CNPJ: 03.800.477/0001-40						

8	CAFETEIRA INDUSTRIAL: Cafeteira elétrica industrial 20 litros; voltagem 11 0/220v; termostato regulavel; compacta/ café expresso/ capuccino/moedor/reservatório. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	FRACASSADO		
9	CALDEIRÃO 200L: Caldeirão industrial, aço inoxidável, capacidade 200 litros, vapor autogerado a gás, válvula de segurança, manô, retangular, americano. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	19	DESERTO		
10	CALDEIRÃO 200L: Caldeirão industrial, aço inoxidável, capacidade 200 litros, vapor autogerado a gás, válvula de segurança, manô, retangular, americano. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	DESERTO		
11	CHAPA BIFETEIRA A GÁS INDUSTRIAL CHAPA BIFETEIRA A GÁS [GLP] INDUSTRIAL, CONSTRUÍDA EM AÇO INOX LIGA 18.8, PADRÃO AISI 304 COM ACABAMENTO ESCOVADO. CHAPA DE COCÇÃO CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO ESTRUTURAL DE NO MÍNIMO 12 MM DE ESPESSURA, 1000MM DE LARGURA E 700MM DE PROFUNDIDADE. PAINEL DE COMANDO EM AÇO INOX COM REGISTRO DE GÁS, TIPO INDUSTRIAL, REFORÇADO, CROMADO, MANIPULADOR EM BAQUELITE COM FORMATO ANATÔMICO QUE POSSIBILITE FÁCIL REGULAGEM DA CHAMA. QUEIMADORES PRODUZIDOS EM TUBO DE AÇO INOX. PÉS/PERNAS TUBULARES EM AÇO INOX COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 30MM DE ESPESSURA MÍNIMA DE 1MM, COM APROXIMADAMENTE 850MM DE ALTURA DO PISO ATÉ A PARTE SUPERIOR DA CHAPA DE COCÇÃO, COM SAPATAS REGULÁVEIS EM NYLON PRETO. PRODUÇÃO MÉDIA 250 BIFES/H. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	19	MARCA: GRUNOX MODELO: CBG-1000	4.840,00	91.960,00
Empresa: Grumed Equipamentos Hospitalares LTDA CNPJ: 24.325.538/0001-34						

12	CHAPA BIFETEIRA A GÁS INDUSTRIAL CHAPA BIFETEIRA A GÁS [GLP] INDUSTRIAL, CONSTRUÍDA EM AÇO INOX LIGA 18.8, PADRÃO AISI 304 COM ACABAMENTO ESCOVADO. CHAPA DE COCÇÃO CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO ESTRUTURAL DE NO MÍNIMO 12 MM DE ESPESSURA, 1000MM DE LARGURA E 700MM DE PROFUNDIDADE. PAINEL DE COMANDO EM AÇO INOX COM REGISTRO DE GÁS, TIPO INDUSTRIAL, REFORÇADO, CROMADO, MANIPULADOR EM BAQUELITE COM FORMATO ANATÔMICO QUE POSSIBILITE FÁCIL REGULAGEM DA CHAMA. QUEIMADORES PRODUZIDOS EM TUBO DE AÇO INOX. PÉS/PERNAS TUBULARES EM AÇO INOX COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 30MM DE ESPESSURA MÍNIMA DE 1MM, COM APROXIMADAMENTE 850MM DE ALTURA DO PISO ATÉ A PARTE SUPERIOR DA CHAPA DE COCÇÃO, COM SAPATAS REGULÁVEIS EM NYLON PRETO. PRODUÇÃO MÉDIA 250 BIFES/H. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	VENANCIO CG90 + PCE090 / 14088 + 337008	6.750,00	6.750,00
Empresa: Rednov Ferramentas LTDA CNPJ: 45.769.285/0001-68						
13	Descascador industrial de legumes e tubérculos450a600 Kg/h Descascador industrial de legumes e tubérculos-450 a 600 Kg/h. MÁQUINA DE DESCASCAR LEGUME INDUSTRIAL ,Material Corpo: em aço inoxidável AISI 304 - 18 / 8, Material Revestimento Interno: em borracha ondulada com caixa de decantação para descascador de tubérculos confeccionada em chapa de aço inoxidável AISI - 304 - 18 / 8 com acabamento polido, Material Pés: confeccionados em chapa de aço inoxidável com o mesmo acabamento do corpo com furos para fixação no piso, Capacidade: 450 a 600 Kg / h, Voltagem: 220 volts, Formato: cilíndrico para perfeito encaixe da máquina de descansar com gaveta inferior para recolhimento de resíduos e caixa de decantação interna, Aplicação: conjunto de descascadores próprios para descascar tubérculos, Motor: 1 H. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	38	FRACASSADO		
14	Descascador industrial de legumes e tubérculos450a600 Kg/h Descascador industrial de legumes e tubérculos-450 a 600 Kg/h. MÁQUINA DE DESCASCAR LEGUME INDUSTRIAL ,Material Corpo: em aço inoxidável AISI 304 - 18 / 8, Material Revestimento Interno: em borracha ondulada com caixa de decantação para descascador de tubérculos confeccionada em chapa de aço inoxidável AISI - 304 - 18 / 8 com acabamento polido, Material Pés: confeccionados em chapa de aço inoxidável com o mesmo acabamento do corpo com furos para fixação no piso, Capacidade: 450 a 600 Kg / h, Voltagem: 220 volts, Formato: cilíndrico para perfeito encaixe da máquina de descansar com gaveta inferior para recolhimento de resíduos e caixa de decantação interna, Aplicação: conjunto de descascadores próprios para descascar tubérculos, Motor: 1 H. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	2	FRACASSADO		

15	ESPREMEDOR DE FRUTAS: Espremedor de frutas cítricas tipo industrial, fabricado em aço inox. Dimensões e tolerância: altura 39 cm, largura 36 cm e diâmetro 20 cm e tolerância de 10%. Câmara de sucos e tampa fabricados em aço inox. Jogo de carambola composto por: 1 castanha para limão e 1 castanha para laranja, material em poliestireno. Motor: potência mínima 180 watts. Potencia mínima 1/4 hp . Rotação: 1740 rpm. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	JL COLOMBO/ JL COLOMBO/ Inox- JL / 708	229,96	9.198,40
Empresa: BT Comércio Inteligente LTDA CNPJ: 45.329.312/0001-81						
16	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS: Fogão Industrial 4 Queimadores duplos, sem forno, com Porta Panelas, com chapa de ferro fundido para acoplar em 2 queimadores duplos, Grelhas 30x30 em ferro fundido, estrutura em aço galvanizado, registro de Alta Pressão, pintura eletrostática a pó que resiste a alta temperatura; medidas aproximadas: Altura 83,00 Cm, Largura 73,00 Cm, Profundidade 83,00 Cm. Garantia mínima de 12 (doze) meses. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	38	METALFOUR / METALFOUR / Lux 7 / 7017-4BSD	1.022,48	38.854,24
Empresa: GO Vendas Eletrônicas LTDA CNPJ: 36.521.392/0001-81						
17	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS: Fogão Industrial 4 Queimadores duplos, sem forno, com Porta Panelas, com chapa de ferro fundido para acoplar em 2 queimadores duplos, Grelhas 30x30 em ferro fundido, estrutura em aço galvanizado, registro de Alta Pressão, pintura eletrostática a pó que resiste a alta temperatura; medidas aproximadas: Altura 83,00 Cm, Largura 73,00 Cm, Profundidade 83,00 Cm. Garantia mínima de 12 (doze) meses. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	2	METALFOUR / METALFOUR / Lux 7 / 7017-4BSD	1.172,30	2.344,60
Empresa: BT Comércio Inteligente LTDA CNPJ: 45.329.312/0001-81						
18	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS C/ CHAPEIRA: Características do produto: Fogão Industrial 6 Bocas Com Chapa, Alta Pressão Inox. Confeccionado em chapa aço inox 430. Grelhas em ferro fundido, com dimensão 40x40 cm e pintura eletrostática á pó cinza claro. Queimadores em ferro fundido, pintura eletrostática metade simples e metade duplo (Espalhadores com chama dupla de 170mm e chama simples de 130mm de diâmetro). Registro tipo Apis. Chapa. Forno com estrutura em chapa de aço inox 430. Isolamento térmico com lã de vidro. tampa de Inox. Acompanha uma grade. Fogão preparado para Gás GLP. Dimensões do Fogão: (Alt.xLarg.xProf.) 800x1980x120mm. Dimensões internas do forno: (Alt.xLarg.xProf.) 300x520x490mm . O equipamento deve ter Assistência Técnica Local. Garantia mínima de 12 meses. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	20	MODELO MOVEIS / PROCEDÊNCIA: NACIONAL / MODELO / FI 06 BO SF	3.242,68	64.853,60
Empresa: E. Dantas Brandão LTDA CNPJ: 14.222.220/0001-74						

19	FOGÃO INDUSTRIAL, Fogão Industrial 06 bocas, confeccionado em Chapa de Aço Carbono com pintura Epóxi, ou similar. Grelhas e queimadores em ferro fundido. Deve possuir no mínimo 3 queimadores simples e 3 duplos, porta panelas, botões fixos e aquecimento a gás tipo GLP. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	**20**	MR FOGÕES MODELO: FG-600119	1.190,00	23.800,00
Empresa: VMLX Eletrônicos LTDA CNPJ: 03.800.477/0001-40						
20	FOGÃO: 4 bocas; Acendimento automático (mesae forno); Forno autolimpante; capacidade mínima:45 litros; Válvula de segurança no forno; Prateleiraremovível; cor branca; **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	CLARICE / CLARICE / Delicato Plus / 4Q Branco-Automático	700,49	28.019,60
Empresa: BT Comércio Inteligente LTDA CNPJ: 45.329.312/0001-81						
21	FOGÕES INDUSTRIAIS C/ 8 BOCAS DE BAIXA COMPRESSÃO: Fogão industrial, material aço inoxidável 304, 8 bocas com grelhas em ferro fundido, grelha 40 x 40 cm, alimentação gás natural, dimensões máximas de até 2,25M comprimento, 1,05M profundidade, 0,80M altura, chapa bifeteria 40x90cm de Sobrepor. características adicionais: sem forno, centralizado, estrado paneleiro sem forno, queimadores duplos, baixa pressão, bandejas coletoras de resíduos, queimador tubular multiperfurado, sem banho maria, pernas tubulares em aço inoxidável com sapatas niveladoras reguláveis. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	19	MR FOGOES 800204	3.380,21	64.223,99
22	FOGÕES INDUSTRIAIS C/ 8 BOCAS DE BAIXA COMPRESSÃO: Fogão industrial, material aço inoxidável 304, 8 bocas com grelhas em ferro fundido, grelha 40 x 40 cm, alimentação gás natural, dimensões máximas de até 2,25M comprimento, 1,05M profundidade, 0,80M altura, chapa bifeteria 40x90cm de Sobrepor. características adicionais: sem forno, centralizado, estrado paneleiro sem forno, queimadores duplos, baixa pressão, bandejas coletoras de resíduos, queimador tubular multiperfurado, sem banho maria, pernas tubulares em aço inoxidável com sapatas niveladoras reguláveis. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	MR FOGOES 800204	3.380,21	3.380,21
Empresa: Davanti Máquinas Móveis e Equipamentos Industriais CNPJ: 44.259.236/0001-12						
23	FORNO DE MICROONDAS: Capacidade de 26 a 30 Litros. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	Marca: Springer Midea Carrier Modelo: MXSA27	625,00	25.000,00
Empresa: Castro Equipamentos LTDA CNPJ: 42.753.718/0001-07						

24	Forno combinado industrial, elétrico, programável, capacidade para 6 GN's (cubas gastronorms) 1/1 X 65, com seis prateleiras, material aço inoxidável, voltagem 220V trifásico, porta com visor em vidro temperado. Deve apresentara as seguintes funções básicas: Ar quente onde o valor é gerado rapidamente a 100 °C e circula em toda a câmara interna; Vapor combinado que consiste na combinação de vapor e calor no tempo desejado, temperatura até 250 °C; Regeneração consiste no reaquecimento dos alimentos com controle de temperatura e umidade; Higienização que permite a lavagem através de esguichos ou sistema semelhante. Deve possuir sistema de controle da temperatura interna do alimento. Geração de vapor através de caldeira com sistema automático de drenagem. Dimensões mínimas: largura 104 cm, profundidade 70 cm, altura 72 cm. Conexão de entrada de água de 1/2 polegadas; conexão para saída de esgoto de 1 ¼ polegadas. Dispositivo de segurança de desligamento automático ao abrir a porta. Com garantia mínima de 01 ano contra defeitos de fabricação. Acompanha manual em português. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	19	Venancio / FCDB7E / 44605	21.114,42	401.173,98
25	Forno combinado industrial, elétrico, programável, capacidade para 6 GN's (cubas gastronorms) 1/1 X 65, com seis prateleiras, material aço inoxidável, voltagem 220V trifásico, porta com visor em vidro temperado. Deve apresentara as seguintes funções básicas: Ar quente onde o valor é gerado rapidamente a 100 °C e circula em toda a câmara interna; Vapor combinado que consiste na combinação de vapor e calor no tempo desejado, temperatura até 250 °C; Regeneração consiste no reaquecimento dos alimentos com controle de temperatura e umidade; Higienização que permite a lavagem através de esguichos ou sistema semelhante. Deve possuir sistema de controle da temperatura interna do alimento. Geração de vapor através de caldeira com sistema automático de drenagem. Dimensões mínimas: largura 104 cm, profundidade 70 cm, altura 72 cm. Conexão de entrada de água de 1/2 polegadas; conexão para saída de esgoto de 1 ¼ polegadas. Dispositivo de segurança de desligamento automático ao abrir a porta. Com garantia mínima de 01 ano contra defeitos de fabricação. Acompanha manual em português. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	Venancio / FCDB7E / 44605	21.114,42	21.114,42
Empresa: Rednov Ferramentas LTDA CNPJ: 45.769.285/0001-68						
26	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 10L INOX: Liquidificador Industrial em aço inox; Capacidade 10L; com motor entre 3/4 e 1 Cv; peso aproximado 10Kg. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	JL Colombo 10LBR Nacional	650,00	26.000,00
27	LIQUIDIFICADORES INDUSTRIAIS 25L: Liquidificador Industrial basculante 25 litros, copo mox, antirearme. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	20	JL Colombo 25L Nacional	1.475,00	29.500,00
Empresa: LicitaSP Distribuidor de Equipamentos Sociedade Unipessoal LTDA CNPJ: 48.277.417/0001-22						

28	MOEDOR INDUSTRIAL: Características do produto: Conjunto da boca mais caracol em ferro fundido estanhado, com sistema que impede o acesso das mãos as áreas de corte. Gabinete de chapa de aço inox escovado. Motor trifásico de 2 CV de potência. Bandeja em aço inox. Sistema de transmissão por engrenagens de aço e rolamentos, sem eixo excêntrico, dispensando regulagens para eliminar ruídos. Sistema de Segurança. Botão de emergência. Chave geral. Botão de resetagem. Bandeja com sensor de segurança não permitindo o funcionamento da máquina quando removida. Anteparo localizado no bocal da bandeja que impede o acesso das mãos nas áreas de corte. Conjunto único formado pelo caracol, disco e faca.Anti rearme que impede o religamento automático da máquina em casos de desligamentos anormais de energia elétrica. Interface do operador em 25V.Sequência de fases que impede giro no sentido contrário. Potência: 2CV/1100W. Frequência: 60Hz; Voltagem: 380V. OBS: O Produto deve estar em conformidade com a NR-12 e INMETRO. O equipamento deve ter Assistência Técnica Local; Garantia mínima de 12 meses. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	28	FRACASSADO		
29	PICADOR DE VEGETAIS: cortador para cortar e picar legumes e frutas com tripé, com corpo em alumínio fundido, facas de inox de 10mm, com duas molas e colunas de aço maciço. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	40	FRACASSADO		
30	PICADOR INDUSTRIAL: Picador de carne com précortador boca 98. Corpo e bandeja em aço inox, boca estanhada frontal, motor trifásico de 3cv, 60Hz, 380V. Capacidade de produção de até 550Kg/hr. Medidas: 530x465x840mm. Atende as normas NR12. **AMPLA CONCORRÊNCIA. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015. (95%).**	UND	19	FRACASSADO		
31	PICADOR INDUSTRIAL: Picador de carne com précortador boca 98. Corpo e bandeja em aço inox, boca estanhada frontal, motor trifásico de 3cv, 60Hz, 380V. Capacidade de produção de até 550Kg/hr. Medidas: 530x465x840mm. Atende as normas NR12. **COTA RESERVADA DESTINADA À ME/EPP/MEI. DECRETO nº 16.212/2015. (5%).**	UND	1	FRACASSADO		
32	PROCESSADOR LEGUMES: Modelo industrial, com 6 discos de preparação (fatia, rala, corta, desfia), estrutura em alumínio anodizado, discos em inox, motor 1/2 cv, monofásico ou bifásico – 220v ou bivolt. **ITEM EXCLUSIVO DESTINADO À ME/EPP/MEI. DECRETO ESTADUAL nº 16.212/2015.**	UND	20	COPAMETAL MPA-30-220V6	3.461,50	69.230,00
Empresa: Davanti Máquinas Móveis e Equipamentos Industriais CNPJ: 44.259.236/0001-12						

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**B10 Licita LTDA**
CNPJ	24.375.213/0001-66

INSCRIÇÃO ESTADUAL	25.790.519-7
ENDEREÇO	Rua Olímpio Santana Martins, 209, Sala 01, Centro, Palhoça – SC CEP: 88131-220
TELEFONES	(48)3374-4043
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	bem10comercio@gmail.com
REPRESENTANTE/CARGO	Geraldine Garcia – Sócia Administradora

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**M.K.R. Comércio de Equipamentos LTDA**
CNPJ	31.499.939/0001-76
INSCRIÇÃO ESTADUAL	177.427.143.110
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	88483
ENDEREÇO	Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 88, Sala “B” Araçatuba – SP CEP: 16075-370
TELEFONES	(18) 3621-2782
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	licitacao2@kcrequipamentos.com.br
REPRESENTANTE/CARGO	Karen Cristiane Ribeiro Stanicheski

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**E. Dantas Brandão LTDA**
CNPJ	14.222.220/0001-74
INSCRIÇÃO ESTADUAL	19.493.705-4
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	4366514
ENDEREÇO	Av. São Francisco, 1800, Bairro: Tancredo Neves Teresina – PI, CEP: 64076-038
TELEFONES	(86) 3235-7471
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	distrimoveispi@gmail.com
REPRESENTANTE/CARGO	Emanuel Dantas Brandão - Administrador

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**VMLX Eletrônicos EIRELI**
CNPJ	03.800.477/0001-40
INSCRIÇÃO ESTADUAL	254.084.060
ENDEREÇO	Rua Luiz Cirimbelli, 1659, Sala: 02, Bairro: Imigrantes Turvo – SC, CEP: 88930-000

TELEFONES	(48) 3525-0688
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	licitacao@digiplus.com.br e licita@digiplus.com.br
REPRESENTANTE/CARGO	Maria Favarin Dandolini - Proprietária

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**Grumed Equipamentos Hospitalares LTDA**
CNPJ	24.325.538/0001-34
INSCRIÇÃO ESTADUAL	188.194.410.110
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	24879
ENDEREÇO	Rua Diamante, 175, Bairro: Jardim Jóia Arujá - SP - CEP: 07431-315
TELEFONES	(11) 4610-0112
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	www.grumed.com.br grumed.equipamentos@gmail.com
REPRESENTANTE/CARGO	Acir Xavier – Diretor Administrativo

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**Rednov Ferramentas LTDA**
CNPJ	45.769.285/0001-68
INSCRIÇÃO ESTADUAL	261613057
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	155834
ENDEREÇO	Rua Berta Mette, 149, Itoupavazinha Blumenau / SC CEP: 89066-530
TELEFONES	(47) 3057-392
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	propostas@rednov.com.br atas@rednov.com.br empenhos@rednov.com.br
REPRESENTANTE/CARGO	Lenilso Luis da Silva - Gerente

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**BT Comércio Inteligente LTDA**
CNPJ	45.329.312/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL	083865438
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	4756721
ENDEREÇO	Av. Setecentos, S/N, Sala 04, Galpão 17, Módulos 13 e 14, Terminal Intermodal da Serra Serra – ES CEP: 29161-414
TELEFONES	Licitação: (49) 99132-9784 Vendas, Pedidos, Entregas: (49) 99101-6626

SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	licitacao.btcomercio@gmail.com compras@btcomint.com.br
REPRESENTANTE/CARGO	Lucas Griebeler Sandi - Administrador

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**GO Vendas Eletrônicas LTDA**
CNPJ	36.521.392/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL	084.019.40-9
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	4756222
ENDEREÇO	Rua Samuel Meira Brasil, 394, Sala 109, Bairro: Taquara II Serra – ES CEP: 29167-650
TELEFONES	Vendas/pedidos e entregas (49) 98801-0233 ou (49) 99156-4246
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	licitacao@govendasonline.com.br
REPRESENTANTE/CARGO	Gustavo Oliveira – Titular

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**Davanti Máquinas, Móveis e Equipamentos Industriais LTDA**
CNPJ	44.259.236/0001-12
INSCRIÇÃO ESTADUAL	748.406.954.111
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	50998
ENDEREÇO	Rua Imperatriz Tereza Cristina, 866, Bairro: Jd. Amanda I Hortolândia – SP CEP 13188-072
TELEFONES	(19) 3897-1173
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	contato@danfessi.com.br

REPRESENTANTE/CARGO	Lorena Fernanda Dantas Ferreira – Sócia Administradora

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**Castro Equipamentos LTDA**
CNPJ	42.753.718/0001-07
INSCRIÇÃO ESTADUAL	13.998.927-7
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	734886664
ENDEREÇO	Rua das Papoulas, 348, Quadra 21, Sala: “A”, Bairro: Jardim Cuiabá Cuiabá - MT CEP: 78043-138
TELEFONES	(65) 4042-0502 / (65) 99909-5360
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	accomercio4@gmail.com
REPRESENTANTE/CARGO	Paulo Henrique Andreani Araújo – Sócio Administrador

EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS	**LicitaSP Distribuidor de Equipamentos Sociedade Unipessoal LTDA**
CNPJ	48.277.417/0001-22
INSCRIÇÃO ESTADUAL	138.023.676.116
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	7.481.873-2
ENDEREÇO	Rua Vicente Soares da Costa, 132, Anexo 136, Bairro: Jardim Primavera São Paulo SP CEP 02755-000
TELEFONES	(11) 3932-4518 e (11) 98608-8112
SÍTIO ELETRÔNICO/ENDEREÇO ELETRÔNICO(E-MAIL)	licitaspdistribuidor@outlook.com
REPRESENTANTE/CARGO	Jefferson Aparecido da Costa Pessoa - Sócio Proprietário

• ÓRGÃO GERENCIADOR: O Órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos deste Pregão Eletrônico nº 03/2024-SESAPI e o respectivo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente será a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI por intermédio da Diretoria de Unidade de Administração (DUAD/GA/LIBERAÇÃO);

• A empresa detentora da expectativa do direito de contratar com a Administração poderá ser convocada de acordo com cada necessidade Administrativa, observada a demanda exigida e prazo para atendimento conforme exigências do Edital e Ata de Registro de Preços Geral, a qual fica recepcionada como neste extrato transcrita;

• A liberação e consequente Contrato Administrativo ou instrumento congênere (AC) ficarão

adstritos a indicação de dotação orçamentária para a consequente despesa em conformidade com o planejamento realizado pelo setor requisitante, depois de ouvido o órgão gerenciador para efeito de controle das quantidades licitadas e emissão das respectivas liberações, conforme seja cada caso;

• O Setor requisitante fará a requisição (pedido) do objeto conforme a sua necessidade pontual, observando sempre as condições do Extrato, os itens e respectivas especificações, levando-se em consideração as quantidades definidas no Termo de Referência (TR) e demais disposições da Ata de Registro Geral;

• Os preços registrados são os máximos admitidos, devendo a contratação ser precedida de pesquisa de preços no mercado, na forma prevista no art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 12 do Decreto Estadual n. 11.319/2004;

• A Ata de Registro Geral nº XVII/2024 – SESAPI integra este Extrato como se nele estivesse transcrita, produzindo todos os efeitos legais, vinculada que está ao Processo Administrativo SEI – PI nº 00012.034058/2022-31.

ANTÔNIO LUIZ SOARES SANTOS

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13627, datada de 20 de maio de 2024.)

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2024	
Nº do processo SEI	**00118.003297/2023-42**
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	**24007284**
Modalidade de licitação (se for o caso)	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO N. 11/2023/SEAD-PI**
Fundamento legal	**Lei nº 14.133/2021**

Contratante	**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ADH**
Codificação da UG no SIAFE	**45202**
Contratado	**EMPRESA DENTECK LTDA**
CNPJ/CPF do Contratado	**11.319.557/0003-78**
Resumo do objeto do contrato	**Contratação de empresa especializada na aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortina de ar e climatizador, com serviços de instalação, a fim de atender às necessidades da Agência de Desenvolvimento Habitacional- ADH.**
Prazo de vigência	**12 MESES (20 de MAIO DE 2024 a 20 DE MAIO DE 2025)**
Data de assinatura do contrato	**20 de MAIO de 2024**
Valor global	**R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).**
Fonte de Recursos	**500**
Natureza da Despesa	**449052 - Equipamentos e Material Permanente**
Nº Nota de Reserva no SIAFE	**2024NR00067**
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	**2024RO03804**

Signatários do contrato	Pela Contratante: **CARLOS EDILSON RODRIGUES BARBOSA DE SOUSA** Pela Contratada: **PAULO RICARDO ARTUS**

Nome do gestor do órgão/entidade licitante

Cargo/Função do gestor

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2024	
Nº do processo SEI	**00118.003297/2023-42**
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	**24007284**
Modalidade de licitação (se for o caso)	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO N. 11/2023/SEAD-PI**
Fundamento legal	**Lei nº 14.133/2021**
Contratante	**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ADH**
Codificação da UG no SIAFE	**45202**
Contratado	**EMPRESA DENTECK LTDA**
CNPJ/CPF do Contratado	**11.319.557/0003-78**
Resumo do objeto do contrato	**Contratação de empresa especializada na aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortina de ar e climatizador, com serviços de instalação, a fim de atender às necessidades da Agência de Desenvolvimento Habitacional- ADH.**
Prazo de vigência	**12 MESES (20 de MAIO DE 2024 a 20 DE MAIO DE 2025)**
Data de assinatura do contrato	**20 de MAIO de 2024**
Valor global	**R$ 15.050,00 (quinze mil cinquenta reais)**
Fonte de Recursos	**500**
Natureza da Despesa	**449052 - Equipamentos e Material Permanente**
Nº Nota de Reserva no SIAFE	**2024NR00067**
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	**2024RO03804**
Signatários do contrato	Pela Contratante: **CARLOS EDILSON RODRIGUES BARBOSA DE SOUSA** Pela Contratada: **PAULO RICARDO ARTUS**

Nome do gestor do órgão/entidade licitante

Cargo/Função do gestor

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2024	
Nº do processo SEI	**00118.003297/2023-42**
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	**24007284**
Modalidade de licitação (se for o caso)	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO N. 11/2023/SEAD-PI**
Fundamento legal	**Lei nº 14.133/2021**
Contratante	**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ADH**
Codificação da UG no SIAFE	**45202**
Contratado	**EMPRESA DENTECK LTDA**
CNPJ/CPF do Contratado	**11.319.557/0003-78**
Resumo do objeto do contrato	**Contratação de empresa especializada na aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortina de ar e climatizador, com serviços de instalação, a fim de atender às necessidades da Agência de Desenvolvimento Habitacional- ADH.**
Prazo de vigência	**12 MESES (20 de MAIO DE 2024 a 20 DE MAIO DE 2025)**
Data de assinatura do contrato	**20 de MAIO de 2024**

Valor global	**R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)**
Fonte de Recursos	**500**
Natureza da Despesa	**449052 - Equipamentos e Material Permanente**
Nº Nota de Reserva no SIAFE	**2024NR00067**
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	**2024RO03804**
Signatários do contrato	Pela Contratante: **CARLOS EDILSON RODRIGUES BARBOSA DE SOUSA** Pela Contratada: **PAULO RICARDO ARTUS**

Nome do gestor do órgão/entidade licitante

Cargo/Função do gestor

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2024	
Nº do processo SEI	**00118.003297/2023-42**
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	**24007284**
Modalidade de licitação (se for o caso)	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO N. 11/2023/SEAD-PI**
Fundamento legal	**Lei nº 14.133/2021**
Contratante	**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ADH**
Codificação da UG no SIAFE	**45202**
Contratado	**EMPRESA DENTECK LTDA**
CNPJ/CPF do Contratado	**11.319.557/0003-78**

Resumo do objeto do contrato	**Contratação de empresa especializada na aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortina de ar e climatizador, com serviços de instalação, a fim de atender às necessidades da Agência de Desenvolvimento Habitacional- ADH.**
Prazo de vigência	**12 MESES (20 de MAIO DE 2024 a 20 DE MAIO DE 2025)**
Data de assinatura do contrato	**20 de MAIO de 2024**
Valor global	**R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**
Fonte de Recursos	**500**
Natureza da Despesa	**449052 - Equipamentos e Material Permanente**
Nº Nota de Reserva no SIAFE	**2024NR00067**
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	**2024RO03804**
Signatários do contrato	Pela Contratante: **CARLOS EDILSON RODRIGUES BARBOSA DE SOUSA** Pela Contratada: **PAULO RICARDO ARTUS**

Nome do gestor do órgão/entidade licitante

Cargo/Função do gestor

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2024	
Nº do processo SEI	**00118.003297/2023-42**
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	**24007284**
Modalidade de licitação (se for o caso)	**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 DO PREGÃO N. 11/2023/SEAD-PI**
Fundamento legal	**Lei nº 14.133/2021**
Contratante	**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ADH**
Codificação da UG no SIAFE	**45202**
Contratado	**EMPRESA DENTECK LTDA**
CNPJ/CPF do Contratado	**11.319.557/0003-78**
Resumo do objeto do contrato	**Contratação de empresa especializada na aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortina de ar e climatizador, com serviços de instalação, a fim de atender às necessidades da Agência de Desenvolvimento Habitacional- ADH.**
Prazo de vigência	**12 MESES (20 de MAIO DE 2024 a 20 DE MAIO DE 2025)**
Data de assinatura do contrato	**20 de MAIO de 2024**
Valor global	**R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)**
Fonte de Recursos	**500**

Natureza da Despesa	**449052 - Equipamentos e Material Permanente**
Nº Nota de Reserva no SIAFE	**2024NR00067**
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	**2024RO03804**
Signatários do contrato	Pela Contratante: **CARLOS EDILSON RODRIGUES BARBOSA DE SOUSA** Pela Contratada: **PAULO RICARDO ARTUS**

Nome do gestor do órgão/entidade licitante

Cargo/Função do gestor

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13629, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DEAUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240507.00019.A.A.009 (173/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.020608/2024-05

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: 3ª DISTRIGOLD DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF da Contratada: 18.090.286/0001-09

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 16 de maio de 2024

Valor: R$ 85.649,85 (oitenta e cinco mil seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Larissa Borges Teixeira (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13630, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DEAUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240507.00019.A.A.011 (175/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.020610/2024-76

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: ERIKA FARIAS VELOSO DE OLIVEIRA LTDA (HEALTH MED).

CNPJ/CPF da Contratada: 17.071.690/0001-72

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 16 de maio de 2024

Valor: R$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Érika Farias Veloso De Oliveira (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13631, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DEAUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240507.00019.A.A.012 (176/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.020611/2024-11

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: MEDSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF da Contratada: 16.646.281/0001-94

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 16 de maio 2024

Valor: R$ 108,00 (oito reais)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Érika Farias Veloso De Oliveira (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13635, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER-PI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2024

PROCESSO SEI: n° 00016.000012/2024-41.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24008610.

MODALIDADE: Concorrência nº 010/2024.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATA: L F S CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ: 47.075.962/0001-73

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PISTA DE COOPER NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS - PI. TRECHO: MARGEM DIREITA DO RODOANEL, SENTIDO PI 113 A SAÍDA PARA CABECEIRAS -PI – 3,05 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 1.956.540,77 (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta reais e setenta e sete centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00271.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04919.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e LASTHENIA FONTINELLE SOUSA DE ALMENDRA FREITAS (Representante Legal/ L F S CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.).

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13640, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PIAUÍ-FUNDESPI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 19/2023

Nome do Contratante: **SECRETARIA DOS ESPORTES - SECEPI**

CNPJ da Contratante: 49.497.879/0001-18

Nome da Contratada: **AVANT ENGTECH LTDA**

CNPJ da Contratada: 08.974.524/0001-95

Objeto do Contrato: **REVITALIZAÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL DEUSDETH MELO, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI**

Processo Administrativo: 00337.000414/2023-31

RESUMO DO OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto modificar a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, do Contrato nº. 19/2023, aditando o prazo de **EXECUÇÃO** por 180 (cento e oitenta) dias, contados de 15/04/2024 a 12/10/2024, conforme faculta a legislação vigente.

Data da Assinatura do Aditivo: 14 de abril de 2024.

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **JOSIENE MARQUES CAMPELO**

Pela Contratada: **MARIA LUIZA ARAGAO PIRES FERREIRA**

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13642, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ - SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 203/2022

Nº do Processo SEI: 00152.000233/2022-92.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: Construtora Betesda Ltda.

CNPJ da Contratada: 13.504.542/0001-43.

Resumo do objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 203/2022, por mais 105 (cento e cinco) dias, destinado à execução das obras e serviços de Pavimentação em paralelepípedo de 9.030,00m², em vias públicas do Município de Teresina-PI, conforme Art. 57, § 1º, III, da Lei nº 8.666/93, **até 29 de agosto de 2024**.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 16 de maio de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Marcia Maria Moura Paiva.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13644, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ - SDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (Cooperação Técnica)

ESPÉCIE: Declaração de anuência (Cooperação Técnica) entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SDE e o Município de Porto Alegre do Piauí, neste Estado.

OBJETO: Estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, com vistas a viabilizar os procedimentos necessários para Construção de dois Pontilhões (com área de 60,00m², cada, totalizando 120,00m²), às margens da PI-372, compreendendo o seguinte trecho: do acesso a sede do Município de Porto Alegre do Piauí até as Mineradoras de Calcário, neste Estado, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SDE.

DATA DA ASSINATURA: 16 de abril de 2024.

SIGNATÁRIOS: Janainna Pinto Marques Tavares, Secretária de Estado do Desenvolvimento

Econômico - SDE e o Sr. Márcio Neiva Martins (pelo Município). Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí-PI.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13645, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PIAUÍ-SECULT

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 088/2024	
Nº do processo SEI	00022.000837/2024-86
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput,* da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	L E SILV D SILVA LTDA (L.E SERVIÇOS & PROJETOS)
CNPJ/CPF do Contratado	41.482.431/0001-19
Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **SEIS E MEIA PIAUÍ - EIXO SUL**, nos municípios de Floriano - PI e Teresina - PI, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)

Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)
Valor Global	R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00249
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04744
Nº Contrato no SIAFE	24008426

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

SECRETÁRIO DE CULTURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2024	
Nº do processo SEI	00022.000837/2024-86
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput*, da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	L E SILV D SILVA LTDA (L.E SERVIÇOS & PROJETOS)
CNPJ/CPF do Contratado	41.482.431/0001-19
Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **SEIS E MEIA PIAUÍ - EIXO SUL**, nos municípios de Floriano - PI e Teresina - PI, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Data de Assinatura	10/05/2024
Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)
Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)

Valor Global	R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00249
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04744
Nº Contrato no SIAFE	24008426

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

SECRETÁRIO DE CULTURA

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13646, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PIAUÍ-SECULT

TERMO DE RATIFICAÇÃO N° 054/2024	
Nº do processo SEI	00022.000533/2024-19
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput,* da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	ASSOCIAÇÃO DOS VAQUEIROS AMADORES DO PIAUI - AVAPI
CNPJ/CPF do Contratado	19.076.189/0001-24
Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **11º CIRCUITO AVAPI**, no município de Teresina - PI, no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)

Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)
Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)
Valor Global	R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00181
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04471
Nº Contrato no SIAFE	24007635

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

Secretário de Estado de Cultura

EXTRATO DE CONTRATO N° 054/2024	
Nº do processo SEI	00022.000533/2024-19
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput,* da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	ASSOCIAÇÃO DOS VAQUEIROS AMADORES DO PIAUI - AVAPI
CNPJ/CPF do Contratado	19.076.189/0001-24
Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **11º CIRCUITO AVAPI**, no município de Teresina - PI, no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
Data de Assinatura	

Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)
Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)
Valor Global	R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00181
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04471
Nº Contrato no SIAFE	24007635

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

Secretário de Estado de Cultura

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13649, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

EXTRATO DO CONTRATO Nº60/2024	
Processo Administrativo SEI	00011.026484/2024-73
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	23004264
Modalidade de Licitação	RDC 41/2023
Fundamento Legal	Lei 12.462/11, Dec. Federal 7.581/11 e Lei 8.666/93, Lei complementar nº123/06 e Dec. Estadual nº 16.212/15.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	J. E. ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO LTDA CNPJ: 00.255.269/0001-19
Objeto	Construção de Quadra coberta e paisagismo no CETI Pires de Castro, em Teresina - PI
Prazo de Vigência	31/12/2025
Prazo de Execução	360 (trezentos e sessenta) dias
Data de Assinatura	17 /05/2024
Valor Global	C (um milhão, cento e sessenta e dois mil quinhentos e noventa e um reais e noventa e um centavos)
Dotação Orçamentária	Gestão/Unidade: 14102Programa de Trabalho: 12.368. 0102. 5110
Fonte de Recursos	544-- Recursos de Precatórios do FUNDEF
Natureza da Despesa	44.90.51 – Obras e Instalações
Nota de Reserva no SIAFE	2024NR01209
Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04314

Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho – Secretário Sra. ELENA MORAIS DE SOUSA– Representante

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 383/2024

Teresina (PI), 25 de Abrilde 2024

Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato Nº 060/2024, referenteRDC 41/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual. *RESOLVE:* **Art. 1º** - Designar os servidores abaixo especificados para desempenhar as funções de gestão e de fiscalização do **Contrato nº 60/2024**, celebrado entre a **SEDUC** e a empresa **JE ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO LTDA ,** que trata da **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, **execução da obra de Construção de Quadra coberta e paisagismo no CETI Pires de Castro, em Teresina - PI, ,** no bojo do **RDC 41/2023.**

NOME DO SERVIDOR	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	EMAIL
ANDERSON HONÓRO DA ROCHA	**FISCAL**	828232-3	049.XXX.883-XX	(86) X X 21-34XX	andersonrocha@seduc.pi.gov.br
ENRICO DOS REIS E FREITAS DIAS	**FISCAL**	373009-3	017.XXX.713-XX	(86)XXX40-039XX	enrico_dias@hotmail.com
LUIZFERNANDO SEIXAS CURY DA COSTA	**GESTOR**	402287-4	037.XXX.343-XX	(86) XXX07-11XX	luizcosta@seduc.pi.gov.br

Parágrafo Único. Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.093/2013.

Art. 2º - Determinar que os fiscais devam informar ao Gestor dos Contratos sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Art. 3° - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ Teresina (PI), 25 de Abril de 2024.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho
Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13652, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEPLAN

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 003/2024

NÚMERO SEI: 00017.002476/2023-09

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 003/2024

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPLAN/PI), CNPJ Nº 06.553.523/0001-41 E O INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ (INTERPI), CNPJ Nº 06.718.282/0001-43.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 184 DA LEI Nº 14.133/2021; DECRETO ESTADUAL Nº 12.440/2006; INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2009

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO ESTABELECER A COOPERAÇÃO TÉCNICA – ADMINISTRATIVA INTERINSTITUCIONAL ENTRE OS PARTÍCIPES, VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS QUE ASSEGUREM A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO ÂMBITO DO PROJETO PIAUÍ PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL – FASE 2 – PILARES II, A SER FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ E O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (DORAVANTE BIRD OU BANCO MUNDIAL) DE INTERESSE MÚTUO, ESPECIFICAMENTE, NO QUE TANGE À EXECUÇÃO DO COMPONENTE 1 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 2024

VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) MESES

SIGNATÁRIOS: WASHINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM - SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ – SEPLAN E RODRIGO RIBEIRO COSTA CAVALCANTE – DIRETOR – GERAL DO INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ (INTERPI)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13653, datada de 20 de maio de 2024.)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS-CDTER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2024 REPUBLICADO *

Nº do processo SEI	00347.000162/2023-21
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23004157
Modalidade de licitação (se for o caso)	Concorrência
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Territórios - CDTER
Codificação da UG no SIAFE	110121
Contratado	LGF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	34.219.868/0001-07
Resumo do objeto do contrato	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SUSSUAPARA (PI)
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	90 (noventa) dias
Data de assinatura do contrato	05 de março de 2024
Valor global	R$ 727.175,84 (setecentos e vinte e sete mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
Dotação orçamentária	04.122. 0106. 5033
Fonte de Recursos	754 - Recursos de Operações de Crédito
Natureza da Despesa	449051 - Obras e Instalações
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00072
Nº de Reserva Orçamentária	2024RO04114
Signatários do contrato	Pela Contratante: Raimundo Nonato Fontenele Cardoso Pela Contratada: Lucas Rodrigues Gayoso Freitas

(*) Republicado por incorreção - Publicação anterior DOE/PI, Ed. nº 48, de 07/03/2024, pág. 262.

Raimundo Nonato Fontenele Cardoso

Coordenador Geral da CDTER

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13655, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ-DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2024

PROCESSO SEI: nº 00016.002145/2023-71.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 23005357

MODALIDADE: Concorrência nº 009/2024.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: CERRO CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÃO LTDA., CNPJ:32.405.756/0001-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA – PI, COM OS SEGUINTES TRECHOS: TRECHO 01: ENTR.PI-130 / LAGOA SECA, TRECHO 02 - ENTR. PI-130/LAGOA NOVA, TRECHO 01: ENTR.PI-130 / LAGOA SECA, TRECHO 02 - ENTR. PI-130/LAGOA NOVA, TRECHO 03: ENTR. PI-130 /ALTAMIRA, TRECHO 04: LAGOA NOVA/ ABÓBORA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA - PI, TOTALIZANDO 32,13 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 2.059.149,49 (dois milhões, cinquenta e nove mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00273.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04915.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e JOSÉ BEZERRA VERAS JUNIOR (Representante Legal/ CERRO CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÃO LTDA.).

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13657, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ– SEAD

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021	
N° do processo SEI	SEI nº 00002.005067/2023-15
N° Automático de Contrato no SIAFE-PI	21004770
Modalidade de licitação	Pregão Eletrônico nº 008/2020 DL/SLC/SEADPREV
Fundamento legal	Lei nº 8666/1993 e Lei nº 10.520/2002
Nome do Locatário	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEAD

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021	
Codificação da UG	210101
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome do Contratado	SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ do Contratado	10.013.974/0001-63
Resumo do objeto do aditivo	O presente Termo Aditivo tem por objeto a Repactuação dos valores referentes à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada.
Prazo de vigência	12 (doze) meses,(04/10/2023 a 04/10/2024).
Prazo de execução	---
Data de assinatura do aditivo	14/05/2024
Valor global	R$ 6.663.634,08 (seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil seiscentos e trinta e quatro reais e oito centavos).
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339037
Dotação orçamentária	Unidade Orçamentária: 210101 Programa de trabalho: 04.122. 0109. 2000
N° nota de Reserva no SIAFE	2024NR00193
N° Autorização de Reserva Orçamentária	2024RO04643
Signatários do aditivo	Pelo Contratante: SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO Pela Contratado: DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

Secretário de Administração

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13659, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ-DER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2024

PROCESSO SEI: nº 00016.002411/2023-65.

NÚMERO AUTOMÁTICO SIAFE: 24008614.

MODALIDADE: Concorrência nº 007/2024.

UNIDADE GESTORA: 460201 – DER

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ (DER-PI). CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLUÇÃO LTDA., CNPJ: 24.667.970/0001-03.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI, COM SEGUINTES TRECHOS, TRECHO 01 – RIACHO DE CIMA, RIACHO DO MEIO, RIACHO PEQUENO E BAFUTE (24,2 KM), TRECHO 02 – RIACHO PEQUENO (5,4 KM), COM EXTENSÃO TOTAL DE 29,6 KM.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA: 20 de maio de 2024.

VALOR: R$ 1.353.942,99 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Nº DA NOTA DE RESERVA: 2024NR00274.

Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2024RO04918.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 754-7; Projeto/Atividade – 26.782.0105.5084; Natureza da Despesa – 44.90.51 - Obras e Instalações.

ASSINATURAS: LEONARDO SOBRAL SANTOS (Diretor Geral do DER/PI) e FELIPE DE SANTANA MACHADO (Representante Legal/CONSTRUTORA SOLUÇÃO LTDA).

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13660, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2024-SETUR.	
Nº do Processo SEI	00153.001247/2023-02.
Modalidade de Licitação	TOMADA DE PREÇOS.
Tipo de Licitação	MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Fundamento Legal	Lei n° 8.666/93.
Nome do Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR.
Resumo do resultado do Julgamento das Propostas.	A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR, no uso de sua competência, COMUNICA, após o relatório de análise e julgamento das propostas das empresas participantes da Tomada de Preços nº 026/2024-SETUR, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução de obras e serviços de recuperação de estrada vicinal no município de Valença-PI, **torna público, no presente meio oficial de divulgação, que DECIDIU:** 1. Pela ACEITABILIDADE DA PROPOSTA da empresa F ARMANDO RIBEIRO FILHO, inscrita no CNPJ sob o nº 10.949.227/0001-31, pelos motivos destacados no Relatório de Análise das Propostas (Documento SEI nº 012583412), tendo atendido a todas as exigências e condições do Edital. 2. Pela DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS das empresas CONSTRUIR CONSTRUCAO, LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.525.283/0001-49; CONSTRUTORA CONSTRUBEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.733.336/0001-57; CONSTRUTORA ENTRE RIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.013.115/0001-09, pelos motivos destacados no Relatório de Análise das Propostas (Documento SEI nº 012583412), não tendo atendido a todas as exigências e condições do Edital. Nesse sentido, torna público que foi considerada como vencedora do certame, por ter ofertado o menor preço, a empresa F ARMANDO RIBEIRO FILHO, inscrita no CNPJ sob o nº 10.949.227/0001-31, pelo valor de R$ 412.295,76 (quatrocentos e doze mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos).Os autos se encontram com vista franqueada aos interessados por meio do Processo SEI nº 00153.001247/2023-02 e ainda na CPL/SETUR, situada à Avenida Marechal Castelo Branco nº 1275, Centro de Convenções, Bairro Cabral, CEP 64.002-830.A partir da data desta publicação abre-se prazo recursal, conforme item 12 do Edital, observando o disposto no Art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

Teresina-PI, 20 de maio de 2024.

João Angeline da Silva Júnior

Diretor de Licitações/SETUR

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13669, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC

EXTRATO CONTRATO N° 125/2024

NÚMERO PROCESSO SEDEC SEI:	00013.000084/2024-18
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA LICITAÇÃO N°058/2024 – CPL/SEDEC
FUNDAMENTO LEGAL	ART. 24, IV DA LEI Nº 8.666/93.
CONTRATANTE	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC
CNPJ DO CONTRATANTE	08.789.777/0001-99
CONTRATADO	PAULO JOSE DA COSTA
CPF DO CONTRATADO	***.725.421-**
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA CONSUMO HUMANO, ATRAVÉS DE CARROS PIPA, NO MUNICÍPIO DE PIO IX – PI
PRAZO DE VIGÊNCIA:	01 (UM) ANO
PRAZO DE EXECUÇÃO:	60 (SESSENTA) DIAS
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	11 DE MARÇO DE 2024
VALOR MENSAL DO CONTRATO	R$ 9.216,00 (NOVE MIL DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS)
FONTE DE RECURSO	500
NATUREZA DA DESPESA	339036
N° DA NOTA DE RESERVA	2024NR00035
N° DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA	2023RO08301
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	PELA CONTRATANTE: JOSE ICEMAR LAVOR NERI PELA CONTRATADA: PAULO JOSE DA COSTA

JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO PIAUÍ

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13681, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PIAUÍ - FUNDESPI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 24/2023

Nome do Contratante: **SECRETARIA DOS ESPORTES - SECEPI**

CNPJ da Contratante: 49.497.879/0001-18

Nome da Contratada: **ICARO GUEDES ALCOFORADO COSTA LTDA (GUEDES CONSTRUÇÕES)**

CNPJ da Contratada: 36.563.839/0001-85

Objeto do Contrato: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA POTYCABANA EM TERESINA-PI**

Processo Administrativo: 00337.000608/2023-37

RESUMO DO OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto modificar a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, do Contrato nº. 24/2023, aditando o prazo de **EXECUÇÃO** por 120 (cento e vinte) dias, contados de 24/03/2024 a 22/07/2024, conforme faculta a legislação vigente.

Data da Assinatura do Aditivo: 23 de março de 2024.

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **JOSIENE MARQUES CAMPELO**

Pela Contratada: **ICARO GUEDES ALCOFORADO COSTA**

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13682, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC

EXTRATO CONTRATO N° 126/2023

NÚMERO PROCESSO SEDEC SEI:	00013.000086/2024-15
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA LICITAÇÃO N° 056/2024 – CPL/SEDEC
FUNDAMENTO LEGAL	ART. 24, IV DA LEI Nº 8.666/93.
CONTRATANTE	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC
CNPJ DO CONTRATANTE	08.789.777/0001-99
CONTRATADO	DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS
CPF DO CONTRATADO	***261.913 -**

RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA CONSUMO HUMANO, ATRAVÉS DE CARROS PIPA, NO MUNICÍPIO DE PIO IX-PI.
PRAZO DE VIGÊNCIA:	01 (UM) ANO
PRAZO DE EXECUÇÃO:	60 (SESSENTA) DIAS
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	11 DE MARÇO DE 2024
VALOR MENSAL DO CONTRATO	R$ 9.216,00 (NOVE MIL DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS)
FONTE DE RECURSO	500
NATUREZA DA DESPESA	339036
N° DA NOTA DE RESERVA	2024NR00035
N° DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA	2023RO08301
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	PELA CONTRATANTE: JOSE ICEMAR LAVOR NERI PELA CONTRATADA: DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS

JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO PIAUÍ

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13683, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ-IDEPI

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO

ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 156/2021

PROCESSO SEI: Nº 00119.000559/2024-98

PROCESSO LICITATÓRIO: CONCORRÊNCIA Nº 042/2021

CONTRATO: Nº 099/2022

CONTRATANTE: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ-IDEPI, CNPJ Nº 09.034.960/0001-47

CONTRATADA: R. ALMEIDA MACHADO FILHO, CNPJ: 23.612.847/0001-22

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 65, I, "B" DA LEI 8.666/93.

OBJETO: ALTERAÇÃO QUANTITATIVA DO CONTRATO Nº **099/2022,** RELATIVO AOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO, ÁREA: 5.661,88M^2, NO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI, CONVÊNIO Nº: CV Nº 7.048.00/2020, SICONV 899540/2020 – CODEVASF. O CONTRATO TERÁ O ACRÉSCIMO DE 18,41**%** (DEZEITO INTEIROS E QUARENTA E UM MILÉSIMOS POR CENTO) AO VALOR DO CONTRATO, CORRESPONDENTE À QUANTIA DE **R$ 71.845,91** (SETENTA E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) E SUPRESSÃO DE **24,73%** (VINTE E QUATRO INTEIROS E SETENTA E TRÊS MILÉSIMOS POR CENTO), CORRESPONDENTE À QUANTIA DE **R$ 96.538,60** (NOVENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS). COM O VALOR A MENOR DE **R$ 24.692,69** (VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), O VALOR DO CONTRATO PASSARÁ PARA **R$ 365.659,63** (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

RATIFICAÇÃO: FICAM RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO Nº 099/2022, RESPEITADAS AS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

DATA DA ASSINATURA: 17/05/2024

SIGNATÁRIOS: FELIPE DE MELO EULÁLIO - PELA CONTRATANTE E RENATO ALMEIDA MACHADO FILHO – PELA CONTRATADA.

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13685, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ-SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 46/2023

Nº do Processo SEI: 00152.000625/2022-51.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: Prada Locações de Veículos & Construções EIRELI.

CNPJ da Contratada: 35.157.141/001-05.

Resumo do objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 46/2023, por mais 90 (noventa) dias, destinado à execução dos serviços de Pavimentação em paralelepípedo de 5.085,00m², em vias públicas do Município de Angical do Piauí-PI, conforme Art. 57, § 1º, III, da Lei

nº 8.666/93, **até 30 de agosto de 2024**.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 02 de maio de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Eduardo Kilson Bezerra de Souza.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13689, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO, MINERAÇÃO E ENERGIAS RENOVÁVEIS0-SEDRAMER

Nº Processo SEI: 00299.000282/2023-41

Extrato para Publicação – Contrato N.º 28/2024

Modalidade de licitação: Concorrência nº 04/2024

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93

Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis

CNPJ Contratante: 14.862.788/0001-50

Contratada: ATLANTA CONSTRUTORA LTDA

CNPJ Contratada: 45.974.709/0001-26

Objeto: Execução dos serviços de recuperação de 7,50 km de estradas vicinais no Município de Santo Antônio de Lisboa – PI.

Valor: R$ 475.255,30

Data Assinatura Contrato: 16/05/2024

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Prazo de execução: 90 (noventa) dias

Classificação orçamentária: 50101

Fonte de Recurso: 754

Natureza da Despesa: 4.4.90.51

Programa de trabalho: 25.782.0105.5067

N° nota de Reserva no SIAFE: 2024NR00073

N° Autorização de Reserva Orçamentária SEFAZ: 024RO04756

Signatário do Contrato pelo Contratante: Paula Jeanne de Lima Sampaio

Signatário do Contrato pela Contratada: Francisco das Chagas Silveira da Silva Júnior

Paula Jeanne Rosa de Lima Sampaio

Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13692, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 00002.20240429.00016.A.A.002 (128/2024/DUAB/GCON/COSEF)

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00012.018846/2024-42

Nome do Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ – SESAPI

CNPJ do Contratante: 06.553.564/0001-38

Nome da Contratada: CALL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA

CNPJ/CPF da Contratada: 05.106.015/0001-52

Resumo do Objeto da Autorização de Compra: O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Especializadas para o fornecimento de MEDICAMENTO HOSPITALARES, a fim de atender as necessidades de 33 (trinta e três) Unidades Hospitalares do Estado do Piauí.

Fundamento Legal: artigo 79, III da Lei n° 14.133/2021 c/c decreto estadual nº 21.872/2023.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência até a conclusão final do seu escopo com prazo máximo de 30 (trinta) dias. Artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

Data da Assinatura da Autorização de Compra: 08 de maio de 2024

Valor: R$ 3.404.642,00 (três milhões, quatrocentos e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais)

Fonte de Recurso: 500/600/659

Unidade Orçamentária: 170101

Natureza de Despesa: 339030

Signatário da Autorização de Compra:

Contratante: Antônio Luiz Soares Santos (Secretário de Estado da Saúde)

Contratada: Rodrigo Dias (Representante)

Antônio Luiz Soares Santos

(Secretário de Estado da Saúde)

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 13699, datada de 20 de maio de 2024.)

TERMOS DE RATIFICAÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ-PGE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 006/2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem, conforme o art. 6º, IV da Lei Complementar nº 56, de 01 de novembro de 2005, resolve:

Ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação constante no Processo SEI nº 00003.001566/2023-23, com base no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com o Parecer Referencial PGE 17-2024 (012320139) e SEFAZ: Autorização de Reserva Orçamentária (012397292), franqueando a contratação direta em favor de:

SOGRAFICA SOBRAL GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **00.200.508/0001-33**, no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais) referente à aquisição de material de expediente e escritório (pastas e blocos de notas personalizados), conforme condições constantes no Termo de Referência PGE-PI/GAB/UAF/CLICITA (010676098).

Unidade Orçamentária: 36101

Elemento de Despesa: 339030 - Material de Consumo

Teresina-PI, 17 de maio de 2024.

FRANCISCO GOMES PIEROT JUNIOR
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ-PGE

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nº do processo SEI	00003.005684/2023-19
Unidade Gestora	360101
Emissor	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Credor	SOGRAFICA SOBRAL GRAFICA LTDA
CNPJ do Credor	00.200.508/0001-33
Nota de Reserva	2024NR00086
Programa de Trabalho	04.122. 0109. 2000
Fonte de Recursos	500
Natureza da Despesa	339030 - Material de Consumo
Valor	R$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Descrição	Aquisição de material de expediente e escritório (pastas e blocos de notas personalizados)
Contratante	FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR
Contratado	SOGRAFICA SOBRAL GRAFICA LTDA

NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA
Diretor de Gestão – UAF

PGE-PI

(Transcrição da nota TERMOS DE RATIFICAÇÃO de Nº 13541, datada de 20 de maio de 2024.)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍSECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE Nº TERMO DE RATIFICAÇÃO DEINEXIGIBILIDADE	
Nº do processo SEI	00095.004392/2023-79
Nº Automático de Cadastro no SIAFE-PI	23005285/23005286
Fundamento legal	ART. 74, INCISO I , DA LEI 14.133/2021.
Contratante	SECRETARIA DE ESTAO DA JUSTIÇA
Codificação da UG noSIAFE	220101
Contratado	EMPRESA COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (CBC)
CNPJ/CPF do Contratado	57.494.031/0001-63
Resumo do objeto docontrato	Aquisição de munições calibres 5.56
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	12 meses
Valor global	R$ 75.875,00(setenta e cinco mil oitocentos e setenta ecinco reais)
Dotação orçamentária	06.421. 0103. 6093 06.122. 0109. 2000
Fonte de Recursos	FONTE 759 FONTE 501
Natureza da Despesa	339030
Nº Nota de Reserva noSIAFE	2024NR0001 2024NR00020 2024NR00097
Nº Nota Patrimonial noSIAFE	2024NR00020 2024NR00001

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA
DO PIAUÍ

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - SEJUS-PI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2024	
Nº do processo SEI	00095.004392/2023-79
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23005286
Modalidade de licitação (se for o caso)	**DISPENSA/INEXIGIBILIDADE**
Fundamento legal	ART. 74, INCISO I , DA LEI 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Justiça do Estado do Piauí - SEJUS/PI
Codificação da UG no SIAFE	220101 -
Contratado	EMPRESA COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (CBC)
CNPJ/CPF do Contratado	57.494.031/0001-63
Resumo do objeto do contrato	Aquisição de munições calibres 5.56
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Data de assinatura do contrato	03 de maio de 2024
Valor global	R$ 75.875,00 (setenta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Dotação orçamentária	06.421. 0103. 6093 06.122. 0109. 2000
Fonte de Recursos	501 759
Natureza da Despesa	339030
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR0001 2024NR00020 2024NR00097
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024NR00020 2024NR00001
Signatários do contrato	Pela Contratante: CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA Pela Contratada: JOÃO CARLOS SANCHEZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA *Secretário de Justiça do Estado do Piauí*	

(Transcrição da nota TERMOS DE RATIFICAÇÃO de Nº 13558, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PIAUÍ – SECULT

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 090/2024	
Nº do processo SEI	00022.000613/2024-74
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput,* da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA ARTE E DA CULTURA DO PIAUÍ (ASSAAC PIAUÍ
CNPJ/CPF do Contratado	07.148.770/0001-25
Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **MOSTRA DE CINEMA DE TERESINA - THEREcine**, no município de Teresina - PI, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)
Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)
Valor Global	R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00194
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04521
Nº Contrato no SIAFE	24007917

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

Secretário de Estado de Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PIAUÍ – SECULT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2024	
Nº do processo SEI	00022.000613/2024-74
Fundamento Legal	Artigo 74, *Caput,* da Lei nº 14.133/2021
Contratante	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	51101
Contratado	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA ARTE E DA CULTURA DO PIAUÍ (ASSAAC PIAUÍ
CNPJ/CPF do Contratado	07.148.770/0001-25

Resumo do Objeto do Contrato	Referente a realização do PATROCÍNIO para atender ao Projeto **MOSTRA DE CINEMA DE TERESINA - THEREcine**, no município de Teresina - PI, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Data de Assinatura	06/05/2024
Prazo de Vigência	120 (cento e vinte dias)
Prazo de Execução	120 (cento e vinte dias)
Valor Global	R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
Dotação Orçamentaria	XX/2024 – SECULT -PI/GAB/SUDARPI/GO
Fonte de Recurso	0500001001
Natureza da Despesa	3390.39
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00194
Nº Autorização no SIAFE	2024RO04521
Nº Contrato no SIAFE	24007917

CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

Secretário de Estado de Cultura

(Transcrição da nota TERMOS DE RATIFICAÇÃO de Nº 13613, datada de 20 de maio de 2024.)

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS - SASC

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2023	
Nº do processo SEI	00024.000021/2024-32
Nº de contrato no SIAFE-PI	23000937
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02.
Contratante	Secretaria Estadual da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.
CNPJ do Contratante	09.579.079/0001-21
Codificação da UG no Siafe	300101/30102
Contratado	CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ do Contratado	27.595.780/0001-16
Resumo do objeto do contrato	Prestação de serviços de locação de veículo tipo pick–up para atender a demanda da SASC e suas unidades.
Objeto do aditamento	Prorrogação da vigência por mais 12 meses, pelo período de 11/05/2024 a 11/05/2025.
Data de assinatura do contrato	10/05/2024
Dotação orçamentária	08.244.0104.6296 / 08.122.0109.2000
Fonte de recursos	500/759

Natureza da Despesa	339039
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00069 / 2024NR00207
Nº da Autorização de Reserva Orçamentária	2024RO04801 / 2024RO04802
Signatários do contrato	Pelo contratante: Maria Regina Sousa Pela contratada: Paulo Roberto Teixeira / Anselmo Tolentino Soares Júnior

Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13542, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ - DETRAN

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2021	
Nº do processo SEI	00030.003109/2024-27
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	21004465
Fundamento legal	**Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93**
Contratante	**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITOCNPJ nº: 06.535.926/0001-68**
Codificação da UG no SIAFE	**450201**
Contratado	SERVFAZ - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	XX.013.XXX/0001-XXXXX.569.XXX-09
Resumo do objeto do Termo	Prorrogação da vigência do Contrato nº 12/2021, relativo à contratação de empresa especializada em mão de obra terceirizada, por mais 12 (doze) meses, pelo período de 16/05/2024 a 16/05/2025.
Prazo de vigência	16 de Maio de 2024 a 16 de Maio de 2025.
Prazo de execução	12 (doze) meses.
Data de assinatura do contrato	15 de Maio de 2024.
Valor global	R$ 3.821.412,48 (três milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e oito centavos)
Dotação orçamentária	26.122. 0109. 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
Fonte de Recursos	501 - Outros Recursos não Vinculados
Natureza da Despesa	339037 - Locação de Mão-de-Obra
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR000342024NR00140
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04792
Signatários do contrato	Pela Contratante: LUANA MARIA MACHADO BARRADAS Pela Contratada: DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA

LUANA MARIA MACHADO BARRADAS

DIRETORA GERAL - DETRAN/PI

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13568, datada de 20 de maio de 2024.)

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTP

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2022	
Nº SEI do processo CFLP:	00301.000242/2023-11
Modalidade de licitação:	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2021
Fundamento legal:	Lei Federal de nº 13.303/16 Lei 10.024/19 e Lei nº 8.666/93
Contratante/CNPJ:	COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ – CFLP - CNPJ 34.972.075/0001-56
Codificação da UG no SIAFE:	460202
Contratado:	AVANT ENGTECH LTDA
CNPJ/CPF do Contratado:	26.738.842/0001-39
Resumo do objeto do aditivo ao contrato:	CLÁUSULA PRIMEIRA: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO PRORROGAR A VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 01 (UM) ANO, A CONTAR DE 18/05/2024 ATÉ 18/05/2025, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA SUPERESTRUTURA FERROVIÁRIA, DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E SEMAFÓRICA FERROVIÁRIA E DAS INSTALAÇÕES DA CFLP, LOTE II.
Valor:	Fica mantido o mesmo valor global original do contrato de R$ 1.143.680,85, (Um milhão, cento e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)
Nº da Reserva Orçamentaria:	2024RO04240
Data de assinatura do aditivo:	17 Maio 2024
Signatários do contrato:	Pela contratante WILSON NUNES MARTINS. Pela contratada: MARIA LUIZA ARAGAO PIRES FERREIRA.

WILSON NUNES MARTINS

DIRETOR PRESIDENTE DA CFLP

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTP

PORTARIA CFLP Nº077/2024 Teresina (PI), 20 de Maio de 2024.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor conforme discriminado abaixo para, em observância à legislação vigente, para atuar como Fiscal do 2º Aditivo ao Contrato n° 011/2022 – CFLP, celebrado entre a COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ e a AVANT ENGTECH LTDA, CNPJ sob o nº 26.738.842/0001-39, a seguir resumo do contrato;

PROCESSO SEI Nº: 00301.000242/2023-11, REF. LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº005/2021 – CFLP-PI,

ADITIVO: 2º AO CONTRATO Nº011/2022 – CFLP;

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO PRORROGAR A VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 01 (UM) ANO, A CONTAR DE 18/05/2024 ATÉ 18/05/2025, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA SUPERESTRUTURA FERROVIÁRIA, DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E SEMAFÓRICA FERROVIÁRIA E DAS INSTALAÇÕES DA CFLP, LOTE II.

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 17 DE MAIO DE 2024

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

FISCAL: CICERO ANDRADE NEIVA – MATRICULA Nº355283-7.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

WILSON NUNES MARTINS

DIRETOR PRESIDENTE DA CFLP

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13648, datada de 20 de maio de 2024.)

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2024

Nº do processo CFLP SEI:	00301.000010/2024-36
Modalidade de licitação:	ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº007/2023 ORIUNDO DO PREGÃO Nº004/2023/CLC/DPE/PI
Fundamento legal:	Lei Federal 13.303/2016
Contratante/CNPJ:	COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ – CFLP - CNPJ 34.972.075/0001-56.
Codificação da UG no SIAFE:	460202
Contratado:	C L BESERRA & CIA LTDA
CNPJ/CPF do Contratado:	07.239.237/0001-79

Resumo do objeto do contrato	CLÁUSULA PRIMEIRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDAS DA CFLP (EXPEDIENTE, LIMPEZA E OUTROS)
Prazo de vigência:	12 (doze) meses
Data de assinatura:	15 de Maio de 2024
O valor da contratação:	40.000,00 (quarenta mil reais)
Ação orçamentaria:	26.122. 0109. 2000
Natureza da Despesa:	33.90.30
Fonte de Recurso:	500
Nº da Nota de Reserva:	2024NR00078/2024NR00006
Nº da Reserva Orçamentaria:	2024RO04775
Signatários do contrato	Pela contratante: WILSON NUNES MARTINS. Pela contratada: CARMELIO LUSTOSA BESERRA.

WILSON NUNES MARTINS

Diretor-Presidente da CFLP

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTP

PORTARIA CFLP Nº078/2024 Teresina (PI), 20 de Maio 2024.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor conforme discriminado abaixo para, em observância à legislação vigente, para atuar como Fiscal do Contrato n° 011/2024 – CFLP, celebrado entre a COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE LOGÍSTICA DO PIAUÍ e a empresa C L BESERRA & CIA LTDA, CNPJ sob o nº 07.239.237/0001-79, a seguir resumo do contrato;

PROCESSO SEI Nº: 00301.000010/2024-36, REF. ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº007/2023 ORIUNDO DO PREGÃO Nº004/2023/CLC/DPE/PI

CONTRATO: 011/2024– CFLP;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDAS DA CFLP (EXPEDIENTE, LIMPEZA E OUTROS).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE MAIO DE 2024

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.

FISCAL DO CONTRATO: ZENON SOARES DE ARAUJO – MATRICULA Nº 022913-0.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

WILSON NUNES MARTINS

DIRETOR PRESIDENTE DA CFLP

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13651, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ - SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 210/2022

Nº do Processo SEI: 00152.000457/2022-02.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: Facilita Construtora Limitada.

CNPJ da Contratada: 43.499.747/0001-80.

Resumo do objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 210/2022, por mais 120 (cento e vinte) dias, destinado à execução dos serviços de Pavimentação em paralelepípedo de 6.000,00 m², em vias públicas, do Município de Pedro II-PI, conforme Art. 57, § 1º, III, da Lei nº 8.666/93, **até 28 de agosto de 2024**.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 30 de abril de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Luis Felipe Barbosa Batista (procurador).

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13664, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ O - SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 35/2023

Nº do Processo SEI: 00152.000202/2022-31.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: Concretizar Serviços de Manutenção e Limpeza Ltda.

CNPJ da Contratada: 24.109.950/0001-17.

Resumo do objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 35/2023, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, destinado a execução das obras e serviços de Pavimentação em paralelepípedo de 6.157,76 m², em vias públicas do Município de Colônia do Piauí-PI, conforme art. 57, § 1º, III, da Lei nº 8.666/93, **até 17 de setembro de 2024**.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 20 de abril de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Higo Augusto de Sousa ribeiro.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13668, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PIAUÍ - SDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 35/2023

Nº do Processo SEI: 00152.000202/2022-31.

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI.

CNPJ da Contratante: 06.688.303/0001-25.

Codificação da UG no SIAFE/PI: 20101.

Contratada: Concretizar Serviços de Manutenção e Limpeza Ltda.

CNPJ da Contratada: 24.109.950/0001-17.

Resumo do objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 35/2023, por mais

150 (cento e cinquenta) dias, destinado a execução das obras e serviços de Pavimentação em paralelepípedo de 6.157,76 m², em vias públicas do Município de Colônia do Piauí-PI, conforme art. 57, § 1º, III, da Lei nº 8.666/93, **até 17 de setembro de 2024**.

Data de Assinatura do termo aditivo ao contrato: 20 de abril de 2024.

Signatários do termo aditivo ao contrato: Pela Contratante: Janainna Pinto Marques Tavares. Pela Contratada: Higo Augusto de Sousa Ribeiro.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico do Piauí - SDE/PI

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 13690, datada de 20 de maio de 2024.)

TERMOS

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ - FUNART

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO TEMPORÁRIO nº 023/2011 – CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ E FRANCILIO LEONEL CAMPOS, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE SEGUEM.

A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ, CNPJ nº. 05.787.268/0001-39, com sede na Av. Walter Alencar, nº 2021, Bairro Monte Castelo, Teresina-PI, neste ato representado por seu Diretor Presidente, MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado em Teresina-PI, vem com o substrato no artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014 RESCINDIR O CONTRATO TEMPORÁRIO, firmado no âmbito da doravante denominada CONTRATANTE, com FRANCILIO LEONEL CAMPOS, brasileiro, CPF nº XXX.086.XXX-72, doravante simplesmente CONTRATADO, nos termos seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA:– Fica rescindido o contrato temporário nº 023/2011, a pedido da contratante firmado entre as partes, contados os efeitos da data da assinatura deste termo, conforme dispõe artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO – O extrato deste termo de rescisão será publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, pelo CONTRATANTE, na forma da Lei nº 8.666/1993.

Ajustadas as partes em rescindir o contrato na forma exposta, subscrevem este instrumento contratual, juntamente com 02 (duas) testemunhas

Teresina (PI), 02 de maio de 2024.

MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA

Diretor Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí

CONTRATANTE

_____

FRANCILIO LEONEL CAMPOS

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

_____

CPF:

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 13561, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE N.º 175/2022

LOCATÁRIO: Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), CNPJ n.º 09.192.288/0001-18.

LOCADOR: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/PI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 03.778.391/0001-68.

OBJETO: O Secretário de Estado da Educação do Piauí, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a desnecessidade de aditamento contratual para o caso em tela, conforme a redação do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/1993, RESOLVE realizar o presente termo de apostilamento ao Contrato de n.º 175/2022, cujo objetivo é a **acrescentar** o disposto na "Cláusula quinta - Da Classificação dos Recursos".

Procede-se a seguinte acréscimo:

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	Fonte de Recurso

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	Fonte de Recurso
CONTRATO	140102	12.368. 0002. 1956	3.3.90.39	00
TERMO APOSTILAMENTO 001	140102	12.368. 0002. 1956	3.3.90.39	00/00 com detalhamento 0025 - precatório do FUNDEF
TERMO APOSTILAMENTO 002	140102	12.368. 0102. 6247	3.3.90.39	544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF

(assinado e datado eletronicamente)

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (SEDUC-PI)

LOCATÁRIO

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 13610, datada de 20 de maio de 2024.)

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ - FUNART

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO TEMPORÁRIO nº 008/2012 – CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ E JANAINA MELO SOUSA COUTINHO DA SILVA, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE SEGUEM.

A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ, CNPJ nº. 05.787.268/0001-39, com sede na Av. Walter Alencar, nº 2021, Bairro Monte Castelo, Teresina-PI, neste ato representado por seu Diretor Presidente, MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado em Teresina-PI, vem com o substrato no artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014 RESCINDIR O CONTRATO TEMPORÁRIO, firmado no âmbito da doravante denominada CONTRATANTE, com JANAINA MELO SOUSA COUTINHO DA SILVA, brasileira, CPF nº XXX.855.XXX-34, doravante simplesmente CONTRATADA, nos termos seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA:– Fica rescindido o contrato temporário nº 008/2012, a pedido da contratante firmado entre as partes, contados os efeitos da data da assinatura deste termo, conforme dispõe artigo 5º, VI da Lei nº 5.309/2003 e art. 17, VI do decreto 15.547 de 12.03.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO – O extrato deste termo de rescisão será publicado no

Diário Oficial do Estado do Piauí, pelo CONTRATANTE, na forma da Lei nº 8.666/1993.

Ajustadas as partes em rescindir o contrato na forma exposta, subscrevem este instrumento contratual, juntamente com 02 (duas) testemunhas

Teresina (PI), 16 de maio de 2024.

_____

MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA

Diretor Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí

CONTRATANTE

_____

JANAINA MELO COUTINHO DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

_____

CPF:

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 13616, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 003/2024

NÚMERO SEI: 00017.002475/2023-56

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2024

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPLAN/PI), CNPJ Nº 06.553.523/0001-41 E O INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ (INTERPI), CNPJ Nº 06.718.282/0001-43.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 184 DA LEI Nº 14.133/2021; DECRETO ESTADUAL Nº 12.440/2006; INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2009

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO ESTABELECER A COOPERAÇÃO TÉCNICA – ADMINISTRATIVA INTERINSTITUCIONAL ENTRE OS PARTÍCIPES, VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS QUE ASSEGUREM A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO ÂMBITO DO PROJETO INTEGRADO DE SEGURANÇA HÍDRICA, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOPRODUTIVO DA BACIA DOS RIOS PIAUÍ E CANINDÉ – PIAUÍ SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO – PSI, DE INTERESSE MÚTUO, ESPECIFICAMENTE, NO QUE TANGE À EXECUÇÃO DO SUBCOMPONENTE 2.3 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 2024

VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) MESES

SIGNATÁRIOS: WASHINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM - SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ – SEPLAN E RODRIGO RIBEIRO COSTA CAVALCANTE – DIRETOR – GERAL DO INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ (INTERPI)

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 13670, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL -TAC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 032/2023

PARTES: CACIQUE AGROPECUÁRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2991 e 2992

TERMO DE SANÇÃO: TS- 1132/22 e TS-1133/22

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 033/2023

PARTES: LEANDRO HENRIQUE BONFADA E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5162 e 5163

TERMO DE SANÇÃO: TS- 0506/23 e TS-0507/23

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 034/2023

PARTES: ELEOTERIO BACHI E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4523 e 4524

TERMO DE SANÇÃO: TS-0508/23

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 035/2023

PARTES: F. H. FORTES FARIAS E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4531

TERMO DE SANÇÃO: TS-1203/2023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 036/2023

PARTES: AGROPECUÁRIA TAPERUÁ LTDA E SILVA E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5513

TERMO DE SANÇÃO: TS- 2060/2023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 037/2023

PARTES: MELO E LOBÃO COMBUSTÍVEIS E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2993

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 038/2023

PARTES: SAMUEL LIMA ARAÚJO E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5257

TERMO DE SANÇÃO: TS-513/2023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 039/2023

PARTES: OSMAR CONRAD E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3575, 3576 e 3577

TERMO DE SANÇÃO: TS-1021/22 e TS-1022/22

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 040/2023

PARTES: MARIANO JOSÉ ARMANDO DO NASCIMENTO E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5520

TERMO DE SANÇÃO: TS-30/2023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC Nº 041/2023

PARTES: PEDRO ILGENFRITZ E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

OBJETO: AJUSTE E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4351

Daniel Carvalho Oliveira Valente

Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 13693, datada de 20 de maio de 2024.)

ERRATAS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

ERRATA -

TERMO ADITIVO Nº 01

EDITAL SEDUC-PI/GSE Nº: 28/2024

A Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:alterar o 5.2 E ANEXO I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO do Edital SEDUC-PI/GSE Nº 28/2024 (PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO LABORATÓRIO DE REDAÇÃO), conforme descrito abaixo:

ONDE SE LÊ:

ITEM – 5.2 - No ato da inscrição, o candidato(a) menor de 18 anos deverá anexar ao formulário de inscrição, em arquivo único e formato PDF, declaração do responsável legal autorizando a participação no processo seletivo interno objeto deste Edital, na qual conste os seguintes dados obrigatórios: nome completo e o CPF do candidato, bem como o nome completo, CPF, endereço, tipo de parentalidade e assinatura do responsável legal.

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DATA/PERÍODO	ETAPAS
15/05/2024	Término das inscrições para seleção dos alunos

LEIA-SE:

ITEM 5.2 – Exclusão deste item

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DATA/PERÍODO	ETAPAS
22/05/2024	Término das inscrições para seleção dos alunos

FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO

Secretário de Estado da Educação

(Transcrição da nota ERRATAS de Nº 13577, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC

ERRATA -

TERMO ADITIVO Nº 01

EDITAL SEDUC-PI/GSE Nº: 27/2024

A Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: alterar o item 4.2 E ANEXO I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO do Edital SEDUC- PI/GSE Nº 27/2024 (PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFESSORES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO LABORATÓRIO DE REDAÇÃO), conforme descrito abaixo:

ONDE SE LÊ:

ITEM – 4.2 - As inscrições serão realizadas, exclusivamente, por meio do link https://forms.gle/zQPAi8VD2i4vjE2T8, a partir das 9h do dia 06/05/2024 até às 23h59min do dia 14/05/2024, de acordo com o Anexo I deste Edital.

LEIA-SE:

ITEM – 4.2 - As inscrições serão realizadas, exclusivamente, por meio do link https://forms.gle/zQPAi8VD2i4vjE2T8, a partir das 9h do dia 06/05/2024 até às 23h59min do dia 17/05/2024, de acordo com o Anexo I deste Edital.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I - CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	03/05/2024
Período de Inscrições	06 a 14/05/2024
Homologação das Inscrições	16/05/2024
Apresentação de recurso por indeferimento da inscrição	21/05/2024
Homologação final das inscrições e publicação da lista dos inscritos	23/05/2024
Divulgação dos locais de prova	27/05/2024
Realização da prova objetiva escrita	07/06/2024
Divulgação do resultado final da prova escrita	22/06/2024
Análise Curricular	24/06/2024
Divulgação do Resultado Preliminar dos classificados	26/06/2024
Interposição de Recursos da análise curricular	01/07/2024
Julgamento de Recursos	08/07/2024
Divulgação do Resultado Definitivo após a análise dos Recursos	11/07/2024

LEIA-SE:

ANEXO I - CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	03/05/2024
Período de Inscrições	06 a 17/05/2024
Homologação das Inscrições	20/05/2024
Apresentação de recurso por indeferimento da inscrição	23/05/2024
Homologação final das inscrições e publicação da lista dos inscritos	28/05/2024
Divulgação dos locais de prova	31/05/2024
Realização da prova objetiva escrita	07/06/2024
Divulgação do resultado final da prova escrita	22/06/2024
Análise Curricular	24/06/2024
Divulgação do Resultado Preliminar dos classificados	26/06/2024
Interposição de Recursos da análise curricular	01/07/2024
Julgamento de Recursos	08/07/2024
Divulgação do Resultado Definitivo após a análise dos Recursos	11/07/2024

(Transcrição da nota ERRATAS de Nº 13586, datada de 20 de maio de 2024.)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS-CDTER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2024 REPUBLICADO *	
Nº do processo SEI	00347.000151/2023-41
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23003944
Modalidade de licitação (se for o caso)	Concorrência
Fundamento legal	Lei nº 8.666/93
Contratante	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Territórios - CDTER
Codificação da UG no SIAFE	110121
Contratado	LGF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/CPF do Contratado	34.219.868/0001-07
Resumo do objeto do contrato	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM PISO INTERTRAVADO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE HUGO NAPOLEÃO – PI
Prazo de vigência	12 (doze) meses.
Prazo de execução	90 (noventa) dias.
Data de assinatura do contrato	05 de março de 2024
Valor global	R$ 1.971.459,36 (hum milhão novecentos e setenta e um mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos)
Dotação orçamentária	04.122. 0106. 5033
Fonte de Recursos	754 - Op. de Crédito

Natureza da Despesa	449051
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2024NR00085
Nº Nota Patrimonial no SIAFE	2024RO04766
Signatários do contrato	Pela Contratante: Raimundo Nonato Fontenele Cardoso Pela Contratada: Lucas Rodrigues Gayoso Freitas

(*) Republicado por incorreção - Publicação anterior DOE/PI, Ed. nº 47, de 06/03/2024, pág. 153.

Raimundo Nonato Fontenele Cardoso

Coordenador Geral da CDTER

(Transcrição da nota ERRATAS de Nº 13662, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

ERRATA DA RESOLUÇÃO SETUR Nº 001/2024/SETUR

O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO – SETUR, RESOLVE PROCEDER A RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 001/2024/SETUR-PI, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – DOE/PI, DIA 14/05 DE MAIO DE 2024, ED. 94/2024, PÁGINAS 251 A 268, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

ONDE SE LÊ:

Art. 6º O projeto que se pretende habilitar aos benefícios do SIETUR constará, no mínimo:

I – Identificação completa e precisa das atividades esportivas a desenvolver, do proponente;

Art. 14º Esta Resolução obedecerá ao seguinte calendário:

ATIVIDADES	DATAS
Publicação da Resolução	14/05/2024
Prazo de Inscrição	16/05/2024 a 22/05/2024
Período de Seleção	23/05/2024 a 20/06/2024
Data do Resultado Preliminar	24/06/2024
Prazo Recursal	25/06/2024 e 26/06/2024
Data do Resultado Final	04/07/2024.

LEIA-SE:

Art. 6º O projeto que se pretende habilitar aos benefícios do SIETUR constará, no mínimo:

I – Identificação completa e precisa das atividades turísticas a desenvolver, do proponente;

Art. 14º Esta Resolução obedecerá ao seguinte calendário:

ATIVIDADES	DATAS
Publicação da Resolução	14/05/2024
Prazo de Inscrição	16/05/2024 a 29/05/2024
Período de Seleção	31/05/2024 a 27/06/2024
Data do Resultado Preliminar	01/07/2024
Prazo Recursal	02/07/2024 e 03/07/2024
Data do Resultado Final	11/07/2024.

JOSÉ ANTÔNIO MONTEIRO NETO

Secretário de Estado do Turismo

(Transcrição da nota ERRATAS de Nº 13680, datada de 20 de maio de 2024.)

REGULARIDADES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS-PI

NOTIFICAÇÃO – AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso

queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	18/06/2024	RV00568554	TERESINA - PI
2	17/05/2024	18/06/2024	RV00568553	AGUA BRANCA - PI
3	17/05/2024	18/06/2024	RV00568552	CAMPO MAIOR - PI
4	17/05/2024	18/06/2024	RV00568551	TERESINA - PI
5	17/05/2024	18/06/2024	RV00568550	TERESINA - PI
6	17/05/2024	18/06/2024	RV00568549	TERESINA - PI
7	17/05/2024	18/06/2024	RV00568548	ALTOS - PI
8	17/05/2024	18/06/2024	RV00568547	CAMPO GRANDE - MS
9	17/05/2024	18/06/2024	RV00568546	BALSAS - MA
10	17/05/2024	18/06/2024	RV00568545	TERESINA - PI
11	17/05/2024	18/06/2024	RV00568544	TERESINA - PI
12	17/05/2024	18/06/2024	RV00568543	BALSAS - MA
13	17/05/2024	18/06/2024	RV00568542	AGUA BRANCA - PI
14	17/05/2024	18/06/2024	RV00568541	TERESINA - PI
15	17/05/2024	18/06/2024	RV00568540	TERESINA - PI
16	17/05/2024	18/06/2024	RV00568539	TERESINA - PI
17	17/05/2024	18/06/2024	RV00568538	TERESINA - PI
18	17/05/2024	18/06/2024	RV00568537	TERESINA - PI
19	17/05/2024	18/06/2024	RV00568536	MARITUBA - PA
20	17/05/2024	18/06/2024	RV00568535	TERESINA - PI
21	17/05/2024	18/06/2024	RV00568533	FORTALEZA - CE
22	17/05/2024	18/06/2024	RV00568532	FORTALEZA - CE
23	17/05/2024	18/06/2024	RV00568531	AGUAS LINDAS DE GOIAS - GO
24	17/05/2024	18/06/2024	RV00568530	TERESINA - PI
25	17/05/2024	18/06/2024	RV00568529	TERESINA - PI
26	17/05/2024	18/06/2024	RV00568528	IMPERATRIZ - MA
27	17/05/2024	18/06/2024	RV00569484	JUAZEIRO DO NORTE - CE
28	17/05/2024	18/06/2024	RV00569482	TERESINA - PI
29	17/05/2024	18/06/2024	RV00569481	TERESINA - PI
30	17/05/2024	18/06/2024	RV00569480	TERESINA - PI
31	17/05/2024	18/06/2024	RV00569479	HUGO NAPOLEAO - PI
32	17/05/2024	18/06/2024	RV00569478	TERESINA - PI
33	17/05/2024	18/06/2024	RV00569475	TERESINA - PI
34	17/05/2024	18/06/2024	RV00569474	TERESINA - PI
35	17/05/2024	18/06/2024	RV00569473	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
36	17/05/2024	18/06/2024	RV00569471	TERESINA - PI
37	17/05/2024	18/06/2024	RV00569470	TERESINA - PI
38	17/05/2024	18/06/2024	RV00569468	TERESINA - PI
39	17/05/2024	18/06/2024	RV00569467	TERESINA - PI

40	17/05/2024	18/06/2024	RV00569466	GLORIA DO GOITA - PE
41	17/05/2024	18/06/2024	RV00569465	TERESINA - PI
42	17/05/2024	18/06/2024	RV00569464	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
43	17/05/2024	18/06/2024	RV00569463	SAO JOAO DO CARU - MA
44	17/05/2024	18/06/2024	RV00569460	TERESINA - PI
45	17/05/2024	18/06/2024	RV00569459	TERESINA - PI
46	17/05/2024	18/06/2024	RV00569458	TERESINA - PI
47	17/05/2024	18/06/2024	RV00569455	TERESINA - PI
48	17/05/2024	18/06/2024	RV00569454	SAO LUIS - MA
49	17/05/2024	18/06/2024	RV00569453	TERESINA - PI
50	17/05/2024	18/06/2024	RV00569452	TERESINA - PI
51	17/05/2024	18/06/2024	RV00569451	TERESINA - PI
52	17/05/2024	18/06/2024	RV00569450	TERESINA - PI
53	17/05/2024	18/06/2024	RV00569449	TERESINA - PI
54	17/05/2024	18/06/2024	RV00569448	SAO FELIX DO PIAUI - PI
55	17/05/2024	18/06/2024	RV00569446	FORTALEZA - CE
56	17/05/2024	18/06/2024	RV00569445	AGUA BRANCA - PI
57	17/05/2024	18/06/2024	RV00569444	TERESINA - PI
58	17/05/2024	18/06/2024	RV00569443	HUGO NAPOLEAO - PI
59	17/05/2024	18/06/2024	RV00569442	AGUA BRANCA - PI
60	17/05/2024	18/06/2024	RV00569440	FRANCISCO MORATO - SP
61	17/05/2024	18/06/2024	RV00569439	TERESINA - PI
62	17/05/2024	18/06/2024	RV00569438	HUGO NAPOLEAO - PI
63	17/05/2024	18/06/2024	RV00569437	XINGUARA - PA
64	17/05/2024	18/06/2024	RV00569436	TERESINA - PI
65	17/05/2024	18/06/2024	RV00569435	TERESINA - PI
66	17/05/2024	18/06/2024	RV00569434	COELHO NETO - MA
67	17/05/2024	18/06/2024	RV00569433	FORTALEZA - CE
68	17/05/2024	18/06/2024	RV00569432	COELHO NETO - MA
69	17/05/2024	18/06/2024	RV00569431	TERESINA - PI
70	17/05/2024	18/06/2024	RV00569430	TERESINA - PI
71	17/05/2024	18/06/2024	RV00569429	TERESINA - PI
72	17/05/2024	18/06/2024	RV00569426	TERESINA - PI
73	17/05/2024	18/06/2024	RV00569425	TERESINA - PI
74	17/05/2024	18/06/2024	RV00569424	FORTALEZA - CE
75	17/05/2024	18/06/2024	RV00569423	TERESINA - PI
76	17/05/2024	18/06/2024	RV00569421	TERESINA - PI
77	17/05/2024	18/06/2024	RV00569420	AGUA BRANCA - PI
78	17/05/2024	18/06/2024	RV00569418	TERESINA - PI
79	17/05/2024	18/06/2024	RV00569416	TERESINA - PI
80	17/05/2024	18/06/2024	RV00569415	HUGO NAPOLEAO - PI
81	17/05/2024	18/06/2024	RV00569413	TERESINA - PI

82	17/05/2024	18/06/2024	RV00569412	TERESINA - PI
83	17/05/2024	18/06/2024	RV00569411	MARABA - PA
84	17/05/2024	18/06/2024	RV00569410	TERESINA - PI
85	17/05/2024	18/06/2024	RV00569409	TERESINA - PI
86	17/05/2024	18/06/2024	RV00569407	TERESINA - PI
87	17/05/2024	18/06/2024	RV00569406	TERESINA - PI
88	17/05/2024	18/06/2024	RV00569404	TERESINA - PI
89	17/05/2024	18/06/2024	RV00569403	TERESINA - PI
90	17/05/2024	18/06/2024	RV00569402	PALMEIRAIS - PI
91	17/05/2024	18/06/2024	RV00569401	TERESINA - PI
92	17/05/2024	18/06/2024	RV00569400	TERESINA - PI
93	17/05/2024	18/06/2024	RV00569399	TERESINA - PI
94	17/05/2024	18/06/2024	RV00569398	PARNAIBA - PI
95	17/05/2024	18/06/2024	RV00569397	HUGO NAPOLEAO - PI
96	17/05/2024	18/06/2024	RV00569396	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
97	17/05/2024	18/06/2024	RV00569395	TERESINA - PI
98	17/05/2024	18/06/2024	RV00569394	TERESINA - PI
99	17/05/2024	18/06/2024	RV00569393	TERESINA - PI
100	17/05/2024	18/06/2024	RV00569391	TERESINA - PI
101	17/05/2024	18/06/2024	RV00569390	TERESINA - PI
102	17/05/2024	18/06/2024	RV00569388	TERESINA - PI
103	17/05/2024	18/06/2024	RV00569386	TERESINA - PI
104	17/05/2024	18/06/2024	RV00569385	TERESINA - PI
105	17/05/2024	18/06/2024	RV00569383	TERESINA - PI
106	17/05/2024	18/06/2024	RV00569382	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
107	17/05/2024	18/06/2024	RV00569379	HUGO NAPOLEAO - PI
108	17/05/2024	18/06/2024	RV00569376	TERESINA - PI
109	17/05/2024	18/06/2024	RV00569374	TERESINA - PI
110	17/05/2024	18/06/2024	RV00569371	BARRO DURO - PI
111	17/05/2024	18/06/2024	RV00569370	TERESINA - PI
112	17/05/2024	18/06/2024	RV00569366	INHUMAS - GO
113	17/05/2024	18/06/2024	RV00569363	CAXIAS - MA
114	17/05/2024	18/06/2024	RV00569362	CAXIAS - MA
115	17/05/2024	18/06/2024	RV00569361	TERESINA - PI
116	17/05/2024	18/06/2024	RV00569360	CAXIAS - MA
117	17/05/2024	18/06/2024	RV00569359	ANGICAL DO PIAUI - PI
118	17/05/2024	18/06/2024	RV00569358	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI - PI
119	17/05/2024	18/06/2024	RV00569357	JOSE DE FREITAS - PI
120	17/05/2024	18/06/2024	RV00569356	TERESINA - PI
121	17/05/2024	18/06/2024	RV00569355	BARRO DURO - PI
122	17/05/2024	18/06/2024	RV00569353	TERESINA - PI

123	17/05/2024	18/06/2024	RV00569352	TERESINA - PI
124	17/05/2024	18/06/2024	RV00569351	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
125	17/05/2024	18/06/2024	RV00569350	TERESINA - PI
126	17/05/2024	18/06/2024	RV00569349	TERESINA - PI
127	17/05/2024	18/06/2024	RV00569348	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
128	17/05/2024	18/06/2024	RV00569347	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI
129	17/05/2024	18/06/2024	RV00569346	AGUA BRANCA - PI
130	17/05/2024	18/06/2024	RV00569345	CURRALINHOS - PI
131	17/05/2024	18/06/2024	RV00569344	TERESINA - PI
132	17/05/2024	18/06/2024	RV00569342	REGENERACAO - PI
133	17/05/2024	18/06/2024	RV00569340	TRIZIDELA DO VALE - MA
134	17/05/2024	18/06/2024	RV00569339	OEIRAS - PI
135	17/05/2024	18/06/2024	RV00569338	TERESINA - PI
136	17/05/2024	18/06/2024	RV00569337	TIMON - MA
137	17/05/2024	18/06/2024	RV00569336	TERESINA - PI
138	17/05/2024	18/06/2024	RV00569335	CAXIAS - MA
139	17/05/2024	18/06/2024	RV00569334	ANGICAL DO PIAUI - PI
140	17/05/2024	18/06/2024	RV00569333	TERESINA - PI
141	17/05/2024	18/06/2024	RV00569332	TERESINA - PI
142	17/05/2024	18/06/2024	RV00569331	TERESINA - PI
143	17/05/2024	18/06/2024	RV00569330	TERESINA - PI
144	17/05/2024	18/06/2024	RV00569329	FLORIANO - PI
145	17/05/2024	18/06/2024	RV00569328	TERESINA - PI
146	17/05/2024	18/06/2024	RV00569327	TERESINA - PI
147	17/05/2024	18/06/2024	RV00569325	TERESINA - PI
148	17/05/2024	18/06/2024	RV00569324	AGUA BRANCA - PI
149	17/05/2024	18/06/2024	RV00569323	PARNARAMA - MA
150	17/05/2024	18/06/2024	RV00569322	CURRALINHOS - PI
151	17/05/2024	18/06/2024	RV00569321	AGUA BRANCA - PI
152	17/05/2024	18/06/2024	RV00569319	TERESINA - PI
153	17/05/2024	18/06/2024	RV00569317	GONCALVES DIAS - MA
154	17/05/2024	18/06/2024	RV00569316	TERESINA - PI
155	17/05/2024	18/06/2024	RV00569313	TERESINA - PI
156	17/05/2024	18/06/2024	RV00569312	PALMEIRAIS - PI
157	17/05/2024	18/06/2024	RV00569310	HUGO NAPOLEAO - PI
158	17/05/2024	18/06/2024	RV00569309	HUGO NAPOLEAO - PI
159	17/05/2024	18/06/2024	RV00569308	CICERO DANTAS - BA
160	17/05/2024	18/06/2024	RV00569307	CORONEL JOSE DIAS - PI
161	17/05/2024	18/06/2024	RV00569306	ANGICAL DO PIAUI - PI
162	17/05/2024	18/06/2024	RV00569303	TERESINA - PI
163	17/05/2024	18/06/2024	RV00569302	TERESINA - PI

164	17/05/2024	18/06/2024	RV00569300	TERESINA - PI
165	17/05/2024	18/06/2024	RV00569299	TERESINA - PI
166	17/05/2024	18/06/2024	RV00569298	TERESINA - PI
167	17/05/2024	18/06/2024	RV00569297	LOUVEIRA - SP
168	17/05/2024	18/06/2024	RV00569296	AGUA BRANCA - PI
169	17/05/2024	18/06/2024	RV00569295	FORTALEZA - CE
170	17/05/2024	18/06/2024	RV00569294	TERESINA - PI
171	17/05/2024	18/06/2024	RV00569293	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
172	17/05/2024	18/06/2024	RV00569292	TERESINA - PI
173	17/05/2024	18/06/2024	RV00569291	TERESINA - PI
174	17/05/2024	18/06/2024	RV00569290	TERESINA - PI
175	17/05/2024	18/06/2024	RV00569166	TERESINA - PI
176	17/05/2024	18/06/2024	RV00569165	TERESINA - PI
177	17/05/2024	18/06/2024	RV00569164	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
178	17/05/2024	18/06/2024	RV00569163	TERESINA - PI
179	17/05/2024	18/06/2024	RV00569162	HUGO NAPOLEAO - PI
180	17/05/2024	18/06/2024	RV00569160	TERESINA - PI
181	17/05/2024	18/06/2024	RV00569159	TERESINA - PI
182	17/05/2024	18/06/2024	RV00569158	TERESINA - PI
183	17/05/2024	18/06/2024	RV00569155	BRASILIA - DF
184	17/05/2024	18/06/2024	RV00569154	TERESINA - PI
185	17/05/2024	18/06/2024	RV00569153	TERESINA - PI
186	17/05/2024	18/06/2024	RV00569152	TERESINA - PI
187	17/05/2024	18/06/2024	RV00569151	IMPERATRIZ - MA
188	17/05/2024	18/06/2024	RV00569150	LAGOA DO PIAUI - PI
189	17/05/2024	18/06/2024	RV00569148	HUGO NAPOLEAO - PI
190	17/05/2024	18/06/2024	RV00569147	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
191	17/05/2024	18/06/2024	RV00569146	HUGO NAPOLEAO - PI
192	17/05/2024	18/06/2024	RV00569145	AGUA BRANCA - PI
193	17/05/2024	18/06/2024	RV00569144	TERESINA - PI
194	17/05/2024	18/06/2024	RV00569142	TERESINA - PI
195	17/05/2024	18/06/2024	RV00569141	SAO PAULO - SP
196	17/05/2024	18/06/2024	RV00569140	TERESINA - PI
197	17/05/2024	18/06/2024	RV00569139	TERESINA - PI
198	17/05/2024	18/06/2024	RV00569138	HUGO NAPOLEAO - PI
199	17/05/2024	18/06/2024	RV00569137	TERESINA - PI
200	17/05/2024	18/06/2024	RV00569136	LAGOA DO PIAUI - PI
201	17/05/2024	18/06/2024	RV00569135	TERESINA - PI
202	17/05/2024	18/06/2024	RV00569134	TERESINA - PI
203	17/05/2024	18/06/2024	RV00569133	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
204	17/05/2024	18/06/2024	RV00569131	ARAPIRACA - AL
205	17/05/2024	18/06/2024	RV00569130	LAGOA DO PIAUI - PI

206	17/05/2024	18/06/2024	RV00569129	ESPERANTINA - PI
207	17/05/2024	18/06/2024	RV00569128	AGUA BRANCA - PI
208	17/05/2024	18/06/2024	RV00569126	REMANSO - BA
209	17/05/2024	18/06/2024	RV00569125	TERESINA - PI
210	17/05/2024	18/06/2024	RV00569123	FORTALEZA - CE
211	17/05/2024	18/06/2024	RV00569122	TERESINA - PI
212	17/05/2024	18/06/2024	RV00569121	TERESINA - PI
213	17/05/2024	18/06/2024	RV00569120	TERESINA - PI
214	17/05/2024	18/06/2024	RV00569118	TERESINA - PI
215	17/05/2024	18/06/2024	RV00569117	TERESINA - PI
216	17/05/2024	18/06/2024	RV00569116	TERESINA - PI
217	17/05/2024	18/06/2024	RV00569115	TERESINA - PI
218	17/05/2024	18/06/2024	RV00569113	ELESBAO VELOSO - PI
219	17/05/2024	18/06/2024	RV00569112	TERESINA - PI
220	17/05/2024	18/06/2024	RV00569111	TERESINA - PI
221	17/05/2024	18/06/2024	RV00569108	FORTALEZA - CE
222	17/05/2024	18/06/2024	RV00569106	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
223	17/05/2024	18/06/2024	RV00569103	TERESINA - PI
224	17/05/2024	18/06/2024	RV00569100	DIRCEU ARCOVERDE - PI
225	17/05/2024	18/06/2024	RV00569098	SAO BRAZ DO PIAUI - PI
226	17/05/2024	18/06/2024	RV00569097	TERESINA - PI
227	17/05/2024	18/06/2024	RV00569096	ESPERANTINA - PI
228	17/05/2024	18/06/2024	RV00569095	JUAZEIRO DO NORTE - CE
229	17/05/2024	18/06/2024	RV00569093	TERESINA - PI
230	17/05/2024	18/06/2024	RV00569092	MARABA - PA
231	17/05/2024	18/06/2024	RV00569090	TERESINA - PI
232	17/05/2024	18/06/2024	RV00569089	TERESINA - PI
233	17/05/2024	18/06/2024	RV00569086	TERESINA - PI
234	17/05/2024	18/06/2024	RV00569084	IPU - CE
235	17/05/2024	18/06/2024	RV00569082	MARINGA - PR
236	17/05/2024	18/06/2024	RV00569081	TERESINA - PI
237	17/05/2024	18/06/2024	RV00569080	CAXIAS - MA
238	17/05/2024	18/06/2024	RV00569079	HUGO NAPOLEAO - PI
239	17/05/2024	18/06/2024	RV00569078	FORTALEZA - CE
240	17/05/2024	18/06/2024	RV00569077	TERESINA - PI
241	17/05/2024	18/06/2024	RV00569076	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
242	17/05/2024	18/06/2024	RV00569074	TERESINA - PI
243	17/05/2024	18/06/2024	RV00569073	TERESINA - PI
244	17/05/2024	18/06/2024	RV00569072	TERESINA - PI
245	17/05/2024	18/06/2024	RV00569071	TERESINA - PI
246	17/05/2024	18/06/2024	RV00569069	CURITIBA - PR
247	17/05/2024	18/06/2024	RV00569068	TERESINA - PI

248	17/05/2024	18/06/2024	RV00569066	AURORA - SC
249	17/05/2024	18/06/2024	RV00569065	FLORIANO - PI
250	17/05/2024	18/06/2024	RV00569064	TERESINA - PI
251	17/05/2024	18/06/2024	RV00569063	TERESINA - PI
252	17/05/2024	18/06/2024	RV00568527	TERESINA - PI
253	17/05/2024	18/06/2024	RV00568526	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
254	17/05/2024	18/06/2024	RV00568524	TERESINA - PI
255	17/05/2024	18/06/2024	RV00568518	CARACOL - PI
256	17/05/2024	18/06/2024	RV00569515	AGUA BRANCA - PI
257	17/05/2024	18/06/2024	RV00569513	TERESINA - PI
258	17/05/2024	18/06/2024	RV00569512	TERESINA - PI
259	17/05/2024	18/06/2024	RV00569511	TERESINA - PI
260	17/05/2024	18/06/2024	RV00569508	JUAZEIRO - BA
261	17/05/2024	18/06/2024	RV00569507	REMANSO - BA
262	17/05/2024	18/06/2024	RV00569506	DIRCEU ARCOVERDE - PI
263	17/05/2024	18/06/2024	RV00569505	BARREIRAS - BA
264	17/05/2024	18/06/2024	RV00569504	SERRANA - SP
265	17/05/2024	18/06/2024	RV00569503	BARREIRAS - BA
266	17/05/2024	18/06/2024	RV00569501	TERESINA - PI
267	17/05/2024	18/06/2024	RV00569499	TERESINA - PI
268	17/05/2024	18/06/2024	RV00569498	TERESINA - PI
269	17/05/2024	18/06/2024	RV00569494	SAO LUIS - MA
270	17/05/2024	18/06/2024	RV00569493	TERESINA - PI
271	17/05/2024	18/06/2024	RV00569490	TERESINA - PI
272	17/05/2024	18/06/2024	RV00569489	BOM JESUS - PI
273	17/05/2024	18/06/2024	RV00569287	TERESINA - PI
274	17/05/2024	18/06/2024	RV00569286	TERESINA - PI
275	17/05/2024	18/06/2024	RV00569285	TERESINA - PI
276	17/05/2024	18/06/2024	RV00569284	TERESINA - PI
277	17/05/2024	18/06/2024	RV00569283	ELESBAO VELOSO - PI
278	17/05/2024	18/06/2024	RV00569282	TERESINA - PI
279	17/05/2024	18/06/2024	RV00569281	TERESINA - PI
280	17/05/2024	18/06/2024	RV00569280	AMARANTE - PI
281	17/05/2024	18/06/2024	RV00569279	AGUA BRANCA - PI
282	17/05/2024	18/06/2024	RV00569278	TERESINA - PI
283	17/05/2024	18/06/2024	RV00569277	BARRAS - PI
284	17/05/2024	18/06/2024	RV00569276	DIRCEU ARCOVERDE - PI
285	17/05/2024	18/06/2024	RV00569275	TERESINA - PI
286	17/05/2024	18/06/2024	RV00569274	BRASILIA - DF
287	17/05/2024	18/06/2024	RV00569273	SANTA BARBARA D'OESTE - SP
288	17/05/2024	18/06/2024	RV00569270	TERESINA - PI
289	17/05/2024	18/06/2024	RV00569269	FORTALEZA - CE

290	17/05/2024	18/06/2024	RV00569268	SAO MATEUS DO MARANHAO - MA
291	17/05/2024	18/06/2024	RV00569267	ESPERANTINA - PI
292	17/05/2024	18/06/2024	RV00569266	TERESINA - PI
293	17/05/2024	18/06/2024	RV00569264	MATOES - MA
294	17/05/2024	18/06/2024	RV00569263	ITU - SP
295	17/05/2024	18/06/2024	RV00569262	MATOES - MA
296	17/05/2024	18/06/2024	RV00569261	TERESINA - PI
297	17/05/2024	18/06/2024	RV00569260	NAZARIA - PI
298	17/05/2024	18/06/2024	RV00569259	TERESINA - PI
299	17/05/2024	18/06/2024	RV00569258	TERESINA - PI
300	17/05/2024	18/06/2024	RV00569257	SANTA BARBARA D'OESTE - SP
301	17/05/2024	18/06/2024	RV00569255	IPIRANGA DO PIAUI - PI
302	17/05/2024	18/06/2024	RV00569253	PAU D'ARCO DO PIAUI - PI
303	17/05/2024	18/06/2024	RV00569252	TERESINA - PI
304	17/05/2024	18/06/2024	RV00569250	TERESINA - PI
305	17/05/2024	18/06/2024	RV00569249	TERESINA - PI
306	17/05/2024	18/06/2024	RV00569248	TERESINA - PI
307	17/05/2024	18/06/2024	RV00569247	TERESINA - PI
308	17/05/2024	18/06/2024	RV00569245	FORTALEZA - CE
309	17/05/2024	18/06/2024	RV00569243	JOSE DE FREITAS - PI
310	17/05/2024	18/06/2024	RV00569242	FORTALEZA - CE
311	17/05/2024	18/06/2024	RV00569241	FORTALEZA - CE
312	17/05/2024	18/06/2024	RV00569240	BRASILIA - DF
313	17/05/2024	18/06/2024	RV00569239	TERESINA - PI
314	17/05/2024	18/06/2024	RV00569238	BATALHA - PI
315	17/05/2024	18/06/2024	RV00569237	TERESINA - PI
316	17/05/2024	18/06/2024	RV00569235	AGUA BRANCA - PI
317	17/05/2024	18/06/2024	RV00569234	VALENCA DO PIAUI - PI
318	17/05/2024	18/06/2024	RV00569233	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
319	17/05/2024	18/06/2024	RV00569232	CASTELO DO PIAUI - PI
320	17/05/2024	18/06/2024	RV00569231	SAO PAULO - SP
321	17/05/2024	18/06/2024	RV00569230	COELHO NETO - MA
322	17/05/2024	18/06/2024	RV00569227	TERESINA - PI
323	17/05/2024	18/06/2024	RV00569225	SAO PAULO - SP
324	17/05/2024	18/06/2024	RV00569224	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
325	17/05/2024	18/06/2024	RV00569223	TERESINA - PI
326	17/05/2024	18/06/2024	RV00569221	FORTALEZA - CE
327	17/05/2024	18/06/2024	RV00569220	TERESINA - PI
328	17/05/2024	18/06/2024	RV00569219	PALMAS - TO
329	17/05/2024	18/06/2024	RV00569217	PETROLINA - PE
330	17/05/2024	18/06/2024	RV00569216	TERESINA - PI

331	17/05/2024	18/06/2024	RV00569214	FORTALEZA - CE
332	17/05/2024	18/06/2024	RV00569213	TERESINA - PI
333	17/05/2024	18/06/2024	RV00569212	TERESINA - PI
334	17/05/2024	18/06/2024	RV00569211	TERESINA - PI
335	17/05/2024	18/06/2024	RV00569210	TERESINA - PI
336	17/05/2024	18/06/2024	RV00569208	TIMON - MA
337	17/05/2024	18/06/2024	RV00569205	TERESINA - PI
338	17/05/2024	18/06/2024	RV00569204	CURITIBA - PR
339	17/05/2024	18/06/2024	RV00569203	TERESINA - PI
340	17/05/2024	18/06/2024	RV00569202	HUGO NAPOLEAO - PI
341	17/05/2024	18/06/2024	RV00569201	TERESINA - PI
342	17/05/2024	18/06/2024	RV00569200	TERESINA - PI
343	17/05/2024	18/06/2024	RV00569199	CAMPO ALEGRE DE LOURDES - BA
344	17/05/2024	18/06/2024	RV00569196	NAZARIA - PI
345	17/05/2024	18/06/2024	RV00569195	SAO PAULO - SP
346	17/05/2024	18/06/2024	RV00569194	FORTALEZA - CE
347	17/05/2024	18/06/2024	RV00569193	NAZARIA - PI
348	17/05/2024	18/06/2024	RV00569191	PARNAIBA - PI
349	17/05/2024	18/06/2024	RV00569190	BODOCO - PE
350	17/05/2024	18/06/2024	RV00569189	NAZARIA - PI
351	17/05/2024	18/06/2024	RV00569188	TERESINA - PI
352	17/05/2024	18/06/2024	RV00569186	TERESINA - PI
353	17/05/2024	18/06/2024	RV00569185	TERESINA - PI
354	17/05/2024	18/06/2024	RV00569184	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
355	17/05/2024	18/06/2024	RV00569183	TIANGUA - CE
356	17/05/2024	18/06/2024	RV00569182	TERESINA - PI
357	17/05/2024	18/06/2024	RV00569181	AGUA BRANCA - PI
358	17/05/2024	18/06/2024	RV00569180	NAZARIA - PI
359	17/05/2024	18/06/2024	RV00569179	TERESINA - PI
360	17/05/2024	18/06/2024	RV00569177	TERESINA - PI
361	17/05/2024	18/06/2024	RV00569175	TERESINA - PI
362	17/05/2024	18/06/2024	RV00569174	TERESINA - PI
363	17/05/2024	18/06/2024	RV00569173	TIJUCAS - SC
364	17/05/2024	18/06/2024	RV00569171	ELESBAO VELOSO - PI
365	17/05/2024	18/06/2024	RV00569169	TERESINA - PI
366	17/05/2024	18/06/2024	RV00569168	TERESINA - PI
367	17/05/2024	18/06/2024	RV00569060	BARRO DURO - PI
368	17/05/2024	18/06/2024	RV00569058	TERESINA - PI
369	17/05/2024	18/06/2024	RV00569053	TERESINA - PI
370	17/05/2024	18/06/2024	RV00569051	BRASILIA - DF
371	17/05/2024	18/06/2024	RV00569050	MATOES - MA

372	17/05/2024	18/06/2024	RV00569049	PIRACURUCA - PI
373	17/05/2024	18/06/2024	RV00569048	MATOES - MA
374	17/05/2024	18/06/2024	RV00569047	SAO LOURENCO DO PIAUI - PI
375	17/05/2024	18/06/2024	RV00569046	SAO LOURENCO DO PIAUI - PI
376	17/05/2024	18/06/2024	RV00569043	MATOES - MA
377	17/05/2024	18/06/2024	RV00569042	CUIABA - MT
378	17/05/2024	18/06/2024	RV00569040	ITAQUIRAI - MS
379	17/05/2024	18/06/2024	RV00569039	MATOES - MA
380	17/05/2024	18/06/2024	RV00569038	TERESINA - PI
381	17/05/2024	18/06/2024	RV00569037	GUARIBAS - PI
382	17/05/2024	18/06/2024	RV00569036	JOCA MARQUES - PI
383	17/05/2024	18/06/2024	RV00569035	TERESINA - PI
384	17/05/2024	18/06/2024	RV00569034	BRASILIA - DF
385	17/05/2024	18/06/2024	RV00569033	TERESINA - PI
386	17/05/2024	18/06/2024	RV00569032	TERESINA - PI
387	17/05/2024	18/06/2024	RV00569031	TIMON - MA
388	17/05/2024	18/06/2024	RV00569030	TERESINA - PI
389	17/05/2024	18/06/2024	RV00569026	COCAL - PI
390	17/05/2024	18/06/2024	RV00569025	TERESINA - PI
391	17/05/2024	18/06/2024	RV00569024	SOBRAL - CE
392	17/05/2024	18/06/2024	RV00569023	SOBRAL - CE
393	17/05/2024	18/06/2024	RV00569022	AGUA BRANCA - PI
394	17/05/2024	18/06/2024	RV00569021	TERESINA - PI
395	17/05/2024	18/06/2024	RV00569020	DIRCEU ARCOVERDE - PI
396	17/05/2024	18/06/2024	RV00569019	BATALHA - PI
397	17/05/2024	18/06/2024	RV00569017	FORTALEZA DO TABOCAO - TO
398	17/05/2024	18/06/2024	RV00569016	TERESINA - PI
399	17/05/2024	14/06/2024	RV00548666	SAO LUIS - MA

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13590, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS

NOTIFICAÇÃO – AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios

para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	18/06/2024	RV00569561	AGUA BRANCA - PI
2	17/05/2024	18/06/2024	RV00569560	NAZARIA - PI
3	17/05/2024	18/06/2024	RV00569559	BRASILIA - DF
4	17/05/2024	18/06/2024	RV00569558	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
5	17/05/2024	18/06/2024	RV00569557	BATALHA - PI
6	17/05/2024	18/06/2024	RV00569556	TERESINA - PI
7	17/05/2024	18/06/2024	RV00569555	NAZARIA - PI
8	17/05/2024	18/06/2024	RV00569551	TERESINA - PI
9	17/05/2024	18/06/2024	RV00569550	TERESINA - PI
10	17/05/2024	18/06/2024	RV00569549	AGUA BRANCA - PI
11	17/05/2024	18/06/2024	RV00569548	TERESINA - PI
12	17/05/2024	18/06/2024	RV00569546	TERESINA - PI
13	17/05/2024	18/06/2024	RV00569545	TERESINA - PI
14	17/05/2024	18/06/2024	RV00569544	TERESINA - PI
15	17/05/2024	18/06/2024	RV00569542	BARRO DURO - PI
16	17/05/2024	18/06/2024	RV00569536	TERESINA - PI
17	17/05/2024	18/06/2024	RV00569535	TERESINA - PI
18	17/05/2024	18/06/2024	RV00569534	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
19	17/05/2024	18/06/2024	RV00569533	TERESINA - PI
20	17/05/2024	18/06/2024	RV00569532	TERESINA - PI
21	17/05/2024	18/06/2024	RV00569531	TERESINA - PI
22	17/05/2024	18/06/2024	RV00569529	TERESINA - PI
23	17/05/2024	18/06/2024	RV00569528	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
24	17/05/2024	18/06/2024	RV00569527	TERESINA - PI
25	17/05/2024	18/06/2024	RV00569526	AGUA BRANCA - PI
26	17/05/2024	18/06/2024	RV00569524	AGUA BRANCA - PI
27	17/05/2024	18/06/2024	RV00569523	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
28	17/05/2024	18/06/2024	RV00569522	TERESINA - PI
29	17/05/2024	18/06/2024	RV00569521	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
30	17/05/2024	18/06/2024	RV00569520	TERESINA - PI
31	17/05/2024	18/06/2024	RV00569519	TERESINA - PI
32	17/05/2024	18/06/2024	RV00569517	AGUA BRANCA - PI
33	17/05/2024	18/06/2024	RV00569014	TERESINA - PI
34	17/05/2024	18/06/2024	RV00569013	ALTOS - PI
35	17/05/2024	18/06/2024	RV00569012	TERESINA - PI
36	17/05/2024	18/06/2024	RV00569011	TERESINA - PI
37	17/05/2024	18/06/2024	RV00569010	TERESINA - PI
38	17/05/2024	18/06/2024	RV00569009	TERESINA - PI
39	17/05/2024	18/06/2024	RV00569008	TERESINA - PI
40	17/05/2024	18/06/2024	RV00569007	RIO DE JANEIRO - RJ

41	17/05/2024	18/06/2024	RV00569006	TERESINA - PI
42	17/05/2024	18/06/2024	RV00569005	CAMOCIM - CE
43	17/05/2024	18/06/2024	RV00569004	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
44	17/05/2024	18/06/2024	RV00569003	COCAL - PI
45	17/05/2024	18/06/2024	RV00569001	TERESINA - PI
46	17/05/2024	18/06/2024	RV00569000	TERESINA - PI
47	17/05/2024	18/06/2024	RV00568999	TERESINA - PI
48	17/05/2024	18/06/2024	RV00568997	TERESINA - PI
49	17/05/2024	18/06/2024	RV00568996	TERESINA - PI
50	17/05/2024	18/06/2024	RV00568995	TERESINA - PI
51	17/05/2024	18/06/2024	RV00568993	TERESINA - PI
52	17/05/2024	18/06/2024	RV00568992	ALTOS - PI
53	17/05/2024	18/06/2024	RV00568991	TERESINA - PI
54	17/05/2024	18/06/2024	RV00568990	TERESINA - PI
55	17/05/2024	18/06/2024	RV00568987	TERESINA - PI
56	17/05/2024	18/06/2024	RV00568984	TERESINA - PI
57	17/05/2024	18/06/2024	RV00568983	TERESINA - PI
58	17/05/2024	18/06/2024	RV00568982	TERESINA - PI
59	17/05/2024	18/06/2024	RV00568981	FORMOSA DO RIO PRETO - BA
60	17/05/2024	18/06/2024	RV00568980	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
61	17/05/2024	18/06/2024	RV00568978	TERESINA - PI
62	17/05/2024	18/06/2024	RV00568975	OEIRAS - PI
63	17/05/2024	18/06/2024	RV00568974	TERESINA - PI
64	17/05/2024	18/06/2024	RV00568973	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
65	17/05/2024	18/06/2024	RV00568972	SOBRAL - CE
66	17/05/2024	18/06/2024	RV00568971	SAO BERNARDO DO CAMPO - SP
67	17/05/2024	18/06/2024	RV00568970	TERESINA - PI
68	17/05/2024	18/06/2024	RV00568969	SOBRAL - CE
69	17/05/2024	18/06/2024	RV00568966	ANGICAL DO PIAUI - PI
70	17/05/2024	18/06/2024	RV00568965	ESPERANTINA - PI
71	17/05/2024	18/06/2024	RV00568964	JOAQUIM PIRES - PI
72	17/05/2024	18/06/2024	RV00568962	TERESINA - PI
73	17/05/2024	18/06/2024	RV00568961	PARNAIBA - PI
74	17/05/2024	18/06/2024	RV00568960	HUGO NAPOLEAO - PI
75	17/05/2024	18/06/2024	RV00568959	JOAQUIM PIRES - PI
76	17/05/2024	18/06/2024	RV00568958	JOAQUIM PIRES - PI
77	17/05/2024	18/06/2024	RV00568957	GRACA ARANHA - MA
78	17/05/2024	18/06/2024	RV00568956	HUGO NAPOLEAO - PI
79	17/05/2024	18/06/2024	RV00568955	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
80	17/05/2024	18/06/2024	RV00568954	TERESINA - PI
81	17/05/2024	18/06/2024	RV00568953	TERESINA - PI

82	17/05/2024	18/06/2024	RV00568952	TERESINA - PI
83	17/05/2024	18/06/2024	RV00568951	TERESINA - PI
84	17/05/2024	18/06/2024	RV00568950	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
85	17/05/2024	18/06/2024	RV00568949	TERESINA - PI
86	17/05/2024	18/06/2024	RV00568948	HUGO NAPOLEAO - PI
87	17/05/2024	18/06/2024	RV00568947	HUGO NAPOLEAO - PI
88	17/05/2024	18/06/2024	RV00568945	TERESINA - PI
89	17/05/2024	18/06/2024	RV00568944	CODO - MA
90	17/05/2024	18/06/2024	RV00568943	AGUA BRANCA - PI
91	17/05/2024	18/06/2024	RV00568942	TERESINA - PI
92	17/05/2024	18/06/2024	RV00568941	OEIRAS - PI
93	17/05/2024	18/06/2024	RV00568940	TERESINA - PI
94	17/05/2024	18/06/2024	RV00568939	FEIRA DE SANTANA - BA
95	17/05/2024	18/06/2024	RV00568936	TERESINA - PI
96	17/05/2024	18/06/2024	RV00568935	TERESINA - PI
97	17/05/2024	18/06/2024	RV00568934	TERESINA - PI
98	17/05/2024	18/06/2024	RV00568933	PRESIDENTE DUTRA - MA
99	17/05/2024	18/06/2024	RV00568932	SAO LUIS - MA
100	17/05/2024	18/06/2024	RV00568931	HUGO NAPOLEAO - PI
101	17/05/2024	18/06/2024	RV00568930	SAO LUIS - MA
102	17/05/2024	18/06/2024	RV00568929	CURRALINHOS - PI
103	17/05/2024	18/06/2024	RV00568928	TERESINA - PI
104	17/05/2024	18/06/2024	RV00568927	SAO LUIS - MA
105	17/05/2024	18/06/2024	RV00568926	REMANSO - BA
106	17/05/2024	18/06/2024	RV00568925	TERESINA - PI
107	17/05/2024	18/06/2024	RV00568924	TERESINA - PI
108	17/05/2024	18/06/2024	RV00568923	HUGO NAPOLEAO - PI
109	17/05/2024	18/06/2024	RV00568922	ITAPIRANGA - SC
110	17/05/2024	18/06/2024	RV00568920	TERESINA - PI
111	17/05/2024	18/06/2024	RV00568919	TERESINA - PI
112	17/05/2024	18/06/2024	RV00568918	AMERICO BRASILIENSE - SP
113	17/05/2024	18/06/2024	RV00568917	MOGI-GUACU - SP
114	17/05/2024	18/06/2024	RV00568915	PARNAIBA - PI
115	17/05/2024	18/06/2024	RV00568914	TERESINA - PI
116	17/05/2024	18/06/2024	RV00568913	TERESINA - PI
117	17/05/2024	18/06/2024	RV00568912	JOCA MARQUES - PI
118	17/05/2024	18/06/2024	RV00568911	TRINDADE - GO
119	17/05/2024	18/06/2024	RV00568910	SAO PAULO - SP
120	17/05/2024	18/06/2024	RV00568909	TERESINA - PI
121	17/05/2024	18/06/2024	RV00568906	TERESINA - PI
122	17/05/2024	18/06/2024	RV00568905	TERESINA - PI
123	17/05/2024	18/06/2024	RV00568902	ELESBAO VELOSO - PI

124	17/05/2024	18/06/2024	RV00568901	TERESINA - PI
125	17/05/2024	18/06/2024	RV00568899	TERESINA - PI
126	17/05/2024	18/06/2024	RV00568898	SIDROLANDIA - MS
127	17/05/2024	18/06/2024	RV00568897	ANGICAL DO PIAUI - PI
128	17/05/2024	18/06/2024	RV00568895	TERESINA - PI
129	17/05/2024	18/06/2024	RV00568894	BARRAS - PI
130	17/05/2024	18/06/2024	RV00568893	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
131	17/05/2024	18/06/2024	RV00568891	TERESINA - PI
132	17/05/2024	18/06/2024	RV00568890	TERESINA - PI
133	17/05/2024	18/06/2024	RV00568889	TERESINA - PI
134	17/05/2024	18/06/2024	RV00568888	HUGO NAPOLEAO - PI
135	17/05/2024	18/06/2024	RV00568886	TERESINA - PI
136	17/05/2024	18/06/2024	RV00568885	AGUA BRANCA - PI
137	17/05/2024	18/06/2024	RV00568884	CAMPO MAIOR - PI
138	17/05/2024	18/06/2024	RV00568882	TERESINA - PI
139	17/05/2024	18/06/2024	RV00568880	BENEDITINOS - PI
140	17/05/2024	18/06/2024	RV00568879	BOM PRINCIPIO DO PIAUI - PI
141	17/05/2024	18/06/2024	RV00568877	TERESINA - PI
142	17/05/2024	18/06/2024	RV00568876	REMANSO - BA
143	17/05/2024	18/06/2024	RV00568873	TERESINA - PI
144	17/05/2024	18/06/2024	RV00568872	TIMON - MA
145	17/05/2024	18/06/2024	RV00568871	TERESINA - PI
146	17/05/2024	18/06/2024	RV00568870	ANGICAL DO PIAUI - PI
147	17/05/2024	18/06/2024	RV00568869	TERESINA - PI
148	17/05/2024	18/06/2024	RV00568867	TERESINA - PI
149	17/05/2024	18/06/2024	RV00568866	TERESINA - PI
150	17/05/2024	18/06/2024	RV00568865	TIMON - MA
151	17/05/2024	18/06/2024	RV00568864	TERESINA - PI
152	17/05/2024	18/06/2024	RV00568863	TERESINA - PI
153	17/05/2024	18/06/2024	RV00568862	CAXIAS - MA
154	17/05/2024	18/06/2024	RV00568861	HUGO NAPOLEAO - PI
155	17/05/2024	18/06/2024	RV00568860	TERESINA - PI
156	17/05/2024	18/06/2024	RV00568859	TERESINA - PI
157	17/05/2024	18/06/2024	RV00568858	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
158	17/05/2024	18/06/2024	RV00568856	PARNAIBA - PI
159	17/05/2024	18/06/2024	RV00568855	HUGO NAPOLEAO - PI
160	17/05/2024	18/06/2024	RV00568854	TERESINA - PI
161	17/05/2024	18/06/2024	RV00568853	TERESINA - PI
162	17/05/2024	18/06/2024	RV00568852	TERESINA - PI
163	17/05/2024	18/06/2024	RV00568850	TERESINA - PI
164	17/05/2024	18/06/2024	RV00568849	ANANINDEUA - PA
165	17/05/2024	18/06/2024	RV00568848	TERESINA - PI

166	17/05/2024	18/06/2024	RV00568847	TERESINA - PI
167	17/05/2024	18/06/2024	RV00568846	DOM INOCENCIO - PI
168	17/05/2024	18/06/2024	RV00568845	ALTO LONGA - PI
169	17/05/2024	18/06/2024	RV00568844	ELESBAO VELOSO - PI
170	17/05/2024	18/06/2024	RV00568843	TERESINA - PI
171	17/05/2024	18/06/2024	RV00568841	TERESINA - PI
172	17/05/2024	18/06/2024	RV00568840	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
173	17/05/2024	18/06/2024	RV00568828	JOAQUIM PIRES - PI
174	17/05/2024	18/06/2024	RV00568827	TERESINA - PI
175	17/05/2024	18/06/2024	RV00568826	TERESINA - PI
176	17/05/2024	18/06/2024	RV00568825	TERESINA - PI
177	17/05/2024	18/06/2024	RV00568824	TERESINA - PI
178	17/05/2024	18/06/2024	RV00568823	HUGO NAPOLEAO - PI
179	17/05/2024	18/06/2024	RV00568822	TERESINA - PI
180	17/05/2024	18/06/2024	RV00569571	HUGO NAPOLEAO - PI
181	17/05/2024	18/06/2024	RV00569570	TERESINA - PI
182	17/05/2024	18/06/2024	RV00569569	TIMON - MA
183	17/05/2024	18/06/2024	RV00569567	TERESINA - PI
184	17/05/2024	18/06/2024	RV00569566	TERESINA - PI
185	17/05/2024	18/06/2024	RV00569565	HUGO NAPOLEAO - PI
186	17/05/2024	18/06/2024	RV00569564	DIRCEU ARCOVERDE - PI
187	17/05/2024	18/06/2024	RV00569563	SAO FELIX DO PIAUI - PI
188	17/05/2024	18/06/2024	RV00568820	TERESINA - PI
189	17/05/2024	18/06/2024	RV00568819	TERESINA - PI
190	17/05/2024	18/06/2024	RV00568818	TERESINA - PI
191	17/05/2024	18/06/2024	RV00568817	ALTO LONGA - PI
192	17/05/2024	18/06/2024	RV00568816	TERESINA - PI
193	17/05/2024	18/06/2024	RV00568815	TERESINA - PI
194	17/05/2024	18/06/2024	RV00568814	TERESINA - PI
195	17/05/2024	18/06/2024	RV00568813	TERESINA - PI
196	17/05/2024	18/06/2024	RV00568812	TERESINA - PI
197	17/05/2024	18/06/2024	RV00568810	TERESINA - PI
198	17/05/2024	18/06/2024	RV00568809	FLORIANO - PI
199	17/05/2024	18/06/2024	RV00568808	TERESINA - PI
200	17/05/2024	18/06/2024	RV00568807	TERESINA - PI
201	17/05/2024	18/06/2024	RV00568806	TERESINA - PI
202	17/05/2024	18/06/2024	RV00568805	AGUA BRANCA - PI
203	17/05/2024	18/06/2024	RV00568804	HUGO NAPOLEAO - PI
204	17/05/2024	18/06/2024	RV00568803	VALENCA DO PIAUI - PI
205	17/05/2024	18/06/2024	RV00568802	JUAZEIRO DO NORTE - CE
206	17/05/2024	18/06/2024	RV00568801	TERESINA - PI
207	17/05/2024	18/06/2024	RV00568800	TERESINA - PI

208	17/05/2024	18/06/2024	RV00568799	HUGO NAPOLEAO - PI
209	17/05/2024	18/06/2024	RV00568798	TERESINA - PI
210	17/05/2024	18/06/2024	RV00568795	TERESINA - PI
211	17/05/2024	18/06/2024	RV00568794	PARNAIBA - PI
212	17/05/2024	18/06/2024	RV00568793	AGUA BRANCA - PI
213	17/05/2024	18/06/2024	RV00568791	BATALHA - PI
214	17/05/2024	18/06/2024	RV00568789	MOGI DAS CRUZES - SP
215	17/05/2024	18/06/2024	RV00568788	TERESINA - PI
216	17/05/2024	18/06/2024	RV00568787	TERESINA - PI
217	17/05/2024	18/06/2024	RV00568786	HUGO NAPOLEAO - PI
218	17/05/2024	18/06/2024	RV00568784	HUGO NAPOLEAO - PI
219	17/05/2024	18/06/2024	RV00568782	TERESINA - PI
220	17/05/2024	18/06/2024	RV00568781	TERESINA - PI
221	17/05/2024	18/06/2024	RV00568780	BALSAS - MA
222	17/05/2024	18/06/2024	RV00568779	TERESINA - PI
223	17/05/2024	18/06/2024	RV00568778	TERESINA - PI
224	17/05/2024	18/06/2024	RV00568777	FORTALEZA - CE
225	17/05/2024	18/06/2024	RV00568776	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
226	17/05/2024	18/06/2024	RV00568775	HUGO NAPOLEAO - PI
227	17/05/2024	18/06/2024	RV00568773	CAMPO MAIOR - PI
228	17/05/2024	18/06/2024	RV00568772	TERESINA - PI
229	17/05/2024	18/06/2024	RV00568771	TERESINA - PI
230	17/05/2024	18/06/2024	RV00568769	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
231	17/05/2024	18/06/2024	RV00568768	TERESINA - PI
232	17/05/2024	18/06/2024	RV00568767	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
233	17/05/2024	18/06/2024	RV00568766	BLUMENAU - SC
234	17/05/2024	18/06/2024	RV00568765	AGUA BRANCA - PI
235	17/05/2024	18/06/2024	RV00568764	HUGO NAPOLEAO - PI
236	17/05/2024	18/06/2024	RV00568763	SAO LOURENCO DA MATA - PE
237	17/05/2024	18/06/2024	RV00568762	TERESINA - PI
238	17/05/2024	18/06/2024	RV00568759	AGUA BRANCA - PI
239	17/05/2024	18/06/2024	RV00568758	TIMON - MA
240	17/05/2024	18/06/2024	RV00568757	JUAZEIRO DO NORTE - CE
241	17/05/2024	18/06/2024	RV00568756	SAO LUIS - MA
242	17/05/2024	18/06/2024	RV00568752	TERESINA - PI
243	17/05/2024	18/06/2024	RV00568750	TERESINA - PI
244	17/05/2024	18/06/2024	RV00568749	TERESINA - PI
245	17/05/2024	18/06/2024	RV00568748	DIRCEU ARCOVERDE - PI
246	17/05/2024	18/06/2024	RV00568747	TERESINA - PI
247	17/05/2024	18/06/2024	RV00568746	TERESINA - PI
248	17/05/2024	18/06/2024	RV00568745	SAO LUIS - MA
249	17/05/2024	18/06/2024	RV00568744	AGUA BRANCA - PI

250	17/05/2024	18/06/2024	RV00568743	TERESINA - PI
251	17/05/2024	18/06/2024	RV00568742	AGUA BRANCA - PI
252	17/05/2024	18/06/2024	RV00568741	DIRCEU ARCOVERDE - PI
253	17/05/2024	18/06/2024	RV00568739	TERESINA - PI
254	17/05/2024	18/06/2024	RV00568738	TERESINA - PI
255	17/05/2024	18/06/2024	RV00568737	TERESINA - PI
256	17/05/2024	18/06/2024	RV00568735	AGUAS LINDAS DE GOIAS - GO
257	17/05/2024	18/06/2024	RV00568734	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
258	17/05/2024	18/06/2024	RV00568733	TERESINA - PI
259	17/05/2024	18/06/2024	RV00568732	TERESINA - PI
260	17/05/2024	18/06/2024	RV00568730	TERESINA - PI
261	17/05/2024	18/06/2024	RV00568729	AGUA BRANCA - PI
262	17/05/2024	18/06/2024	RV00568728	TERESINA - PI
263	17/05/2024	18/06/2024	RV00568726	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
264	17/05/2024	18/06/2024	RV00568724	TIMON - MA
265	17/05/2024	18/06/2024	RV00568723	TERESINA - PI
266	17/05/2024	18/06/2024	RV00568722	TERESINA - PI
267	17/05/2024	18/06/2024	RV00568721	TERESINA - PI
268	17/05/2024	18/06/2024	RV00568720	HUGO NAPOLEAO - PI
269	17/05/2024	18/06/2024	RV00568719	AGUA BRANCA - PI
270	17/05/2024	18/06/2024	RV00568718	TERESINA - PI
271	17/05/2024	18/06/2024	RV00568717	SENADOR CANEDO - GO
272	17/05/2024	18/06/2024	RV00568716	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO - PI
273	17/05/2024	18/06/2024	RV00568714	TERESINA - PI
274	17/05/2024	18/06/2024	RV00568712	MONSENHOR HIPOLITO - PI
275	17/05/2024	18/06/2024	RV00568711	TERESINA - PI
276	17/05/2024	18/06/2024	RV00568710	BERTIOGA - SP
277	17/05/2024	18/06/2024	RV00568709	ELESBAO VELOSO - PI
278	17/05/2024	18/06/2024	RV00568707	AGUA BRANCA - PI
279	17/05/2024	18/06/2024	RV00568704	TERESINA - PI
280	17/05/2024	18/06/2024	RV00568703	TERESINA - PI
281	17/05/2024	18/06/2024	RV00568702	ANISIO DE ABREU - PI
282	17/05/2024	18/06/2024	RV00568701	BARRA DO CORDA - MA
283	17/05/2024	18/06/2024	RV00568700	BALSAS - MA
284	17/05/2024	18/06/2024	RV00568699	JAICOS - PI
285	17/05/2024	18/06/2024	RV00568698	AGUA BRANCA - PI
286	17/05/2024	18/06/2024	RV00568697	COCAL DOS ALVES - PI
287	17/05/2024	18/06/2024	RV00568696	ESPERANTINA - PI
288	17/05/2024	18/06/2024	RV00568695	SANTO ANTONIO DO LESTE - MT
289	17/05/2024	18/06/2024	RV00568694	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
290	17/05/2024	18/06/2024	RV00568693	RIO DAS OSTRAS - RJ
291	17/05/2024	18/06/2024	RV00568692	TERESINA - PI

292	17/05/2024	18/06/2024	RV00568691	TERESINA - PI
293	17/05/2024	18/06/2024	RV00568690	DIRCEU ARCOVERDE - PI
294	17/05/2024	18/06/2024	RV00568689	TERESINA - PI
295	17/05/2024	18/06/2024	RV00568688	MATIAS OLIMPIO - PI
296	17/05/2024	18/06/2024	RV00568687	NOVA OLINDA - CE
297	17/05/2024	18/06/2024	RV00568684	TERESINA - PI
298	17/05/2024	18/06/2024	RV00568683	JOSE DE FREITAS - PI
299	17/05/2024	18/06/2024	RV00568682	MARACANAU - CE
300	17/05/2024	18/06/2024	RV00568681	ARARI - MA
301	17/05/2024	18/06/2024	RV00568680	BREJO - MA
302	17/05/2024	18/06/2024	RV00568679	TERESINA - PI
303	17/05/2024	18/06/2024	RV00568677	TERESINA - PI
304	17/05/2024	18/06/2024	RV00568676	PARNAIBA - PI
305	17/05/2024	18/06/2024	RV00568674	AGUA BRANCA - PI
306	17/05/2024	18/06/2024	RV00568673	PAULISTA - PE
307	17/05/2024	18/06/2024	RV00568672	TERESINA - PI
308	17/05/2024	18/06/2024	RV00568671	AGUA BRANCA - PI
309	17/05/2024	18/06/2024	RV00568670	TERESINA - PI
310	17/05/2024	18/06/2024	RV00568669	TERESINA - PI
311	17/05/2024	18/06/2024	RV00568668	QUIXADA - CE
312	17/05/2024	18/06/2024	RV00568666	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI
313	17/05/2024	18/06/2024	RV00568662	GOIANIA - GO
314	17/05/2024	18/06/2024	RV00568661	TERESINA - PI
315	17/05/2024	18/06/2024	RV00568659	TERESINA - PI
316	17/05/2024	18/06/2024	RV00568658	TERESINA - PI
317	17/05/2024	18/06/2024	RV00568657	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI
318	17/05/2024	18/06/2024	RV00568656	TERESINA - PI
319	17/05/2024	18/06/2024	RV00568655	TERESINA - PI
320	17/05/2024	18/06/2024	RV00568654	TERESINA - PI
321	17/05/2024	18/06/2024	RV00568653	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
322	17/05/2024	18/06/2024	RV00568651	CAXIAS - MA
323	17/05/2024	18/06/2024	RV00568650	HUGO NAPOLEAO - PI
324	17/05/2024	18/06/2024	RV00568649	TERESINA - PI
325	17/05/2024	18/06/2024	RV00568648	SANTANA DE PARNAIBA - SP
326	17/05/2024	18/06/2024	RV00568647	TERESINA - PI
327	17/05/2024	18/06/2024	RV00568646	TERESINA - PI
328	17/05/2024	18/06/2024	RV00568644	TERESINA - PI
329	17/05/2024	18/06/2024	RV00568643	TERESINA - PI
330	17/05/2024	18/06/2024	RV00568642	TERESINA - PI
331	17/05/2024	18/06/2024	RV00568641	PARNAIBA - PI
332	17/05/2024	18/06/2024	RV00568640	TERESINA - PI

333	17/05/2024	18/06/2024	RV00568639	TERESINA - PI
334	17/05/2024	18/06/2024	RV00568637	AGUA BRANCA - PI
335	17/05/2024	18/06/2024	RV00568636	OLHO D'AGUA DO PIAUI - PI
336	17/05/2024	18/06/2024	RV00568635	TERESINA - PI
337	17/05/2024	18/06/2024	RV00568633	NAZARIA - PI
338	17/05/2024	18/06/2024	RV00568632	TERESINA - PI
339	17/05/2024	18/06/2024	RV00568631	TERESINA - PI
340	17/05/2024	18/06/2024	RV00568630	TERESINA - PI
341	17/05/2024	18/06/2024	RV00568629	TERESINA - PI
342	17/05/2024	18/06/2024	RV00568628	BARRO DURO - PI
343	17/05/2024	18/06/2024	RV00568627	TERESINA - PI
344	17/05/2024	18/06/2024	RV00568626	TERESINA - PI
345	17/05/2024	18/06/2024	RV00568624	TERESINA - PI
346	17/05/2024	18/06/2024	RV00568622	JARDIM DO MULATO - PI
347	17/05/2024	18/06/2024	RV00568621	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO - PI
348	17/05/2024	18/06/2024	RV00568620	TERESINA - PI
349	17/05/2024	18/06/2024	RV00568619	AGUA BRANCA - PI
350	17/05/2024	18/06/2024	RV00568618	TERESINA - PI
351	17/05/2024	18/06/2024	RV00568617	TERESINA - PI
352	17/05/2024	18/06/2024	RV00568615	JEQUIE - BA
353	17/05/2024	18/06/2024	RV00568614	PIRIPIRI - PI
354	17/05/2024	18/06/2024	RV00568611	JUAZEIRO DO NORTE - CE
355	17/05/2024	18/06/2024	RV00568608	TERESINA - PI
356	17/05/2024	18/06/2024	RV00568607	PICOS - PI
357	17/05/2024	18/06/2024	RV00568606	FORTALEZA - CE
358	17/05/2024	18/06/2024	RV00568605	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
359	17/05/2024	18/06/2024	RV00568604	TERESINA - PI
360	17/05/2024	18/06/2024	RV00568603	AGUA BRANCA - PI
361	17/05/2024	18/06/2024	RV00568602	TERESINA - PI
362	17/05/2024	18/06/2024	RV00568600	FORTALEZA - CE
363	17/05/2024	18/06/2024	RV00568599	TERESINA - PI
364	17/05/2024	18/06/2024	RV00568598	TERESINA - PI
365	17/05/2024	18/06/2024	RV00568837	JOAQUIM PIRES - PI
366	17/05/2024	18/06/2024	RV00568836	OEIRAS - PI
367	17/05/2024	18/06/2024	RV00568835	AGUA BRANCA - PI
368	17/05/2024	18/06/2024	RV00568834	TERESINA - PI
369	17/05/2024	18/06/2024	RV00568832	TERESINA - PI
370	17/05/2024	18/06/2024	RV00568831	TIMON - MA
371	17/05/2024	18/06/2024	RV00568830	TIMON - MA
372	17/05/2024	18/06/2024	RV00568829	TERESINA - PI
373	17/05/2024	18/06/2024	RV00568597	TERESINA - PI

374	17/05/2024	18/06/2024	RV00568596	TERESINA - PI
375	17/05/2024	18/06/2024	RV00568593	TERESINA - PI
376	17/05/2024	18/06/2024	RV00568592	TERESINA - PI
377	17/05/2024	18/06/2024	RV00568591	PACO DO LUMIAR - MA
378	17/05/2024	18/06/2024	RV00568590	TERESINA - PI
379	17/05/2024	18/06/2024	RV00568589	ITAPECURU MIRIM - MA
380	17/05/2024	18/06/2024	RV00568588	TERESINA - PI
381	17/05/2024	18/06/2024	RV00568587	TERESINA - PI
382	17/05/2024	18/06/2024	RV00568586	TERESINA - PI
383	17/05/2024	18/06/2024	RV00568585	TERESINA - PI
384	17/05/2024	18/06/2024	RV00568584	TERESINA - PI
385	17/05/2024	18/06/2024	RV00568583	TERESINA - PI
386	17/05/2024	18/06/2024	RV00568582	TERESINA - PI
387	17/05/2024	18/06/2024	RV00568581	TERESINA - PI
388	17/05/2024	18/06/2024	RV00568580	TERESINA - PI
389	17/05/2024	18/06/2024	RV00568578	TERESINA - PI
390	17/05/2024	18/06/2024	RV00568577	TERESINA - PI
391	17/05/2024	18/06/2024	RV00568576	TERESINA - PI
392	17/05/2024	18/06/2024	RV00568575	RECIFE - PE
393	17/05/2024	18/06/2024	RV00568574	TERESINA - PI
394	17/05/2024	18/06/2024	RV00568573	TERESINA - PI
395	17/05/2024	18/06/2024	RV00568572	TERESINA - PI
396	17/05/2024	18/06/2024	RV00568569	BONFIM DO PIAUI - PI
397	17/05/2024	18/06/2024	RV00568568	FORTALEZA - CE
398	17/05/2024	18/06/2024	RV00568567	AGUA BRANCA - PI
399	17/05/2024	18/06/2024	RV00568566	TERESINA - PI
400	17/05/2024	18/06/2024	RV00568565	PIRIPIRI - PI
401	17/05/2024	18/06/2024	RV00568564	CAUCAIA - CE
402	17/05/2024	18/06/2024	RV00568563	PIRIPIRI - PI
403	17/05/2024	18/06/2024	RV00568562	PIRIPIRI - PI
404	17/05/2024	18/06/2024	RV00568561	FORTALEZA - CE
405	17/05/2024	18/06/2024	RV00568560	TERESINA - PI
406	17/05/2024	18/06/2024	RV00568559	TERESINA - PI
407	17/05/2024	18/06/2024	RV00568558	RECIFE - PE
408	17/05/2024	18/06/2024	RV00568557	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI
409	17/05/2024	18/06/2024	RV00568556	AGUA BRANCA - PI
410	17/05/2024	18/06/2024	RV00568555	TERESINA - PI

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13594, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS-PI

NOTIFICAÇÃO – AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	18/06/2024	RV00569962	UNIAO - PI
2	17/05/2024	18/06/2024	RV00569961	TERESINA - PI
3	17/05/2024	18/06/2024	RV00569960	CABECEIRAS DO PIAUI - PI
4	17/05/2024	18/06/2024	RV00569958	TERESINA - PI
5	17/05/2024	18/06/2024	RV00569957	HUGO NAPOLEAO - PI
6	17/05/2024	18/06/2024	RV00569955	TERESINA - PI
7	17/05/2024	18/06/2024	RV00569953	TERESINA - PI
8	17/05/2024	18/06/2024	RV00569952	BARRAS - PI
9	17/05/2024	18/06/2024	RV00569949	PICOS - PI
10	17/05/2024	18/06/2024	RV00569948	HUGO NAPOLEAO - PI
11	17/05/2024	18/06/2024	RV00569947	TERESINA - PI
12	17/05/2024	18/06/2024	RV00569946	AGUA BRANCA - PI
13	17/05/2024	18/06/2024	RV00569945	TERESINA - PI
14	17/05/2024	18/06/2024	RV00569944	TERESINA - PI
15	17/05/2024	18/06/2024	RV00569942	TERESINA - PI
16	17/05/2024	18/06/2024	RV00569941	TERESINA - PI
17	17/05/2024	18/06/2024	RV00569940	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
18	17/05/2024	18/06/2024	RV00569938	TERESINA - PI
19	17/05/2024	18/06/2024	RV00569937	HUGO NAPOLEAO - PI
20	17/05/2024	18/06/2024	RV00569936	TERESINA - PI
21	17/05/2024	18/06/2024	RV00569932	PICOS - PI
22	17/05/2024	18/06/2024	RV00569931	TERESINA - PI
23	17/05/2024	18/06/2024	RV00569930	AGUA BRANCA - PI
24	17/05/2024	18/06/2024	RV00569928	TERESINA - PI
25	17/05/2024	18/06/2024	RV00569927	TERESINA - PI
26	17/05/2024	18/06/2024	RV00569926	HUGO NAPOLEAO - PI
27	17/05/2024	18/06/2024	RV00569925	TERESINA - PI
28	17/05/2024	18/06/2024	RV00569923	TERESINA - PI
29	17/05/2024	18/06/2024	RV00569922	TERESINA - PI

30	17/05/2024	18/06/2024	RV00569921	CONTAGEM - MG
31	17/05/2024	18/06/2024	RV00569920	INHUMA - PI
32	17/05/2024	18/06/2024	RV00569919	VALENCA DO PIAUI - PI
33	17/05/2024	18/06/2024	RV00569918	PAULISTANA - PI
34	17/05/2024	18/06/2024	RV00569917	PIRACURUCA - PI
35	17/05/2024	18/06/2024	RV00569916	TERESINA - PI
36	17/05/2024	18/06/2024	RV00569915	TERESINA - PI
37	17/05/2024	18/06/2024	RV00569913	TERESINA - PI
38	17/05/2024	18/06/2024	RV00569912	REMANSO - BA
39	17/05/2024	18/06/2024	RV00569911	TERESINA - PI
40	17/05/2024	18/06/2024	RV00569910	TERESINA - PI
41	17/05/2024	18/06/2024	RV00569909	TERESINA - PI
42	17/05/2024	18/06/2024	RV00569908	PIRIPIRI - PI
43	17/05/2024	18/06/2024	RV00569907	TERESINA - PI
44	17/05/2024	18/06/2024	RV00569906	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO - PI
45	17/05/2024	18/06/2024	RV00569905	TERESINA - PI
46	17/05/2024	18/06/2024	RV00569903	TERESINA - PI
47	17/05/2024	18/06/2024	RV00569902	TERESINA - PI
48	17/05/2024	18/06/2024	RV00569901	HUGO NAPOLEAO - PI
49	17/05/2024	18/06/2024	RV00569900	CARACOL - PI
50	17/05/2024	18/06/2024	RV00569899	TERESINA - PI
51	17/05/2024	18/06/2024	RV00569898	AGUA BRANCA - PI
52	17/05/2024	18/06/2024	RV00569897	TERESINA - PI
53	17/05/2024	18/06/2024	RV00569896	ANTONIO ALMEIDA - PI
54	17/05/2024	18/06/2024	RV00569895	REMANSO - BA
55	17/05/2024	18/06/2024	RV00569893	UNIAO - PI
56	17/05/2024	18/06/2024	RV00569892	REMANSO - BA
57	17/05/2024	18/06/2024	RV00569890	TERESINA - PI
58	17/05/2024	18/06/2024	RV00569889	TERESINA - PI
59	17/05/2024	18/06/2024	RV00569888	TERESINA - PI
60	17/05/2024	18/06/2024	RV00569887	TERESINA - PI
61	17/05/2024	18/06/2024	RV00569886	TERESINA - PI
62	17/05/2024	18/06/2024	RV00569885	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
63	17/05/2024	18/06/2024	RV00569884	TERESINA - PI
64	17/05/2024	18/06/2024	RV00569883	TERESINA - PI
65	17/05/2024	18/06/2024	RV00569882	SAO LUIS - MA
66	17/05/2024	18/06/2024	RV00569881	TERESINA - PI
67	17/05/2024	18/06/2024	RV00569879	JIJOCA DE JERICOACOARA - CE
68	17/05/2024	18/06/2024	RV00569878	AGUA BRANCA - PI
69	17/05/2024	18/06/2024	RV00569877	TERESINA - PI
70	17/05/2024	18/06/2024	RV00569876	TERESINA - PI
71	17/05/2024	18/06/2024	RV00569875	PICOS - PI

72	17/05/2024	18/06/2024	RV00569874	TERESINA - PI
73	17/05/2024	18/06/2024	RV00569873	TERESINA - PI
74	17/05/2024	18/06/2024	RV00569872	AGUA BRANCA - PI
75	17/05/2024	18/06/2024	RV00569871	REMANSO - BA
76	17/05/2024	18/06/2024	RV00569870	AGUA BRANCA - PI
77	17/05/2024	18/06/2024	RV00569869	TERESINA - PI
78	17/05/2024	18/06/2024	RV00569868	TERESINA - PI
79	17/05/2024	18/06/2024	RV00569867	MANOEL EMIDIO - PI
80	17/05/2024	18/06/2024	RV00569866	TERESINA - PI
81	17/05/2024	18/06/2024	RV00569865	ANISIO DE ABREU - PI
82	17/05/2024	18/06/2024	RV00569864	TERESINA - PI
83	17/05/2024	18/06/2024	RV00569862	LUZILANDIA - PI
84	17/05/2024	18/06/2024	RV00569861	TERESINA - PI
85	17/05/2024	18/06/2024	RV00569860	TERESINA - PI
86	17/05/2024	18/06/2024	RV00569858	ALTO LONGA - PI
87	17/05/2024	18/06/2024	RV00569856	TERESINA - PI
88	17/05/2024	18/06/2024	RV00569855	TERESINA - PI
89	17/05/2024	18/06/2024	RV00569854	TERESINA - PI
90	17/05/2024	18/06/2024	RV00569853	TERESINA - PI
91	17/05/2024	18/06/2024	RV00569852	CHAPADINHA - MA
92	17/05/2024	18/06/2024	RV00569851	TERESINA - PI
93	17/05/2024	18/06/2024	RV00569850	TIMON - MA
94	17/05/2024	18/06/2024	RV00569849	TERESINA - PI
95	17/05/2024	18/06/2024	RV00569848	TERESINA - PI
96	17/05/2024	18/06/2024	RV00569847	CAMPO MAIOR - PI
97	17/05/2024	18/06/2024	RV00569845	TERESINA - PI
98	17/05/2024	18/06/2024	RV00569844	REGENERACAO - PI
99	17/05/2024	18/06/2024	RV00569842	TERESINA - PI
100	17/05/2024	18/06/2024	RV00569841	BALSAS - MA
101	17/05/2024	18/06/2024	RV00569840	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
102	17/05/2024	18/06/2024	RV00569838	AGUA BRANCA - PI
103	17/05/2024	18/06/2024	RV00569837	TERESINA - PI
104	17/05/2024	18/06/2024	RV00569835	AGUA BRANCA - PI
105	17/05/2024	18/06/2024	RV00569834	TERESINA - PI
106	17/05/2024	18/06/2024	RV00569832	TERESINA - PI
107	17/05/2024	18/06/2024	RV00569831	SAO LUIS - MA
108	17/05/2024	18/06/2024	RV00569830	AGUA BRANCA - PI
109	17/05/2024	18/06/2024	RV00569828	TERESINA - PI
110	17/05/2024	18/06/2024	RV00569824	TERESINA - PI
111	17/05/2024	18/06/2024	RV00569823	TERESINA - PI
112	17/05/2024	18/06/2024	RV00569822	TERESINA - PI
113	17/05/2024	18/06/2024	RV00569821	SAO JOAO DO PIAUI - PI

114	17/05/2024	18/06/2024	RV00569820	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
115	17/05/2024	18/06/2024	RV00569818	TIMBAUBA - PE
116	17/05/2024	18/06/2024	RV00569815	ALTOS - PI
117	17/05/2024	18/06/2024	RV00569814	TERESINA - PI
118	17/05/2024	18/06/2024	RV00569813	TERESINA - PI
119	17/05/2024	18/06/2024	RV00569812	REMANSO - BA
120	17/05/2024	18/06/2024	RV00569811	SAO LOURENCO D'OESTE - SC
121	17/05/2024	18/06/2024	RV00569810	MARACANAU - CE
122	17/05/2024	18/06/2024	RV00569809	HUGO NAPOLEAO - PI
123	17/05/2024	18/06/2024	RV00569808	TERESINA - PI
124	17/05/2024	18/06/2024	RV00569807	ALTOS - PI
125	17/05/2024	18/06/2024	RV00569806	TERESINA - PI
126	17/05/2024	18/06/2024	RV00569805	HUGO NAPOLEAO - PI
127	17/05/2024	18/06/2024	RV00569804	TERESINA - PI
128	17/05/2024	18/06/2024	RV00569803	TERESINA - PI
129	17/05/2024	18/06/2024	RV00569802	TERESINA - PI
130	17/05/2024	18/06/2024	RV00569801	TERESINA - PI
131	17/05/2024	18/06/2024	RV00569800	TERESINA - PI
132	17/05/2024	18/06/2024	RV00569798	TERESINA - PI
133	17/05/2024	18/06/2024	RV00569797	TERESINA - PI
134	17/05/2024	18/06/2024	RV00569796	TERESINA - PI
135	17/05/2024	18/06/2024	RV00569795	TERESINA - PI
136	17/05/2024	18/06/2024	RV00569794	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
137	17/05/2024	18/06/2024	RV00569793	TERESINA - PI
138	17/05/2024	18/06/2024	RV00569792	TERESINA - PI
139	17/05/2024	18/06/2024	RV00569791	CURRALINHOS - PI
140	17/05/2024	18/06/2024	RV00569790	BRASILIA - DF
141	17/05/2024	18/06/2024	RV00569788	MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP
142	17/05/2024	18/06/2024	RV00569786	TERESINA - PI
143	17/05/2024	18/06/2024	RV00569785	HUGO NAPOLEAO - PI
144	17/05/2024	18/06/2024	RV00569784	TERESINA - PI
145	17/05/2024	18/06/2024	RV00569783	TERESINA - PI
146	17/05/2024	18/06/2024	RV00569782	TIMBAUBA - PE
147	17/05/2024	18/06/2024	RV00569781	CAPITAO DE CAMPOS - PI
148	17/05/2024	18/06/2024	RV00569780	TERESINA - PI
149	17/05/2024	18/06/2024	RV00569779	CURRALINHOS - PI
150	17/05/2024	18/06/2024	RV00569778	TERESINA - PI
151	17/05/2024	18/06/2024	RV00569777	EUSEBIO - CE
152	17/05/2024	18/06/2024	RV00569776	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
153	17/05/2024	18/06/2024	RV00569775	PARNAIBA - PI
154	17/05/2024	18/06/2024	RV00569774	MIGUEL ALVES - PI

155	17/05/2024	18/06/2024	RV00569773	SANTO ANTONIO DE LISBOA - PI
156	17/05/2024	18/06/2024	RV00569772	TERESINA - PI
157	17/05/2024	18/06/2024	RV00569771	TERESINA - PI
158	17/05/2024	18/06/2024	RV00569770	TERESINA - PI
159	17/05/2024	18/06/2024	RV00569769	TIMON - MA
160	17/05/2024	18/06/2024	RV00569768	AGUA BRANCA - PI
161	17/05/2024	18/06/2024	RV00569767	BARRAS - PI
162	17/05/2024	18/06/2024	RV00569766	TERESINA - PI
163	17/05/2024	18/06/2024	RV00569765	HUGO NAPOLEAO - PI
164	17/05/2024	18/06/2024	RV00569764	AGUA BRANCA - PI
165	17/05/2024	18/06/2024	RV00569763	PALMEIRAIS - PI
166	17/05/2024	18/06/2024	RV00569762	TERESINA - PI
167	17/05/2024	18/06/2024	RV00569761	MINEIROS - GO
168	17/05/2024	18/06/2024	RV00569760	TERESINA - PI
169	17/05/2024	18/06/2024	RV00569759	TERESINA - PI
170	17/05/2024	18/06/2024	RV00569758	TERESINA - PI
171	17/05/2024	18/06/2024	RV00569757	TERESINA - PI
172	17/05/2024	18/06/2024	RV00569756	TIMON - MA
173	17/05/2024	18/06/2024	RV00569755	TERESINA - PI
174	17/05/2024	18/06/2024	RV00569754	AGUA BRANCA - PI
175	17/05/2024	18/06/2024	RV00569752	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
176	17/05/2024	18/06/2024	RV00569750	SAO PAULO - SP
177	17/05/2024	18/06/2024	RV00569748	TERESINA - PI
178	17/05/2024	18/06/2024	RV00569746	TERESINA - PI
179	17/05/2024	18/06/2024	RV00569745	TERESINA - PI
180	17/05/2024	18/06/2024	RV00569743	TERESINA - PI
181	17/05/2024	18/06/2024	RV00569742	AGUA BRANCA - PI
182	17/05/2024	18/06/2024	RV00569741	TERESINA - PI
183	17/05/2024	18/06/2024	RV00569740	AGUA BRANCA - PI
184	17/05/2024	18/06/2024	RV00569738	TERESINA - PI
185	17/05/2024	18/06/2024	RV00569737	MANAUS - AM
186	17/05/2024	18/06/2024	RV00569736	PETROLINA - PE
187	17/05/2024	18/06/2024	RV00569735	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
188	17/05/2024	18/06/2024	RV00569733	MOGI-GUACU - SP
189	17/05/2024	18/06/2024	RV00569732	TERESINA - PI
190	17/05/2024	18/06/2024	RV00569731	MOGI-GUACU - SP
191	17/05/2024	18/06/2024	RV00569730	TERESINA - PI
192	17/05/2024	18/06/2024	RV00569729	CAUCAIA - CE
193	17/05/2024	18/06/2024	RV00569728	CORONEL JOSE DIAS - PI
194	17/05/2024	18/06/2024	RV00569725	CURRAL NOVO DO PIAUI - PI
195	17/05/2024	18/06/2024	RV00569724	TERESINA - PI
196	17/05/2024	18/06/2024	RV00569723	SAO LUIS - MA

197	17/05/2024	18/06/2024	RV00569722	TERESINA - PI
198	17/05/2024	18/06/2024	RV00569720	CARACOL - PI
199	17/05/2024	18/06/2024	RV00569719	GUARIBAS - PI
200	17/05/2024	18/06/2024	RV00569718	TERESINA - PI
201	17/05/2024	18/06/2024	RV00569716	GUARIBAS - PI
202	17/05/2024	18/06/2024	RV00569714	CARACOL - PI
203	17/05/2024	18/06/2024	RV00569711	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
204	17/05/2024	18/06/2024	RV00569710	PARNAIBA - PI
205	17/05/2024	18/06/2024	RV00569708	TERESINA - PI
206	17/05/2024	18/06/2024	RV00569707	BALNEARIO ARROIO DO SILVA - SC
207	17/05/2024	18/06/2024	RV00569706	TERESINA - PI
208	17/05/2024	18/06/2024	RV00569705	BRASILIA - DF
209	17/05/2024	18/06/2024	RV00569704	TERESINA - PI
210	17/05/2024	18/06/2024	RV00569701	AGUA BRANCA - PI
211	17/05/2024	18/06/2024	RV00569699	TERESINA - PI
212	17/05/2024	18/06/2024	RV00569697	TERESINA - PI
213	17/05/2024	18/06/2024	RV00569696	TERESINA - PI
214	17/05/2024	18/06/2024	RV00569695	TERESINA - PI
215	17/05/2024	18/06/2024	RV00569694	TERESINA - PI
216	17/05/2024	18/06/2024	RV00569693	NOVO SANTO ANTONIO - PI
217	17/05/2024	18/06/2024	RV00569692	BOM JESUS - PI
218	17/05/2024	18/06/2024	RV00569691	GUARIBAS - PI
219	17/05/2024	18/06/2024	RV00569689	TERESINA - PI
220	17/05/2024	18/06/2024	RV00569688	AGUA BRANCA - PI
221	17/05/2024	18/06/2024	RV00569685	TERESINA - PI
222	17/05/2024	18/06/2024	RV00569684	TERESINA - PI
223	17/05/2024	18/06/2024	RV00569683	AGUA BRANCA - PI
224	17/05/2024	18/06/2024	RV00569682	TERESINA - PI
225	17/05/2024	18/06/2024	RV00569680	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
226	17/05/2024	18/06/2024	RV00569677	TERESINA - PI
227	17/05/2024	18/06/2024	RV00569676	TABIRA - PE
228	17/05/2024	18/06/2024	RV00569675	SAO GONCALO DO PIAUI - PI
229	17/05/2024	18/06/2024	RV00569674	VOTUPORANGA - SP
230	17/05/2024	18/06/2024	RV00569673	AGUA BRANCA - PI
231	17/05/2024	18/06/2024	RV00569672	TERESINA - PI
232	17/05/2024	18/06/2024	RV00569671	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
233	17/05/2024	18/06/2024	RV00569670	TERESINA - PI
234	17/05/2024	18/06/2024	RV00569668	GOIANIA - GO
235	17/05/2024	18/06/2024	RV00569667	SAO PEDRO DO PIAUI - PI
236	17/05/2024	18/06/2024	RV00569665	TERESINA - PI
237	17/05/2024	18/06/2024	RV00569664	SAO RAIMUNDO NONATO - PI

238	17/05/2024	18/06/2024	RV00569663	GOIANIA - GO
239	17/05/2024	18/06/2024	RV00569662	PATROCINIO - MG
240	17/05/2024	18/06/2024	RV00569661	UMUARAMA - PR
241	17/05/2024	18/06/2024	RV00569660	TERESINA - PI
242	17/05/2024	18/06/2024	RV00569657	UMUARAMA - PR
243	17/05/2024	18/06/2024	RV00569656	MASSAPE - CE
244	17/05/2024	18/06/2024	RV00569654	NATAL - RN
245	17/05/2024	18/06/2024	RV00569653	SAO LUIS - MA
246	17/05/2024	18/06/2024	RV00569651	UNIAO - PI
247	17/05/2024	18/06/2024	RV00569650	SAO LUIS - MA
248	17/05/2024	18/06/2024	RV00569649	AGUA BRANCA - PI
249	17/05/2024	18/06/2024	RV00569648	PICOS - PI
250	17/05/2024	18/06/2024	RV00569646	HUGO NAPOLEAO - PI
251	17/05/2024	18/06/2024	RV00569645	TERESINA - PI
252	17/05/2024	18/06/2024	RV00569644	TERESINA - PI
253	17/05/2024	18/06/2024	RV00569643	TERESINA - PI
254	17/05/2024	18/06/2024	RV00569640	TERESINA - PI
255	17/05/2024	18/06/2024	RV00569639	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI
256	17/05/2024	18/06/2024	RV00569638	TERESINA - PI
257	17/05/2024	18/06/2024	RV00569637	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
258	17/05/2024	18/06/2024	RV00569636	TERESINA - PI
259	17/05/2024	18/06/2024	RV00569635	FLORIANO - PI
260	17/05/2024	18/06/2024	RV00569634	JUNDIAI - SP
261	17/05/2024	18/06/2024	RV00569633	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
262	17/05/2024	18/06/2024	RV00569632	AGUA BRANCA - PI
263	17/05/2024	18/06/2024	RV00569631	SAO PAULO - SP
264	17/05/2024	18/06/2024	RV00569630	DIRCEU ARCOVERDE - PI
265	17/05/2024	18/06/2024	RV00569629	VIEIROPOLIS - PB
266	17/05/2024	18/06/2024	RV00569628	AGUA BRANCA - PI
267	17/05/2024	18/06/2024	RV00569627	PARNAIBA - PI
268	17/05/2024	18/06/2024	RV00569626	TERESINA - PI
269	17/05/2024	18/06/2024	RV00569625	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
270	17/05/2024	18/06/2024	RV00569624	TERESINA - PI
271	17/05/2024	18/06/2024	RV00569623	CAMPINAS - SP
272	17/05/2024	18/06/2024	RV00569622	TIMON - MA
273	17/05/2024	18/06/2024	RV00569619	TERESINA - PI
274	17/05/2024	18/06/2024	RV00569617	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
275	17/05/2024	18/06/2024	RV00569616	TERESINA - PI
276	17/05/2024	18/06/2024	RV00569615	TERESINA - PI
277	17/05/2024	18/06/2024	RV00569613	TERESINA - PI
278	17/05/2024	18/06/2024	RV00569612	TERESINA - PI

279	17/05/2024	18/06/2024	RV00569611	TERESINA - PI
280	17/05/2024	18/06/2024	RV00569610	TERESINA - PI
281	17/05/2024	18/06/2024	RV00569609	TERESINA - PI
282	17/05/2024	18/06/2024	RV00569607	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
283	17/05/2024	18/06/2024	RV00569605	TERESINA - PI
284	17/05/2024	18/06/2024	RV00569604	TERESINA - PI
285	17/05/2024	18/06/2024	RV00569603	AGUA BRANCA - PI
286	17/05/2024	18/06/2024	RV00569601	TERESINA - PI
287	17/05/2024	18/06/2024	RV00569600	TERESINA - PI
288	17/05/2024	18/06/2024	RV00569599	TIMON - MA
289	17/05/2024	18/06/2024	RV00569598	TERESINA - PI
290	17/05/2024	18/06/2024	RV00569597	TERESINA - PI
291	17/05/2024	18/06/2024	RV00569596	AGUA BRANCA - PI
292	17/05/2024	18/06/2024	RV00569595	TERESINA - PI
293	17/05/2024	18/06/2024	RV00569594	TERESINA - PI
294	17/05/2024	18/06/2024	RV00569593	PACO DO LUMIAR - MA
295	17/05/2024	18/06/2024	RV00569591	TERESINA - PI
296	17/05/2024	18/06/2024	RV00569590	TERESINA - PI
297	17/05/2024	18/06/2024	RV00569589	TERESINA - PI
298	17/05/2024	18/06/2024	RV00569588	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
299	17/05/2024	18/06/2024	RV00569587	TERESINA - PI
300	17/05/2024	18/06/2024	RV00569586	TERESINA - PI
301	17/05/2024	18/06/2024	RV00569585	TERESINA - PI
302	17/05/2024	18/06/2024	RV00569581	TERESINA - PI
303	17/05/2024	18/06/2024	RV00569580	CAXIAS - MA
304	17/05/2024	18/06/2024	RV00569579	TERESINA - PI
305	17/05/2024	18/06/2024	RV00569578	TERESINA - PI
306	17/05/2024	18/06/2024	RV00569573	VOTUPORANGA - SP
307	17/05/2024	18/06/2024	RV00569572	TERESINA - PI

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13596, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS-PI

NOTIFICAÇÃO – AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a

relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	18/06/2024	SF20000033	EUSEBIO - CE
2	17/05/2024	18/06/2024	SF20000032	TERESINA - PI
3	17/05/2024	18/06/2024	SF20000031	TERESINA - PI
4	17/05/2024	18/06/2024	SE10000056	TERESINA - PI
5	17/05/2024	18/06/2024	SE10000055	FLORIANO - PI
6	17/05/2024	18/06/2024	SI50000186	CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
7	17/05/2024	18/06/2024	SI50000184	URUCUI - PI
8	17/05/2024	18/06/2024	SI50000182	FORTALEZA - CE
9	17/05/2024	18/06/2024	SI50000177	FORTALEZA - CE
10	17/05/2024	18/06/2024	SI50000176	FORTALEZA - CE
11	17/05/2024	18/06/2024	SI50000175	MARCO - CE
12	17/05/2024	18/06/2024	SI50000173	URUCUI - PI
13	17/05/2024	18/06/2024	SI50000170	URUCUI - PI
14	17/05/2024	18/06/2024	SI50000168	FEIRA DE SANTANA - BA
15	17/05/2024	18/06/2024	SI50000166	TERESINA - PI
16	17/05/2024	18/06/2024	SI50000165	FLORIANO - PI
17	17/05/2024	18/06/2024	SI50000164	URUCUI - PI
18	17/05/2024	18/06/2024	SI50000163	URUCUI - PI
19	17/05/2024	18/06/2024	SI50000162	URUCUI - PI
20	17/05/2024	18/06/2024	SI50000161	URUCUI - PI
21	17/05/2024	18/06/2024	SI50000160	URUCUI - PI
22	17/05/2024	18/06/2024	SI50000158	SORRISO - MT
23	17/05/2024	18/06/2024	SI50000156	SORRISO - MT
24	17/05/2024	18/06/2024	SI50000154	PEDREIRAS - MA
25	17/05/2024	18/06/2024	SI50000153	PEDREIRAS - MA
26	17/05/2024	18/06/2024	SI50000148	CAMPINA GRANDE - PB
27	17/05/2024	18/06/2024	SI50000147	BOM JESUS - PI
28	17/05/2024	18/06/2024	SI50000146	MARACANAU - CE
29	17/05/2024	18/06/2024	SI50000145	MARACANAU - CE
30	17/05/2024	18/06/2024	SI50000144	SAO DOMINGOS DO MARANHAO - MA
31	17/05/2024	18/06/2024	SI50000143	URUCUI - PI
32	17/05/2024	18/06/2024	SI50000142	URUCUI - PI
33	17/05/2024	18/06/2024	SI50000141	URUCUI - PI
34	17/05/2024	18/06/2024	SI50000139	FORTALEZA - CE
35	17/05/2024	18/06/2024	SI50000137	GRANJA - CE
36	17/05/2024	18/06/2024	SI50000135	TABULEIRO DO NORTE - CE

37	17/05/2024	18/06/2024	SI50000134	FORTALEZA - CE
38	17/05/2024	18/06/2024	SI50000133	FORTALEZA - CE
39	17/05/2024	18/06/2024	SI50000132	BALSAS - MA
40	17/05/2024	18/06/2024	SI50000128	CAMETA - PA
41	17/05/2024	18/06/2024	SI50000127	PEDREIRAS - MA
42	17/05/2024	18/06/2024	SH40000064	DESCANSO - SC
43	17/05/2024	18/06/2024	SH40000062	MACEIO - AL
44	17/05/2024	18/06/2024	SH40000061	GOIANIA - GO
45	17/05/2024	18/06/2024	SH40000059	JUNDIAI - SP
46	17/05/2024	18/06/2024	SH40000054	SAMBAIBA - MA
47	17/05/2024	18/06/2024	SH40000052	RIBEIROPOLIS - SE
48	17/05/2024	18/06/2024	SH40000051	PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA
49	17/05/2024	18/06/2024	SH40000049	TUBARAO - SC
50	17/05/2024	18/06/2024	SH40000047	URUCUI - PI
51	17/05/2024	18/06/2024	SH40000039	FORTALEZA - CE
52	17/05/2024	18/06/2024	SH40000038	BALSAS - MA

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13597, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS-PI

NOTIFICAÇÃO – PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	17/05/2024	RV00563212	SAO LUIS - MA
2	17/05/2024	17/05/2024	RV00563213	TERESINA - PI
3	17/05/2024	17/05/2024	RV00563214	TERESINA - PI
4	17/05/2024	17/05/2024	RV00563215	BRASILIA - DF
5	17/05/2024	17/05/2024	RV00563216	TERESINA - PI
6	17/05/2024	17/05/2024	RV00563217	TERESINA - PI
7	17/05/2024	17/05/2024	RV00563218	TERESINA - PI

8	17/05/2024	17/05/2024	RV00563219	SAO PAULO - SP
9	17/05/2024	17/05/2024	RV00563221	TERESINA - PI
10	17/05/2024	17/05/2024	RV00563222	CAXIAS - MA
11	17/05/2024	17/05/2024	RV00563224	TERESINA - PI
12	17/05/2024	17/05/2024	RV00563225	TERESINA - PI
13	17/05/2024	17/05/2024	RV00563226	TERESINA - PI
14	17/05/2024	17/05/2024	RV00563227	NAZARIA - PI
15	17/05/2024	17/05/2024	RV00563229	TERESINA - PI
16	17/05/2024	17/05/2024	RV00563230	PAU D'ARCO DO PIAUI - PI
17	17/05/2024	17/05/2024	RV00563231	TERESINA - PI
18	17/05/2024	17/05/2024	RV00563232	TERESINA - PI
19	17/05/2024	17/05/2024	RV00563233	PEDRO II - PI
20	17/05/2024	17/05/2024	RV00563235	TERESINA - PI
21	17/05/2024	17/05/2024	RV00563236	SAO PAULO - SP
22	17/05/2024	17/05/2024	RV00563237	TERESINA - PI
23	17/05/2024	17/05/2024	RV00563240	TERESINA - PI
24	17/05/2024	17/05/2024	RV00563241	TERESINA - PI
25	17/05/2024	17/05/2024	RV00563244	TERESINA - PI
26	17/05/2024	17/05/2024	RV00563245	TERESINA - PI
27	17/05/2024	17/05/2024	RV00563246	PEDREIRAS - MA
28	17/05/2024	17/05/2024	RV00563247	TERESINA - PI
29	17/05/2024	17/05/2024	RV00563248	PALMEIRAIS - PI
30	17/05/2024	17/05/2024	RV00563249	SAO LUIS - MA
31	17/05/2024	17/05/2024	RV00563250	UNIAO - PI
32	17/05/2024	17/05/2024	RV00563251	TERESINA - PI
33	17/05/2024	17/05/2024	RV00563252	TERESINA - PI
34	17/05/2024	17/05/2024	RV00563254	TERESINA - PI
35	17/05/2024	17/05/2024	RV00563255	TERESINA - PI
36	17/05/2024	17/05/2024	RV00563256	TERESINA - PI
37	17/05/2024	17/05/2024	RV00563257	SAO PAULO - SP
38	17/05/2024	17/05/2024	RV00563258	TERESINA - PI
39	17/05/2024	17/05/2024	RV00563259	SAO LUIS - MA
40	17/05/2024	17/05/2024	RV00563260	JUAZEIRO - BA
41	17/05/2024	17/05/2024	RV00563261	TERESINA - PI
42	17/05/2024	17/05/2024	RV00563262	SAO LUIS - MA
43	17/05/2024	17/05/2024	RV00563264	TERESINA - PI
44	17/05/2024	17/05/2024	RV00563265	SAO LUIS - MA
45	17/05/2024	17/05/2024	RV00563266	SAO LUIS - MA
46	17/05/2024	17/05/2024	RV00563267	TERESINA - PI
47	17/05/2024	17/05/2024	RV00563268	TERESINA - PI
48	17/05/2024	17/05/2024	RV00563269	TERESINA - PI
49	17/05/2024	17/05/2024	RV00563271	TERESINA - PI

50	17/05/2024	17/05/2024	RV00563272	TIMON - MA
51	17/05/2024	17/05/2024	RV00563461	PORTO - PI
52	17/05/2024	17/05/2024	RV00563462	MARACANAU - CE
53	17/05/2024	17/05/2024	RV00563463	TERESINA - PI
54	17/05/2024	17/05/2024	RV00563464	CAMPO LIMPO PAULISTA - SP
55	17/05/2024	17/05/2024	RV00563465	SAO PAULO - SP
56	17/05/2024	17/05/2024	RV00563466	BRASILIA - DF
57	17/05/2024	17/05/2024	RV00563467	TERESINA - PI
58	17/05/2024	17/05/2024	RV00563468	BRASILIA - DF
59	17/05/2024	17/05/2024	RV00563469	TERESINA - PI
60	17/05/2024	17/05/2024	RV00563470	ESPERANTINA - PI
61	17/05/2024	17/05/2024	RV00563471	PAULISTA - PE
62	17/05/2024	17/05/2024	RV00563474	TERESINA - PI
63	17/05/2024	17/05/2024	RV00563476	JOAQUIM PIRES - PI
64	17/05/2024	17/05/2024	RV00563477	ILHA GRANDE - PI
65	17/05/2024	17/05/2024	RV00563478	TERESINA - PI
66	17/05/2024	17/05/2024	RV00563479	COLINAS - MA
67	17/05/2024	17/05/2024	RV00563481	TERESINA - PI
68	17/05/2024	17/05/2024	RV00563483	ARAXA - MG
69	17/05/2024	17/05/2024	RV00563485	UNIAO - PI
70	17/05/2024	17/05/2024	RV00563488	ARARI - MA
71	17/05/2024	17/05/2024	RV00563490	SAO MATEUS DO MARANHAO - MA
72	17/05/2024	17/05/2024	RV00563491	TERESINA - PI
73	17/05/2024	17/05/2024	RV00563492	BRASILIA - DF
74	17/05/2024	17/05/2024	RV00563494	BRASILIA - DF
75	17/05/2024	17/05/2024	RV00563495	TERESINA - PI
76	17/05/2024	17/05/2024	RV00563496	TERESINA - PI
77	17/05/2024	17/05/2024	RV00563497	TERESINA - PI
78	17/05/2024	17/05/2024	RV00563498	PETROPOLIS - RJ
79	17/05/2024	17/05/2024	RV00563499	TERESINA - PI
80	17/05/2024	17/05/2024	RV00563500	TERESINA - PI
81	17/05/2024	17/05/2024	RV00563501	TERESINA - PI
82	17/05/2024	17/05/2024	RV00563502	TERESINA - PI
83	17/05/2024	17/05/2024	RV00563503	TERESINA - PI
84	17/05/2024	17/05/2024	RV00563504	TERESINA - PI
85	17/05/2024	17/05/2024	RV00563505	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
86	17/05/2024	17/05/2024	RV00563508	TERESINA - PI
87	17/05/2024	17/05/2024	RV00563509	TERESINA - PI
88	17/05/2024	17/05/2024	RV00563510	TERESINA - PI
89	17/05/2024	17/05/2024	RV00563511	TERESINA - PI
90	17/05/2024	17/05/2024	RV00563514	TERESINA - PI

91	17/05/2024	17/05/2024	RV00563516	TERESINA - PI
92	17/05/2024	17/05/2024	RV00563517	TERESINA - PI
93	17/05/2024	17/05/2024	RV00563518	BRASILIA - DF
94	17/05/2024	17/05/2024	RV00563519	DIRCEU ARCOVERDE - PI
95	17/05/2024	17/05/2024	RV00563521	TERESINA - PI
96	17/05/2024	17/05/2024	RV00563523	TERESINA - PI
97	17/05/2024	17/05/2024	RV00563524	TERESINA - PI
98	17/05/2024	17/05/2024	RV00563526	TERESINA - PI
99	17/05/2024	17/05/2024	RV00563527	SAO PAULO - SP
100	17/05/2024	17/05/2024	RV00563529	ARAGUAINA - TO
101	17/05/2024	17/05/2024	RV00563530	TERESINA - PI
102	17/05/2024	17/05/2024	RV00563531	TERESINA - PI
103	17/05/2024	17/05/2024	RV00563533	TERESINA - PI
104	17/05/2024	17/05/2024	RV00563534	TERESINA - PI
105	17/05/2024	17/05/2024	RV00563535	TERESINA - PI
106	17/05/2024	17/05/2024	RV00563536	TERESINA - PI
107	17/05/2024	17/05/2024	RV00563537	TERESINA - PI
108	17/05/2024	17/05/2024	RV00563538	DIRCEU ARCOVERDE - PI
109	17/05/2024	17/05/2024	RV00563539	SAO LUIS - MA
110	17/05/2024	17/05/2024	RV00563541	TERESINA - PI
111	17/05/2024	17/05/2024	RV00563542	TERESINA - PI
112	17/05/2024	17/05/2024	RV00563543	TERESINA - PI
113	17/05/2024	17/05/2024	RV00563544	SAO LUIS - MA
114	17/05/2024	17/05/2024	RV00563545	TERESINA - PI
115	17/05/2024	17/05/2024	RV00563546	PIRACURUCA - PI
116	17/05/2024	17/05/2024	RV00563548	AGRICOLANDIA - PI
117	17/05/2024	17/05/2024	RV00563549	TERESINA - PI
118	17/05/2024	17/05/2024	RV00563551	TERESINA - PI
119	17/05/2024	17/05/2024	RV00563552	TERESINA - PI
120	17/05/2024	17/05/2024	RV00563553	TERESINA - PI
121	17/05/2024	17/05/2024	RV00563555	TERESINA - PI
122	17/05/2024	17/05/2024	RV00563557	TERESINA - PI
123	17/05/2024	17/05/2024	RV00563556	COLINAS - MA
124	17/05/2024	17/05/2024	RV00563559	TERESINA - PI
125	17/05/2024	17/05/2024	RV00563560	SAO PAULO - SP
126	17/05/2024	17/05/2024	RV00563561	TERESINA - PI
127	17/05/2024	17/05/2024	RV00563563	JOSE DE FREITAS - PI
128	17/05/2024	17/05/2024	RV00563565	TERESINA - PI
129	17/05/2024	17/05/2024	RV00563567	PORTO - PI
130	17/05/2024	17/05/2024	RV00563569	SAO PAULO - SP
131	17/05/2024	17/05/2024	RV00563570	TERESINA - PI
132	17/05/2024	17/05/2024	RV00563571	DIRCEU ARCOVERDE - PI

133	17/05/2024	17/05/2024	RV00563572	TERESINA - PI
134	17/05/2024	17/05/2024	RV00563573	TERESINA - PI
135	17/05/2024	17/05/2024	RV00563574	PARNAIBA - PI
136	17/05/2024	17/05/2024	RV00563578	BELO HORIZONTE - MG
137	17/05/2024	17/05/2024	RV00563581	VIANA - ES
138	17/05/2024	17/05/2024	RV00563582	TIANGUA - CE
139	17/05/2024	17/05/2024	RV00563583	PALMEIRAIS - PI
140	17/05/2024	17/05/2024	RV00563584	TERESINA - PI
141	17/05/2024	17/05/2024	RV00563585	SAO LUIS - MA
142	17/05/2024	17/05/2024	RV00563586	ILHA GRANDE - PI
143	17/05/2024	17/05/2024	RV00563587	TERESINA - PI
144	17/05/2024	17/05/2024	RV00563588	TERESINA - PI
145	17/05/2024	17/05/2024	RV00563589	ESPERANTINA - PI
146	17/05/2024	17/05/2024	RV00563590	CAXIAS - MA
147	17/05/2024	17/05/2024	RV00563591	SAO LUIS - MA
148	17/05/2024	17/05/2024	RV00563593	TERESINA - PI
149	17/05/2024	17/05/2024	RV00563595	PARNAIBA - PI
150	17/05/2024	17/05/2024	RV00563596	TERESINA - PI
151	17/05/2024	17/05/2024	RV00563597	TERESINA - PI
152	17/05/2024	17/05/2024	RV00563598	GOIANIA - GO
153	17/05/2024	17/05/2024	RV00563599	TERESINA - PI
154	17/05/2024	17/05/2024	RV00563600	BARRAS - PI
155	17/05/2024	17/05/2024	RV00563601	TERESINA - PI
156	17/05/2024	17/05/2024	RV00563602	SAO PAULO - SP
157	17/05/2024	17/05/2024	RV00563603	SAO LUIS - MA
158	17/05/2024	17/05/2024	RV00563604	CAMPO MAIOR - PI
159	17/05/2024	17/05/2024	RV00563605	TERESINA - PI
160	17/05/2024	17/05/2024	RV00563606	BATALHA - PI
161	17/05/2024	17/05/2024	RV00563609	TERESINA - PI
162	17/05/2024	17/05/2024	RV00563611	AGUA BRANCA - PI
163	17/05/2024	17/05/2024	RV00563612	CAMPINA GRANDE - PB
164	17/05/2024	17/05/2024	RV00563613	JOAO LISBOA - MA
165	17/05/2024	17/05/2024	RV00563615	SAO JOAO D'ALIANCA - GO
166	17/05/2024	17/05/2024	RV00563616	SAO JOSE DOS BASILIOS - MA
167	17/05/2024	17/05/2024	RV00563617	TERESINA - PI
168	17/05/2024	17/05/2024	RV00563619	TERESINA - PI
169	17/05/2024	17/05/2024	RV00563620	DIRCEU ARCOVERDE - PI
170	17/05/2024	17/05/2024	RV00563621	DIRCEU ARCOVERDE - PI
171	17/05/2024	17/05/2024	RV00563622	ANISIO DE ABREU - PI
172	17/05/2024	17/05/2024	RV00563623	COLINAS - MA
173	17/05/2024	17/05/2024	RV00563625	CAXIAS - MA
174	17/05/2024	17/05/2024	RV00563626	ALTOS - PI

175	17/05/2024	17/05/2024	RV00563627	PARNAIBA - PI
176	17/05/2024	17/05/2024	RV00563628	CAXIAS - MA
177	17/05/2024	17/05/2024	RV00563629	SAO FRANCISCO DO MARANHAO - MA
178	17/05/2024	17/05/2024	RV00563630	ESPERANTINA - PI
179	17/05/2024	17/05/2024	RV00563631	BENTO GONCALVES - RS
180	17/05/2024	17/05/2024	RV00563632	CAUCAIA - CE
181	17/05/2024	17/05/2024	RV00563633	CAMPO MAIOR - PI
182	17/05/2024	17/05/2024	RV00563636	MARAPOAMA - SP
183	17/05/2024	17/05/2024	RV00563638	SAO JOSE DOS BASILIOS - MA
184	17/05/2024	17/05/2024	RV00563639	TERESINA - PI
185	17/05/2024	17/05/2024	RV00563640	EUSEBIO - CE
186	17/05/2024	17/05/2024	RV00563641	MATOES - MA
187	17/05/2024	17/05/2024	RV00563642	MURICI DOS PORTELAS - PI
188	17/05/2024	17/05/2024	RV00563646	TERESINA - PI
189	17/05/2024	17/05/2024	RV00563647	GOVERNADOR LUIZ ROCHA - MA
190	17/05/2024	17/05/2024	RV00563652	TERESINA - PI
191	17/05/2024	17/05/2024	RV00563653	TERESINA - PI
192	17/05/2024	17/05/2024	RV00563654	FORTALEZA - CE
193	17/05/2024	17/05/2024	RV00563655	TERESINA - PI
194	17/05/2024	17/05/2024	RV00563656	TERESINA - PI
195	17/05/2024	17/05/2024	RV00563657	TERESINA - PI
196	17/05/2024	17/05/2024	RV00563658	TERESINA - PI
197	17/05/2024	17/05/2024	RV00563659	MARINGA - PR
198	17/05/2024	17/05/2024	RV00563660	TERESINA - PI
199	17/05/2024	17/05/2024	RV00563661	TERESINA - PI
200	17/05/2024	17/05/2024	RV00563662	SAO LUIS - MA
201	17/05/2024	17/05/2024	RV00563663	FRANCA - SP
202	17/05/2024	17/05/2024	RV00563664	TERESINA - PI
203	17/05/2024	17/05/2024	RV00563665	SAO GONCALO DO AMARANTE - RN
204	17/05/2024	17/05/2024	RV00563667	TERESINA - PI
205	17/05/2024	17/05/2024	RV00563668	PARNAIBA - PI
206	17/05/2024	17/05/2024	RV00563670	TERESINA - PI
207	17/05/2024	17/05/2024	RV00563671	TERESINA - PI
208	17/05/2024	17/05/2024	RV00563673	MOSSORO - RN
209	17/05/2024	17/05/2024	RV00563675	MATOES - MA
210	17/05/2024	17/05/2024	RV00563676	SAO LUIS - MA
211	17/05/2024	17/05/2024	RV00563678	SAO LUIS - MA
212	17/05/2024	17/05/2024	RV00563679	TERESINA - PI
213	17/05/2024	17/05/2024	RV00563680	TERESINA - PI
214	17/05/2024	17/05/2024	RV00563681	FORTALEZA - CE
215	17/05/2024	17/05/2024	RV00563682	LUZILANDIA - PI

216	17/05/2024	17/05/2024	RV00563683	TERESINA - PI
217	17/05/2024	17/05/2024	RV00563684	SAO LUIS - MA
218	17/05/2024	17/05/2024	RV00563685	TERESINA - PI
219	17/05/2024	17/05/2024	RV00563686	TERESINA - PI
220	17/05/2024	17/05/2024	RV00563687	TERESINA - PI
221	17/05/2024	17/05/2024	RV00563688	TERESINA - PI
222	17/05/2024	17/05/2024	RV00563690	TERESINA - PI
223	17/05/2024	17/05/2024	RV00563691	JOCA MARQUES - PI
224	17/05/2024	17/05/2024	RV00563692	FORTALEZA - CE
225	17/05/2024	17/05/2024	RV00563693	SAO LOURENCO DO PIAUI - PI
226	17/05/2024	17/05/2024	RV00563695	TERESINA - PI
227	17/05/2024	17/05/2024	RV00563696	TERESINA - PI
228	17/05/2024	17/05/2024	RV00563697	TERESINA - PI
229	17/05/2024	17/05/2024	RV00563699	SAO LUIS - MA
230	17/05/2024	17/05/2024	RV00563702	TERESINA - PI
231	17/05/2024	17/05/2024	RV00563705	URUCUI - PI
232	17/05/2024	17/05/2024	RV00563706	TERESINA - PI
233	17/05/2024	17/05/2024	RV00563707	UBA - MG
234	17/05/2024	17/05/2024	RV00563708	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR
235	17/05/2024	17/05/2024	RV00563709	JARDINOPOLIS - SP
236	17/05/2024	17/05/2024	RV00563710	TERESINA - PI
237	17/05/2024	17/05/2024	RV00563711	VARJOTA - CE
238	17/05/2024	17/05/2024	RV00563712	PARNARAMA - MA
239	17/05/2024	17/05/2024	RV00563714	VARJOTA - CE
240	17/05/2024	17/05/2024	RV00563715	CRUZ DAS ALMAS - BA
241	17/05/2024	17/05/2024	RV00563716	CRAVINHOS - SP
242	17/05/2024	17/05/2024	RV00563717	TERESINA - PI
243	17/05/2024	17/05/2024	RV00563718	TERESINA - PI
244	17/05/2024	17/05/2024	RV00563719	PORTO - PI
245	17/05/2024	17/05/2024	RV00563720	TERESINA - PI
246	17/05/2024	17/05/2024	RV00563721	PICOS - PI
247	17/05/2024	17/05/2024	RV00563725	TERESINA - PI
248	17/05/2024	17/05/2024	RV00563726	RIBAS DO RIO PARDO - MS
249	17/05/2024	17/05/2024	RV00563727	TERESINA - PI
250	17/05/2024	17/05/2024	RV00563728	TERESINA - PI
251	17/05/2024	17/05/2024	RV00563729	TERESINA - PI
252	17/05/2024	17/05/2024	RV00563730	VARJOTA - CE
253	17/05/2024	17/05/2024	RV00563731	PIRACURUCA - PI
254	17/05/2024	17/05/2024	RV00563735	COELHO NETO - MA
255	17/05/2024	17/05/2024	RV00563738	PATU - RN
256	17/05/2024	17/05/2024	RV00563739	MISSAO VELHA - CE
257	17/05/2024	17/05/2024	RV00563740	TERESINA - PI

258	17/05/2024	17/05/2024	RV00563741	TERESINA - PI
259	17/05/2024	17/05/2024	RV00563742	SAO JOAO DO ARRAIAL - PI
260	17/05/2024	17/05/2024	RV00563743	PICOS - PI
261	17/05/2024	17/05/2024	RV00563746	MATOES - MA
262	17/05/2024	17/05/2024	RV00563747	TERESINA - PI
263	17/05/2024	17/05/2024	RV00563748	PIRIPIRI - PI
264	17/05/2024	17/05/2024	RV00563749	MATOES - MA
265	17/05/2024	17/05/2024	RV00563750	MATOES - MA
266	17/05/2024	17/05/2024	RV00563751	MATOES - MA
267	17/05/2024	17/05/2024	RV00563752	SAO LUIS - MA
268	17/05/2024	17/05/2024	RV00563753	MONSENHOR GIL - PI
269	17/05/2024	17/05/2024	RV00563755	AGUA BRANCA - PI
270	17/05/2024	17/05/2024	RV00563756	TERESINA - PI
271	17/05/2024	17/05/2024	RV00563759	SAO LUIS - MA
272	17/05/2024	17/05/2024	RV00563760	TERESINA - PI
273	17/05/2024	17/05/2024	RV00563761	MATOES - MA
274	17/05/2024	17/05/2024	RV00563765	PICOS - PI
275	17/05/2024	17/05/2024	RV00563766	TERESINA - PI
276	17/05/2024	17/05/2024	RV00563768	MATOES - MA
277	17/05/2024	17/05/2024	RV00563770	TERESINA - PI
278	17/05/2024	17/05/2024	RV00563771	FORTALEZA - CE
279	17/05/2024	17/05/2024	RV00563772	MATOES - MA
280	17/05/2024	17/05/2024	RV00563773	OLHO D'AGUA DO PIAUI - PI
281	17/05/2024	17/05/2024	RV00563774	BRASILIA - DF
282	17/05/2024	17/05/2024	RV00563775	JOSE DE FREITAS - PI
283	17/05/2024	17/05/2024	RV00563776	TERESINA - PI
284	17/05/2024	17/05/2024	RV00563777	SAO LUIS - MA
285	17/05/2024	17/05/2024	RV00563778	SAO LUIS - MA
286	17/05/2024	17/05/2024	RV00563779	TERESINA - PI
287	17/05/2024	17/05/2024	RV00563780	TERESINA - PI
288	17/05/2024	17/05/2024	RV00563781	PIRACURUCA - PI
289	17/05/2024	17/05/2024	RV00563783	TERESINA - PI
290	17/05/2024	17/05/2024	RV00563784	ALTOS - PI
291	17/05/2024	17/05/2024	RV00563786	FORTALEZA - CE
292	17/05/2024	17/05/2024	RV00563789	SAO LOURENCO D'OESTE - SC
293	17/05/2024	17/05/2024	RV00563790	TERESINA - PI
294	17/05/2024	17/05/2024	RV00563793	TERESINA - PI
295	17/05/2024	17/05/2024	RV00563794	TERESINA - PI
296	17/05/2024	17/05/2024	RV00563795	TERESINA - PI
297	17/05/2024	17/05/2024	RV00563797	TERESINA - PI
298	17/05/2024	17/05/2024	RV00563798	TERESINA - PI
299	17/05/2024	17/05/2024	RV00563799	SAO LUIS - MA

300	17/05/2024	17/05/2024	RV00563800	TERESINA - PI
301	17/05/2024	17/05/2024	RV00563801	TERESINA - PI
302	17/05/2024	17/05/2024	RV00563803	TERESINA - PI
303	17/05/2024	17/05/2024	RV00563804	TERESINA - PI
304	17/05/2024	17/05/2024	RV00563805	TERESINA - PI
305	17/05/2024	17/05/2024	RV00563806	SAO PAULO - SP
306	17/05/2024	17/05/2024	RV00563807	TERESINA - PI
307	17/05/2024	17/05/2024	RV00563808	TERESINA - PI
308	17/05/2024	17/05/2024	RV00563810	TERESINA - PI
309	17/05/2024	17/05/2024	RV00563811	TERESINA - PI
310	17/05/2024	17/05/2024	RV00563812	SAO JOAO DO PIAUI - PI
311	17/05/2024	17/05/2024	RV00563813	TERESINA - PI
312	17/05/2024	17/05/2024	RV00563814	CAMPO MAIOR - PI
313	17/05/2024	17/05/2024	RV00563273	SAO LUIS - MA
314	17/05/2024	17/05/2024	RV00563274	SAO LUIS - MA
315	17/05/2024	17/05/2024	RV00563275	REMANSO - BA
316	17/05/2024	17/05/2024	RV00563276	JOSE DE FREITAS - PI
317	17/05/2024	17/05/2024	RV00563277	TERESINA - PI
318	17/05/2024	17/05/2024	RV00563278	TERESINA - PI
319	17/05/2024	17/05/2024	RV00563280	DIRCEU ARCOVERDE - PI
320	17/05/2024	17/05/2024	RV00563281	SAO LUIS - MA
321	17/05/2024	17/05/2024	RV00563282	TERESINA - PI
322	17/05/2024	17/05/2024	RV00563283	TERESINA - PI
323	17/05/2024	17/05/2024	RV00563284	TERESINA - PI
324	17/05/2024	17/05/2024	RV00563285	NOSSA SENHORA DE NAZARE - PI
325	17/05/2024	17/05/2024	RV00563286	REMANSO - BA
326	17/05/2024	17/05/2024	RV00563287	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
327	17/05/2024	17/05/2024	RV00563289	TERESINA - PI
328	17/05/2024	17/05/2024	RV00563290	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
329	17/05/2024	17/05/2024	RV00563292	TERESINA - PI
330	17/05/2024	17/05/2024	RV00563294	MIGUEL ALVES - PI
331	17/05/2024	17/05/2024	RV00563295	TERESINA - PI
332	17/05/2024	17/05/2024	RV00563297	PIRIPIRI - PI
333	17/05/2024	17/05/2024	RV00563298	TERESINA - PI
334	17/05/2024	17/05/2024	RV00563299	TERESINA - PI
335	17/05/2024	17/05/2024	RV00563300	COCAL - PI
336	17/05/2024	17/05/2024	RV00563301	FORTALEZA - CE
337	17/05/2024	17/05/2024	RV00563304	TERESINA - PI
338	17/05/2024	17/05/2024	RV00563305	TERESINA - PI
339	17/05/2024	17/05/2024	RV00563306	TERESINA - PI
340	17/05/2024	17/05/2024	RV00563307	TERESINA - PI

341	17/05/2024	17/05/2024	RV00563308	TERESINA - PI
342	17/05/2024	17/05/2024	RV00563309	UNIAO - PI
343	17/05/2024	17/05/2024	RV00563310	TERESINA - PI
344	17/05/2024	17/05/2024	RV00563313	UNIAO - PI
345	17/05/2024	17/05/2024	RV00563314	TERESINA - PI
346	17/05/2024	17/05/2024	RV00563315	BRASILIA - DF
347	17/05/2024	17/05/2024	RV00563316	TERESINA - PI
348	17/05/2024	17/05/2024	RV00563318	PARNAIBA - PI
349	17/05/2024	17/05/2024	RV00563320	FORTALEZA - CE
350	17/05/2024	17/05/2024	RV00563321	PARNAIBA - PI
351	17/05/2024	17/05/2024	RV00563322	CAMPINA GRANDE DO SUL - PR
352	17/05/2024	17/05/2024	RV00563323	TERESINA - PI
353	17/05/2024	17/05/2024	RV00563324	PALMEIRAIS - PI
354	17/05/2024	17/05/2024	RV00563328	NAZARE DA MATA - PE
355	17/05/2024	17/05/2024	RV00563331	TERESINA - PI
356	17/05/2024	17/05/2024	RV00563332	TERESINA - PI
357	17/05/2024	17/05/2024	RV00563334	FORTALEZA - CE
358	17/05/2024	17/05/2024	RV00563335	TERESINA - PI
359	17/05/2024	17/05/2024	RV00563336	ESPERANTINA - PI
360	17/05/2024	17/05/2024	RV00563337	TERESINA - PI
361	17/05/2024	17/05/2024	RV00563338	TERESINA - PI
362	17/05/2024	17/05/2024	RV00563339	TERESINA - PI
363	17/05/2024	17/05/2024	RV00563340	TERESINA - PI
364	17/05/2024	17/05/2024	RV00563341	TERESINA - PI
365	17/05/2024	17/05/2024	RV00563342	TERESINA - PI
366	17/05/2024	17/05/2024	RV00563343	TERESINA - PI
367	17/05/2024	17/05/2024	RV00563344	TERESINA - PI
368	17/05/2024	17/05/2024	RV00563345	TERESINA - PI
369	17/05/2024	17/05/2024	RV00563346	TERESINA - PI
370	17/05/2024	17/05/2024	RV00563347	TERESINA - PI
371	17/05/2024	17/05/2024	RV00563348	TIMON - MA
372	17/05/2024	17/05/2024	RV00563349	TERESINA - PI
373	17/05/2024	17/05/2024	RV00563350	TERESINA - PI
374	17/05/2024	17/05/2024	RV00563351	TERESINA - PI
375	17/05/2024	17/05/2024	RV00563353	TERESINA - PI
376	17/05/2024	17/05/2024	RV00563354	QUIXADA - CE
377	17/05/2024	17/05/2024	RV00563355	TERESINA - PI
378	17/05/2024	17/05/2024	RV00563357	TERESINA - PI
379	17/05/2024	17/05/2024	RV00563358	MIGUEL ALVES - PI
380	17/05/2024	17/05/2024	RV00563359	CAJUEIRO DA PRAIA - PI
381	17/05/2024	17/05/2024	RV00563360	CAJUEIRO DA PRAIA - PI
382	17/05/2024	17/05/2024	RV00563361	TERESINA - PI

383	17/05/2024	17/05/2024	RV00563362	TERESINA - PI
384	17/05/2024	17/05/2024	RV00563363	TERESINA - PI
385	17/05/2024	17/05/2024	RV00563364	CABECEIRAS DO PIAUI - PI
386	17/05/2024	17/05/2024	RV00563365	COIVARAS - PI
387	17/05/2024	17/05/2024	RV00563366	TERESINA - PI
388	17/05/2024	17/05/2024	RV00563367	TERESINA - PI
389	17/05/2024	17/05/2024	RV00563368	TERESINA - PI
390	17/05/2024	17/05/2024	RV00563369	TERESINA - PI
391	17/05/2024	17/05/2024	RV00563370	TERESINA - PI
392	17/05/2024	17/05/2024	RV00563371	SAO LUIS - MA
393	17/05/2024	17/05/2024	RV00563372	TERESINA - PI
394	17/05/2024	17/05/2024	RV00563375	IMBITUVA - PR
395	17/05/2024	17/05/2024	RV00563377	TERESINA - PI
396	17/05/2024	17/05/2024	RV00563378	TERESINA - PI
397	17/05/2024	17/05/2024	RV00563379	ALAGOA GRANDE - PB
398	17/05/2024	17/05/2024	RV00563381	SAO LUIS - MA
399	17/05/2024	17/05/2024	RV00563382	CANTO DO BURITI - PI
400	17/05/2024	17/05/2024	RV00563383	UNIAO - PI
401	17/05/2024	17/05/2024	RV00563384	JOSE DE FREITAS - PI
402	17/05/2024	17/05/2024	RV00563385	RIBEIRAO PRETO - SP
403	17/05/2024	17/05/2024	RV00563386	TERESINA - PI
404	17/05/2024	17/05/2024	RV00563387	CURRALINHOS - PI
405	17/05/2024	17/05/2024	RV00563388	TERESINA - PI
406	17/05/2024	17/05/2024	RV00563389	LUZILANDIA - PI
407	17/05/2024	17/05/2024	RV00563391	TERESINA - PI
408	17/05/2024	17/05/2024	RV00563393	CAMPO MAIOR - PI
409	17/05/2024	17/05/2024	RV00563396	TERESINA - PI
410	17/05/2024	17/05/2024	RV00563397	JUAZEIRO - BA
411	17/05/2024	17/05/2024	RV00563398	TERESINA - PI
412	17/05/2024	17/05/2024	RV00563400	FLORIANO - PI
413	17/05/2024	17/05/2024	RV00563401	TERESINA - PI
414	17/05/2024	17/05/2024	RV00563402	SAO LUIS - MA
415	17/05/2024	17/05/2024	RV00563404	TERESINA - PI
416	17/05/2024	17/05/2024	RV00563406	TERESINA - PI
417	17/05/2024	17/05/2024	RV00563407	TERESINA - PI
418	17/05/2024	17/05/2024	RV00563408	SAO PAULO - SP
419	17/05/2024	17/05/2024	RV00563409	JUAZEIRO - BA
420	17/05/2024	17/05/2024	RV00563410	ILHA GRANDE - PI
421	17/05/2024	17/05/2024	RV00563411	CAJAZEIRAS - PB
422	17/05/2024	17/05/2024	RV00563412	MATIAS OLIMPIO - PI
423	17/05/2024	17/05/2024	RV00563414	LUZIANIA - GO
424	17/05/2024	17/05/2024	RV00563415	TERESINA - PI

425	17/05/2024	17/05/2024	RV00563416	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI - PI
426	17/05/2024	17/05/2024	RV00563417	SAO LOURENCO DO PIAUI - PI
427	17/05/2024	17/05/2024	RV00563418	TERESINA - PI
428	17/05/2024	17/05/2024	RV00563419	BRASILIA - DF
429	17/05/2024	17/05/2024	RV00563420	ANGICAL DO PIAUI - PI
430	17/05/2024	17/05/2024	RV00563422	TERESINA - PI
431	17/05/2024	17/05/2024	RV00563423	URUCUI - PI
432	17/05/2024	17/05/2024	RV00563424	TERESINA - PI
433	17/05/2024	17/05/2024	RV00563427	RIBEIRAO PRETO - SP
434	17/05/2024	17/05/2024	RV00563428	TERESINA - PI
435	17/05/2024	17/05/2024	RV00563429	TERESINA - PI
436	17/05/2024	17/05/2024	RV00563430	CICERO DANTAS - BA
437	17/05/2024	17/05/2024	RV00563431	PICOS - PI
438	17/05/2024	17/05/2024	RV00563432	JUAZEIRO - BA
439	17/05/2024	17/05/2024	RV00563434	CAMPO LARGO DO PIAUI - PI
440	17/05/2024	17/05/2024	RV00563435	SAO LUIS - MA
441	17/05/2024	17/05/2024	RV00563436	TIMON - MA
442	17/05/2024	17/05/2024	RV00563437	TIMON - MA
443	17/05/2024	17/05/2024	RV00563438	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
444	17/05/2024	17/05/2024	RV00563440	TERESINA - PI
445	17/05/2024	17/05/2024	RV00563441	TERESINA - PI
446	17/05/2024	17/05/2024	RV00563442	TERESINA - PI
447	17/05/2024	17/05/2024	RV00563445	TERESINA - PI
448	17/05/2024	17/05/2024	RV00563447	TERESINA - PI
449	17/05/2024	17/05/2024	RV00563448	TERESINA - PI
450	17/05/2024	17/05/2024	RV00563449	TERESINA - PI
451	17/05/2024	17/05/2024	RV00563450	CAMPO MAIOR - PI
452	17/05/2024	17/05/2024	RV00563451	TERESINA - PI
453	17/05/2024	17/05/2024	RV00563452	TERESINA - PI
454	17/05/2024	17/05/2024	RV00563453	SANTO ANDRE - SP
455	17/05/2024	17/05/2024	RV00563455	TERESINA - PI
456	17/05/2024	17/05/2024	RV00563456	TERESINA - PI
457	17/05/2024	17/05/2024	RV00563459	TIANGUA - CE
458	17/05/2024	17/05/2024	RV00563460	TIMON - MA
459	17/05/2024	17/05/2024	RV00563816	TERESINA - PI
460	17/05/2024	17/05/2024	RV00563817	TERESINA - PI
461	17/05/2024	17/05/2024	RV00563818	ARARUNA - PB
462	17/05/2024	17/05/2024	RV00563819	TERESINA - PI
463	17/05/2024	17/05/2024	RV00563820	ALTOS - PI
464	17/05/2024	17/05/2024	RV00563821	TERESINA - PI
465	17/05/2024	17/05/2024	RV00563822	CAJAMAR - SP

466	17/05/2024	17/05/2024	RV00563824	TERESINA - PI
467	17/05/2024	17/05/2024	RV00563825	TERESINA - PI
468	17/05/2024	17/05/2024	RV00563826	ARARUNA - PB
469	17/05/2024	17/05/2024	RV00563827	TERESINA - PI
470	17/05/2024	17/05/2024	RV00563828	TERESINA - PI
471	17/05/2024	17/05/2024	RV00563830	ARARUNA - PB
472	17/05/2024	17/05/2024	RV00563831	PARAGUACU PAULISTA - SP
473	17/05/2024	17/05/2024	RV00563832	TERESINA - PI
474	17/05/2024	17/05/2024	RV00563833	TERESINA - PI
475	17/05/2024	17/05/2024	RV00563834	TERESINA - PI
476	17/05/2024	17/05/2024	RV00563835	TERESINA - PI
477	17/05/2024	17/05/2024	RV00563836	TERESINA - PI
478	17/05/2024	17/05/2024	RV00563837	LAGOA ALEGRE - PI
479	17/05/2024	17/05/2024	RV00563838	TERESINA - PI
480	17/05/2024	17/05/2024	RV00563839	TERESINA - PI
481	17/05/2024	17/05/2024	RV00563840	MATIAS OLIMPIO - PI
482	17/05/2024	17/05/2024	RV00563842	TERESINA - PI
483	17/05/2024	17/05/2024	RV00563843	TERESINA - PI
484	17/05/2024	17/05/2024	RV00563844	TERESINA - PI
485	17/05/2024	17/05/2024	RV00563845	TERESINA - PI
486	17/05/2024	17/05/2024	RV00563846	TERESINA - PI
487	17/05/2024	17/05/2024	RV00563847	TERESINA - PI
488	17/05/2024	17/05/2024	RV00563848	TERESINA - PI
489	17/05/2024	17/05/2024	RV00563849	UNIAO - PI
490	17/05/2024	17/05/2024	RV00563850	TERESINA - PI
491	17/05/2024	17/05/2024	RV00563852	TERESINA - PI
492	17/05/2024	17/05/2024	RV00563853	TERESINA - PI
493	17/05/2024	17/05/2024	RV00563854	TERESINA - PI
494	17/05/2024	17/05/2024	RV00563855	SAO LUIS - MA
495	17/05/2024	17/05/2024	RV00563856	SAO LUIS - MA
496	17/05/2024	17/05/2024	RV00563857	SAO LUIS - MA
497	17/05/2024	17/05/2024	RV00563858	ARARUNA - PB
498	17/05/2024	17/05/2024	RV00563860	ARARUNA - PB
499	17/05/2024	17/05/2024	RV00563861	SAO LUIS - MA
500	17/05/2024	17/05/2024	RV00563863	TERESINA - PI

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13599, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS-PI

NOTIFICAÇÃO – PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRANSITO

Considerando o disposto no Art. 24 e seus incisos, da Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro – CTB, o Secretário de Estado dos Transportes do Piauí, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 281 do CTB, torna pública a relação de Autos de Infração de Trânsito processados com base do art. 231, V do CTB (transitar com o veículo com excesso de velocidade) e NOTIFICA os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo estipulado na Notificação de Autuação por Infração enviada via Correios para apresentação da Defesa da Autuação.

Nº	Dt. Geração	Próx. Dt. Geração	Nº do Auto de Infração	Municipio/UF
1	17/05/2024	17/05/2024	RV00562860	TERESINA - PI
2	17/05/2024	17/05/2024	RV00562861	TERESINA - PI
3	17/05/2024	17/05/2024	RV00562862	TERESINA - PI
4	17/05/2024	17/05/2024	RV00562863	TERESINA - PI
5	17/05/2024	17/05/2024	RV00562864	TERESINA - PI
6	17/05/2024	17/05/2024	RV00562865	TERESINA - PI
7	17/05/2024	17/05/2024	RV00562866	TERESINA - PI
8	17/05/2024	17/05/2024	RV00562867	MATOES - MA
9	17/05/2024	17/05/2024	RV00562868	TERESINA - PI
10	17/05/2024	17/05/2024	RV00562869	TERESINA - PI
11	17/05/2024	17/05/2024	RV00562870	PRESIDENTE DUTRA - MA
12	17/05/2024	17/05/2024	RV00562871	PALMEIRAIS - PI
13	17/05/2024	17/05/2024	RV00562872	PARNARAMA - MA
14	17/05/2024	17/05/2024	RV00562873	TERESINA - PI
15	17/05/2024	17/05/2024	RV00562874	TERESINA - PI
16	17/05/2024	17/05/2024	RV00562876	JOAO LISBOA - MA
17	17/05/2024	17/05/2024	RV00562877	TERESINA - PI
18	17/05/2024	17/05/2024	RV00562878	TERESINA - PI
19	17/05/2024	17/05/2024	RV00562879	TERESINA - PI
20	17/05/2024	17/05/2024	RV00562880	TERESINA - PI
21	17/05/2024	17/05/2024	RV00562881	TERESINA - PI
22	17/05/2024	17/05/2024	RV00562882	FORTALEZA - CE
23	17/05/2024	17/05/2024	RV00562883	PARNARAMA - MA
24	17/05/2024	17/05/2024	RV00562884	SAO LUIS - MA
25	17/05/2024	17/05/2024	RV00562885	TERESINA - PI
26	17/05/2024	17/05/2024	RV00562886	TERESINA - PI
27	17/05/2024	17/05/2024	RV00562887	TERESINA - PI
28	17/05/2024	17/05/2024	RV00562888	MATOES - MA
29	17/05/2024	17/05/2024	RV00562891	TERESINA - PI
30	17/05/2024	17/05/2024	RV00562892	TERESINA - PI
31	17/05/2024	17/05/2024	RV00562893	PIRIPIRI - PI

32	17/05/2024	17/05/2024	RV00562894	TERESINA - PI
33	17/05/2024	17/05/2024	RV00562895	TERESINA - PI
34	17/05/2024	17/05/2024	RV00562896	TERESINA - PI
35	17/05/2024	17/05/2024	RV00562898	TERESINA - PI
36	17/05/2024	17/05/2024	RV00562899	SAO LUIS - MA
37	17/05/2024	17/05/2024	RV00562901	TIMON - MA
38	17/05/2024	17/05/2024	RV00562903	TERESINA - PI
39	17/05/2024	17/05/2024	RV00562904	TERESINA - PI
40	17/05/2024	17/05/2024	RV00562905	TERESINA - PI
41	17/05/2024	17/05/2024	RV00562908	TIMON - MA
42	17/05/2024	17/05/2024	RV00562909	TERESINA - PI
43	17/05/2024	17/05/2024	RV00562910	TERESINA - PI
44	17/05/2024	17/05/2024	RV00562911	TERESINA - PI
45	17/05/2024	17/05/2024	RV00562913	TERESINA - PI
46	17/05/2024	17/05/2024	RV00562914	TERESINA - PI
47	17/05/2024	17/05/2024	RV00562916	TERESINA - PI
48	17/05/2024	17/05/2024	RV00562917	TERESINA - PI
49	17/05/2024	17/05/2024	RV00562919	TERESINA - PI
50	17/05/2024	17/05/2024	RV00562920	TERESINA - PI
51	17/05/2024	17/05/2024	RV00562921	TERESINA - PI
52	17/05/2024	17/05/2024	RV00562923	ALVORADA DO GURGUEIA - PI
53	17/05/2024	17/05/2024	RV00562924	TUNTUM - MA
54	17/05/2024	17/05/2024	RV00562926	PALMEIRAIS - PI
55	17/05/2024	17/05/2024	RV00562927	TERESINA - PI
56	17/05/2024	17/05/2024	RV00562928	TERESINA - PI
57	17/05/2024	17/05/2024	RV00562929	PALMEIRAIS - PI
58	17/05/2024	17/05/2024	RV00562930	TERESINA - PI
59	17/05/2024	17/05/2024	RV00562931	TERESINA - PI
60	17/05/2024	17/05/2024	RV00562932	TERESINA - PI
61	17/05/2024	17/05/2024	RV00562935	TERESINA - PI
62	17/05/2024	17/05/2024	RV00562937	TERESINA - PI
63	17/05/2024	17/05/2024	RV00562938	TERESINA - PI
64	17/05/2024	17/05/2024	RV00562940	TERESINA - PI
65	17/05/2024	17/05/2024	RV00562941	MATOES - MA
66	17/05/2024	17/05/2024	RV00562944	TERESINA - PI
67	17/05/2024	17/05/2024	RV00562945	TERESINA - PI
68	17/05/2024	17/05/2024	RV00562946	TERESINA - PI
69	17/05/2024	17/05/2024	RV00562948	MACAPA - AP
70	17/05/2024	17/05/2024	RV00562949	ALGODAO DE JANDAIRA - PB
71	17/05/2024	17/05/2024	RV00562950	JUAZEIRO DO NORTE - CE
72	17/05/2024	17/05/2024	RV00562951	TERESINA - PI
73	17/05/2024	17/05/2024	RV00562952	TERESINA - PI

74	17/05/2024	17/05/2024	RV00562953	TERESINA - PI
75	17/05/2024	17/05/2024	RV00562954	TIMON - MA
76	17/05/2024	17/05/2024	RV00562955	TERESINA - PI
77	17/05/2024	17/05/2024	RV00562956	TERESINA - PI
78	17/05/2024	17/05/2024	RV00562957	TERESINA - PI
79	17/05/2024	17/05/2024	RV00562958	TERESINA - PI
80	17/05/2024	17/05/2024	RV00562959	TERESINA - PI
81	17/05/2024	17/05/2024	RV00562960	PALMEIRAIS - PI
82	17/05/2024	17/05/2024	RV00562961	BARRA DO CORDA - MA
83	17/05/2024	17/05/2024	RV00562962	TERESINA - PI
84	17/05/2024	17/05/2024	RV00562963	TERESINA - PI
85	17/05/2024	17/05/2024	RV00562964	TERESINA - PI
86	17/05/2024	17/05/2024	RV00562965	TERESINA - PI
87	17/05/2024	17/05/2024	RV00562967	TERESINA - PI
88	17/05/2024	17/05/2024	RV00562968	MATOES - MA
89	17/05/2024	17/05/2024	RV00562969	TERESINA - PI
90	17/05/2024	17/05/2024	RV00562971	CAUCAIA - CE
91	17/05/2024	17/05/2024	RV00562973	TERESINA - PI
92	17/05/2024	17/05/2024	RV00562975	PARNARAMA - MA
93	17/05/2024	17/05/2024	RV00562976	CURITIBA - PR
94	17/05/2024	17/05/2024	RV00562978	TERESINA - PI
95	17/05/2024	17/05/2024	RV00562980	TERESINA - PI
96	17/05/2024	17/05/2024	RV00562981	PIRACICABA - SP
97	17/05/2024	17/05/2024	RV00562982	TERESINA - PI
98	17/05/2024	17/05/2024	RV00562983	TERESINA - PI
99	17/05/2024	17/05/2024	RV00562984	TERESINA - PI
100	17/05/2024	17/05/2024	RV00562986	TERESINA - PI
101	17/05/2024	17/05/2024	RV00562987	TERESINA - PI
102	17/05/2024	17/05/2024	RV00562990	LAGOA DO MATO - MA
103	17/05/2024	17/05/2024	RV00562991	NAZARIA - PI
104	17/05/2024	17/05/2024	RV00562992	TERESINA - PI
105	17/05/2024	17/05/2024	RV00562993	TERESINA - PI
106	17/05/2024	17/05/2024	RV00562994	MATOES - MA
107	17/05/2024	17/05/2024	RV00562995	TERESINA - PI
108	17/05/2024	17/05/2024	RV00562996	MATOES - MA
109	17/05/2024	17/05/2024	RV00562997	NAZARIA - PI
110	17/05/2024	17/05/2024	RV00562998	TERESINA - PI
111	17/05/2024	17/05/2024	RV00562999	CRATEUS - CE
112	17/05/2024	17/05/2024	RV00563000	LAGOA DE SAO FRANCISCO - PI
113	17/05/2024	17/05/2024	RV00563001	CRATEUS - CE
114	17/05/2024	17/05/2024	RV00563003	TERESINA - PI
115	17/05/2024	17/05/2024	RV00563004	TERESINA - PI

116	17/05/2024	17/05/2024	RV00563005	TERESINA - PI
117	17/05/2024	17/05/2024	RV00563006	TERESINA - PI
118	17/05/2024	17/05/2024	RV00563007	TERESINA - PI
119	17/05/2024	17/05/2024	RV00563008	TERESINA - PI
120	17/05/2024	17/05/2024	RV00563009	ITUPEVA - SP
121	17/05/2024	17/05/2024	RV00563011	CONCORDIA - SC
122	17/05/2024	17/05/2024	RV00563014	TIMON - MA
123	17/05/2024	17/05/2024	RV00563015	TERESINA - PI
124	17/05/2024	17/05/2024	RV00563017	TERESINA - PI
125	17/05/2024	17/05/2024	RV00563018	TERESINA - PI
126	17/05/2024	17/05/2024	RV00563019	TERESINA - PI
127	17/05/2024	17/05/2024	RV00563020	TERESINA - PI
128	17/05/2024	17/05/2024	RV00563021	FORTALEZA - CE
129	17/05/2024	17/05/2024	RV00563023	TERESINA - PI
130	17/05/2024	17/05/2024	RV00563024	SAO LUIS - MA
131	17/05/2024	17/05/2024	RV00563027	SAO LUIS - MA
132	17/05/2024	17/05/2024	RV00563028	MONSENHOR GIL - PI
133	17/05/2024	17/05/2024	RV00563030	VILA VELHA - ES
134	17/05/2024	17/05/2024	RV00563031	JOSE DE FREITAS - PI
135	17/05/2024	17/05/2024	RV00563033	TERESINA - PI
136	17/05/2024	17/05/2024	RV00563034	TERESINA - PI
137	17/05/2024	17/05/2024	RV00563035	TERESINA - PI
138	17/05/2024	17/05/2024	RV00563036	SAO LUIS - MA
139	17/05/2024	17/05/2024	RV00563037	ESPERANTINA - PI
140	17/05/2024	17/05/2024	RV00563038	TERESINA - PI
141	17/05/2024	17/05/2024	RV00563039	TERESINA - PI
142	17/05/2024	17/05/2024	RV00563040	PARNARAMA - MA
143	17/05/2024	17/05/2024	RV00563042	TERESINA - PI
144	17/05/2024	17/05/2024	RV00563043	TERESINA - PI
145	17/05/2024	17/05/2024	RV00563045	TERESINA - PI
146	17/05/2024	17/05/2024	RV00563046	TERESINA - PI
147	17/05/2024	17/05/2024	RV00563047	TERESINA - PI
148	17/05/2024	17/05/2024	RV00563048	TERESINA - PI
149	17/05/2024	17/05/2024	RV00563049	TERESINA - PI
150	17/05/2024	17/05/2024	RV00563050	TERESINA - PI
151	17/05/2024	17/05/2024	RV00563051	TERESINA - PI
152	17/05/2024	17/05/2024	RV00563053	TERESINA - PI
153	17/05/2024	17/05/2024	RV00563054	TERESINA - PI
154	17/05/2024	17/05/2024	RV00563057	TERESINA - PI
155	17/05/2024	17/05/2024	RV00563058	TERESINA - PI
156	17/05/2024	17/05/2024	RV00563059	TERESINA - PI
157	17/05/2024	17/05/2024	RV00563060	PALMEIRAIS - PI

158	17/05/2024	17/05/2024	RV00563061	TERESINA - PI
159	17/05/2024	17/05/2024	RV00563063	FORTALEZA - CE
160	17/05/2024	17/05/2024	RV00563065	TERESINA - PI
161	17/05/2024	17/05/2024	RV00563066	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO - PI
162	17/05/2024	17/05/2024	RV00563067	CAMPO MAIOR - PI
163	17/05/2024	17/05/2024	RV00563068	TERESINA - PI
164	17/05/2024	17/05/2024	RV00563069	SAO LUIS - MA
165	17/05/2024	17/05/2024	RV00563070	PICOS - PI
166	17/05/2024	17/05/2024	RV00563071	CURITIBA - PR
167	17/05/2024	17/05/2024	RV00563072	TIMON - MA
168	17/05/2024	17/05/2024	RV00563073	TERESINA - PI
169	17/05/2024	17/05/2024	RV00563074	LAGOA ALEGRE - PI
170	17/05/2024	17/05/2024	RV00563075	SAO LUIS - MA
171	17/05/2024	17/05/2024	RV00563076	TERESINA - PI
172	17/05/2024	17/05/2024	RV00563077	CONDE - PB
173	17/05/2024	17/05/2024	RV00563078	CAXIAS - MA
174	17/05/2024	17/05/2024	RV00563079	TERESINA - PI
175	17/05/2024	17/05/2024	RV00563080	MIGUEL ALVES - PI
176	17/05/2024	17/05/2024	RV00563081	JOSE DE FREITAS - PI
177	17/05/2024	17/05/2024	RV00563083	FLORIANO - PI
178	17/05/2024	17/05/2024	RV00563084	SAO LUIS - MA
179	17/05/2024	17/05/2024	RV00563085	TERESINA - PI
180	17/05/2024	17/05/2024	RV00563086	LAGOA ALEGRE - PI
181	17/05/2024	17/05/2024	RV00563087	TERESINA - PI
182	17/05/2024	17/05/2024	RV00563088	DIRCEU ARCOVERDE - PI
183	17/05/2024	17/05/2024	RV00563089	LAGOA ALEGRE - PI
184	17/05/2024	17/05/2024	RV00563090	TERESINA - PI
185	17/05/2024	17/05/2024	RV00563091	DIRCEU ARCOVERDE - PI
186	17/05/2024	17/05/2024	RV00563092	TERESINA - PI
187	17/05/2024	17/05/2024	RV00563093	CERES - GO
188	17/05/2024	17/05/2024	RV00563095	BONFIM DO PIAUI - PI
189	17/05/2024	17/05/2024	RV00563096	DIRCEU ARCOVERDE - PI
190	17/05/2024	17/05/2024	RV00563097	TERESINA - PI
191	17/05/2024	17/05/2024	RV00563098	TERESINA - PI
192	17/05/2024	17/05/2024	RV00563100	DIRCEU ARCOVERDE - PI
193	17/05/2024	17/05/2024	RV00563101	GOIANIA - GO
194	17/05/2024	17/05/2024	RV00563102	DIRCEU ARCOVERDE - PI
195	17/05/2024	17/05/2024	RV00563105	TERESINA - PI
196	17/05/2024	17/05/2024	RV00563106	TERESINA - PI
197	17/05/2024	17/05/2024	RV00563107	FORTALEZA - CE
198	17/05/2024	17/05/2024	RV00563108	TERESINA - PI
199	17/05/2024	17/05/2024	RV00563109	TERESINA - PI

200	17/05/2024	17/05/2024	RV00563111	ESPERANTINA - PI
201	17/05/2024	17/05/2024	RV00563113	TERESINA - PI
202	17/05/2024	17/05/2024	RV00563114	TERESINA - PI
203	17/05/2024	17/05/2024	RV00563115	BATALHA - PI
204	17/05/2024	17/05/2024	RV00563116	RIBAS DO RIO PARDO - MS
205	17/05/2024	17/05/2024	RV00563117	TERESINA - PI
206	17/05/2024	17/05/2024	RV00563119	TERESINA - PI
207	17/05/2024	17/05/2024	RV00563120	BRASILIA - DF
208	17/05/2024	17/05/2024	RV00563122	TERESINA - PI
209	17/05/2024	17/05/2024	RV00563126	TERESINA - PI
210	17/05/2024	17/05/2024	RV00563127	BRASILIA - DF
211	17/05/2024	17/05/2024	RV00563135	TERESINA - PI
212	17/05/2024	17/05/2024	RV00563136	CAMPO MAIOR - PI
213	17/05/2024	17/05/2024	RV00563139	TERESINA - PI
214	17/05/2024	17/05/2024	RV00563143	TERESINA - PI
215	17/05/2024	17/05/2024	RV00563144	PAULISTA - PE
216	17/05/2024	17/05/2024	RV00563145	TERESINA - PI
217	17/05/2024	17/05/2024	RV00563146	TERESINA - PI
218	17/05/2024	17/05/2024	RV00563147	TERESINA - PI
219	17/05/2024	17/05/2024	RV00562788	PARNARAMA - MA
220	17/05/2024	17/05/2024	RV00562791	TERESINA - PI
221	17/05/2024	17/05/2024	RV00562796	TERESINA - PI
222	17/05/2024	17/05/2024	RV00562798	TERESINA - PI
223	17/05/2024	17/05/2024	RV00562800	TERESINA - PI
224	17/05/2024	17/05/2024	RV00562803	PARNARAMA - MA
225	17/05/2024	17/05/2024	RV00562812	BREJO - MA
226	17/05/2024	17/05/2024	RV00562819	TERESINA - PI
227	17/05/2024	17/05/2024	RV00562821	AMARANTE - PI
228	17/05/2024	17/05/2024	RV00562822	TERESINA - PI
229	17/05/2024	17/05/2024	RV00562824	TERESINA - PI
230	17/05/2024	17/05/2024	RV00562828	FORTALEZA - CE
231	17/05/2024	17/05/2024	RV00562829	TERESINA - PI
232	17/05/2024	17/05/2024	RV00562831	TERESINA - PI
233	17/05/2024	17/05/2024	RV00562833	TERESINA - PI
234	17/05/2024	17/05/2024	RV00562836	TERESINA - PI
235	17/05/2024	17/05/2024	RV00562840	TERESINA - PI
236	17/05/2024	17/05/2024	RV00562846	PALMEIRAIS - PI
237	17/05/2024	17/05/2024	RV00562847	TERESINA - PI
238	17/05/2024	17/05/2024	RV00562848	TERESINA - PI
239	17/05/2024	17/05/2024	RV00562849	TERESINA - PI
240	17/05/2024	17/05/2024	RV00562850	TERESINA - PI
241	17/05/2024	17/05/2024	RV00562851	MATOES - MA

242	17/05/2024	17/05/2024	RV00562852	TERESINA - PI
243	17/05/2024	17/05/2024	RV00562853	TERESINA - PI
244	17/05/2024	17/05/2024	RV00562854	SAO LUIS - MA
245	17/05/2024	17/05/2024	RV00562856	TERESINA - PI
246	17/05/2024	17/05/2024	RV00562857	SAO LUIS - MA
247	17/05/2024	17/05/2024	RV00562858	AMARANTE - PI
248	17/05/2024	17/05/2024	RV00562859	TERESINA - PI
249	17/05/2024	17/05/2024	RV00563148	PARNAIBA - PI
250	17/05/2024	17/05/2024	RV00563149	TERESINA - PI
251	17/05/2024	17/05/2024	RV00563150	FORTALEZA - CE
252	17/05/2024	17/05/2024	RV00563151	TERESINA - PI
253	17/05/2024	17/05/2024	RV00563152	NAZARIA - PI
254	17/05/2024	17/05/2024	RV00563153	TERESINA - PI
255	17/05/2024	17/05/2024	RV00563154	TERESINA - PI
256	17/05/2024	17/05/2024	RV00563155	NAZARIA - PI
257	17/05/2024	17/05/2024	RV00563156	TERESINA - PI
258	17/05/2024	17/05/2024	RV00563157	TERESINA - PI
259	17/05/2024	17/05/2024	RV00563158	TERESINA - PI
260	17/05/2024	17/05/2024	RV00563160	TERESINA - PI
261	17/05/2024	17/05/2024	RV00563161	TERESINA - PI
262	17/05/2024	17/05/2024	RV00563162	SAO LUIS - MA
263	17/05/2024	17/05/2024	RV00563164	PARNAIBA - PI
264	17/05/2024	17/05/2024	RV00563165	RIBEIRA DO POMBAL - BA
265	17/05/2024	17/05/2024	RV00563166	TERESINA - PI
266	17/05/2024	17/05/2024	RV00563170	PARACURU - CE
267	17/05/2024	17/05/2024	RV00563172	CARUARU - PE
268	17/05/2024	17/05/2024	RV00563175	CAJUEIRO DA PRAIA - PI
269	17/05/2024	17/05/2024	RV00563177	TERESINA - PI
270	17/05/2024	17/05/2024	RV00563178	TUNTUM - MA
271	17/05/2024	17/05/2024	RV00563179	TERESINA - PI
272	17/05/2024	17/05/2024	RV00563180	PRIMAVERA DO LESTE - MT
273	17/05/2024	17/05/2024	RV00563182	TIMON - MA
274	17/05/2024	17/05/2024	RV00563184	TERESINA - PI
275	17/05/2024	17/05/2024	RV00563187	FORTALEZA - CE
276	17/05/2024	17/05/2024	RV00563190	TERESINA - PI
277	17/05/2024	17/05/2024	RV00563192	TERESINA - PI
278	17/05/2024	17/05/2024	RV00563193	TERESINA - PI
279	17/05/2024	17/05/2024	RV00563195	TERESINA - PI
280	17/05/2024	17/05/2024	RV00563196	TERESINA - PI
281	17/05/2024	17/05/2024	RV00563198	TERESINA - PI
282	17/05/2024	17/05/2024	RV00563200	TERESINA - PI
283	17/05/2024	17/05/2024	RV00563201	TERESINA - PI

284	17/05/2024	17/05/2024	RV00563202	TERESINA - PI
285	17/05/2024	17/05/2024	RV00563205	VITORIA DA CONQUISTA - BA
286	17/05/2024	17/05/2024	RV00563206	TERESINA - PI
287	17/05/2024	17/05/2024	RV00563207	SAO RAIMUNDO NONATO - PI
288	17/05/2024	17/05/2024	RV00563208	TERESINA - PI
289	17/05/2024	17/05/2024	RV00563209	PARNAIBA - PI
290	17/05/2024	17/05/2024	RV00563210	TERESINA - PI

VALKIR NUNES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENCIA DE POLITICAS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE

(Transcrição da nota REGULARIDADES de Nº 13600, datada de 20 de maio de 2024.)

TERMOS DE RECONHECIMENTO

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 15/2023 - SEID

Número do Processo SEI	00314.000166/2023-97
Devedor	Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência – SEID.
CNPJ	05.735.244/0001-36
Favorecido(a)	H O DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ	35.813.508/0001-93
Objeto	Fornecimento de Bateria de Cadeira de Rodas
Valor da Dívida	R$ 4.945,60
Data da Dívida	03/10/2023
Representante SEID	Mauro Eduardo Cardoso e Silva
Representante da Empresa	Luiz Carvalho dos Santos

MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

Secretário de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Piauí

SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

Portaria Nº 64, de 20 de Maio de 2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA APURAÇÃO DE FATOS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL PARA PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO, DEFINE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 8º, Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021, e art.54, § 1º do Decreto 21.872 de 2023.

CONSIDERANDO o disposto no caput e inciso XXI, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a necessidade de designar SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA APURAÇÃO DE FATOS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL, previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências, além do Item I, II e XII do ANEXO XXXV, da Resolução CGFR 003/2020 e Decreto Estadual nº 21.872 de 09 de março de 2023, e no âmbito da Comissão de Licitação da Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência-SEID;

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Servidor(a), Guilherme Araújo Melo Leal, matrícula Nº 0800504-0 como servidor responsável pela sindicância do processo de pagamento indenizatório nº SEI 00314.000170/2024-36, conforme determinado pelo Item I, II e XII do ANEXO XXXV, da Resolução CGFR 003/2020.

Art. 2º São atribuições do (a) Servidor responsável pela sindicância, nos termos do Item I, II e XII do ANEXO XXXV, da Resolução CGFR 003/2020:

I - Instauração de sindicância investigativa, definindo-se o objeto e identificando (i) o contratado, (ii) o contrato e (iii) a nulidade a ser verificada;

II - Indicação da comissão ou servidor para apuração dos fatos e elaboração de relatório final;

XII - Relatório conclusivo pelo servidor ou comissão, devendo abordar (i) a nulidade ou não do contrato, (ii) a efetiva prestação do serviço ou fornecimento do bem, (iii) a contribuição do contratado para a nulidade.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência

(Transcrição da nota TERMOS DE RECONHECIMENTO de Nº 13598, datada de 20 de maio de 2024.)

TERMO DE CONVALIDAÇÃO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD

CONVALIDAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO Nº: 012461723/SEAD-PI/GAB/SLC/ASSESSORIA TERESINA/PI, 10 DE MAIO DE 2024.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no teor do art. 49 da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO que a competência para convalidar, retificar e ratificar é, em princípio, da autoridade superior que autoriza ou determina a instauração do processo administrativo;

CONSIDERANDO que convalidação é o ato administrativo pelo qual o órgão competente decide sanar um ato irregular anteriormente praticado, suprindo a irregularidade que o vicia;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que determina a possibilidade de convalidação pela própria Administração de atos que apresentarem defeitos sanáveis e não acarretarem lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros;

CONSIDERANDO que o ato em questão não acarreta prejuízo a terceiros, nem lesão ao interesse público;

CONSIDERANDO os autos do Processo SEI nº 00012.046097/2023-62

A Secretária de Administração resolve CONVALIDAR o procedimento prorrogação da vigência do Contrato nº 44/2023 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ– SESAPI-PI e a empresa , NATAL COMPUTER LTDA, para prestação de serviços continuados aquisição de equipamentos de informática, tendo em vista a necessidade de equipar as ouvidorias do SUS.

O Ato em questão será convalidado com base nas informações prestadas e na instrução processual fornecida pela SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ– SESAPI-PI, nesse sentido deve o órgão solicitante atender à Resolução CGFR Nº 003/2020.

Ficando condicionado o processo ao cumprimento integral das manifestações técnicas dos órgãos de controle:

PARECER PGE (011006888);

PARECER SEFAZ (012308288);

Informamos ainda que a Publicação resumida do extrato de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável à sua eficácia, será providenciada exclusivamente pela SEGOV, conforme disposto no art. 8º do Decreto nº 17.084/2017.

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO.

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ESTADO DO PIAUÍ- SEAD-PI.

(datado e assinado eletronicamente)

(Transcrição da nota TERMO DE CONVALIDAÇÃO de Nº 13625, datada de 20 de maio de 2024.)

TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL/FUESPI

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00089.005847/2023-52/FUESPI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023/ FUESP**I.**

O objeto da presente licitação é a Aquisição de materiais de consumo para Implantação de ambulatório de Estomaterapia como o foco na prevenção, avaliação e tratamento de feridas, estomias e incontinência na rede pública estadual do Piauí, vinculados a Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

A Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI torna público para conhecimento dos interessados a seguinte decisão: HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023, sob o critério de julgamento MENOR PREÇO e ADJUDICO às empresas:

ERIKA FARIAS VELOSO DE OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 17.071.690/0001-72, sendo a vencedora dos itens abaixo:

01 – Adesivo removedor de curativo – Valor R$ 3.850,00

03 – Bandagem elástica algodão/viscose, nylon e lycra – Valor R$ 14.400,00

09 – Compressa de Gaze hidrofílica não estéril, 100% algodão – Valor R$ 3.500,00

23 – Hidrogel transparente para hidratação de feridas – Valor R$ 1.399,80.

BRUNA A DA R FARIAS, CNPJ nº 29.868.059/0001-88, sendo a vencedora dos itens abaixo:

02 – Atadura de Crepom, 100% algodão, não estéril – Valor R$ 1.500,00

27 - Lençol Protetor de cama 65x77 a 80X100cm – Valor R$ 6.300,00

38 - Kit de terapia por pressão negativa – Valor R$ 49.925,00

MF SOLUTION LTDA, CNPJ 47.656.937/0001-83, sendo a vencedora dos itens:

04 – Bandagem elástica multicamadas– Valor R$ 71.000,00

06 – Cloreto de Dialquil Carbamoil (DACC)Cota principal (80%)–Valor R$ 78.792,00

07 – Cloreto de Dialquil Carbamoil(DACC)Cota reservada(20%)–Valor R$ 19.698,00

17 – Equipamentos coletores de uma peça convexa e recortável – Valor R$ 9.870,00

18 – Equipamentos coletores de uma peça plano e recortável – Valor R$ 14.230,00

22 – Fita adesiva de silicone para fixação de curativo em pele sensível – Valor R$ 2.391,60

37 – Fita adesiva, flexível, de baixa hipoalergenicidade para fixação de curativo – Valor R$ 4.947,00

MEDICAR MED LTDA, CNPJ 35.517.881/0001-05, sendo a vencedora dos itens abaixo:

05 – Bota de Unna bandagem – Valor R$ 78.000,00

08 – Compressa de Gaze hidrofílica não estéril, 100% algodão – Valor R$ 9.750,00

10 – Compressa de gaze 100% algodão impregnada em poliexametileno biguanida – Valor R$ 14.000,00

11 – Curativo com carvão ativado associado à prata – Valor R$ 22.500,00

16 – Curativo de matriz cicatrizante – Valor R$ 37.998,00

24 – Instrumental tipo cabo de bisturi nº 3 – Valor R$ 1.217,00

25 – Instrumental tipo tesoura curva – Valor R$ 2.500,00

26 – Instrumental tipo cureta Nº 262, cortante – Valor R$ 6.828,00

28 – Malha Tubular Ortopédica Para Dedo – Valor R$ 894,00

30 – Papaína composição pura em pó – Valor R$ 12.448,00

31 – Papaína concentrada 10% - forma farmacêutica creme 30g. – Valor R$ 10.450,00

32 – Película protetora cutânea de spray, isenta de álcool – Valor R$ 2.086,70

33 – Instrumental tipo pinça cirúrgica – Valor R$ 5.308,00

34 – Protetor cutâneo – Valor R$ 2.800,00

35 – Sabonete com polihexanida – Valor R$ 3.800,00

36 – Solução antisséptica com polihexanida – Valor R$ 5.187,00

KORAL PRODUTOS MEDICOS CORRELATOS E DESCARTAVEIS L, CNPJ 02.005.077/0001-80

12 – Curativo composto no mínimo por fibras de alginato de cálcio e sódio – Valor R$ 7.620,00

13 – Curativo de espuma absorvente – Valor R$ 2.812,50

14 – Curativo de espuma de poliuretano com prata – Valor R$ 11.177,50

15 – Curativo de hidrofibra (100% fibra de carboximetilcelulose sódica) – Valor R$ 10.040,00

19 – Filme transparente em rolo – Valor R$ 2.250,00

20 – Filme transparente em rolo consiste em um filme de poliuretano – Valor R$ 1.599,00

21 – Filme transparente estéril para fixação de catéter hipoalergênico - Valor R$ 747,50

Observação: O item 29 foi FRACASSADO.

Os autos do processo administrativo encontram-se disponíveis aos interessados.

Local: Informações: CPL da FUESPI – Rua João Cabral, 2231, bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, e-mail: cpl@uespi.br

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/05/2024

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2024

Publique-se:

Teresina (PI), 20 de Maio de 2024.

Evandro Alberto de Sousa

Reitor da FUESPI

(Transcrição da nota TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de Nº 13658, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 20/2023

Através do presente termo, fica adjudicado à empresa CONSTRUTORA RENATA LTDA, CNPJ nº. 02.577.913/0001-09, por ter apresentado proposta de menor valor e atendendo aos critérios exigidos pela Legislação, com o valor de R$ 51.680.091,80 (Cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil, noventa e um reais e oitenta centavos).O objeto constante de processo de licitação CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 20/2023, referente ao objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FINS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PERMANENETE NAS VIAS URBANAS DOS MUNICIPIOS LOCALIZADOS NO TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO ITAIM TD 12, OBJETIVANDO A APLICAÇÃO DE 49.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) E APLICAÇÃO DE 31.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO) TOTALIZANDO 70.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO.

Teresina-PI, 15 de Maio de 2024.

CAROLINE LACERDA MARQUES

Presidente da Comissão de Licitação - SETRANS/PI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 20/2023

Tendo em vista decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº. 05/2024, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório CONCORRÊNCIA Nº. 20/2023, a licitante CONSTRUTORA RENATA LTDA, CNPJ nº. 02.577.913/0001-09, por ter apresentado proposta de menor valor e atendendo aos critérios exigidos pela Legislação, com o valor de R$ 51.680.091,80 (Cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil, noventa e um reais e oitenta centavos).O objeto constante de processo de licitação CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 20/2023, referente ao objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FINS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PERMANENETE NAS VIAS URBANAS DOS MUNICIPIOS LOCALIZADOS NO TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO ITAIM TD 12, OBJETIVANDO A APLICAÇÃO DE 49.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) E APLICAÇÃO DE 31.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO) TOTALIZANDO 70.000,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO.

Teresina-PI, 15 de Maio de 2024.

JONAS MOURA DE ARAÚJO

Secretário Estadual de Transportes

(Transcrição da nota TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de Nº 13700, datada de 20 de maio de 2024.)

EDITAIS

GOVERNODOESTADODO PIAUÍ

UNIVERSIDADE ESTADUALDO PIAUÍ – UESPI

UNIVERSIDADEABERTA DO BRASIL– UAB

NÚCLEODEEDUCAÇÃOADISTÂNCIA–NEAD

EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2024

PROCESSO SELETIVO PARA PORTADOR DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR PARA INGRESSO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA PELO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UAB-UESPI/2024

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI, por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG e do Núcleo de Educação à Distância (NEAD) e tendo em vista a legislação em vigor, a Portaria MEC nº 867, de 7 de abril de 2006 e o Resultado Final do Edital nº 05/2018-DED/CAPES, Ofício Circular n° 02 de 16 de janeiro de2020- CGPC/DED/CAPES e a RESOLUÇÃO CEPEX 019 de 03 de agosto de 2020 torna públicas, para conhecimento dos(as) interessados(as), as condições de habilitação às vagas para os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras/Inglês, Letras/Português, História e Matemática, na modalidade Educação a Distância, para Portador de Diploma de Curso Superior, no sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB, oferecidos pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, para o ano letivo de 2024.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Somente poderão candidatar-se, graduados que desejem realizar novo Curso de Graduação, definida pelo Regimento Geral da UESPI, considerando as vagas e condições definidas neste Edital e na Resolução CEPEX Nº 004/2008, de 29/01/2008.

1.2. As inscrições no Processo Seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação, na modalidade Educação a Distância, no sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB ocorrerão exclusivamente, via Internet no endereço eletrônico https://neadseletivos.uespi.br/ no período do dia 21.05.2024 a 28.05.2024 até as 23:59h (horário do Piauí);

1.3. A inscrição para este certame será gratuita e exclusivamente realizada por meio eletrônico com o preenchimento do Formulário de Inscrição online, disponível no site: https://neadseletivos.uespi.br/

a) Acessar o site: https://neadseletivos.uespi.br/, clicar no menu seleções;

b) Cadastrar-se no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PORTADOR DE DIPLOMA e efetuar o login;

c) Preencher devidamente os campos da Ficha de Inscrição online disponível;

d) Escanear e anexar documentação exigida no item 3 deste Edital em formato PDF (arquivo único);

1.4. Não haverá homologação para inscrições com documentação incompleta;

1.5. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão, bem como pelas informações prestadas. O Núcleo de Educação a Distância - NEAD não se responsabiliza por inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, tais como falhas de comunicação e congestionamento que impossibilitem a transferência de dados.

1.6. Não será permitida complementação documental em qualquer etapa deste processo Seletivo Simplificado.

1.7. Falta de qualquer documento exigido, neste Edital, implicará no indeferimento da inscrição do candidato.

1.8. O candidato só poderá realizar uma única inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

1.9 No caso do candidato(a) inscrever-se mais de uma vez neste Processo Seletivo Simplificado, considerar-se-á válida somente a última inscrição;

2. DAS CONDIÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE VAGA

2.1. Pré-requisitos:

a) Ser portador de diploma de Curso de Graduação, legalmente reconhecido;

b) Só serão aceitas solicitações de portador de diploma de Graduação mediante apresentação de toda documentação exigida, conforme item 3 deste Edital;

c) Solicitar vaga conforme ANEXO II.

3. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

3.1. Requerimento de inscrição preenchido em formulário próprio da Universidade Estadual do Piauí (ANEXO III);

3.2. Cópia dos documentos CPF e RG;

3.3. Cópia autenticada do Diploma da Graduação em qualquer área do conhecimento;

3.4. Cópia autenticada do Histórico Escolar do curso de Graduação. O Histórico Escolar deve ser emitido pelo setor competente da Instituição de Ensino Superior e assinado pelo responsável do setor acadêmico, devendo constar a relação das disciplinas cursadas (carga horária, nota ou conceito de aprovação);

3.4.1. O histórico escolar (original ou cópia autenticada), expedido pela Instituição de origem,

deverá ter a indicação do sistema de avaliação do rendimento escolar expresso em notas (0 a 10,0) e do Índice de Rendimento Académico (IRA);

3.4.2. Caso o histórico escolar não apresente o sistema de avaliação do rendimento escolar e o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), estes itens devem ser apresentados mediante Declaração emitida pela IES de origem;

3.5. Declaração de que não esteja matriculado em qualquer Instituição de Ensino Superior, de acordo com a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009 (PARA TODOS OS CANDIDATOS - PREENCHIMENTO, ASSINATURA E ENVIO DO ANEXO IV);

3.6. Comprovante de quitação com o Serviço Militar (obrigatório para o sexo masculino);

3.7. Comprovante de quitação junto à Justiça Eleitoral;

3.8. Indexar todos os documentos em um único arquivo de formato PDF, em sequência exata apresentada neste item.

4. CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO:

A análise das solicitações de ingresso como Portador de Diploma de Curso Superior, conforme definido neste Edital, será realizada conforme os seguintes critérios de seleção:

4.1. PRIMEIRA ETAPA: verificação pela Banca Examinadora dos processos de solicitação para ingresso como Portador de Diploma de Curso Superior de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4.2. SEGUNDA ETAPA: Análise pela Banca Examinadora das solicitações, considerando o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), conforme subitens 3.4.1 e 3.4.2.

4.3. Havendo empate entre os candidatos concorrentes, serão considerados os seguintes critérios de desempate, por ordem de prioridades:

a) Maior idade do candidato concorrente.

b) Ser o interessado, preferencialmente, oriundo de Instituição Pública;

5. DA CONVOCAÇÃO

5.1. O candidato deverá ficar atento à convocatória conforme anexo I, referente à matrícula que terá publicação feita pela Banca Examinadora por intermédio da Universidade Aberta do Brasil – UAB em conjunto com o Núcleo de Educação a Distância – NEAD e Assessoria de Comunicação da UESPI nos sites https://neadseletivos.uespi.br/ e https://www.uespi.br/site/ conforme Cronograma (ANEXO I).

5.2. Os candidatos que NÃO enviarem a documentação para efetivação da matrícula institucional na data prevista conforme cronograma deste Edital serão considerados DESISTENTES e, como tal, perderão o direito à vaga.

5.3. As vagas decorrentes de desistência serão preenchidas pelos candidatos CLASSIFICADOS fora do limite de vagas para o curso e polo ao qual concorrem, observando a classificação,

mediante convocações estabelecidas neste Edital, obedecendo à estrita ordem de classificação. A referida convocação será divulgada nos meios de comunicação locais e estarão disponíveis nos sites: https://neadseletivos.uespi.br/ e https://www.uespi.br/site/

5.4. Após as convocações previstas neste Edital e restando vagas ainda não preenchidas, a Universidade Aberta do Brasil – UAB poderá proceder novas convocações até o preenchimento destas vagas.

5.5. A UAB poderá realizar convocações até o término do primeiro ano letivo para fins de ocupação de vagas geradas por eventuais desistências.

5.6. O candidato convocado que não efetuar matricula perderá o direito à vaga.

6. DA MATRÍCULA

6.1. A matrícula dos candidatos classificados no Processo Seletivo para ingresso no referido Curso de Graduação, Modalidade a Distância pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB-UESPI 2024.1, dar-se-á na seguinte sequência:

a) MATRÍCULA INSTITUCIONAL, que consiste no envio de documentos constantes do item 3 para o site https://neadseletivos.uespi.br/ conforme Cronograma (Anexo I).

b) MATRÍCULA CURRICULAR, que consiste no acesso ao bloco de disciplinas, nos Polos de Apoio Presencial UAB de concorrência, de acordo com o Calendário elaborado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB e a Pró Reitoria de Ensino de Graduação - PREG.

6.2. As normas para preenchimento de vagas remanescentes desta IES, a partir de 2007, obedecerão ao Regimento Geral da UESPI e às Resoluções CONSUN 011/2006, 014/2006 e 006/2016.

6.3. A matrícula não será, em nenhuma hipótese, realizada sem a apresentação dos documentos exigidos.

6.4. O candidato deve estar ciente de que, poderá haver encontros presenciais em 01 ou 02 dias durante a semana e/ou em finais de semana previamente marcados sem prejuízo daqueles que por motivos religiosos possam estar impedidos de participar dos referidos encontros aos finais de semana, segundo prevê a Lei Estadual nº 6478 de 24/01/2014 bem como a Resolução CEPEX nº 01/2016.

6.5. Será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, no ato da matrícula, não apresentar todos os documentos solicitados neste edital ou apresentar documentação falsa ou nota rasurada ou ilegível, não cabendo, neste caso, nenhum tipo de recurso.

6.6. Será eliminado do processo seletivo, regido por este edital, o candidato que fornecer informações falsas, podendo ser responsabilizado cível e criminalmente, se for o caso, a qualquer tempo.

7. DO TRANCAMENTO

7.1. O candidato aprovado, ao efetuar matrícula curricular na UAB/UESPI, só poderá trancá-la

após cursar, com aproveitamento, o mínimo de dois semestres letivos.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O candidato será EXCLUÍDO/DESCLASSIFICADO do Processo Seletivo para ingresso dos Cursos de Graduação, Modalidade a Distância pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB-UESPI 2024, em qualquer fase, se cometer alguma das infrações a seguir:

a) desrespeito às normas deste Edital;

b) for responsável por falsa identificação pessoal;

c) apresentar documentação falsa ou inexata para concorrer ao Processo Seletivo.

8.2. A inexatidão ou falsidade documental e/ou ideológica apresentadas pelo candidato, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo ou, inclusive, após as Matrículas Institucional e Curricular, implicará a sua eliminação sumária, sendo declarado nulo de pleno direito à inscrição e a todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

8.3. Os Editais anteriores dos Processos Seletivos da UAB/UESPI ficam, por este, revogados.

8.4. A UAB/UESPI divulgará caso necessário, normas complementares às estabelecidas no presente Edital, através de nota oficial veiculada nos meios de comunicação locais e nos sites https://neadseletivos.uespi.br/ e https://www.uespi.br/site/

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e pelo Núcleo de Educação à Distância – NEAD e Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Teresina-PI, 15 de maio de 2024.

ANEXO I

CRONOGRAMA

EDITAL UAB/NEAD/UESPI/ Nº 001/2024

EVENTO	PERÍODO
Lançamento do Edital	21/05/2024
Solicitação de vaga para ingresso de portador de diploma em curso superior	21 a 28/05/2024
Publicação do Resultado	31/05/2024
Prazo para interposição de recurso	03 e 05/06/2024
Resultado do recurso	07/06/2024
Resultado Final	07/06/2024

Matrícula institucional	10 a 14/06/2024
Matrícula curricular	17 a 21/06/2024

ANEXO II

CURSO	POLO	VAGAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA	1. Palmeirais	15
	2. Água Branca	03
	3. Monsenhor Gil	21
	4. Elesbão Veloso	19
	5. Cocal	18
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	1. Simões	Cadastro de reserva
	2. São João do Piauí	18
	3. Bom Jesus	25
	4. Barras	01
	5. Uruçuí	25
LICENCIATURA EM LETRAS INGLÊS	1. Buriti dos Lopes	25
	2. José de Freitas	06
	3. Inhuma	25
	4. Pedro II	22
	5. Parnaíba	25
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	1. Altos	Cadastro de reserva
	2. Jaicós	25
	3. Oeiras	01
	4. Campo Maior	12
	5. União	Cadastro de reserva
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	1. Fronteiras	25
	2. Avelino Lopes	25
	3. Piripiri	25
	4. Valença do Piauí	25
	5. Paes Landim	25

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

NOME DO REQUERENTE: _____

CURSO REQUERIDO: _____

ENDEREÇO: _____

CEP_____ RG: _____

ÓRGÃO EXPEDIDOR_____UF: _____

POLO DE SOLICITAÇÃO DE VAGA: _____

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

( ) Aproveitamento de Disciplina Cursada

( ) Histórico Escolar
( ) Regime Excepcional de Aprendizagem

( ) Declaração de Vinculo Acadêmico
( ) Trancamento de Curso

( ) Programa de Disciplinas Cursadas
( ) Revisão de Prova

( ) Reconsideração de Despacho
( ) 2 Chamada de Prova

( ) Colocação de Grau em Separado
( ) Desempenho Acadêmico

( ) Transferência Ex-Oficio
( ) Cancelamento de Curso

( ) Reintegração de Curso
( ) Transferência Intercampi

( ) Transferência Facultativa Externa
( ) Declaração de Vinculo Acadêmico

( )Exame Extraordinário de Estudos
(X) Portador de Diploma de Curso Superior

( ) Outros

OBSERVAÇÕES:

_____
_____

Polo de inscrição:_____

Data:_____

_____

Assinatura do requerente

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI MATRÍCULA EM CURSOS SUPERIORES (PARA TODOS OS CANDIDATOS)

Declaro, para os devidos fins que se façam necessários, que não estou matriculado em nenhum Curso Superior em instituições públicas de ensino superior em todo o território nacional, de acordo com a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, bem como me comprometo a comprovar caso seja necessário, a veracidade das informações declaradas, consciente de que no caso de prestar informações inverídicas serei submetido às penalidades legais cabíveis.

_____
Assinatura

_____
Local e Data

(Transcrição da nota EDITAIS de Nº 13555, datada de 20 de maio de 2024.)

LICENÇAS AMBIENTAIS

A empresa **PLANALTO DISTRIBUIÇÃO DE PETROLEO E COMBUSTIVEIS LTDA**, Nome Fantasia: **POSTO PLANALTO 1**, CNPJ: 07.231.582/0001-66, Endereço: Av. Henry Wall de Carvalho, Nº 4545, Bairro: Tabuleta, Teresina/PI, CEP: 64.022-050. Torna público que **Requereu** junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMARH a **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – L.O.** para Atividade: Transporte rodoviário de produtos perigosos.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13528, datada de 20 de maio de 2024.)

CARLOS AUGUSTO DANIEL JUNIOR, CPF nº 159.*.***-68**, torna público que requereu junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, o pedido de expedição da Licença de Operação de Regularização (LO-R) para a cultura da cana-de-açúcar em uma área de 137 hectares, na Fazenda Independência (São Domingos), coordenadas geográficas: Lat 4º 41’59,47”S e Long 42º 55’ 42,25”W, município de União/ PI.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13530, datada de 20 de maio de 2024.)

Homero Francisco Pereira Sena, CPF 675.***.***-87, torna público que requereu a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, a Licença Prévia e Licença de Instalação e Autorização de Supressão Vegetal para implantação de Projeto de Fruticultura e Forragicultura, na propriedade Carreiro, zona rural de Guadalupe/PI.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13548, datada de 20 de maio de 2024.)

AGROPECUÁRIA KULZER E BAST LTDA, CNPJ Nº 48.884.301/0001-51 torna público que solicitou à SEMARH, o pedido de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da atividade agrícola, da Fazenda Acero do Fogo e Triunfo, Canto da Faveira e Caboclos, localizado na zona rural do município de Milton Brandão-PI.

AVANÇO AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ Nº 24.176.504/0001-25 torna público que solicitou à SEMARH, o pedido de Licença de Operação (LO) da atividade agrícola, da Fazenda Chapada do Canto dos Cocos e Baixão da Mangabeira, localizado na zona rural do município de Passagem Franca do Piauí-PI.

AVANÇO AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ Nº 24.176.504/0001-25 torna público que solicitou à SEMARH, o pedido de Licença de Operação (LO) da atividade agrícola, da Fazenda Tamboril, localizado na zona rural do município de São Gonçalo do Piauí-PI.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13552, datada de 20 de maio de 2024.)

COMUNICADO. A empresa **HIPER FARMA LTDA**, CNPJ: 29.474.162/0056-17, localizada na Av. Frei Serafim, N°2858, Bairro: Centro, CEP 64.001-020, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a Licença Ambiental.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13554, datada de 20 de maio de 2024.)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ – DER

AVISO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/0001-99, torna público que:

Requereu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMARH a **DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL – DBIA** referente a obra de Melhoramento da Implantação e Pavimentação em TSD (Tratamento Superficial Duplo) na Pista de Rolamento e TSS

(Tratamento Superficial Simples) nos Acostamentos no Acesso a Orla do Lago São Victor, no Trecho: Entr. BR-020 / Povoado São Vitor, no Município de São Raimundo Nonato-PI com extensão de 17,68 Km.

Requereu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMARH a **DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL – DBIA** referente aos Serviços de Melhoramento da Implantação e Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo - TSD na pista principal e Tratamento Superficial Simples – TSS, nos acostamentos na Rodovia estadual que faz ligação da BR-407 (Povoado Milhas) à BR-316 (Povoado Serra Grande), municípios de Geminiano e Francisco Santos, com extensão de 20,18 km, no estado do Piauí.

Leonardo Sobral Santos

Diretor Geral do DER/PI

Teresina (PI), 20 de maio de 2024

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13566, datada de 20 de maio de 2024.)

A empresa **W & T ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA,** Nome Fantasia**: AFRODITE MOTEL, CNPJ: 05.638.103/0001-03,** Endereço: Av Joaquim Nelson, 521, Bairro: Gurupi, Teresina/PI, CEP: 64.078-600. Torna público a solicitação junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hidricos do Piaui - SEMARH a regularização e outorga de poço artesiano para Atividade: Hotelaria.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13574, datada de 20 de maio de 2024.)

AILTON E JONAS LTDA –'POSTO SANTA TERESINHA' – CNPJ: 10.863.981/0002-35, com sede na ROD. BR 020, Nº 1400, KM 54, BAIRRO: PRIMAVERA, CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO–PI, torna público que recebeu a Licença de Operação (LO)0002/2020 – P_0015/2018, e está requerendo a renovação da mesma, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO–PI.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13579, datada de 20 de maio de 2024.)

Prefeitura Municipal de Marcos Parente CNPJ 06.554.133/0001-96, torna público que requereu junto à SEMARH- Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, o pedido de expedição Autorização para Perfuração e Outorga Preventiva de 06 (seis) poços tubulares a serem perfurados nas localidades: 1 - Serra I (poço1) 07°09'11,30''S/43°51'10,30''W 2-Serra I (poço3) 07°09'57,60''S/43°51'40,10''W 3-Serra II 07°10'03,00''S/43°55'55,38''W 4-Paracati 07°01'44,20''S/43°50'45,90''W 5-Serra I (poço 2) 07°10'31,42''S/43°52'31,09''W6-Tapuio 07°00'46,12''S/43°59'26,18''W município Marcos Parente - PI, reservar (item1, 2 e 3) 2.628,00 m³/ano reservar (item 4, 5 e 6) 1.752,00 m³/ano. Bacia Parnaíba, Sub-Bacia UPH Boa Esperança, uso

consumo humano.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13595, datada de 20 de maio de 2024.)

CARDOSO & SILVA CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 26.371.587/0001-39, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barras-PI, LP, LI e LO, referentes à atividade de parcelamento do solo para fins residenciais e mistos – loteamento habitacional, no bairro Santa Rita, SN, Barras-PI.

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13618, datada de 20 de maio de 2024.)

INSTITUTO DE AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI - IAEPI

REQUERIMENTO

Instituto de Aguas e Esgotos do Piaui - IAEPI, inscrito sob o CPF/CNPJ n° 22.057.819/0001-28, vem requerer Autorização e Outorga Preventiva para pço tubular localizado no município Coronel José Dias, na localidade Curral de Ramos, Latitude 9°11'45,07" S e Longitude 42°15’34,37” W.

Descrição dos usos da água

Captação subterrânea por meio de poço tubular para implantação de Sistema de Abastecimento de Água Simplificado para atender a uma população final de projeto de 178 habitantes na localidade Curral de Ramos do município de Coronel José Dias. Dados do poço a perfurar: Profundidade 110m; População abastecível 178habs numa projeção de 20 anos; Demanda de água solicitada 0,89m^3/h; Tempo de Bombeamento 5,5hs/dia; Período de 30dias/mês; Volume 146,85m³/mês.

Finalidade(s) do Uso da Água

Abastecimento Público
Tipo de Prestador de Serviços: Administração indireta (SAAE ou Similares)
Número da Concessão:
Data Final da Concessão:
Localidades Atendidas:

Município	Localidade	Qtd.Habitante(horizonte 20anos)
Coronel José Dias	Curral de Ramos	178

Diretor Geral IAEPI– Magno Pires

Alves Filho

16/05/2024

INSTITUTO DE AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI - IAEPI

REQUERIMENTO

Instituto de Aguas e Esgotos do Piaui - IAEPI, inscrito sob o CPF/CNPJ n° 22.057.819/0001-28, vem requerer Autorização e Outorga Preventiva para pço tubular localizado no município Coronel José Dias, na localidade Lagoinha, Latitude 08°52'32,84" S e Longitude 42°23’51,93” W.

Descrição dos usos da água

Captação subterrânea por meio de poço tubular para implantação de Sistema de Abastecimento de Água Simplificado para atender a uma população final de projeto de 111 habitantes na localidade Lagoinha do município de Coronel José Dias. Dados do poço a perfurar: Profundidade 120m; População abastecível 111habs numa projeção de 20 anos; Demanda de água solicitada 0,56m^3/h; Tempo de Bombeamento 3,5hs/dia; Período de 30dias/mês; Volume 58,8m^3/mês.

Finalidade(s) do Uso da Água

Abastecimento Público
Tipo de Prestador de Serviços: Administração indireta (SAAE ou Similares)
Número da Concessão:
Data Final da Concessão:
Localidades Atendidas:

Município	Localidade	Qtd.Habitante(horizonte 20anos)
Coronel José Dias	Lagoinha	111

Diretor Geral IAEPI– Magno Pires
Alves Filho

16/05/2024

(Transcrição da nota LICENÇAS AMBIENTAIS de Nº 13654, datada de 20 de maio de 2024.)

SECRETARIA DE GOVERNO
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - DOEPI

Governador do Estado do Piauí
RAFAEL TAJRA FONTELES

Vice-Governador do Estado do Piauí
THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO

Secretaria de Governo
MARCELO NUNES NOLLETO

Diário Oficial do Estado do Piauí
JULIUS MAGNUS ROCHA SANTOS

Secretário-Chefe do Gabinete do Governador
PEDRO ALVES DE CARVALHO ROCHA FILHO

SECRETARIAS

Secretaria de Administração
SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

Secretaria do Planejamento
WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM

Secretaria da Fazenda
EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR

Secretaria da Saúde
ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS

Secretaria da Educação
FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE

Secretaria da Inclusão da Pessoa com Deficiência
MAURO EDUARDO CARDOSO E SILVA

Secretaria das Mulheres
ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA

Secretaria do Desenvolvimento, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis
MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONÇALVES DE SAMPAIO

Secretaria dos Transportes
JONAS MOURA DE ARAÚJO

Secretaria do Desenvolvimento Econômico
JANAINNA PINTO MARQUES TAVARES

Secretaria da Justiça
CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA

Secretaria de Relações Sociais
RAIMUNDA NUBIA LOPES DA SILVA

Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural
FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA

Secretaria da Cultura
CARLOS ADALBERTO RIBEIRO ANCHIETA

Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica
FIRMINO SOARES PAULO

Secretaria da Defesa Civil
JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

Secretaria da Segurança Pública
FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO

Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos
MARIA REGINA SOUSA

Secretaria da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária
FÁBIO ABREU COSTA

Secretaria dos Esportes
JOSIENE MARQUES CAMPELO

Secretaria do Turismo
JOSÉ ANTÔNIO MONTEIRO NETO

Secretaria das Cidades
MARIA VILANI DA SILVA

Secretaria da Infraestrutura
FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretaria da Agricultura Familiar
REJANE TAVARES DA SILVA

Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação
ANDRÉ MACEDO SANTANA

Procurador Geral do Estado do Piauí
FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AV. ANTONINO FREIRE, 1473/CENTRO
ED. DONA ANTONIETA ARAÚJO - TERREO
CEP. 64.001-040 • Watsapp: (86) 99404-0121
www.diario.pi.gov.br/doe/
e-mail:doe@doe.pi.gov.br

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO:
DE SEGUNDA ÀS SEXTAS-FEIRAS, DAS 7:30 ÀS 13:30
FORMA DE PAGAMENTO: ACESSE - www.sefaz.pi.gov.br DARWEB - CÓDIGO DA RECEITA 122 173.
Preço da Linha - R$ 3,50 para linhas de 10 cm de largura, fonte 10 Times New Roman, 63 (sessenta e três) caracteres.

IMPORTANTE: DECRETO Nº 19.876, DE 15 DE JULHO DE 2021

Art. 1º O envio de matérias destinadas à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Piauí - DOEE pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, e terceiros, deverá observar o seguinte:

I - as matérias deverão ser envidas no formato Word, contendo extensões doc, docx e rtf(rich text), podendo os conteúdos apresentados no formato (Word), serem convertidos para o formato PDF (pesquisável);
II - a combinação de texto com tabela deverá ser apresentada, exclusivamente, em formato PDF (pesquisável);
III - as tabelas elaboradas no formato Word ou Excel, deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas no formato PDF (pesquisável).

Art. 2º Não serão recebidas as matérias/conteúdos que contenham os seguintes parâmetros:

I - molduras, caixas de texto, linhas desenhadas, setas, cabeçalhos, rodapés, marca d·água, imagens de assinaturas e rubricas esferográficas, brasões, conexões e links a banco de dados e macros, documentos escaneados e objetos congêneres;
II - documentos com extensões .cdr.(Corel), .dot, .jpg, png ou quaisquer outros tipos de imagens não regulamentas em normatizações específicas;
III - planilhas nas extensões .xls ou .xlsx, tendo em vista a possibilidade de ocorrência de erros e/ou inconsistências de recálculo, devendo serem enviadas no formato PDF(pesquisável), na forma do Inciso III, do at. 1º do Decreto acima citado.

As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Compromisso com a Ética e a Transparência

GOVERNO DO PIAUÍ
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.